

Volume 1

COMUNICAÇÃO, JORNALISMO E MEMÓRIA

- ESTUDOS REGIONAIS -

ORGANIZADORES:

ROSEANE ARCANJO PINHEIRO
THAYS ASSUNÇÃO REIS
DOMINGOS ALVES DE ALMEIDA
RODRIGO NASCIMENTO REIS



ROSEANE ARCANJO PINHEIRO
THAYS ASSUNÇÃO REIS
DOMINGOS ALVES DE ALMEIDA
RODRIGO NASCIMENTO REIS

COMUNICAÇÃO, JORNALISMO E MEMÓRIA

- ESTUDOS REGIONAIS -

SÃO LUÍS



EDUFMA

2018

Copyright © 2018 by EDUFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Profa. Dra. Nair Portela Silva Coutinho
Reitora
Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva
Vice-Reitor

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira
Diretor

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Esnel José Fagundes
Profa. Dra. Inez Maria Leite da Silva
Prof. Dr. Luciano da Silva Façanha
Profa. Dra. Andréa Dias Neves Lago
Profa. Dra. Francisca das Chagas Silva Lima
Bibliotecária Tatiana Cotrim Serra Freire
Prof. Me. Cristiano Leonardo de Alan Kardec Capovilla Luz
Prof. Dr. Jardel Oliveira Santos
Profa. Dra. Michele Goulart Massuchin
Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi

ORGANIZAÇÃO E REVISÃO

Domingos Alves de Almeida, Rodrigo Nascimento Reis,
Roseane Arcanjo Pinheiro Thays Assunção Reis

PROJETO GRÁFICO

Rhaysa Novakonski

FOTO DA CAPA

Edmara Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Comunicação, jornalismo e memória: estudos regionais v.1 / Roseane Arcanjo Pinheiro [et al] (Orgs.). – São Luís: EDUFMA, 2018.

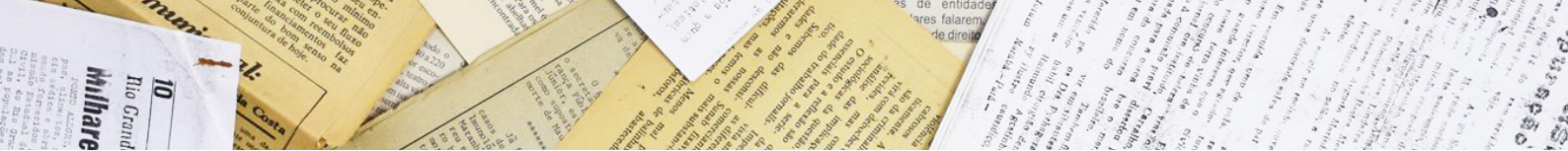
215p.

Modo de acesso: <http://www.edufma.ufma.br>
ISBN: 978-85-7862-749-2

1. Memória. 2. Jornalismo. 3. Mídia Regional. 4. Mídia Digital. I. Reis, Thays Assunção. II. Almeida, Domingos Alves de. III. Reis, Rodrigo Nascimento. IV. Título.

CDU: 655.11

À população de Imperatriz e seus jornalistas
do passado, do presente e do futuro



Prefácio

KARINA JANZWOITOWICZ¹

Entender a mídia como um lugar de memória e o jornalismo como um produto social marcado pelas influências do tempo e do espaço. Este é o ponto de partida dos estudos registrados no livro “Comunicação, jornalismo e memória: estudos regionais”, que abre espaço para experiências investigativas voltadas à valorização da comunicação local e regional.

A iniciativa de produção desta coletânea, liderada pela professora Roseane Arcanjo Pinheiro, com uma equipe constituída de pesquisadores e pesquisadoras egressas da Universidade Federal do Maranhão, Campus Imperatriz – Domingos Alves de Almeida, Rodrigo Nascimento Reis e Thays Assunção Reis – é digna de reconhecimento. Resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto de digitalização de jornais de Imperatriz se somam a outros trabalhos de investigação de pesquisadores situados em Tocantins, Pará, Piauí, Ceará e Rio Grande do Sul para constituir recortes da mídia local e regional.

Tratam-se de contribuições de inquestionável valor para o registro e a memória da mídia, que desvendam as relações entre os veículos de comunicação e o cenário em que atuam. Dividido em duas partes – perspectivas locais e perspectivas de norte a sul – o livro permite recompor momentos, trajetórias e singularidades históricas a partir do papel da comunicação na vida social.

Entre os temas de interesse, a política se destaca na primeira parte do livro com análises sobre a cobertura do tema nos jornais *O Progresso* (1970), *O Capital* (1990) e *Jornal de Açailândia* (1980). O registro da história de jornais que deixaram de circular, como o *Jornal Capital* (que interrompeu suas atividades em 2008) e o *Correio Popular de Imperatriz* (que se manteve até 2013), são reveladores da importância de compreender a relação com os leitores, as repercussões da vida cotidiana nos jornais, bem como aspectos do desenvolvimento da imprensa. Tratam-se de abordagens diversas, que ao discutirem aspectos do jornalismo local acabam também por contar a própria história da cidade, com seus interesses e suas disputas. Os jornais em questão se apresentam, portanto, como agentes do processo de construção da história de Imperatriz, ao veicularem narrativas que se constituem como “testemunhos do tempo”, nas palavras do poeta Carlos Drummond de Andrade.

Já os estudos de mídia regional, situados na segunda parte do livro, representam cenários e períodos variados. Do Pará, mais especificamente da microrregião de Cametá, são apresentados registros da imprensa no período de 1851 até 1985, em um percurso pelos principais marcos da história da mídia no interior e seus impactos

¹Jornalista, Professora Doutora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Diretora científica da Associação Brasileira de História da Mídia (Alcar, 2015-2019).

na conformação do jornalismo no presente. A atuação política do jornalismo nos anos 1930, durante a ditadura Vargas, é discutida na imprensa piauiense a partir dos veículos *Gazeta*, *Monitor Comercial*, *O Piauí* e *Vanguarda*, que apresentam posições distintas frente ao regime autoritário. E os jornais *Ecos do Tocantins* e *Estado do Tocantins*, editados em Porto Nacional na década de 1950, compõem o cenário de uma imprensa que representa o movimento de autonomia e emancipação política da região Norte de Goiás.

A experiência de imprensa alternativa de resistência à ditadura militar é tematizada pelo *Coojornal*, jornal produzido por uma Cooperativa de Jornalistas no Rio Grande do Sul nos anos 1970 que marcou época pelas reportagens memoráveis e críticas ao regime. E, por fim, registros mais recentes da mídia no Ceará, como a Rede Somzoom Sat (que envolve rádio, TV e mídias digitais) encerra a diversidade de abordagens em torno da história da mídia regional presente no livro.

Em cada um destes percursos, tem-se parte de uma história revelada. Cada leitor ou leitora poderá encontrar nas páginas deste livro possíveis conexões com a história da mídia no Brasil, bem como particularidades no modo de fazer jornalismo e de participar da cidade ou da região que atestam a riqueza dos objetos estudados. Afinal, (re)ler um jornal constitui um exercício de decifrar códigos, marcas e vestígios e dele extrair sentidos latentes, ainda que muitas vezes escondidos em meio a páginas desgastadas, repletas de testemunhos de um espaço-tempo.



Apresentação

Quando comecei a ver jornais, avulsos ou coleções, de vários anos ou apenas alguns, chegaram ao Curso de Jornalismo da UFMA Imperatriz, entre 2009 e 2013, fiquei ao mesmo tempo feliz e inquieta. “Temos que estudá-los”, pensei. “Mas como? Os estudantes vão topar fazer pesquisar em documentos tão antigos?”. A pergunta me perseguiu: “O que fazer com aquelas folhas?”.

Entretanto, sabíamos que tínhamos que preservá-los, então foram guardados no Acervo Setorial do Curso de Jornalismo. Em 2015, veio o grande desafio: o curso foi contemplado com o edital Acervos Públicos, da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPEMA), com recursos para compra de equipamentos.

A nossa proposta era digitalizar aqueles jornais doados pela comunidade, criar uma plataforma digital e problematizar a produção da notícia através das pesquisas. A tarefa era grande. Começamos e, aos poucos, o grupo cresceu. Agora posso falar em “nós”.

Na primeira equipe estavam Leonan Moraes, Brighthy Canuto, estudantes, além de Nayane Brito e Thays Reis, já então formadas e no começo do Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Elas foram minhas orientandas da iniciação científica, quando pesquisamos o começo da imprensa e do rádio em Imperatriz.

Logo em seguida vieram outros alunos e graduados interessados em conhecer o Jornalismo do passado, seus movimentos, seus grupos, suas ideias sobre a cidade: Antônio Carlos Freitas, Rodrigo Reis, William Castro, Domingos de Almeida, Natália Catherine e Edmara Silva estão entre graduados e pós-graduados (especialização e mestrado); já Gessiela Nascimento, Denise Falcão, Maiane Nascimento e Margaret Valente formaram a equipe dos graduandos.

Portanto, esse ebook é o primeiro resultado do nosso esforço coletivo durante esses dois anos, entre 2015 e 2017. Realizamos seminários internos, apresentamos os primeiros resultados das pesquisas no Simpósio de Comunicação da Região Tocantina, realizado pelo curso, além da Semana Estadual de Ciência e Tecnologia. Participamos de duas edições do Intercom Nordeste, e do Encontro Nacional de Pesquisadores em História da Mídia.

Debates internamente o Jornalismo como construção social da realidade, as contradições socioeconômicas da cidade de Imperatriz e avançamos sobre os conceitos de memória coletiva através das atividades do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória.

Agora queremos dividir com a comunidade, a mesma que nos deu parte de seu passado, referenciado pelas manchetes, notícias e reportagens, as nossas descobertas e objetivos futuros: o campo da comunicação, como caminho teórico,

é árduo e instigador. E a história do Jornalismo não é apenas uma coletânea de eventos e datas. Seu estudo é fundamental para a cidade, porque é atravessada pelos movimentos históricos que organizaram o espaço público. O campo jornalístico está colado ao campo da política, essa força motora que define o destino dos lugares, das mulheres e dos homens. Por outro lado, temos que construir metodologias que possam captar as particularidades do fenômeno jornalístico local, horizonte que devemos continuar a perseguir.

As nossas pesquisas começaram a descortinar aspectos do Jornalismo local e as disputas de poder, a relação do impresso com o leitor, o discurso das organizações jornalísticas, entre outros assuntos. Também trazemos a colaboração de vários pesquisadores locais ou de outras regiões, com olhares sobre as singularidades da atuação dos meios de comunicação e seus contextos.

Sabemos que essa etapa foi o início de um grande trabalho, que faremos mais leituras, mais pesquisas, traremos mais problemáticas a serem investigadas. Também temos certeza que há lacunas ou respostas inacabadas, a serem sanadas com novos projetos de pesquisa e a lógica da produção científica, ou seja, renovar o que já foi feito.

Queremos agradecer a todos que confiaram na Universidade e deixaram lá seus impressos, como quem deposita algo importante que será preservado. Fizemos isso com imenso respeito e olhar crítico. E nós estudamos porque combatemos o silêncio que, às vezes, no Maranhão, envolve a cultura, com cidades sem espaços para debater seu passado e seu futuro. Então, temos agora, essas pesquisas locais para apontar luzes sobre o estudo das práticas jornalísticas e o cotidiano de Imperatriz.

Prof^a. Dra. Roseane Arcanjo Pinheiro
*Coordenadora do projeto Digitalização
dos Jornais de Imperatriz
(FAPEMA/UFMA)*

Sumário

PARTE 1

PERSPECTIVAS LOCAIS

- 13** POLÍTICA EM CENA: PANORAMA DA COBERTURA NOTICIOSA NO JORNAL O PROGRESSO EM 1970
Antônio Carlos Santiago Freitas, Thays Assunção Reis
- 26** IMPERATRIZ NO “PROGRESSO”: DISCURSOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO URBANO EM 1970
Brigithy Canuto, Rodrigo Nascimento Reis
- 39** A REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO JORNAL O PROGRESSO
Jackeline Teixeira dos Santos, Leila Lima de Sousa
- 53** JORNAL DE AÇAILÂNDIA: RECORTES DO CENÁRIO POLÍTICO DE 1987
Domingos Alves de Almeida, Maiane Nascimento da Silva Maciel
- 67** JORNALISMO POLÍTICO: UMA ANÁLISE DA COLUNA VITRINNE DO JORNAL O CAPITAL
Gessiela Nascimento, William Castro Morais
- 79** O LEITOR NAS PÁGINAS DOS JORNAIS: UMA ANÁLISE DA COLUNA CARTAS, FONE, FAX DO JORNAL O CAPITAL
Denise Falcão Nascimento, Roseane Arcanjo Pinheiro
- 91** UMA ANÁLISE CIRCUNSTANCIAL DO FIM DO JORNAL CORREIO POPULAR DE IMPERATRIZ – MA
Bruna Viveiros dos Santos, Francisca Daniela dos Santos Souza, Domingos Alves de Almeida, Idayane da Silva Ferreira
- 104** JORNALISMO E CIDADANIA NAS BRONCAS DO JORNAL CORREIO POPULAR
Leonan Moraes, Nayane Cristina Rodrigues de Brito
- 117** JORNAL NOSSA VOZ, ESPAÇO DE RESISTÊNCIA CONTRA VIOLAÇÃO DE DIREITOS EM AÇAILÂNDIA-MA
Nayane Cristina Rodrigues de Brito, Roseane Arcanjo Pinheiro

PARTE 2

PERSPECTIVAS DE NORTE A SUL

132

PANORAMA DA IMPRESSA NA MICRORREGIÃO DE CAMETÁ-PARÁ

Jessé Santa Brígida, Lorena Emanuele da Silva Santos, Netília Silva dos Anjos Seixas

152

O JORNALISMO PIAUIENSE E SUAS ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DE ATUAÇÃO DURANTE O ESTADO AUTORITÁRIO DE 1937

Ana Regina Rêgo, Thamyres Sousa de Oliveira

175

ECOS DO TOCANTINS E ESTADO DO TOCANTINS: CONSTRUINDO PRIMEIRAS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS NA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA LOCAL

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior, Ruy Alberto Pereira Bucar

191

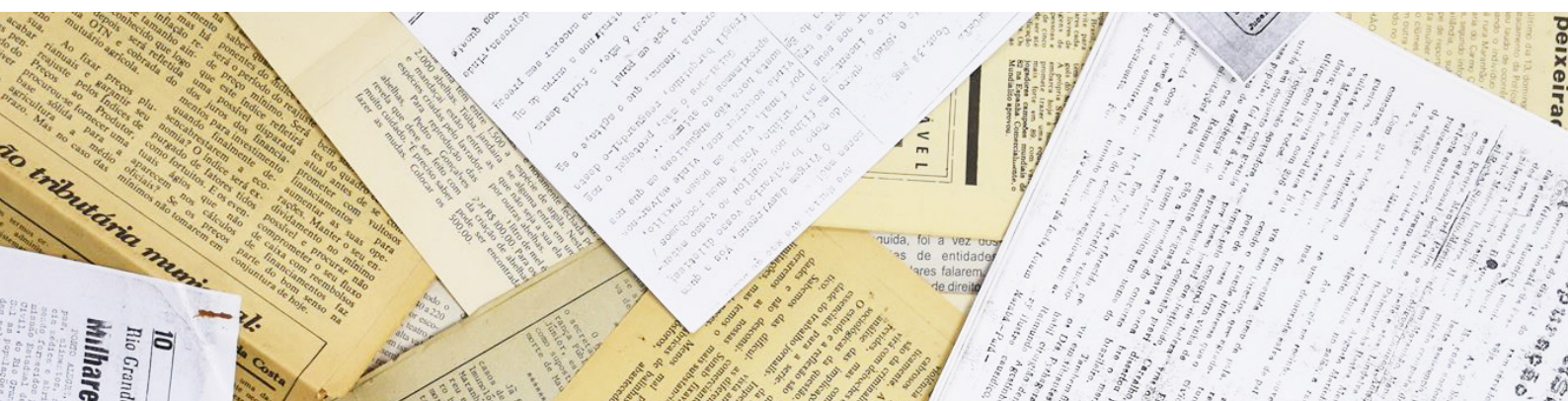
A EXPERIÊNCIA MIDIÁTICA REGIONAL DA REDE SOMZOOM SAT: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES E ATUALIZAÇÕES

John Willian Lopes, Maria Érica de Oliveira Lima

205

ANÁLISE EXPLORATÓRIA DO COOJORNAL: MÍDIA DE RESISTÊNCIA REGIONAL À DITADURA NACIONAL

Antonio Hohlfeldt, Rafaela dos Santos Souza





PERSPECTIVAS LOCAIS

COMUNICAÇÃO, JORNALISMO E MEMÓRIA

Política em cena: Panorama da cobertura noticiosa no jornal O Progresso em 1970

Antônio Carlos Santiago FREITAS

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA

Thays Assunção REIS

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ



RESUMO

O presente artigo busca entender como a política foi tematizada no primeiro ano do jornal *O Progresso* – impresso mais antigo em circulação na cidade de Imperatriz (MA). Para tanto, foram estudadas as edições dos seis meses iniciais do periódico, de maio a outubro de 1970, com o propósito de diagnosticar os principais temas, os gêneros/formatos jornalísticos, a abrangência e os atores políticos presentes nas matérias analisadas. Os recursos metodológicos utilizados foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e análise de conteúdo. Com base nos resultados obtidos pode-se concluir que a cobertura política nos seis primeiros meses do *O Progresso* era, sobretudo, local, informativa e com textos voltados para as eleições. Conclui-se que a atuação do jornal *O Progresso* nesse período estava condicionada aos feitos do campo político e dos seus mais notórios agentes.

Palavras-Chave: O Progresso; Política; Imperatriz; Maranhão.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sentido por Imperatriz, localizada no sudoeste do Maranhão (próxima aos estados do Pará e Tocantins), nas décadas de 1960 e 1970 ajudou a cidade a galgar e conquistar maior notoriedade política no estado. Segundo Edelvira Barros (2002), o sentimento vivenciado naquela época era de entusiasmo frente às mudanças sócio-econômicas que se desenvolviam na cidade.

As transformações daquele momento também perpassavam a esfera política. Em 1970 ocorreu no Brasil a primeira eleição parlamentar, após o início da ditadura militar, na qual foram eleitos deputados estaduais, deputados federais e senadores. No Maranhão, a exemplo do que houve no país, a grande maioria dos eleitos pertencia ao partido de apoio ao regime militar - Aliança Renovadora Nacional (Arena), inclusive o ex-governador do estado, José Sarney.

No âmbito municipal, era o primeiro ano do mandato do prefeito Renato Cortez Moreira. De acordo com o livro “Imperatriz 150 anos”, ele foi o primeiro prefeito de partido da oposição – Movimento Democrático Brasileiro (MDB) eleito na cidade em plena ditadura militar. Uma de suas primeiras ações foi a construção das primeiras escolas municipais. Ele regularizou também a situação funcional dos servidores públicos que, até aquela ocasião, não tinha carteira de trabalho assinada. “Sem apoio dos governos federal e estadual, Renato empenha-se em trazer energia elétrica para Imperatriz e, para ver satisfeito seu intento, é obrigado a doar à Cemar as ações da Petrobrás que a Prefeitura possuía” (BARROS, 2002, p.65).

Este mesmo livro ainda faz observações dos aspectos históricos que caracte-

rizam o relacionamento da imprensa imperatrizense, de modo geral, com o cenário político do período. “A história tem registrado que, em Imperatriz, o apoio financeiro político eleitoral e político-governamental é a mão que mantém ou manteve diversos de nossos veículos e a mesma que os mata ou os vem matando ao longo do tempo” (SANCHES, 2002, p. 175).

Diante deste contexto é pertinente identificar como o jornalismo imperatrizense abordava a política. Para tanto, realizamos um mapeamento dos principais temas, atores políticos, gêneros e formatos utilizados pelo jornal *O Progresso* na cobertura política da década de 1970.

SURGIMENTO DO JORNAL *O PROGRESSO*

A imprensa em Imperatriz surge em 1932 com a publicação do jornal manuscrito *O Alicate*. Porém, é somente no decorrer das décadas de 70 e 80 que o jornalismo impresso se desenvolve no município. Neste período, segundo Assunção (2011), circulam pelo menos 55 títulos com diferentes perfis.

Dentre os impressos criados nesse momento está o *O Progresso* - diário mais antigo em circulação diária de Imperatriz. “O *Progresso* foi fundado em 03 de maio de 1970 por José Matos Vieira e Jurivê de Macedo, possuía quatro páginas, tinha um formato 32 x 43 cm e era semanal” (SANCHES, 2002, p.173).

José Matos Vieira era empresário no ramo gráfico, proprietário da Tipografia Violeta, e, como membro da organização não-governamental Rotary Club, cultivava amizades com empresários e políticos da região. No livro de memórias “Lutas, fracassos e vitórias”, Vieira narra que passou a comentar com pessoas mais próximas sobre seu desejo de criar um jornal impresso. Apesar de conseguir apoios entre os amigos, o projeto demorava a ser lançado devido Vieira não encontrar nenhum redator para assumir o desafio de redigir as matérias.

Coube ao prefeito da cidade na época, amigo próximo do idealizador do *Progresso*, apresentar um redator. Segundo Vieira (2008), Renato Cortez Moreira – também integrante da Rotary - era interessado na instalação do jornal e por isso apresentou pessoalmente ao empresário o advogado Jurivê de Macedo. Os dois firmaram parceria ao ponto de se tornarem sócios do jornal, meses depois.

O jornal nasceu quando Imperatriz passava por sensíveis transformações no âmbito socioeconômico, por ocasião da construção da rodovia Belém-Brasília e consequentemente outros investimentos do governo federal na região. De acordo com um dos fundadores do impresso, José Matos Vieira (2008), o cenário imperatrizense naquela ocasião exigia um jornal.

A cidade aumentava desordenadamente. Gente boa e aventureiros misturavam-se, cada qual buscando as riquezas do lugar e procurando se dar bem na vida. Seria um veículo de formação de opinião que ainda mais contribuiria para o franco desenvolvimento da região (VIEIRA, 2008, p. 117).

Desse modo, *O Progresso* emerge com o intuito, conforme expresso em seu primeiro editorial, de “fazer sentir” a “voz de Imperatriz” em outros rincões, obedecendo a uma linha de decência, respeito e coerência para levar a todos o otimismo no trabalho de um povo, que só então nascia para o Maranhão e para o Brasil.

Considerando a relevância do jornal para a história da imprensa imperatrizense, este artigo dedicou-se ao estudo da política no ano de 1970 a partir da cobertura noticiosa realizada nos seis primeiros meses de circulação do *Progresso*. Portanto, o corpus deste estudo é de 179 matérias em 26 edições consultadas.

Como recurso metodológico para a sistematização dos dados, foram levantadas as seguintes categorias de análise: 1) abrangência (local, estadual ou nacional); 2) gênero (informativo ou opinativo); 3) formato (notícia, nota, editorial, reportagem, coluna ou artigo); 4) temas (eleições, governo federal, governo estadual, governo municipal ou poder legislativo); 5) atores políticos (José Sarney, Pedro Neiva De Santana, Renato Cortez Moreira, Presidente Médici e Antônio Dino).

AS RELAÇÕES ENTRE OS CAMPOS POLÍTICO E JORNALÍSTICO

Para estabelecer relações entre política e jornalismo, o trabalho utiliza como aporte teórico a proposta formulada por Pierre Bourdieu sobre campo. Para o sociólogo francês, a ideia de campo remete a um modo de organização da sociedade. Bourdieu (2004) esclarece que o mundo social é constituído de estruturas diferenciadas e independentes, cuja modernização das sociedades favoreceram o surgimento desses microcosmos, chamados de campos. Esses microcosmos sociais são relativamente autônomos, regidos por leis e regras específicas, de forma que simultaneamente são influenciados e relacionados a um espaço social mais amplo.

O campo é também um lugar de luta e tensões internas entre os agentes e/ou instituições que o integram. Os embates visam determinadas posições e interesses para transformar ou conservar esse espaço de forças. “Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias” (BOURDIEU, 1997, p. 57).

Uma característica importante de qualquer campo social consiste na constatação do domínio da experiência sobre o qual é competente e sobre o qual exerce competência legítima, isto é, o campo é dotado de especificidades que o torna diferente daquilo que está ao seu exterior. Isso não significa dizer que um campo é estritamente desconexo, uma vez que as estruturas dos campos sociais tendem a se relacionar com a experiência de outros campos.

Essa capacidade de intercâmbio com outras atividades do conhecimento constitui outra característica dos campos sociais. A interação entre os campos implica num processo de movimento, cuja dinâmica, baseada em troca de experiências, resulta em mudança. Bourdieu (2004) esclarece que um microcosmo não está livre de imposições do macrocosmo, mas as pressões externas somente são exercidas mediante à

uma releitura feita com base nas regras e leis fundamentais de cada campo. Portanto, confirma-se que os campos reivindicam autonomia e legitimidade.

A construção da legitimidade dos campos sociais ocorre a partir das divisas, dos aspectos que provocam tensão com outros campos, na definição de suas competências sobre um determinado domínio da experiência. A legitimidade objetiva “criar, impor, manter, sancionar e restabelecer os valores e as regras, tanto constitutivas como normativas que regulam um domínio autonomizado da experiência” (RODRIGUES, 2000, p. 191). Compreendendo o processo de autonomização dos microcosmos, conclui-se que um campo social só existe porque se torna relativamente autônomo em relação a outro.

Postas as características gerais em torno da definição de campo social, o presente trabalho propõe conceituar e relacionar o campo político e o jornalístico, estabelecendo pontos de encontros entre as duas áreas do conhecimento. Portanto, com base no conceito formulado por Bourdieu, a ideia de campo nos permite pensar o jornalismo e a política como instâncias autônomas (mesmo que de forma relativa) de conhecimento sobre o mundo.

O campo jornalístico nasceu em meados do século XIX em meio a um cenário polarizado entre veículos pautados por notícias sensacionalistas e jornais vinculados aos valores da objetividade e preocupados com a análise da informação. Esse campo é conceituado como “um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte de outros microcosmos” (BOURDIEU, 1997, p. 55).

Neste campo, as empresas noticiosas são regidas por um processo hierárquico, cujo objetivo é “organizar segundo as regras e padrões particulares o espaço interno da instituição” (MARTINO, 2005, p. 73). É esta hierarquia que define o conhecimento, ou função, que cada agente desempenha na instituição. Como aponta Martino (2005), esse processo resulta na implementação de relação de poder dentro da empresa.

Na relação entre os microcosmos, Augusti (2009) destaca o campo econômico e o político como parceiro e concorrente da evolução do campo de produção jornalística. Para o autor, é evidente que o jornalismo sofre influência da lógica dos primeiros, em decorrência das exigências do mercado.

Bourdieu (1995, p. 41) acrescenta que o jornalismo é cada vez mais heterônomo, ou seja, cada vez mais sujeito às restrições da economia e da política. Esta influência advinda de outros campos configura uma das propriedades do universo jornalístico.

O grau de autonomia de um órgão de difusão se mede sem dúvida pela parcela de suas receitas que provém da publicidade e da ajuda do Estado (sob a forma de publicidade ou de subvenção) e também pelo grau de concentração dos anunciantes (BOURDIEU, 1997, p. 102-103).

A concorrência entre jornais é outro aspecto que caracteriza o fazer jornalístico. A lógica deste atributo implica em esforços árduos, nos quais os veículos traçam estratégias para se diferenciar dos concorrentes. Esse empenho visa garantir ao jornal

um lugar de referência no mercado jornalístico, e conseqüentemente, a adesão de mais leitores. Contudo, um dos efeitos desta disputa de mercado é a uniformidade da produção jornalística.

Dentro do campo do jornalismo, há uma competição permanente para se apropriar do público leitor, é claro, mas também para apropriar do que é pensado para garantir o número de leitores, em outras palavras, o primeiro acesso às notícias, a informação “colhida” exclusiva e raridade também distinto por “grandes nomes”, e assim por diante. Um dos paradoxos é que a competição, que é sempre dito ser a pré-condição de liberdade, tem o efeito, em campos de produção cultural sob o controle comercial, de produzir a uniformidade, a censura e até mesmo conservadorismo (BOURDIEU, 1995, p. 44).

O autor, assim, exemplifica a lógica específica do campo jornalístico que, desta forma, se impõe aos profissionais por meio de restrições e controles. Essa busca por audiência, obsessão pelo furo e, pela informação mais atual possível, submissão aos padrões condicionados pelo mercado de anunciantes e leitores e vigilância permanente dos concorrentes acaba por uniformizar as pautas e conseqüentemente interfere na lógica de outros campos, como o campo político, por exemplo.

Retomando aos conceitos de Bourdieu (1995, p. 39), entende-se que o campo político explicitamente “tem seu objetivo de dizer o que o mundo social é. A imposição de uma definição do mundo é em si mesmo agir de mobilização que tende a confirmar ou transformar as relações de poder”. Compreende-se assim que tanto o jornalismo quanto a política são campos que tem suas diretrizes próprias e entre eles existe um processo dinâmico.

Mídia e política formam dois campos diferentes, guardam certo grau de autonomia e a influência de um sobre o outro não é absoluta nem livre de resistências; na verdade, trata-se de um processo de mão dupla (MIGUEL, 2002, p. 167).

A relação entre políticos e jornalistas ajuda a esclarecer como ocorre esse processo de mão dupla, ao ponto que um campo interfere no outro e vice-versa. Segundo Miguel (2002), um jornalista, por exemplo, vê no político ou autoridade pública a oportunidade de obter informação. Já o político pode ganhar visibilidade no jornal e tentar emplacar sua visão de mundo. Este caso ilustra a relação de interferência mútua entre estes dois campos de saber, a partir da complexidade envolvendo a produção de uma notícia e a disputa de poder.

A POLÍTICA NAS PÁGINAS DE *O PROGRESSO*

A partir do estudo realizado verificou-se uma cobertura política majoritariamente local e estadual. Das matérias analisadas foram encontradas 42,45% voltadas para

Imperatriz e 39,66% direcionadas ao governo do Maranhão. Já a cobertura política no âmbito nacional é representada em 17,87% dos textos. Ao privilegiar assuntos geograficamente mais próximos, o jornal torna-se uma ferramenta de inclusão do município na esfera sociopolítica do estado e da região.

A necessidade de se “fazer sentir a voz de Imperatriz em outros rincões”, conforme menção no primeiro editorial publicado, demonstra que o veículo se propunha a reforçar a ideia de que a cidade já não podia ser considerada a “Sibéria Maranhense”. Durante anos, Imperatriz foi reconhecida em São Luís desta forma, por “ser um lugar inacessível para onde eram enviados os indesejáveis” (FLANKLIN, 2002, p. 24). Na década de 1970 o isolamento territorial já não existia, mas entende-se que o jornal pretendia contribuir para retirar Imperatriz do contexto de exclusão política. Aqui, cabe ponderar o esforço da atividade jornalística de repercutir em outros espaços o desenvolvimento da cidade.

Sobre a origem das informações publicadas pelo jornal, verificou-se que as notícias de interesse nacional vinham de outros veículos impressos e do programa de rádio “A voz do Brasil”. Nesses casos, ora o jornal optava em fornecer no corpo do texto as fontes consultadas, ora optava em não as mencionar diretamente. Observou-se que *O Progresso*, mesmo com certa limitação ao abordar os assuntos nacionais, não reproduzia na íntegra as matérias selecionadas de outros veículos. O jornal adaptava os textos em notas ou notícias curtas, com citações sobre a procedência dos fatos. Algumas expressões que exemplificam essas situações são: “o noticiário esportivo divulga que [...]”; notícia um dos jornais paraenses que; informações oficiais admitem que; circulou no O Globo; e conforme o programa A Voz do Brasil”.

Em alguns assuntos relacionados ao estado do Maranhão também há registros de notícias provenientes de outros jornais, mas são poucos os casos registrados. Verificou-se que nesse cenário, *O Progresso* buscava um protagonismo frente à cobertura política, entrevistando autoridades locais e estaduais que detinham vínculo e prestígio na capital. Assim, havia certa preocupação do jornal em apurar e produzir o material noticioso. O mesmo empenho se aplica à cobertura local. Fontes eram entrevistadas e identificadas no texto, mas suas falas eram transcritas em discurso indireto. O jornal ainda citava decretos municipais para divulgar ações do prefeito Renato Cortez Moreira. É importante destacar a dificuldade em identificar a autoria das matérias, uma vez que os redatores não tinham o hábito de assinar os textos.

Outra categoria da pesquisa revelou que a produção feita pelo *O Progresso* naquele período era basicamente informativa (85,47%) e opinativa (14,53%). De todas as definições e classificações já feitas sobre gêneros jornalísticos, é consenso entre os teóricos que os gêneros informativo e o opinativo se configuram como pioneiros e predominantes no Jornalismo. Assim, é compreensível também encontrar a hegemonia desses gêneros na fase inicial do jornal analisado.

Luiz Beltrão (2006, p. 13) define o gênero informativo como “o relato puro e simples de fatos pertencentes ao presente imediato ou ao passado que esteja atuando nas situações do presente”. Para Marques de Melo (2010), é o gênero que trata de assuntos estritamente informativos sem que o jornalista emita qualquer juízo

de valor. Estão incluídas nesta classificação: nota, notícia, reportagem e entrevista. Ainda segundo o autor, o gênero opinativo dá espaços para os exercícios de opinião promovidos por, pelo menos, quatro “núcleos emissores”: jornalistas, colaboradores, leitores e a própria empresa. Destacam-se o editorial, comentário, artigo, resenha crítica, coluna, crônica, caricatura e carta do leitor.

Dentre os formatos utilizados pelo veículo, a nota (55,86%) era o mais utilizado. Ela era usada, principalmente, quando o acontecimento ainda estava em processo de configuração, quando não se tinha muitos detalhes sobre o fato ou quando o assunto vinha de bastidores políticos, com a preservação de identidade das fontes. Há notas sem autoria com aspectos opinativos, como por exemplo, a nota intitulada “Vitorino seria um deles”:

É corrente nos círculos políticos do Estado que um dos candidatos da Arena ao Senado, nas próximas eleições, será o já senador Vitorino Freire, aliás, o único até aqui com lugar certo na chapa. Quem diria Vituca dando cartas na Arena. Política tem disso também (O PROGRESSO, 03/05/1970).

Nota-se, portanto, que para o jornal não havia uma divisão clara para diferenciar conteúdo opinativo de informativo. Isso se assemelha as primeiras experiências jornalísticas registradas no século XVII, na qual opinião e informação podiam ser identificadas numa mesma unidade textual.

Seguindo a definição de notícia proposta por Marques de Melo (2010), entende-se que a notícia trata-se de um relato de um fato de maneira integral e sucinta. Narrado em pirâmide invertida, o texto privilegia o “clímax”. O jornal fez uso deste formato em 39,66% das matérias e a reportagem (notícia aprofundada com variação de ângulos) foi encontrada em apenas uma edição (0,55%), quando o impresso traça o futuro político de José Sarney após ele deixar o cargo de governador do Maranhão para pleitear vaga no Senado Federal. De modo geral, pode-se afirmar que o jornal pouco aprofundava e detalhava os acontecimentos, optando pela produção de textos breves.

Das edições analisadas, em apenas 06 números (3,35%) foram encontrados editoriais voltados ao cenário político da época. Em três textos o jornal cobra da prefeitura melhorias na infraestrutura da cidade. Um deles direciona críticas à Câmara Municipal pelo fato dos vereadores não terem conhecimento da lei orgânica do município. Outro traz um discurso pacificador em plena campanha eleitoral, quando sugere que, entre Arena e MDB, o partido escolhido pelo povo deve ser Imperatriz. Por fim, foi registrado um editorial que critica o fato da região tocantina ser esquecida pelas autoridades estaduais e contar com poucas obras do governo do estado.

Quanto aos formatos jornalísticos de opinião, apenas um artigo (0,55%) foi encontrado com autoria. “Uma Opinião”, assinado por Toinho Rodrigues, apresenta uma visão dos fatores que os eleitores imperatrizes devem levar em consideração no dia 15 de novembro de 1970, data marcada para ocorrer as eleições. O texto de 04 de outubro de 1970 é o único assinado por Toinho Rodrigues, a quem o jornal não es-

pecífica mais detalhes. Contudo, esses casos são pontuais e, pelo número de textos opinativos, o jornal não tinha o perfil de se posicionar e analisar criticamente os fatos.

No que diz respeito aos temas, *O Progresso* explorou em seus primeiros meses: Eleições, Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal e Poder Legislativo. Pode-se afirmar categoricamente que a cobertura não foge deste agrupamento. Basicamente as ações de governo das três esferas do executivo e as movimentações da corrida eleitoral dominam o noticiário.

O tema eleições aparece em 48,60% dos textos analisados. Em síntese, informam sobre a disputa pelo poder dentro e fora dos partidos políticos, leis eleitorais vigentes na época, prazos para alistamentos junto à Justiça Eleitoral, dados quantitativos dos eleitores em todo o país, a agenda dos candidatos na região e a realização de comícios. Também é destacada a eleição de Pedro Neiva de Santana para o governo do estado. Na pesquisa não ficaram claras quais eram as propostas dos candidatos e não há citação de falas dos principais personagens políticos. Os textos seguem um padrão de narração do começo ao fim. O jornal pouco cobriu a política nacional, limitando-se a algumas informações sobre o governo federal (10,05%). Essencialmente essas matérias giram em torno de atos do então Presidente da República Emílio Garrastazu Médici. A construção da Transamazônica, o sentimento patriótico após a vitória do Brasil na Copa do Mundo e a semana da pátria são alguns dos enfoques envolvendo o presidente.

Convém salientar que *O Progresso* surgiu em um dos momentos de maior repressão da ditadura militar, o que influenciou fortemente na abordagem das matérias. Segundo Gehlen e Guimarães (2017), o jornal já nasceu com a autocensura. “Os seus primeiros funcionários sabiam das atitudes da censura no cenário nacional e trouxeram para Imperatriz novos traços culturais com rastro de medo, de quem lida com o conteúdo noticioso” (GEHLEN; GUIMARÃES, 2017, p 170). Por isso, conforme os autores, os jornalistas eram capazes de discernir por si mesmos o que deviam ou não publicar, fato que dispensou a presença de censores dentro da redação ou o envio de bilhetes com proibições. Contudo, em uma entrevista de José Matos Vieira, um dos fundadores do jornal, concedida aos autores, registra-se um episódio em que os profissionais do veículo foram convidados a prestar esclarecimentos sobre um texto.

Chegou a ter censura sim, uma única vez. Houve uma censura porque nós tínhamos um jornalista muito inteligente, o Hiroshi Bogéa. Ele era novo, rapaz, muito vaidoso. Escreveu um artigo sobre a revolução chamado O cantil e a mochila, falando nas entrelinhas sobre os militares. Um coronel então me chamou no Exército, mostrou o artigo e disse: “olha isso aqui é muito perigoso, vocês tenham cuidado” (GEHLEN; GUIMARÃES, 2017, p. 168 apud VIEIRA, 2011).

Com base nesta experiência, retoma-se a discussão sobre a dinâmica entre os campos político e o jornalístico sob o aspecto da autonomia entre os campos. Observa-se que a realidade política da época fez com que os jornalistas se adequassem a

um modo de comportamento capaz de garantir a produção noticiosa. Em determinados momentos a omissão se sobrepunha à informação e a “liberdade” do jornalismo dependia da posição (ou atuação) ocupada nos jogos sociais.

Referente à cobertura da ditadura militar, há registros no impresso apenas de uma possível revogação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5) pelo presidente Médici, e da visita do então vice-presidente da República, Augusto Rademaker, que esteve em Imperatriz no dia 22 de julho de 1970, em viagem oficial.

O jornal também pautou ações do governo do estado. As matérias nesta categoria representam 11,17% do volume de textos verificados. Quase metade deste percentual representa textos que fazem referência à gestão de José Sarney no governo do estado do Maranhão. No final de maio de 1970, Sarney renunciou ao cargo para lançar candidatura ao Senado Federal, deixando o comando do governo para o vice-governador, o médico Antônio Dino. As matérias relacionadas a esta categoria tendem a se tornar mais raras entre uma edição e outra.

Dentre os governos, o que mais obteve destaque foi o municipal, com 15,08% das matérias. Em muitos textos desta categoria, o prefeito Renato Cortez Moreira foi o principal personagem das notícias. Além das ações de governo voltadas para as áreas da educação e infraestrutura, é possível encontrar a agenda das principais viagens do prefeito neste período. Isso evidencia que o jornal assumia apenas a postura de agendar o poder público, divulgando as ações, possivelmente firmando parcerias e evitando confrontos diretos com o meio político.

Quanto ao poder legislativo em âmbito local, estadual e nacional, a produção noticiosa representa 7,26%, significando pouca presença das casas legislativas nas páginas do Progresso. Parte destas notícias destacam os eventos públicos com a participação do presidente da Câmara Municipal, Wenceslau Brito. Nos seis meses apurados, há o registro de apenas uma cobertura feita durante sessão na Câmara. Tratava-se de uma votação, convocada pelo prefeito, sobre créditos suplementares para construção de várias obras como a Praça de Fátima, creches infantis, aquisição de material e equipamentos para serviços urbanos, investimentos na segurança pública e aquisição de um carro utilitário para o funcionalismo municipal.

Nota-se ainda que, como reflexo da ditadura militar, o poder legislativo em todas as esferas (nacional, estadual e municipal) tenha uma participação mínima no jogo político, devido à visão de mundo dentro e fora das páginas do jornal serem construídas pelo poder executivo.

Na categoria atores políticos, levou-se em consideração os registros sobre os personagens, quando apresentados como figura central da narrativa jornalística. O percentual foi calculado com base nos 179 textos de política. Nesta categorização observa-se que a notoriedade das personalidades é uma característica marcante nas coberturas. Percebe-se que os cinco nomes com maior frequência nas entradas de matérias são atores políticos relacionados aos cargos do poder executivo nas esferas municipal, estadual e federal: José Sarney (5,58%), ex-governador do Maranhão e candidato ao Senado Federal pela Arena; Renato Cortez Moreira (5,02%), prefeito da

cidade de Imperatriz; Pedro Neiva de Santana (5,02%), indicado pelo Presidente da República ao cargo de governador do Maranhão e eleito pela Assembleia Legislativa; Emílio Garrastazu Médici (3,91%), presidente da República entre 1969 – 1974; e Antônio Dino (2,79%), governador do Maranhão entre maio de 1970 e janeiro de 1971.

Sobre estes resultados, vale frisar que Traquina (2008) qualifica a notoriedade como um valor-notícia. Ele destaca que “o nome e a posição da pessoa são importantes como fator de noticiabilidade” (TRAQUINA, 2008, p. 80). Com exceção apenas do presidente Médici, fotos de perfil de José Sarney, Antônio Dino, Renato Cortez Moreira e Pedro Neiva de Santana acompanhavam as matérias, quando a estes se referiam. De todos os atores políticos, o que se sobressai na cobertura jornalística é José Sarney com presença em 5,58% dos textos. Depois de um mandato de governador, Sarney começava a ascender politicamente, conforme D’Elboux:

No dia 14 de maio de 1970, José Sarney renuncia aos 10 meses que faltavam para completar seu mandato, para concorrer ao Senado Federal. Os resultados das urnas elegeram José Sarney com 236.618 votos e Alexandre Costa, outro companheiro de chapa de José Sarney, com 183.990 votos. Durante esse mandato de oito anos, Sarney passou a ser liderança política nacional, quando ocupou importantes comissões no Senado Federal. Ainda no ano de 1978, Sarney concorre a reeleição ao Senado, pelo Maranhão, quando obteve mais de 200.000 votos, batendo recorde de votação: 63,7%; o maior percentual registrado por um candidato da ARENA nessa eleição. (D ELBOUX, 2003, p. 4)

No início da década de 1970, Sarney, dentre os políticos maranhenses, é que mais ganhava apoio no estado e inclusive, como aponta D’Elboux (2003), a simpatia dos militares e do Presidente da República. Pela influência e a habilidade política e comunicativa que dispunha, Sarney se projetou nacionalmente e ainda hoje é uma figura notória.

O jornal *O Progresso* narrou parte da ascensão política de José Sarney. Inclusive Imperatriz seria o palco onde Sarney iria anunciar sua renúncia ao restante do seu mandato de governador para concorrer vaga ao Senado. Ele faria o anúncio durante a entrega de títulos de terra para agricultores da região, entretanto, na data prevista para este evento, o governador estava enfermo e a cerimônia foi conduzida pela sua esposa Marly Sarney. Em várias matérias publicadas pelo impresso, Sarney era descrito como um grande articulador e líder político, que, mesmo tendo opositores dentro do próprio partido, exercia forte influência na Arena e no governo interino do governador Antônio Dino.

Antônio Dino (governador interino em 1970) e Pedro Neiva de Santana (governador eleito) eram vistos pelo jornal como homens “preparados” e “honrados” para administrar o estado. Por se tratar de nomes relativamente “novos” no cenário político daquela época, o veículo tratou de tecer uma breve apresentação da trajetória política e profissional de ambos. Também havia uma prática do impresso em saudar os

novos governantes, ressaltando a esperança da população imperatrizense em ter um governador atuante no interior do Maranhão, sobretudo na Região Tocantina, que vivenciava tempos de crescimento econômico, necessitando de investimentos do poder público para sanar problemas e consolidar seu desenvolvimento de Imperatriz.

Curiosamente por se tratar de um ano eleitoral à nível estadual e federal, o jornal *O Progresso* pouco evidenciou a força política que o prefeito Renato Cortez Moreira detinha neste cenário de disputa de apoios e votos. A figura do prefeito esteve atrelada às ações do governo municipal, sobretudo a fatos com aspectos positivos, nos quais se destacavam avanços na infraestrutura, telefonia, construção de escolas públicas e merenda escolar.

Outro ator político de relevância para o jornal foi o presidente da República Emílio Garrastazu Médici. Em notas ou notícias breves, o impresso destacava decretos e medidas que o presidente assinava, sendo esses assuntos de interesse nacional. A partir da análise desses textos, evidencia-se que os atos do presidente, para o veículo, eram inquestionáveis e merecedores de apreços.

Desse modo, o jornal construía narrativas sobre os fatos políticos da época sem manifestar críticas aos governos e governantes. Além disso, o veículo optava em privilegiar a Arena, partido da situação dos governos estadual e federal. Isso também se deve ao tamanho e a força que a Arena detinha em todo país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos pode-se concluir que a cobertura política nos seis primeiros meses do *O Progresso* era, sobretudo, local, informativa e com textos voltados para as eleições. É compreensível que nesta fase inicial, registre-se a presença de poucos gêneros e formatos jornalísticos nos textos, já que a proposta de um jornal para a cidade estava em processo de configuração.

Dessa maneira, a cobertura política do *O Progresso*, em 1970, é caracterizada pela ausência de uma postura crítica frente aos acontecimentos, o que se deve muito também as condições impostas pelo regime militar em vigor. Entretanto, observou-se que o veículo tende a se apresentar como um divulgador das ações do governo municipal. A construção dessa agenda política ocorre quando o jornal terce elogios ao governo e ao desenvolvimento econômico e estrutural da cidade.

Frisa-se ainda que os atores políticos levantados na pesquisa, com maior repercussão na produção noticiosa, correspondem a figuras fortes que já ocupavam cargos importantes ou tentavam se manter no poder. Portanto, esses personagens foram pautáveis pelo grau de notoriedade que possuíam.

Conclui-se por fim que a atuação do jornal *O Progresso* nesse período estava condicionada aos feitos do campo político e dos seus mais notórios agentes. Neste sentido, a autonomia do campo jornalístico pode ser considerada baixa, levando em consideração a influência das forças externas que influenciaram nas decisões e posturas adotadas pelos jornalistas ao produzir o conteúdo noticioso do jornal.

REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, Thays Silva. *Imprensa em Imperatriz - MA: uma proposta de periodização dos jornais impressos (1932-2010)*. Imperatriz – MA: UFMA, 2011.
- AUGUSTI, Alexandre Rossato. As relações de poder do campo jornalístico: reflexões sobre as notícias como construção social. *REBEJ – Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo Ponta Grossa*, v.1, n. 6, p. 5-32, dez. 2009/mai. 2010. Disponível em <http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/viewFile/152/94>
- BARROS, Edelvira. *O Poder Executivo*: In: Imperatriz: 150 anos. Imperatriz: Academia Imperatrizense de Letras, 2002.
- BELTRÃO, Luiz. *Teoria e prática do jornalismo*. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *O campo político, o campo das ciências sociais e o campo jornalístico*. Lyon: Polty Press, 1995.
- _____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papiрус, 2004.
- D ELBOUX, Paulo César. *A Trajetória Comunicacional de José Sarney*. São Bernardo do Campo: UMESP, 2003.
- FRANKLIN, Adalberto. *Do povoado a metrópole*: In: Imperatriz: 150 anos. Imperatriz: Academia Imperatrizense de Letras, 2002.
- GEHLEN, Marco Antônio; GUIMARÃES, Alanna Ferreira. *Ditadura, censura, resistência e desafios do jornal O Progresso de 1970 a 1985*. In: *Jornalismo, mídia e sociedade: as experiências na região Tocantina*. Org. Nayane Cristina Rodrigues de Brito; Rodrigo Nascimento Reis; Roseane Arcanjo Pinheiro; Thays Assunção Reis. Imperatriz: EDUFMA, 2017.
- MARQUES DE MELO, José & ASSIS, Francisco de. *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo: UMESP, 2010.
- MARTINO, L. M. S. *Mídia e poder simbólico*. São Paulo: Paulus, 2005.
- MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova. Revista de Cultura Política*, São Paulo, v. 56 p. 155-184, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/a07n5556.pdf>
- RODRIGUES, Adriano Duarte. *A emergência dos campos sociais*. In: *VVAA. Reflexões sobre o mundo contemporâneo*. Teresina: UFPI/Revan, 2000.
- SANCHES, Edmilson. *Imprensa Escrita*. In: Imperatriz: 150 anos. Imperatriz: Academia Imperatrizense de Letras, 2002.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo volume II: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2008.
- VIEIRA, José Matos. *Lutas, fracassos e vitórias*. Imperatriz: Editora Ética, 2008.

Imperatriz no “Progresso”: Discursos sobre o desenvolvimento urbano em 1970

Brigithy CANUTO

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA

Rodrigo Nascimento REIS

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA



RESUMO:

O artigo busca identificar os discursos do jornal *O Progresso* sobre a cidade de Imperatriz, localizada no sudoeste do Maranhão, na década de 1970. Este é o ano de fundação do impresso, desse modo torna-se fundamental refletir acerca dos relatos do jornalismo da época sobre o município e, assim, preservar a memória coletiva da cidade. As 33 edições disponíveis daquele ano foram indagadas à luz dos pressupostos da Análise de Discurso Francesa. Nesse sentido, verificou-se que *O Progresso* produziu um discurso preponderante sobre o desenvolvimento de Imperatriz, evidenciando o ‘boom’ econômico e o conhecimento das potencialidades da cidade. A afirmação do discurso próspero a respeito da localidade contribuiu tanto para a projeção positiva da cidade quanto para o fortalecimento do próprio veículo enquanto empresa de mídia.

Palavras-chave: Imperatriz; *O Progresso*; Discurso; Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

O Jornalismo é lugar de memória, mesmo que na sua origem esta não tenha sido a intenção primordial. Segundo Barbosa (2004), por meio do jornal podemos ter acesso a narrativas preservadas na história, relatos esses que estão sempre sujeitos a diversos fatores de intervenção humana, como critérios de noticiabilidade e valores notícia. Dentro dessas memórias jornalísticas somos capazes de extrair uma visão da realidade, um recorte de um tempo já passado, pois o jornalismo está inserido em um contexto de simbologias, como tempo e espaço. De tal modo, cada “meio está sempre imerso num lugar antes de tudo histórico e num contexto espaço-temporal portador de particularidades” (BARBOSA, 2004 p. 12).

A partir disto, percebe-se a realidade como uma construção de memória coletiva, de relatos preservados em meios técnicos, como papel, fotografia, música, artes plásticas, entre outros. “Ao se presumir que a mídia de maneira geral ou os meios impressos se constituem como lugares de memória, se está percebendo-os como espaços de articulação da memória coletiva de determinados grupos” (BARBOSA, 2016, p. 11). Nesse sentido, é possível resgatar a memória de determinada cidade preservada nas páginas dos jornais. Por isso, sabendo que o jornal *O Progresso* foi fundado na cidade Imperatriz no ano de 1970, este artigo busca identificar o discurso do periódico sobre o desenvolvimento econômico e sociocultural do município naquele ano.

Assim, o corpus de análise resultou em matérias presentes nas 33 edições publicadas, que foram averiguadas na perspectiva da análise do discurso de Foucault:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (FOUCAULT, 2008, p. 43).

Com base nos dispositivos metodológicos propostos por este autor, foram identificadas duas formações discursivas acerca da cobertura de *O Progresso* sobre a cidade de Imperatriz, em 1970. A primeira: Imperatriz vive um “boom” de desenvolvimento econômico; e a segunda: O conhecimento das potencialidades da cidade. As duas análises partem do princípio de que se pode considerar o conceito de formação discursiva como uma “prática discursiva em meio a outras práticas, na configuração de saber de uma época” (ARAÚJO, 2007, p. 1).

A seleção das matérias se limitou ao gênero jornalístico informativo:

No jornalismo informativo, o relato terá sua estrutura dependente de variáveis externas: os acontecimentos e a relação estabelecida entre o jornalista e os protagonistas do acontecimento. [...] Por esses critérios, resultaria então que o jornalismo informativo comportaria os formatos *nota, notícia, reportagem e entrevista* (COSTA, 2010, p. 45).

A IMPERATRIZ DOS HISTORIADORES

Conforme Adalberto Franklin (2002), Imperatriz começou sua formação em 1852, às margens do rio Tocantins. E, segundo a escritora Edelvira Barros (2002), passou para a categoria de cidade em 22 de abril 1924.

Em 1969, em plena ditadura militar, é eleito o primeiro prefeito de partido da oposição – MDB – em Imperatriz, para um mandato de três anos, Renato Cortez Moreira, tendo como vice Dorgival Pinheiro de Sousa. Renato dedica-se à educação e constrói as primeiras escolas municipais. Regulariza também a situação funcional dos servidores públicos que, até aquela ocasião, não tinham carteira de trabalho assinada. Sem apoio dos governos federal e estadual, Renato empenha-se em trazer energia elétrica para Imperatriz e, para ver satisfeito seu intento, é obrigado a doar à CEMAR as ações da Petrobrás que a prefeitura possuía (BARROS, 2002, p. 65).

De acordo com Franklin (2005), a cidade passou por um “boom” de desenvolvimento nos anos 70, sendo considerada um dos maiores polos produtores de arroz do Maranhão e o segundo do Brasil. Os historiadores descrevem a cena histórica da cidade naquela época como repleta de florestas nobres, cheia de riquezas não tocadas e região propícia para exportação de ‘madeira em tora’, além de atrativa para a instalação de dezenas de indústrias madeireiras. A abundante riqueza florestal de Imperatriz se estendia até a divisa com o Pará, atraindo cada vez mais investimentos e investidores (FRANKLIN, 2005, p. 90).

Segundo os dados de Fregona (2002), Imperatriz é a segunda cidade mais populosa do Maranhão, localizada no sudoeste do Estado. É uma importante via econômica para a região, sendo atravessada pela rodovia Belém-Brasília, pois sua localização é estratégica para o escoamento de soja, extração de madeira e, mais recentemente, produção de celulose.

Com base no olhar de Noletto (2002), temos um pouco do cenário da cidade que concerne ao ano de 1970:

O padrão urbano e arquitetônico de Imperatriz não se modificou em quase nada desde sua fundação até a década de setenta. De fato, suas casas eram típicas construções interioranas de inspiração colonial portuguesa, pobres de recursos estéticos, mesmo nas fachadas nas quais não se viam sequer aquelas vidraças tão comuns em janelas coloniais. A impressão que causava nas pessoas que vinham pela primeira vez era de pobreza franciscana e atraso arquitetônico. No entanto, diferentemente dessa impressão pouco lisonjeira, uma outra face exibida a cidade, logo de princípio, quando se dava a conhecer pelo dinamismo que mexia com as pessoas. Ainda hoje, passados os anos de exploração demográfica das três primeiras décadas pós Belém-Brasília, Imperatriz marca na retina dos visitantes esse jeitão de permanente ebulição, próprio da força de sua economia e do dinamismo da população (NOLETO, 2002, p. 112).

Pode-se notar que a cidade de Imperatriz, mesmo recebendo críticas no que se refere ao urbanismo e infraestrutura, sempre foi vista com potencial de crescimento. Seja por sua localização como “Portal da Amazônia” (que por muito tempo obteve grande fluxo de pessoas em busca da exploração da madeira), seja pela construção de rodovias importantes, ou até mesmo seu povo, muitas vezes retratado como hospitaleiro.

Ao analisar O Progresso do ano de 1970 percebe-se o discurso progressista do jornal em relação à cidade, mesmo em época turbulenta, como a ditadura militar. Naquele ano, o jornal chegou a veicular um comentário titulado “O mistério das prisões”, sobre desaparecimentos em vésperas de eleições como forma de intimidar possíveis agitadores. “As eleições estão bem próximas e se essas ações viessem à tona seria bastante desagradável” (O PROGRESSO, 1970, nº 28).

A relação do veículo com o governo era ainda de pouca denúncia e a maioria do material jornalístico estava detido em impulsionar o crescimento de Imperatriz. São pouco frequentes no jornal notícias sobre assuntos aquém do desenvolvimento da cidade.

O JORNAL PIONEIRO NA CIDADE

Segundo o escritor e um dos fundadores do jornal O Progresso, José Matos Vieira, a ideia de criar o jornal em Imperatriz surgiu em 1969. E em 20 de novembro daquele mesmo ano Vieira escreve ao jornalista Heliús de Monção sua intenção de fundar um jornal. Vieira (2008) registra que o crescimento acelerado e desordenado de Imperatriz exigia um jornal impresso, pois havia pessoas ‘aventureiras’ chegando

com variados costumes e ideias a fim de se dar bem morando na cidade, desse modo um jornal se fazia indispensável para o momento. “A cidade já possuía homens cultos e capazes, prontos a me ajudarem nesse projeto. Seria um veículo de formação de opinião que ainda mais contribuiria para o franco desenvolvimento da região” (VIEIRA, 2008, p. 117).

O jornal *O Progresso* foi fundado em 3 de maio de 1970 pelo empresário e diretor-proprietário José Matos Vieira e pelo diretor e redator-chefe Jurivê de Macedo. “A escolha deste nome foi em decorrência do desenvolvimento acelerado em que a cidade se encontrava” (VIEIRA, 2008, p. 122). Outros dois redatores do jornal eram Luis Henrique Vêras e Pedro José Pereira Braga.

Até 1975, a equipe do jornal foi composta pelos seguintes colaboradores:

Uma equipe era composta de jornalistas aqui da terra e outros vindos de outras partes do país, aqui de passagem ou de férias. Foram eles: Pedro Pereira Braga, excelente cronista, Dorian Ricker, Teles de Menezes e Luiz Henrique Veras, os maiores incentivadores para a criação desse jornal; Antônio Rodrigues Filho (odontólogo), Edmilson Franco (advogado), Adelman Costa (radialista), José Edílson Fialho (colunista social), César Jansen Pereira (funcionário público), Sidney Valadares Vieira (economista, falecido), Sérgio Macedo (empresário), Humberto Nunes (advogado no estado do Piauí), Dr. Aureliano Neto (advogado, hoje juiz de direito), Dr. Agostinho Noletto, Sálvio Dino, Dr. Édson Vidigal (que manteve a coluna do Vidigal) por muito tempo, Dr. Clemente Viegas (advogado), professor José Queiroz, de Carolina; e ainda João Correia Rocha e Mário Mazzini, de Marabá, hoje falecidos; Otávio Barros, o primeiro a trabalhar contratado como repórter; depois Helius de Monção e Vitor Hugo, vindos de Goiânia; José Pitta de Brasília e Flavio Góes, do Rio de Janeiro. Estes foram os jornalistas e colaboradores que ajudaram a dar vida a “O PROGRESSO” até 1975, enquanto eu estive no comando (VIEIRA, 2008, p. 127).

Não há como saber precisamente quais foram os colaboradores do jornal em 1970, já que apenas as colunas eram assinadas com frequência. As demais publicações - como matérias, reportagens, notas e outros - dificilmente eram assinadas.

O Progresso era semanal, saindo aos domingos e contendo quatro páginas. Algumas edições do jornal disponíveis para consulta no acervo da UFMA, campus de Imperatriz, estão com o número de páginas incompletas. Um jornal apresenta uma única página, enquanto outro, apenas duas. Não se pode afirmar se as páginas foram perdidas ou se o jornal foi publicado daquela forma intencionalmente.

A primeira edição do jornal *O Progresso* foi veiculada no dia 3 de maio de 1970, um domingo; e a última edição (nº 33) no dia 15 de dezembro do mesmo ano. O jornal contava com diversos tipos de publicações, tais como: matérias, notas, reportagens, editorial, crônicas, balanços financeiros (do município ou de empresas), dados estatísticos, telegramas (muitas vezes na íntegra), avisos, curiosidades, programação de cinema (filmes em cartaz), colunas (da cidade de Imperatriz e de outras

idades), publicações literárias (poemas, poesias, homenagens, etc.), entre outros.

Figura 01 - Da esquerda para direita: capa do dia 3 de maio de 1970 e 26 de julho de 1970.



Fonte: Acervo do Curso de Jornalismo da UFMA, Imperatriz

Vale ressaltar que o jornal *O Progresso* de 1970 faz parte do Acervo do Curso de Jornalismo de Imperatriz; é um dos mais deteriorados e está em fase de digitalização² para registro da memória da cidade.

DISCURSOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE IMPERATRIZ EM 1970

Os meios e/ou plataformas de comunicação (impresso, rádio, tv e web) são uma fonte de pesquisa documental histórica, a partir do momento em que também são vistos como um relato humano fixado em espaço-tempo e contexto histórico-social. Tendo o jornalismo como uma fonte de pesquisa, este passa a ser também uma forma de conhecimento.

Além desta maneira distinta de produzir conhecimento, o jornalismo também tem uma maneira diferenciada de o reproduzir, vinculada à função de comunicação que lhe é inerente. O Jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais. A hipótese de que ocorra uma reprodução do conhecimento, mais complexa do que a sua simples transmissão, ajuda a entender melhor o papel do Jornalismo no processo de cognição social (MEDITSCH, 1997, p. 3).

É preciso levar em consideração toda a carga que esse relato humano carrega. Por se tratar de um jornalista, dentro de uma empresa jornalística, o mesmo está

²O projeto tem financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão - Fapema/Governo do Estado através do edital 026/2015, com aquisição de equipamentos para digitalização dos jornais do acervo do Curso de Jornalismo. A iniciativa teve início em março de 2016 e envolve a análise e digitalização de quatro jornais no primeiro ano: O Progresso, Capital, Jornal de Negócios e Jornal de Açailândia.

condicionado a singularidades, questões pessoais, ou até mesmo algo de seu apreço. O jornalista também está sujeito a particularidades dentro de universos que lhe são impostos socialmente, como crenças, moralidade, cultura, religião, entre outros. Portanto, não chega a ser incorreto dizer que o cotidiano é parte do conhecimento de uma época. E o jornalismo pode ser responsável por esse recorte:

[...] o critério jornalístico de uma informação está indissolavelmente ligado à reprodução de um evento pelo ângulo de sua singularidade. Mas o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e universalidade que nele se propõem, ou melhor, que são delineados ou insinuados pela subjetividade do jornalista. O singular, então, é a forma do Jornalismo, a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação trazida pelo particular e o universal que foram superados. O particular e o universal são negados em sua preponderância ou autonomia e mantidos como o horizonte do conteúdo (GENRO FILHO, 1987, p.163).

Nesse contexto, a primeira formação discursiva a ser apresentada é: Imperatriz vive um ‘boom’ de desenvolvimento econômico. A primeira edição do jornal no ano de 1970 é marcada pelo início do mandato do prefeito da cidade, Renato Cortez Moreira, logo na capa, é possível ver uma matéria (que no jornal é apresentada como um relato) com o atual prefeito da cidade sob o título “Prefeito promete grandes melhoramentos”, acerca de vários aspectos referentes à gestão municipal. Dentre eles, têm-se os assuntos direcionados ao desenvolvimento da cidade, tais como novo aeroporto, telefone, asfalto, rampa, grupo escolar, merenda escolar, luz, rede de esgoto e Senam (município escola). É possível notar, também, por meio dos tópicos abordados, o interesse do jornal em reforçar sua preocupação com o crescimento econômico, quando no final do relato jornalístico em questão surge a seguinte afirmativa: “Por enquanto, resta-nos fazer votos que a viagem de As. Exa. traga realmente todos esses benefícios até nós, o que significará grande impulso ao crescimento de nossa cidade” (O PROGRESSO, 1970, nº 1).

A questão da água também se mostra uma preocupação para o jornal em notas como “Ampliada a rede de águas de Imperatriz” e “Mercadinho terá instalação de água”. A nota “Água poluída ameaça saúde” mostra uma denúncia sobre as más condições a que são submetidas as pessoas da região que estavam sendo afetadas pela falta de esgotos ou de escoadouro de águas. Problemas como mau cheiro, detritos, mosquitos e lixo jogados no local prejudicavam a qualidade na saúde. A nota ainda faz uma ressalva da importância da implantação de um serviço de coleta de lixo para a cidade, sob a justificativa de manter a mesma limpa e livre do mau cheiro. De fato, a denúncia, como o volume de lixo, traz em seu interior a vontade de implementar recursos que melhorem as condições de saneamento urbano da cidade.

Um telegrama encaminhado à prefeitura da cidade informando o deslocamento de equipes que fariam a ampliação do asfalto é veiculado no jornal através de nota (com o telegrama na íntegra) sob o título “Governo suspende asfaltamento”. Percebe-se o teor de tristeza com a chegada da notícia que claramente afetaria o aperfeiçoa-

mento da cidade, já que asfaltamentos são de grande importância para a mobilidade urbana. Afinal, a cidade obteve um grande número de migrantes por conta da construção da rodovia Belém-Brasília.

Estes discursos de desenvolvimento também são perceptíveis em matérias com os seguintes títulos: “Falta de cimento para obras”, “Milhões da Sudene para o Maranhão”, “TV em Imperatriz”, “500 telefones para Imperatriz”, “Vamos organizar o trânsito?”, e “Nova Imperatriz a BR”. Até quando a matéria possui tom negativo, o plano de fundo é ressaltar o desenvolvimento de Imperatriz, como ocorreu na matéria “E a SUNAB?”, que falava sobre a falta de cimento na cidade. Nela, o jornal destaca que inúmeras obras “principalmente prédios residenciais”, estavam paralisadas devido à falta de cimento, já que o produto era retirado do estado do Pará. Para resolver a situação, alguns comerciantes estavam comprando em Minas Gerais. O jornal cobra providências das autoridades, já que outro fator problemático era a alta nos preços do cimento (O PROGRESSO, 1970, n. 09).

O impresso, que estava no seu primeiro ano de veiculação, precisava firmar a cidade como em desenvolvimento, atrativa e capaz de mudar o cenário regional, melhorando cada vez mais a vida da população. Desse modo, o jornal firmava a sua identidade no ‘progresso’ de Imperatriz.

Na matéria “E a Luz Virá”, o jornal fala sobre os esforços para que a cidade receba energia elétrica. E que depois de escolher um local para instalação e trazer os equipamentos, era provável que a cidade receberia a obra em até 12 meses. Essa instalação também traria a abertura de processos para escolher empresas fornecedoras de postes, concluindo assim o desejo do jornal em ter uma cidade iluminada. “Dessa forma, entrosados Estados e Municípios em benefício do povo, estamos, finalmente; bem próximos do grande sonho da cidade: luz e energia” (O PROGRESSO, 1970, n.º 22).

Pode-se afirmar que o periódico foi propulsor da visibilidade do crescimento econômico da cidade. Na matéria sobre a ligação do bairro Nova Imperatriz à rodovia Belém-Brasília, o jornal expõe que conseguiu informações em primeira mão com o prefeito Renato Moreira, destacando que “a abertura desse logradouro atrairá para essa faixa um movimento comercial intenso, beneficiando sobremaneira o novo bairro e facilitando o crescimento da cidade naquele setor” (O PROGRESSO, 1970, n. 33)³.

Na matéria “BASA vai construir nova agência em Imperatriz” constrói-se um discurso de desenvolvimento aliado à modernidade e valorização da cidade no cenário econômico do Estado:

A paisagem urbana de nossa cidade vai ser enriquecida, dentro dos próximos meses, com um moderno prédio a ser construído pelo Banco da Amazônia S. A., a fim de nele abrigar as instalações de sua filial. (...) A obra foi projetada em linhas modernas, observando todos os requisitos da técnica e da medicina do trabalho (...). É de toda justiça assinalar a realização desse empreendimento, que muito contribuirá para o destaque de Imperatriz no contexto sócio-econômico do Estado (O PROGRESSO, 1970, n.º 10).

³Os jornais, por enquanto, estão identificados apenas pela edição, devido à fase de digitalização.

Na nota “Nova Imperatriz a BR-010”, temos o jornal veiculando a informação de que a cidade receberia na primeira quinzena de janeiro do ano seguinte uma avenida entre o bairro Nova Imperatriz e a rodovia Belém-Brasília. O impresso destaca a importância dessa rodovia quando afirma: “A abertura desse logradouro atrairá para essa faixa um movimento comercial intenso, beneficiando sobremaneira o novo bairro e facilitando o crescimento da cidade naquele setor,” (O PROGRESSO, 1970, nº33). Percebe-se mais uma vez a atenção do jornal voltada para a ampliação da cidade, tendo em vista que isso seria algo positivo.

A segunda formação discursiva se refere ao comportamento do jornal de, a todo o momento, apresentar Imperatriz ao público, como se este não a conhecesse, a qual nomeamos esta formação de “O conhecimento das potencialidades de Imperatriz”. Matérias intituladas da seguinte forma: “Imperatriz: o que foi e o que é”, “Educadora está na onda”, “Placas chegaram” e “Vamos ter agora o cine caixara”, mostram o interesse em publicitar ao máximo o crescimento da cidade.

Na matéria “Vamos ter agora o cine caixara”, o jornal destaca a cidade como finalmente entrando em um caminho mais moderno e tecnológico, além de criar mais um ambiente onde os moradores podem ter acesso à espaço cultural:

(...) Até aqui, as nossas salas de projeção não dispõem dos requisitos necessários ao conforto do espectador, além de contarem com máquinas antiquadas. (...) Para essa casa de diversão Léo já adquiriu em Goiânia grande parte de modernas máquinas, móveis e todo equipamento. (O PROGRESSO, 1970, nº - Danificada a parte que indicava a edição)

A matéria “Imperatriz: o que foi e o que é” trata de uma reportagem com continuação em várias edições cujo objetivo era descrever vários pontos do município. Entre eles a localização, altitude, clima, área, histórico, população, atividades econômicas, meios de transporte, meios de comunicação, pesca, exploração de madeiras, bancos, comércios, hotéis, cinemas, clubes, associações, clubes de serviços, quantidade de médicos. Essa descrição foi tão intensa no jornal que os tópicos citados acima são, de fato, subtítulos que eram explorados em diversas linhas.

Apresentar todas as novidades para o público e, principalmente, aquelas de maior impacto ganhavam as manchetes do jornal:

Em Setembro TV em Imperatriz: (...) Na oportunidade, colhe a reportagem de ‘O PROGRESSO’ que já no próximo mês de setembro funcionará em caráter experimental o circuito de Televisão em Imperatriz. A TV alcançará muitas cidades da região, enquanto apenas Imperatriz e Bacabal no Maranhão serão beneficiadas pelo circuito de comunicações da Embratel (O PROGRESSO, 1970, n 13).

Outro exemplo é encontrado na matéria “500 telefones para Imperatriz”, que relata a instalação pela COTEC⁴, em Imperatriz, de mais 100 (cem) aparelhos de te-

⁴O jornal não identifica o que significa COTEC, suponha-se que seja a Companhia de Telefonia da época.

lefone do tipo semiautomático, “o que elevará o número de aparelhos na cidade para 395 até o dia 15 de novembro próximo” (O PROGRESSO, 1970, nº 12).

Assim como Marialva Barbosa afirma que o jornalismo pode ser considerado um lugar de memória, sendo assim fonte de pesquisa, Foucault, com a formação discursiva, nos possibilita recordar ou supor como uma imagem é construída e/ou reconstruída por meio de seu passado, já que “a Arqueologia é o método para desvendar como o homem constrói sua própria existência. Nesta lógica, os sujeitos e objetos não existem a priori, são construídos discursivamente sobre o que se fala sobre eles” (VARGAS, 2010, p. 122). Portanto, a imagem/discurso que se tem sobre a cidade de Imperatriz também é aquilo que se fala ou falou sobre ela.

O jornal *O Progresso* representou o início ou os primeiros passos da construção da história de Imperatriz por meio do próprio veículo. Um estudo mais aprofundado seria necessário para saber até que ponto o jornal, por meio de seu discurso, ajudou concretamente a construir a imagem da cidade que temos hoje.

É inegável que os meios de comunicação têm um poder muito grande no meio social, mas é difícil determinar até que ponto este poder é exercido de forma autônoma e até que ponto funciona apenas como instrumento de outros poderes instituídos (MEDITSCH, 1997, p. 11).

Os esforços para trazer a energia no ano de 1970, por exemplo, podem ou não ter resultado em como a cidade ficou conhecida no ano de 2011, como a “Capital Brasileira da Energia, em razão do sistema de alta tecnologia que, partindo da cidade, interliga o Norte ao Sul do País. São 1.270 quilômetros e 2.500 torres, obra de grande porte, única no mundo” (SOUZA e ASSUNÇÃO, 2011, p. 27).

Sabendo que o jornal mantinha seu foco no desenvolvimento econômico da cidade e que circulava em um período político conturbado, muito em decorrência da ditadura militar no Brasil, é difícil determinar os interesses (absolutos) por trás do mesmo.

Um dos principais problemas do Jornalismo como modo de conhecimento é a falta de transparência destes condicionantes. A notícia é apresentada ao público como sendo a realidade e, mesmo que o público perceba que se trata apenas de uma versão da realidade, dificilmente terá acesso aos critérios de decisão que orientaram a equipe de jornalistas para construí-la, e muito menos ao que foi relegado e omitido por estes critérios, profissionais ou não (MEDITSCH, 1997, p. 10).

É possível perceber que através das escolhas do que foi publicado ou não, o jornal acabou criando, mesmo que não intencionalmente, um discurso de desenvolvimento e ascensão da cidade de Imperatriz. É notório como a cidade vem sendo tratada nos últimos tempos, vista como um polo de investimento do comércio e da indústria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornal atuou como propulsor do desenvolvimento de Imperatriz no ano de 1970, ora apresentando as novidades urbanas, ora cobrando das autoridades reforços e avanços na infraestrutura da cidade. Apresentava e publicitava Imperatriz aos seus moradores, já que o veículo considerou necessário conhecer os produtos e serviços oferecidos a fim de fomentar o comércio e a indústria.

Além disso, o jornal parece ter sentido a necessidade de apresentar a história da cidade. Por exemplo, a matéria “Imperatriz: o que foi e o que é”, reforçou um ideal sobre Imperatriz que relaciona o crescimento populacional ao progresso econômico, financeiro e social, afastando a cidade do ócio. Essa apresentação serviria, não só aos seus já moradores, mas também aos seus imigrantes, tratados ainda como responsáveis pelo crescimento.

E ainda que houvesse uma variedade de assuntos abordados, o desenvolvimento da cidade foi uma pauta constante, principal valor notícia do jornal na época.

De modo geral, *O Progresso* constrói uma intensa imagem de desenvolvimento social e econômico naquele ano, captada nos textos por meio da representação de mundo dada as palavras das matérias. O cinema, a energia elétrica, a organização do trânsito, a construção civil, a primeira TV, a chegada de mais aparelhos telefônicos, a entrada de novos bancos, a manutenção dos Correios, a possibilidade de empréstimos, o asfaltamento das ruas, a ampliação da rede de água, a exigência por paradas de ônibus, sinalização e tantos outros temas são indicadores de que o desenvolvimento de Imperatriz esteve em pauta em todas as edições do jornal daquele ano, ultrapassando qualquer outra temática, inclusive as de Política e Esporte.

Imperatriz se vê atualmente como uma cidade promissora para investimentos em qualquer área, seja social, econômica, política e outras. Muito disso certamente está correlacionado ao periódico desde a década de 1970, que por diversas vezes reforçou a capacidade de crescimento de Imperatriz.

Pode-se aprender ainda, que as construções discursivas do jornal sobre o progresso da cidade favoreceu o próprio veículo, que permanece até hoje como o impresso mais antigo da cidade. Falar sobre o progresso urbano do lugar em que o jornal estava inserido no primeiro ano de circulação certamente contribuiu para consolidar o nome do jornal “O Progresso” na opinião pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Inês Lacerda. Formação discursiva como conceito chave para a arqueologia do saber. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Paulo: Pedro & João Editores, 2007.
- BARBOSA, Marialva. Jornalistas, senhores da memória?. In: XXVII Congresso da Intercom, 2004, Porto Alegre. CD Rom do XXVII Congresso da Intercom. Porto Alegre: PUC-RS e Intercom, 2004.
- _____. Meios de comunicação: lugar de memória ou na história. *Contracampo*, v. 35, p. 7-26, 2016.
- COUTINHO, Mílson. *Imperatriz: subsídios para a história da Cidade*. São Luís: Sioge, 2014.
- FOUCAULT, Michel A Ordem do Discurso. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- _____. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FRANKLIN, Adalberto. *Breve história de Imperatriz. Imperatriz: Ética*, 2005.
- _____, Adalberto. *Apontamentos e Fontes para a História Econômica de Imperatriz. Imperatriz/MA: Ética*, 2008.
- FREGONA, Livaldo. A natureza que nos cerca. In: *Academia Imperatrizense de Letras (AIL). Imperatriz 150 anos*. Imperatriz: AIL, 2002.
- GENRO FILHO, Adelmo. *O Segredo da Pirâmide: para uma Teoria Marxista do Jornalismo*. Porto Alegre: Editora Tchê, 1987.
- MEDITSCH, Eduardo. *O jornalismo é uma forma de conhecimento?* Universidade Federal de Santa Catarina. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*, 1997.
- NOLETO, Agostinho. *Desenvolvimento urbano*. In: *Academia Imperatrizense de Letras (AIL). Imperatriz 150 anos*. Imperatriz: AIL, 2002.
- SOUSA, Eduardo Soares e ASSUNÇÃO, Tasso. *Perfil Imperatriz Maranhão: socioeconomia, história, geografia, demografia, gestão empresarial*. Imperatriz: Ponto Gráfico, 2011.

BARROS, Edelvira. O Poder Executivo. In: Imperatriz: 150 anos. Academia Imperatrizense de Letras. Imperatriz, AIL, 2002

ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Editora Pontes, 2005.

VIEIRA, José Matos. Lutas, fracassos e vitórias. Memórias. Imperatriz: Ética, 2008.

A representação da violência contra a mulher no Jornal O Progresso

Jackeline Teixeira dos SANTOS

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA

Leila Lima de SOUSA

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA



RESUMO

Este trabalho analisa a representação da violência contra a mulher no jornalismo impresso imperatrizense no ano de 2015. O método usado para a análise das matérias do jornal *O Progresso* é a análise de conteúdo temático categorial de Bardin (2011). Para entender a representação da violência foi necessária a delimitação do objeto de estudo, desta forma, a pesquisa é composta por uma análise de 34 matérias, no período de agosto a outubro de 2015 no qual as matérias são analisadas de acordo com quatro categorias levantadas sendo: Femicídio, Homicídio e Vitimologia, Conscientização da violência contra a mulher e Banalização do estupro. Contudo, a violência contra a mulher é representada de maneira nos quais os acontecimentos dão ênfase maior aos suspeitos e acusados. A mulher mais uma vez é tida de forma humilhada e pouco circunstancial no qual tange ao relato dos crimes cometidos contra elas.

Palavras-chave: Análise de conteúdo, Comunicação; Jornal impresso; Violência contra a mulher;

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um problema universal que atinge milhares de pessoas e, na maioria das vezes, de forma silenciosa. Como questão histórica, social e cultural, faz parte da realidade de muitas mulheres. Esta pesquisa tem como objetivo analisar a partir da teoria de análise de conteúdo temático categorial de Bardin (2011), mostrando a cobertura dos casos de violência contra a mulher pelo jornal *O Progresso*, no período de agosto a outubro de 2015. Descrever de que forma o jornal representa os casos de violência contra a mulher e identificar como o jornal representa a imagem da mulher nas matérias jornalísticas, uma vez que contribui de uma forma crítica a respeito do assunto.

Entende-se que a violência se trata de uma ocorrência antiga, presente em todas as classes sociais e em todas as sociedades, sem restrição de níveis social, religioso e cultural. Acredita-se que a violência contra a mulher é algo enraizado nos séculos.

A opção pelo tema se deu através da observação dos casos de violência contra a mulher em Imperatriz e da forma como eram noticiadas e representadas. A relevância social do trabalho se fundamenta na análise da percepção pessoal sobre a realidade do tema proposto quanto às narrativas trazidas pelo jornal analisado.

O trabalho se deu com base no método de análise de conteúdo categorial de Bardin (2011), que estabelece estratégias quanto à categorização de conteúdo. Os conceitos da autora são relevantes e sustentam o trabalho, já que o método funciona em operações, que separam partes de objetos possibilitando a análise de temas e discursos.

As categorias que compõem o corpus da pesquisa foram construídas por meio da realidade dos acontecimentos das matérias publicadas. As categorias encontradas foram quatro: Femicídio, Homicídio e Vitimologia, Conscientização da Violência contra a mulher e Banalização do estupro. Cada categoria tem em média 8 matérias.

Em 2015, foram recorrentes as denúncias e casos de violência contra a mulher. A análise feita é do ano de 2015, mas traz ainda dados de 2016 para atualizar os percentuais sobre homicídios, estupros e conscientização sobre combater a violência contra a mulher.

Esse artigo está dividido em quatro partes: Na primeira é trabalhada a questão do jornalismo e sociedade no qual é discutido o papel do jornalista como mediador social, já que diante do tema proposto, o trabalho analisa a cobertura jornalística. Na segunda é trazido o histórico violência contra a mulher baseando-se em dados da violência e um recorte sobre a luta do movimento feminista. A terceira parte é composta pelo histórico jornal “O progresso”, objeto de análise deste estudo e, por último, a análise das matérias escolhidas junto às categorias destacadas.

Diante da análise, conclui-se que o combate a violência contra a mulher vai além da maneira em que o fato é noticiado. Os meios de comunicação constituem-se como importantes mecanismos de construção de representações e, por isso, precisam ser analisados, avaliados. No caso do jornal O Progresso, observou-se que além de tratar com superficialidade o tema da violência contra a mulher, reproduz textos de caráter sensacionalista e baseados na cultura do machismo.

JORNALISMO E SOCIEDADE

A vida em sociedade gera inúmeros acontecimentos, para que estes atinjam um maior número de pessoas, é necessário que estas informações circulem. Dessa forma, o jornalista tem papel importante como facilitador no processo de propagação da informação.

Em uma sociedade democrática, o cidadão precisa de informação, o saber precisa circular, e o facilitador para que isso ocorra é o jornalista. Melo (2006) explica a objetividade como prática de reprodução do real. Por mais que o jornalista seja fiel aos acontecimentos, ele pode expressar seus posicionamentos sobre a valoração da notícia no lugar específico do jornal. Portanto, o jornalista pode ser contra ou a favor de alguma questão, mas, isso não pode interferir no relato dos fatos, deve sempre se portar à verdade.

Dessa forma, as matérias contendo aspectos sociais, civis e políticos elevam-se no grau de maior visibilidade. Um dos principais preceitos do jornalismo são a imparcialidade e objetividade, no qual os jornalistas devem ser capazes de conciliar a objetividade trabalhando com os acontecimentos relativos para a construção da realidade social.

O jornalista como mediador do mundo social trabalha a partir de uma teoria do conhecimento. Segundo Pinto (2009), a maneira como a notícia é refletida na sociedade pode acontecer com exatidão e clareza através da reflexão do jornalista. Esse processo

é dado quando os jornalistas utilizam narrativas para classificar os acontecimentos dando respostas às perguntas como: Quem? O quê? Onde? Quando? e Como? Há uma necessidade de explicar e excluir determinados aspectos do acontecimento, no qual dessa forma o jornalismo constrói a realidade diante da narrativa escolhida.

Os efeitos do jornalismo dependem de seus formatos e conteúdos. São representados pela sua percepção, integração e recepção, pois a sociedade deve se sentir representada quanto às informações, e no processo de produção do jornalista para que isso ocorra.

Para Pinto (2009) a representação do jornalismo para a sociedade pode ser considerada como fator determinante do prestígio da ocupação como níveis educacionais, de remuneração e de posse. Isso se dá porque nem todos entendem o trabalho jornalístico.

Esses fatores são os que determinam a representação do jornalismo para a sociedade. A credibilidade está inteiramente relacionada à construção da informação. Sobre a credibilidade e profissionalismo do jornalista que é uma demanda do comunicador, o jornalismo é constituído pela verdade com os fatos. Um fator que será imposto acerca de sua competência profissional.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Nota-se que a desigualdade presente nos dias de hoje é refletida historicamente considerando ainda a revolução burguesa, na Revolução Francesa (1789 – 1799), quando o feminismo teve umas de suas primeiras manifestações na França Revolucionária, liderada por mulheres que exigiam liberdade de trabalho e igualdade dos direitos entre os sexos. (MELO 1998 apud FONTANA 2001).

É notória a distinção de desigualdade entre homens e mulheres, tanto no âmbito profissional como no social. Essa dinâmica ocasionou a criação de novos empregos que exigiam características de mão de obra feminina, mesmo assim, nesse período o homem recebia praticamente o dobro do salário das mulheres. (MELO 1998 apud FONTANA 2001).

Esse movimento feminista, presente até os dias atuais representa uma tentativa de ruptura com a história de submissão imposta às mulheres. Mesmo mudando suas atitudes sobre as imposições da sociedade dentro das estruturas sociais, os homens continuaram tendo prioridades junto aos valores tradicionais aonde mulher ainda é vítima de uma cultura machista com conceitos conservadores predominantemente como força maior, a figura do homem.

Portanto, entende-se que a violência contra a mulher vai além de agressão física. É qualquer ação que lhe cause danos físicos, sexuais e psicológicos. Entretanto, quando a Lei Maria da Penha começou a vigorar no Brasil em 2006, o quadro de denúncias aumentou, pois a Lei garantiu uma segurança a mais para as mulheres. (SANTOS, 2014).

No Maranhão, o maior número de casos de violência doméstica contra a mulher envolve motivos psicológicos, onde a maioria dos agressores são ex-companheiros.

De acordo com a pesquisa realizada pela Vara da Mulher em 2015, o principal motivo para a prática da violência é o não aceitação do fim do relacionamento. Em 2015, foram registrados cerca de 1.300 processos de violência contra a mulher. Ainda em 2015, de acordo com o Tribunal de Justiça do Maranhão, a quantidade de processos abertos chega a 29 mil.

Quanto ao perfil da vítima, a pesquisa revela que a maioria das vítimas são solteiras, casadas ou em união estável, muitas são donas de casa, empregadas domésticas ou autônomas, porém mulheres que exercem algum tipo de atividade remunerada são relatadas em 84% dos casos. Outro dado recorrente é o fato de 62% das vítimas afirmarem ter filhos com o agressor.

De acordo com 8ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz, o total de dados a respeito de processos em relação à violência contra a mulher chegou a 8.950 no ano de 2015 até 12 de dezembro de 2016, em todo o estado do Maranhão. Em Imperatriz, só em 2015 foram registrados na Delegacia da Mulher, um total de 1.139 casos de boletins de ocorrência, além de inquéritos policiais, medidas protetivas e prisões em flagrantes. Apesar de denúncias, nem sempre o boletim de ocorrência se transforma em inquérito, pois as vítimas às vezes desistem de seguir com o processo.

Segundo a Delegacia de Homicídios e Proteção à pessoa, em 2016, foram registrados 168 assassinatos em Imperatriz, sendo que 12 foram de mulheres e 70% das mortes foram praticadas por arma de fogo. Em Imperatriz, a Lei Maria da Penha começa a ser aplicada logo que a ocorrência chega ao conhecimento do Ministério Público através da própria vítima ou de informação oriunda da polícia, prisão em flagrante ou informação de qualquer órgão da rede de atendimento à mulher.

A grande questão no combate a violência contra a mulher se dá pela complexidade da própria sociedade em relação ao combate à violência. O machismo entra em questão por ainda estar enraizado em nossa cultura, pois está presente em quase todos os lugares e lares. Percebem-se os papéis estereotipados para homens e mulheres. Contudo, compreende-se que o comportamento da sociedade é produzido com o tempo, que vai desde o nascimento até conquistar práticas e atitudes através de relações sociais.

A discussão quanto ao gênero vem se solidificando desde os anos 60, sejam pelos que contestam sobre os padrões ou pelos que se sustentam nos padrões. Dessa forma, homens e mulheres ganham sentindo perante a sociedade, pois a estereotipação fomenta os preconceitos sobre como as pessoas são. (LOURO 2000, apud SANTOS; BARROS 2015). Acerca de uma sociedade justa, a luta pelo empoderamento resultou em mudança na sociedade, se comparar com o decorrer histórico começando pelo poder do voto até a luta pela liberdade do próprio corpo.

HISTÓRICO DO JORNAL O PROGRESSO

Em entrevista, Sérgio Henrique Oliveira Godinho, atual diretor geral do jornal *O Progresso* em Imperatriz, relata o histórico do jornal que é hoje um dos mais expressivos jornais oriundos da década de 70, fundado por José Matos Vieira, em 3 de maio. Após al-

guns anos o jornal foi vendido a pedido do editor do jornal, Jurivê de Macêdo para Sérgio Godinho. Em 1978, houve uma retomada do jornal O Progresso devido uma nova venda, onde a partir daí o jornal que era semanal passou a ser diário, assim como é hoje.

Vale ressaltar que ao longo desse tempo, o jornal sofreu inúmeras mudanças, tanto na parte gráfica quanto manufaturista com a troca das máquinas tipográficas pelas máquinas *offsets*, pela substituição também da máquina linotipo pela máquina de escrever elétrica e posteriormente pelo sistema informatizado. Com isso, o jornal ganhou mais eficiência e economia.

Acredita-se que o jornal *O Progresso*, apesar de não ser o primeiro da cidade, foi o primeiro a ter uma presença efetiva acerca do jornalismo, mesmo que não fosse diário quando foi instalado na cidade. A solidificação do jornal se deu mesmo em 1978, o jornal manteve o compromisso com a população em produzir e publicar as notícias do dia a dia. (GODINHO, 2016).

O jornal *O Progresso*, segue uma linha editorial própria com foco na cidade para a comunidade com algumas definições e proibições. Por exemplo, uma das proibições é acerca da intolerância religiosa. O jornal é aberto a toda religião desde que uma não venha por meio das páginas do jornal atacar.

Portanto, percebe-se que a linha editorial do jornal *O Progresso* é mantida em seus 46 anos de existência. *O Progresso* tem formato tablóide é composto por dez editorias: Cidade, Esporte, Geral, Justiça, Política, Polícia, Regional, Agronegócio, Veículos e Tocantins. Nos finais de semana tem cadernos extras com Social, Miscelânea e Especial. Com o slogan “Expressão Regional”, o jornal *O Progresso*, cobre também parte do sul e sudoeste do Maranhão, como São Luís, a capital do estado, e o estado do Tocantins, do Bico do Papagaio até Araguaína, a segunda maior cidade do estado.

ANÁLISE DE DADOS E CATEGORIA

Este trabalho tem caráter qualitativo, tendo como objetivo analisar a representação da violência contra a mulher no jornal O Progresso. As matérias que mais predominaram nas categorias estabelecidas foram: 1. Homicídio e Vitimologia - Quase todas as matérias nas quais havia homicídios ou tentativas de homicídios citava a investigação acerca do motivo do crime. 2. Conscientização - Só no mês de agosto cinco matérias falavam sobre eventos acerca da conscientização e alerta sobre a violência contra a mulher. 3. Banalização do estupro - O estupro é narrado de forma pouco evidente ao crime. 4. Femicídio com forte incitação a violência sexual seguida de assassinato.

HOMICÍDIO E VITIMOLOGIA

O Femicídio ocorre quando há envolvimento de agressão doméstica e familiar, menosprezo ou o cometimento de qualquer ato que denigra a mulher pela condição do sexo feminino. Deve-se entender que as agressões contra a mulher podem onerar em situações que de forma intencional levem a sua morte.

Foram encontradas 13 matérias que evidenciam a prática do homicídio acerca das matérias com características de Homicídio e Vitimologia. Destaca-se a repercussão de um assassinato ocorrido em outubro de 2014, na Vila Cinco Irmãos, em Imperatriz. A matéria relata o assassinato de uma mãe porque o filho não estava em casa e ele se tornou o alvo dos homicidas. O que vale destacar é que é citado o nome da vítima, uma prática que não é evidenciada em outras matérias quanto há morte das mulheres.

“Menor assassinado baleou balconista durante assalto”, a matéria leva um título que pode indagar o leitor a se perguntar: Como o menor assassinado baleou a balconista? Além da confusão no título, a matéria contém expressões pessoais do repórter como “só por maldade”, usadas para justificar o crime que se deu durante um assalto. A expressão poderia ser substituída por outra que não transparecesse juízo de valor ou subjetividade por parte do jornalista. A matéria cita o nome da vítima, mas não tem nenhuma informação concreta dada por fontes. Ao finalizar a matéria, mais uma vez o repórter utiliza o achismo como espécie de justificativa, citando: “Mas sempre ficam sequelas, principalmente psicológicas”. O repórter usa o termo como uma maneira de consolar os familiares e até mesmo a vítima. Entretanto, o termo usado na matéria caracteriza um assombro sobre as consequências que a violência causada à mulher deixou.

Dois casos chamam atenção por conta da exposição da foto das vítimas. A matéria “Mulher é vítima de tentativa de homicídio no Nova Imperatriz” publicada no caderno de polícia no dia 22 de agosto de 2015, retrata que a vítima sofreu tentativa de homicídio. É importante destacar que além de citar o nome da vítima, o jornal colocou também a foto dela expressando desespero, sofrimento, devido à vítima estar chorando. A exposição da vítima quanto ao ocorrido demonstra o caráter sensacionalista da reportagem, onde o que fica em evidência é uma mulher exposta, sangrando em meio a uma violência sem explicação.

Os dados trazidos na matéria relatam que a vítima identificada como Márcia, foi alvejada com disparos na cabeça por dois suspeitos. Diante do acontecido, Márcia foi levada ao hospital e o caso foi registrado na Delegacia do 2º Distrito, onde seria investigado, mas que não tinham informações sobre o motivo do crime. Nenhuma informação sobre a vítima é prestada além de constar que ela se encontrava em observação no Hospital Municipal de Imperatriz (HMI).

Diante do contexto da matéria, percebe-se que há falhas na apuração devido à concretização de informações, pois é relatado que a ocorrência foi feita, mas não tem nenhuma fonte na matéria, seja oficial como a polícia, ou testemunhal.

O outro caso, também publicado no caderno de polícia, no dia 9 de outubro de 2015 também traz duas fotos da vítima, uma viva e a outra caída, já morta. O mais grave e chocante é a foto da vítima caída, completamente exposta, humilhada, sem vida.

Esse caso, em comparação aos outros elencados nessa categoria, trouxe mais detalhes do acontecimento. A matéria presta serviço informando o velório, cita nome completo e idade da vítima e ainda traz um balanço da quantidade de mulheres assassinadas em 2015, que até outubro chegou a cinco mortes. Na publicação ainda são relatados os dados sobre as mortes de todas as mulheres até outubro de 2015.

Esse foi o quinto caso de assassinato de mulheres este ano em Imperatriz e o 23º em menos de dois anos. Em março, a funcionária pública Jornilda Teixeira Barros Silva foi encontrada morta em um galpão em construção no Parque Alvorada II. Ela foi assassinada a pauladas. Em maio, a costureira Aurideia Silva Viana, 43 anos, foi encontrada morta em sua residência, localizada na Rua Godofredo Viana, centro. Aurideia foi assassinada a golpes de mão de pilão. Em junho, a promotora de vendas Maria Edilene Ferreira de Castro, 35 anos, foi assassinada durante um assalto quando se deslocava para o trabalho. Também em junho, foi morta a facadas a cabeleireira Raimunda Leal Barros. Ela foi assassinada pelo marido, o mototaxista Francisco Barros, mais conhecido por 'Tibúrcio'. Em setembro, o crime mais bárbaro tendo como vítima uma mulher em todos os tempos em Imperatriz. O corpo da jovem Kaylane Ferreira Frazão, que tinha apenas 13 anos, foi encontrado nos fundos do quintal do marceneiro Alcino Vilarins, que confessou o crime. A jovem foi assassinada com cortes no pescoço, virilha esquerda e abdômen. (JORNAL O PROGRESSO, 09, OUTUBRO, 2015).

Ao elencar os assassinatos, a matéria cita os crimes já elucidados como o da promotora de vendas, Raimunda Leal Barros e de Kaylane Ferreira. Essa matéria difere de todas as outras devido aos detalhes do fato ocorrido e da repercussão dos demais casos citando nome das vítimas, dos assassinos e explicando como aconteceram os crimes.

Ainda sobre essa matéria, o texto continha caráter informativo sobre o caso começando pelo título "Agente de limpeza é encontrada morta em loteamento na Pedro Neiva de Santana". Diferente das demais matérias sobre morte ou violência contra a mulher, o título já é bastante incisivo ao citar a vítima por sua profissão e não por ser mulher, e citar exatamente o local em que o corpo foi encontrado.

O texto traz uma linguagem informativa acerca de dados policiais. Para a elucidação desse crime e da repercussão de todos os outros, foi ouvido o delegado responsável pela Delegacia de Homicídios de Imperatriz.

Em suma, as matérias publicadas sobre homicídios trazem mais informações sobre os suspeitos ou acusados, do que o fato propriamente dito. Os relatos contados se dão de forma genérica, por exemplo, por não trazerem vozes de especialistas sobre as consequências de a mulher ser violentada. A delegacia da mulher, secretaria da mulher, ou qualquer outro órgão de amparo à mulher não estão presentes em nenhuma das matérias em que houve violência contra a mulher. Assim, a narrativa tem teor informal e apenas factual.

CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Nota-se que o combate à violência contra a mulher vai além de ações jurídicas. É uma questão que está presente em nossa cultura. As mulheres devem lutar por igualdade e espaço, além de tentar acabar com as estatísticas que crescem cada vez mais. Quanto à conscientização da violência contra a mulher, é difícil não

ver a ação dos movimentos feministas que vem conquistando espaços, tendo voz e vez em vários países.

Sabe-se que no mês de agosto comemora-se a Lei Maria da Penha que foi criada em sete de agosto de 2006. Das sete matérias acerca da conscientização da violência contra a mulher, uma faz alusão diretamente à Lei Maria da Penha, ou seja, apenas uma matéria justifica a ação por conta da comemoração da Lei. A matéria em questão, “Prefeitura empossa novas conselheiras municipais da mulher”, publicada em 7 de agosto pelo jornal *O Progresso*, fala da posse das novas conselheiras, mas apenas cita a Lei Maria da Penha, por ser de fato o dia em que a lei foi criada.

Cabe ressaltar que o título não faz menção a Lei ou sobre o objetivo dela. Mas, o objetivo do evento é citado, pois é enfatizado em um trecho da matéria “que tem por objetivo defender a manutenção dos serviços de combate à exploração sexual e à violência contra a mulher”. A matéria relata que o evento é aberto ao público, mas nenhuma fonte que caracterizasse a comunidade foi ouvida. A matéria dispõe de uma foto com mulheres com certificados nas mãos, mas é pertinente a ausência da legenda na foto.

A matéria dá bastante vazão às fontes oficiais que são aquelas mantidas pelo Estado, empresas e organizações. Como exemplo da explicação, na matéria essas fontes oficiais foram bastante evidenciadas, caracterizando um teor político e considerando que em nenhum momento houve informação sobre a comunidade ou as mulheres que iriam se beneficiar com o objetivo proposto no evento.

No dia 18 de agosto de 2015, uma matéria teve repercussão nacional, com o título de “Marcha das margaridas teve participação de 1500 margaridas maranhenses”. A matéria detalha muito sobre os acontecimentos na marcha que ocorreu em Brasília, mas não explica, por exemplo, o que são as margaridas e porque se chamam assim. Mais uma vez é nítida a presença política na matéria, onde a fonte principal usada foi o depoimento do ex-presidente Lula.

A matéria relata o discurso do ex-presidente e usa sua fala diretamente. Acerca do movimento da marcha das margaridas, as falas de uma trabalhadora rural são destacadas apenas nos dois últimos parágrafos. O repórter deixou para ela o relato da importância da organização das mulheres que compuseram a marcha das margaridas. Chama a atenção a falta de diálogo do repórter com a personagem, pois a citação direta da personagem levou o parágrafo inteiro, finalizando a matéria com a seguinte fala:

Nós, mais do que ninguém, sabemos da nossa importância e da necessidade do nosso trabalho para a sociedade. Por isso precisamos estar assim, organizadas e em luta para que mais conquistas e mais direitos possam ser assegurados a cada uma de nós. Ter a oportunidade de vir à Brasília e me juntar a milhares de outras trabalhadoras rurais me enche de emoção, pois estamos sendo responsáveis por mudar a realidade das mulheres do campo de todo o Brasil. E é assim que precisamos e devemos continuar, juntas, para que mais espaços sejam conquistados por nós”, emocionou-se. (JORNAL O PROGRESSO, 18/08, jornal 15.384).

Ainda no mês de agosto, as matérias tiveram o propósito do combate à violência contra a mulher, mas as narrativas não são condizentes com o que o título da matéria propõe. Em suma, as matérias trazem uma prestação de serviço acerca da programação dos eventos e resultados das ações já realizadas em Imperatriz e região.

BANALIZAÇÃO DO ESTUPRO

Desde 1970, há muitas pesquisas e publicações acerca do estupro que é um crime grave e é considerado um dos crimes em que as vítimas são injustiçadas pelas instituições de lei, levando em consideração que a sociedade ainda tolera a violência de gênero, onde apesar de mudanças em discursos midiáticos e na lei, as narrativas sexuais ainda continuam em circulação. (ADLER 1987 apud WOITOWICZ 2016).

A categoria de Banalização do estupro consiste em oito matérias sobre estupro. As matérias se dão de forma noticiosa, mas ao mesmo tempo superficial em sua maioria em relação às informações sobre as vítimas e como de fato ocorreram os crimes. A superficialidade dos relatos acontece pela falta de informações sobre o crime deixando o leitor a muitas perguntas. Quando os dados são presentes nas matérias, são de acordo com relatos de testemunhas em quase todos os crimes. A ênfase sempre é dada para quem cometeu o crime e como andam as investigações.

Nos meses de setembro e outubro de 2015, outras duas matérias chamam a atenção pela semelhança da narrativa, começando pelos títulos. A primeira matéria publicada no dia 15 de setembro levou o título “PM prende acusado de estupro em Açailândia” e a segunda “PM prende homem acusado de tentativa de estupro” publicada em 22 de outubro. A diferença de um caso para o outro é de uma semana. O destaque dessas duas matérias é que elas explicam que o estupro é um crime considerado hediondo pelas leis brasileiras e trazem detalhes do crime. Entretanto, mesmo especificando o tipo de crime, ainda sim não trazem uma fonte especializada para discutir o assunto. Os títulos divergem praticamente por causa do local em que um dos acusados foi preso.

Em uma das matérias a explicação é clara. “Sob ameaça, a obrigou a tirar a roupa. Aproveitando-se de um vacilo, a jovem conseguiu correr para a rua, toda nua, pedindo socorro e entrou em uma residência”. Essa descrição difere de todas as outras matérias citadas, em que os relatos não são muitos aprofundados, pois é possível verificar gírias e uma linguagem informal na matéria. Sabe-se que determinados termos causam impacto na matéria quanto ao teor jornalístico assim como na cobertura da matéria e na narrativa. Usar gírias e uma narrativa tão informal deixa o texto sem características jornalísticas e pode tirar a atenção do leitor quanto à notícia.

Portanto, percebe-se uma deficiência quanto à busca de conscientização social sobre a violência contra a mulher com base nas matérias publicadas. Os títulos pouco referenciam a mulher, as matérias não explicam quem são as mulheres vitimadas. Outro ponto, as poucas fotos das mulheres vítimas de violência são carregadas de violência simbólica, deixando a vítima exposta à violência que sofreu e as marginalizando nos relatos.

O enquadramento jornalístico do jornal destoa de informações completas acerca dos crimes. As matérias por mais noticiosas que se propõem a ser, trazem relatos superficiais, pois em casos de estupro, por exemplo, o jornal repercute o machismo, não traz nenhum dado ou balanço da violência e nem a voz de especialistas ou analistas sociais a fim de trazer conscientização e reflexão para a população.

FEMINICÍDIO

A análise das matérias que construíram esta pesquisa evidenciou diferentes narrativas acerca das quatro categorias levantadas, onde em determinada categoria há poucas matérias em que o nome da vítima é citado. Algumas informações sobre violência de gênero são necessárias para o entendimento do cenário da violência contra a mulher e a forma como ela é representada. É importante ressaltar sobre a gravidade dos crimes cometidos por homens contra as mulheres, que se caracterizam em femicídio ou feminicídio. Pasinato (2011), explica o feminicídio como a morte de mulheres provocadas por serem mulheres.

Ao problematizar o feminicídio percebe-se que a dificuldade acerca de estudos e elucidações dos crimes de violência contra a mulher se dá pela falta de dados oficiais que possibilitam ter uma visibilidade real dos casos ocorridos. Como a falta de dados oficiais é recorrente, para se obter melhores resultados, uma das principais formas de enfrentamentos para as formas de violência são os dados disponibilizados por diferentes fontes como processos judiciais, Ministério Público, registros médicos e a imprensa, que é considerada umas das fontes mais usadas. (PASINATO, 2011).

Mas, a imprensa por ser uma das fontes com mais credibilidade, mesmo sofrendo críticas acerca da cobertura nacional em relação a fatos criminais e, mesmo sabendo que cada jornal conta com uma linha editorial específica, ainda sim é reconhecida com mais credibilidade.

Nessa categoria foram encontradas seis matérias que retratam o feminicídio. Uma das matérias que mais caracteriza o feminicídio foi o caso do marceneiro acusado de estupro seguido de morte de uma adolescente de 13 anos. A matéria foi publicada no caderno de polícia, no dia 1 de setembro de 2015, no jornal *O Progresso*. Segundo a matéria, o réu confesso, conta o crime detalhadamente. O caso em questão é considerado um dos mais bárbaros da cidade de Imperatriz, segundo o relato da polícia. A matéria é narrada dando muita ênfase ao acusado e fala pouco do fato em si que teve muita repercussão midiática na cidade.

A matéria tem caráter noticioso, explica como aconteceu o fato e o que o acusado fez com a vítima. De acordo com as considerações de Pasinato (2011) o caso relatado na matéria pode ser considerado como um “feminicídio não íntimo”, porque vítima e acusado eram vizinhos. É importante enfatizar que na matéria, há duas retrancas com os títulos “Réu confesso” onde mais uma vez se fala da confissão do acusado de forma indireta e “Lista”, pois o acusado escreveu uma lista denominada de “meu harém” com 60 nomes de meninas, que possivelmente iriam ser as próximas

vítimas, segundo suspeitas da polícia, levando em consideração que o primeiro nome da lista foi exatamente o primeiro crime cometido.

Vale ressaltar que nesse período de análise do jornal, não houveram matérias que falassem sobre o andamento do caso. Em outras matérias em que o feminicídio é percebido há o relato do caso, mas sempre em referência ao acusado dos crimes. As matérias são escritas sempre no mesmo padrão, onde a maioria das notícias é diferenciada por conta dos acusados e dos tipos de crimes cometidos.

Portanto, percebe-se uma deficiência quanto à busca de conscientização social sobre a violência contra a mulher com base nas matérias publicadas. Os títulos pouco referenciam a mulher, as matérias não explicam quem são as mulheres vitimadas. Outro ponto, as poucas fotos das mulheres vítimas de violência são carregadas de violência simbólica, deixando a vítima exposta à violência que sofreu e as marginalizando nos relatos.

O enquadramento jornalístico do jornal destoa de informações completas acerca dos crimes. As matérias por mais noticiosas que se propõem a ser, trazem relatos superficiais, pois em casos de estupro, por exemplo, o jornal repercute o machismo, não traz nenhum dado ou balanço da violência e nem a voz de especialistas ou analistas sociais a fim de trazer conscientização e reflexão para a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica é identificada muitas vezes dentro âmbito familiar onde se percebe o poder do homem em relação à mulher. Essa conjuntura é caracterizada como um problema social, podendo ser tida como herança cultural ou social. O que vale ressaltar é que se faz necessária a desconstrução do entendimento de que há justificativa para a violência contra a mulher.

Contudo, quem passa ou já passou por alguma violência sabe de fato o quão assustador é esse problema presente na sociedade. A Lei Maria da Penha como marco político, social e histórico desde que foi sancionada, ajuda as mulheres a terem mais capacidade para sanar e amparar as mulheres que sofrem violência doméstica. Apesar da omissão de violência por muitas mulheres, têm-se dados que mostram melhoras em relação ao comportamento das mulheres quanto a denunciarem seus agressores.

Nisso, é possível reconhecer o papel que a Lei Maria da Penha vem exercendo em pouco mais de dez anos desde a sua criação. Os veículos de comunicação também desenvolvem um papel importante sobre a conscientização da violência contra a mulher divulgando informações. A visibilidade da informação jornalística é recorrente no sentido do seu papel de informar. O jornal impresso, assim como outros meios de comunicação forma opinião, informa, esclarece. A partir dessa emissão e da recepção do leitor, o jornal impresso se tornou um elemento componente no dia a dia da população.

A pesquisa concluiu a importância do jornalismo, o caráter de noticiar quanto à construção da representatividade da construção social. Percebeu-se que o jornal

impresso O Progresso teve uma cobertura rotineira, superficial, focada apenas no factual, sem trazer reflexões ou espaços para trabalhar a conscientização das massas. Não houve conscientização sobre os crimes, assim como o ideal machista do jornal esteve ausente quanto à conduta da vítima.

Nas matérias analisadas não houve percepção do relato do estudo das vítimas, quanto às fontes especializadas. As matérias trazem como possíveis justificativas para os crimes, o comportamento das vítimas, porém, um crime não deve ser justificável por causa do comportamento da vítima e, não só isso, pois, quem determina os comportamentos? Quem pode dizer o que é certo ou errado? Justificar pelo comportamento é enfatizar a cultura machista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Tradução Luís Antero reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

MELO, José Marques de. Teoria do jornalismo: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

PINTO, Ana Estela de Sousa. Jornalismo diário. São Paulo: Publifolha, 2009.

KUNCZIK, Michael. Conceitos de jornalismo: Norte e Sul. Manual de Comunicação; tradução Rafael Varela Jr. – 2. Ed. 1. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

FONTANA, M, & Santos, S. F. Violência contra a mulher. In. Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Humanos Reprodutivos. Saúde da Mulher e Direitos Reprodutivos: Dossiês, S. Paulo, Rede Saúde, dez, 2001.

SANTOS, Nícia Oliveira dos. Violência contra mulher a gente vê por aqui!: a representação da violência doméstica em telenovelas brasileiras. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/4347/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20N%C3%ADcia%20de%20Oliveira%20Santos%20-%202014.pdf>>. Acesso em: dez. 2016.

SANTOS, Nícia de Oliveira; BARROS, Jordana Fonseca. O movimento feminista no Facebook: uma análise das páginas Moça, você é machista e Feminismo sem demagogia. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA E NARRATIVAS DIGITAIS, 2015.

PASINATO, Wânia. Femicídios e as mortes de mulheres no Brasil. Dossiê: Violência: outros olhares. Cad. Pagu no.37 Campinas July/Dec. 2011

WOITOWICZ, Karina Janz. A violência contra a mulher na pauta da imprensa feminista - Traços de uma trajetória de lutas e conquistas do Movimento de Mulheres no Brasil, entre os anos 1970/80. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, V Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo – 31 maio a 02 de junho de 2007.

Jornal de Açailândia: Recortes do cenário político de 1987

Maiane Nascimento da Silva MACIEL

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA

Domingos Alves de ALMEIDA

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do
Iguaçu, PR



RESUMO

O presente artigo busca analisar o discurso do “Jornal de Açailândia” sobre os aspectos políticos da cidade de Açailândia, Maranhão, veiculados em suas edições nº 01 a 10, no período entre 26/01/1987 a 12/04/1987. O noticioso evidenciou diversas questões políticas, dentre elas a sucessão de fatos pós-afastamento do primeiro prefeito eleito de Açailândia, Raimundo Telefre Sampaio, tema esse, tomado como recorte e que será abordado em maior profundidade nesta pesquisa. Através da metodologia da Análise de Discurso de vertente francesa, verificou-se que o impresso, de propriedade do jornalista Edmilson Sanches, tendo cumprido seu papel de elencar os fatos que decorram após a perda do mandato pelo chefe do executivo municipal, noticiou o acompanhamento processual do afastamento do prefeito até o julgamento final em primeira instância.

Palavras-chave: Jornalismo; Discurso; Jornal de Açailândia.

INTRODUÇÃO

A produção midiática, em especial a jornalística, é um processo ininterrupto de formalização, ancorada nas representações que auxiliam a criar versões da realidade apresentada. O que se percebe na prática é uma codificação, um decurso no qual se enquadra e se traduz uma mensagem em um determinado sistema de signos, o receio não é mais com o que é comunicado, mas com a forma com o que se comunica e com a interpretação que a comunicação tem para o ser humano (ALEXANDRE, 2001).

Para compreender as notícias é necessário conciliar várias ideias. De maneira que, separadamente, cada argumento é insuficiente, mas em conjunto nos ajudam a compreender a complexidade do jornalismo (Schudson, 1988). Hoje, inclusive, considerada a teoria mais completa para autores como Traquina (2001), para explicar esse aspecto das notícias, é a Teoria Construcionista. Porém, historicamente, muitas outras foram criadas com o objetivo de responder a pergunta: por que as notícias são como são?

De acordo com Traquina (1993), primeiramente, o fazer jornalístico foi referenciado como um espelho da realidade. Os profissionais acreditavam na concepção de apenas uma verdade, com a crença de que o papel do profissional era limitado a recolher a informação e relatar os fatos, pois os jornalistas seriam apenas simples mediadores de reprodução da ocorrência que poderia ser tratada como notícia.

Considerando os aportes teóricos dos autores citados acima, o papel do jornalismo desempenhado pelo veículo, “Jornal de Açailândia”, foi o de emancipar, dar voz e convicções a uma população antes desamparada desta forma de mídia e que agora poderia contar com o seu mais novo “filho”, como assim denomina Edmilson Sanches

no editorial de lançamento do veículo.

De acordo com Pinheiro (2007), Açailândia foi o segundo município do Leste maranhense a possuir referência de veículo impresso, com o “Jornal de Açailândia”, de 1987. De circulação semanal, o noticioso registrou em suas páginas um acervo documental histórico entrelaçando-se com a história de desenvolvimento e expansão local.

Conforme relatos históricos, a cidade foi criada em decorrência da expansão desenvolvimentista causada pela construção da BR-010 (Belém-Brasília). Uma das empreiteiras da obra instalou um acampamento, dando origem ao núcleo populacional que, findada a obra, ampliou-se graças à migração de pessoas vindas de outros estados do Nordeste.

Nesse sentido, o presente trabalho se propõe a analisar o modo como o “Jornal de Açailândia” de 1987 contribuiu para a divulgação de fatos políticos e construção da realidade local, especificamente, a população de Açailândia, cidade do interior do Maranhão com 111.339 habitantes (IBGE, 2017). Este artigo é fundamentado com base nos conceitos da Teoria Construcionista apresentados por Tuchmann (1983 e 1993), Nelson Traquina (1993 e 2001) e Jorge Pedro Sousa (2002 e 2005). Foi realizada análise de discurso das matérias veiculadas no “Jornal de Açailândia”, nas edições 01 (um) a 10 (dez), todas do ano de 1987.

Trata-se de uma pesquisa documental, bibliográfica e de Análise de Discurso de vertente francesa, apresentado à Comissão de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão. Foi realizada a partir do material digital do Acervo do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, nas páginas do impresso semanal, que narrou o momento vivido pela cidade em na fase de instalação logo após a sua emancipação política.

Nas páginas do noticioso, a atividade política, típica da vida em sociedade, é demonstrada pelo interesse das pessoas na atuação do poder público e denotam como parte importante, senão principal, da linha editorial do jornal, a política pública da região, como forma de auxílio na resolução de demandas da comunidade. Neste sentido, este estudo contemplará as matérias políticas que possuem relação com o afastamento do prefeito Raimundo Telefre Sampaio.

Açailândia, cidade do estado do Maranhão, distante 72 km de Imperatriz e 559 km da capital São Luís, é altamente polarizada politicamente e parte do seu crescimento está direta e intrinsecamente correlacionada aos fatos e políticas regionais e nacionais. Os registros históricos do jornal foram construídos em forma de notícia e são premissas condicionantes em que foi baseado este trabalho, expressando somente o conteúdo encontrado no “Jornal de Açailândia”, bem como o seu discurso, revelado à sua época.

TEORIA CONSTRUCIONISTA

Conforme determina Traquina (2005), o paradigma que constata a notícia sendo a construção social da realidade surgiu no período compreendido entre o final dos

anos 1960 e o início da década de 1970. Seu pressuposto básico determina que a notícia, à medida que se torna presente no acontecimento a que se remete, também o constrói, participando do processo de agregação da realidade Social. O autor defende que as notícias são uma espécie de consequência final de um processo produtivo, iniciado a partir da percepção, seleção e transformação de insumos rústicos, os acontecimentos, num produto fino e bem-acabado, as notícias.

Para Gadini (2007), o campo jornalístico brasileiro cataloga a partir da década de 1980, mudanças exponenciais (ampliação, fortalecimento e segmentação), neste quesito debate sobre conceitos de jornalismo que ainda demoraram alguns bons anos para avançar e requerer demandas pontuais em torno das especificidades de uma mesma modalidade de conhecimento.

A alçada do jornalismo em formatação de conhecimento singular, as compreensões de campo social e produção cultural, assim como as demais referências conceituais agudamente ligadas à ideia de realidade, entendida no que Philippe Corcuff (2001) denomina de perspectiva construtivista uma compreensão que as realidades sociais são entendidas como construções da história e do cotidiano social.

Esse encadeamento, uma vez que não é deliberado nem intencionalmente planejado, pode ocorrer à revelia dos atores envolvidos. Neste sentido, as ações humanas não se processam de modo (sempre) absolutamente inédito, mas ocorrem em situações históricas que, por sua vez, também são gradualmente transformadas por essas mesmas ações, sejam elas de atores individuais ou coletivos.

Na mesma concepção – e, de certo modo, próximo de uma abordagem construtivista – busca-se, aqui, pensar a realidade como uma construção contínua, um campo em disputa, marcado pelas mais diversas formas de expressão, materialidades e tensões.

Ainda segundo os estudos de Traquina (2005), o que era singular, tornou uma denominação pluralista “teorias construcionistas”, já que se desassociou, ao longo dos anos, em outras concepções iniciadas a partir de um mesmo princípio (a “teoria estruturalista” e a “interacionista” também partem da concepção de que a notícia é uma construção social), sendo impossível conceber uma distinção radical entre a realidade e o produzido pela mídia, porque as notícias ajudam a construir a própria realidade.

Barbosa (2011) relata que a *práxis* do jornalismo, determina que tudo seja condicionado em um curto espaço de tempo, e as imposições de imparcialidade e objetividade que incidem sobre os profissionais da notícia se atrelam e permitem, juntas, um demasiado acesso sistemático aos elementos da mídia por parte dos agentes detentores de posições institucionalmente elevadas.

A percepção de influência de uma elite que possui acesso à mídia detém quase que imediatamente um direito primário de interpretar incipientemente os acontecimentos. Esses personagens que comandam a interpretação dos fatos e dão o grau de relevância, tom de diálogo, influenciando inclusive outras futuras coberturas e debates sobre o tema. Segundo o estruturalismo, é esta relação estrutural entre o que Traquina (2005) chama de “*os media*” e suas fontes que transparecem a preponderante gênese do papel ideológico midiático.

Todo esse prospecto traz à tona uma definição de notícia dada por Jorge Pedro Sousa (2000; 2002), para quem pode-se dizer que uma notícia é um “artefato” linguístico que representa determinados aspectos da realidade, resulta de um processo de construção onde interagem fatores de natureza pessoal, social, ideológica, histórica e do meio físico e tecnológico, é difundida por meios jornalísticos e comporta informação com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio sociocultural, embora a atribuição última de sentido dependa do consumidor da notícia.

De acordo com Sousa (2004), a Teoria Construcionista tem uma explicação mais elaborada para as notícias. Para os acadêmicos que buscam uma explicação, o autor afirma que as notícias são contos históricos, resultados de um processo de construção, linguística, organizacional, social, cultural, pelo que não podem ser vistas como o espelho da realidade, antes são artefatos discursivos não ficcionais – indiciáticos – que compõem a realidade e auxiliam no processo de construção e reconstrução.

Desta forma, o conceito de distorção é tido como inadequado e as atitudes políticas dos jornalistas, observados como relativamente autônomos, embora constrangidos pela linguagem, pelas organizações noticiosas, pelas negociações com as fontes, etc.- não são entendidas como um fator determinante no processo jornalístico de produção de informação. As rotinas são vistas como conclusão de um esforço organizacional para assumir uma vantagem estratégica.

Considerando que no pensar científico existem diferentes correntes teóricas para a concepção de um mesmo objeto, ou assunto, e, de igual forma, do processo de construção das notícias, este trabalho seguirá a linha teórica proposta por Sousa (2004).

BREVE HISTÓRICO DA CIDADE DE AÇAILÂNDIA-MA E O SURGIMENTO DA MÍDIA LOCAL

Segundo Nascimento (1998), a principal porta de entrada para a região foi, inicialmente, obtida com a abertura da rodovia federal que liga Belém a Brasília em 1958. A notícia que transcendeu fronteiras destacava que a terra era boa para o plantio e possuía riachos permanentes.

Historicamente, os primeiros a chegarem em um riacho, onde beberam e tomaram banho foram os índios Cutia e Cocranum, denominando então o riacho de Açailândia às 9 horas do dia 19 de julho de 1958.

No entanto, a cidade de Açailândia só foi criada a partir de um manifesto popular entregue por Raimundo Telefre Sampaio, em 01 de janeiro de 1975 ao Desembargador Tácito da Silveira Caldas e, ao terminar a leitura do mesmo, comentou “[...] aqui estão três quartos do município de Açailândia; a parte restante deixem comigo, que farei com perfeição e prazer”. Então, esse elaborou o documento final da lei que criaria o município e entregou aos cuidados do Deputado Marconi Caldas criar o projeto de lei 130/75 que dispõe sobre a criação do município.

Diante do manifesto e da expansão econômica já estava sendo impossível manter como um povoado o local que já contava com uma economia independente, rica e próspera através do funcionamento de 52 serrarias, 12 usinas de beneficiamento de arroz, um comércio em desenvolvimento e muitas propriedades agropecuárias de grande produtividade. A partir da luta de vários militantes como Nélcio Pereira Duarte e Raimundo Telefre Sampaio, o povoado logo veio a se emancipar em 06 de Junho de 1981.

JORNAL DE AÇAILÂNDIA

A primeira edição do jornal de Açailândia foi publicada em 26 de Janeiro de 1987. De circulação semanal, com tiragem de 1.000 exemplares, o veículo participou ativamente do cotidiano da população e repercutiu vários acontecimentos políticos, sociais e policiais. O impresso, contém diversas informações de cunho histórico importante, inclusive atos administrativos de repercussão como a realização do concurso para a escolha do hino, brasão e bandeira da cidade.

Através do editorial de lançamento, “Açailândia, com licença”, (Jornal de Açailândia, 1987, Ano I Número I), o jornal anunciava ser uma ponte entre o acontecimento e a leitura, sendo sério sem ser sisudo. A qualificação dada, inicialmente, por Edmilson Sanches é que o impresso seria uma fonte de informações, opiniões, lazer e conhecimento. Se autodescrevia como simples, exatamente como as pessoas de Açailândia.

O Jornal possuía a premissa de trazer as palavras que seriam colocadas, mas a última seria do leitor. E para finalizar, é feito o convite ao leitor: “Suas páginas são como portas, abra-as, pode entrar” (JORNAL DE AÇAILÂNDIA, 1987, ANO I NÚMERO I). Segundo o diretor e chefe de redação do veículo, Edmilson Sanches, a motivação e o objetivo de fazer a publicação eram: “[...] oferecer um jornal que oferecesse conteúdos com boa técnica jornalística e total isenção política e financeira” (SANCHES, 2016).

O veículo impresso apresentado em dez páginas, se dividia entre seções que continham o seu padrão jornalístico: “Repórter já”, assinada por Coriolano Filho (Coló), que narrava acontecimentos do dia a dia que partiam desde abusos sofridos por passageiros nos serviços prestados por empresas de ônibus até os comentários que pairavam sobre um possível retorno do ex-prefeito Raimundo Telefre Sampaio à prefeitura após seu afastamento. “Entre Parêntese” era uma outra coluna assinada por Tasso Assunção, carregada de humor quando se tratava de situações embaraçosas que se tornavam notícia; uma das mais memoráveis foi, sem dúvidas, o falecimento de um padre em um motel em São Luís. “Segurança”, abordava questões ligadas às ocorrências policiais e as dificuldades que os policiais encontravam em uma cidade de estrutura limitada de realizar seu trabalho, a coluna também era o meio de divulgação dos frequentes assassinatos ocorridos na região. “Nilson”, assinada pelo diagramador e cartunista, Nilson Takashi, que trazia as charges bem-humoradas, colecionando pérolas relacionadas ao cotidiano.

ROTINAS DO JORNAL E EQUIPE

Conforme Sanches (2016), no jornal semanal o conteúdo é similar ao de revista (ou de revisão), que recapitulava os acontecimentos dos últimos sete dias. As informações noticiosas tinham de ter características de interesse permanente, como, para ilustrar, o problema das erosões na parte urbana de Açailândia. Porém, se nas vésperas ocorresse um fato de relevância jornalística, ele seria veiculado no jornal.

As maiores dificuldades encontradas pela equipe do jornal estavam prioritariamente estritas ao dilema entre as atividades de coleta e tratamento das informações e sua construção (redação) em notícia e a produção/impressão do jornal em Imperatriz. Dificuldades de “*timing*” entre a preparação dos conteúdos em um local e a produção industrial em outro a mais de 70 quilômetros. Pois na época não havia internet. O prazo máximo para entrega de anúncio ou matéria no jornal era quinta-feira. Na sexta era levado para impressão e circulava às segundas-feiras.

A equipe era composta por cinco pessoas que cuidavam de todo o processo administrativo e jornalístico do noticioso. Segue abaixo tabela que relaciona os membros de acordo com suas funções:

Quadro 1 - Demonstrativo da equipe do Jornal de Açailândia, de 1987.

| Cargo / Função | Membro |
|------------------------------|----------------------------|
| Direção / Chefia de Redação | Edmilson Sanches |
| Redação e Revisão | Tasso Assunção |
| Redação e Reportagem | Coriolano Filho (Coló) |
| Reportagem e coluna assinada | Silney Budal |
| Cartunista e Diagramação | Nilson Takashi |
| Colunista | Francisco Agüero e outros. |

Fonte: A autora com informações de Edmilson Sanches

DISCURSO DO JORNAL DE AÇAILÂNDIA SOBRE POLÍTICA LOCAL

O “Jornal de Açailândia”, um dos pioneiros veículos de notícias de Açailândia-MA, é um registro histórico do padrão social vivido na década de 1980. A cidade, formada principalmente de imigrantes, eclodia como promessa de desenvolvimento na Região Tocantina, no sul do estado do Maranhão. E essa condição serviu de incentivo para que centenas de famílias se instalassem e viessem a compor aquela que mais tarde seria uma das mais importantes cidades do estado.

No entanto, o crescimento desordenado do município, trouxe consigo várias mazelas tanto sociais como de infraestrutura, considerando que as construções se deram desprovidas de qualquer acompanhamento do poder público. A publicação apresenta a realidade local à época, sobretudo, de natureza política, trazendo elementos-chave para uma compreensão desse momento histórico e, de acordo com estes parâmetros, nossa análise de discurso se dará através de recortes de matérias

em que havia ligação com a cassação do prefeito Raimundo Telefre Sampaio, eleito em 15 de novembro de 1982 pelo PDS com 3.648 votos.

Segue abaixo quadro representativo das matérias veiculadas que compõem essa pesquisa:

Quadro 2 - Veiculações do “Jornal de Açailândia” de 1987 selecionadas para análise de discurso realizadas neste estudo.

| Título | Edição / Página | Espaço dedicado / Coluna | Data |
|--|-----------------------------|----------------------------------|-------------------------|
| Sampaio pode voltar | Edição nº 01 / Pág. 03 | Coluna Repórter JA | 26 de janeiro de 1987 |
| Justiça não julga recurso de Sampaio | Edição nº 05 / Pág. 01 e 02 | Capa e Coluna Cidade | 23 de fevereiro de 1987 |
| Recurso de Sampaio: Julgamento mais uma vez adiado | Edição nº 08 / Pág. 01 e 03 | Capa e Coluna Política / Opinião | 23 de março de 1987 |
| Justiça condena Sampaio a quatro anos de reclusão | Edição nº 10 / Pág. 01 | Capa | 06 de abril de 1987 |

Fonte: A autora, a partir de jornais pertencentes ao acervo digital do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão.

O “Jornal de Açailândia” expõe a gênese da emancipação (na verdade o primeiro jornal publicado foi após a perda do mandato do primeiro prefeito eleito) e o início da conturbada história política da cidade, portanto nas páginas do impresso foram registrados momentos importantes da história política do município, porém nesta pesquisa foram relacionadas apenas questões ligadas a transição pós-afastamento de Sampaio, conforme listadas abaixo:

[...] SAMPAIO PODE VOLTAR – Estão correndo insistentes comentários sobre a possível volta de Raimundo Sampaio à Prefeitura, o que, caso ocorra poderá gerar uma agitação jamais vista na política de Açailândia, pois acredita-se que a repercussão será maior do que a ocorrida com a cassação do mandato de Sampaio. Vamos esperar para conferir [...]. (JORNAL DE AÇAILÂNDIA, Edição nº 1, 1987, p. 3)

A cassação do primeiro prefeito eleito de Açailândia, apesar de ocorrida no dia 23 de maio de 1986, ainda ecoava seus efeitos sendo objeto da coluna jornalística “Repórter JA”, de autoria de Coriolano Filho na edição nº 01 de 26 de janeiro a 02 de fevereiro de 1987, que relatava os comentários que haviam sobre um possível retorno do ex-chefe do executivo.

Segundo relatos históricos de Evangelista Mota Nascimento (1998), dava conta

que, apesar da honra de manter o funcionalismo em dia e o caixa da prefeitura com saldo positivo e realizar melhorias em estradas vicinais, perfuração de poços, construção de escolas, elaborar projeto de saneamento básico e uma biblioteca escolar, estas realizações não foram em si suficientes para conter a opinião pública dos adversários, que inflamados difamavam Sampaio e, o rompimento de antigas amizades (incluindo às de aliança política), foi o “pavio” necessário para que ocorresse uma lamentável perda do mandato do primeiro prefeito eleito de Açailândia.

Seus aliados reclamavam o fato dele embora, democraticamente eleito pelo voto popular, e de não lhe pesar nenhuma acusação formal de corrupção administrativa, tenha perdido o mandato em uma votação extremamente rápida realizada pela câmara, porém Sampaio não ficaria imóvel frente a investida dos adversários e logo tentaria, conforme matérias seguintes, obter pela justiça uma liminar que pudesse reconduzi-lo ao cargo.

“Justiça não julga recurso de Sampaio” (JORNAL DE AÇAILÂNDIA, EDIÇÃO 5, 1987, p. 1)

Manchete na capa da edição nº 5 de 1987, o prefeito afastado Raimundo Telefre Sampaio é mencionado em uma veiculação que afirmava a existência de um mandado impetrado solicitando à esfera judicial o retorno ao cargo, porém esse não havia sido julgado. Conforme colocado, compreende-se a possibilidade de eventual morosidade por parte do judiciário e que colocava a cidade em insegurança institucional por não saber quem poderia ser o prefeito após o julgamento.

[...] Segundo as informações obtidas na semana passada, o recurso de Sampaio já entrou na pauta de julgamentos, e na última quarta-feira, dia em que o tribunal se reúne, iria ocorrer o julgamento, mas por razões até agora não esclarecidas, isso terminou não acontecendo. (JORNAL DE AÇAILÂNDIA, EDIÇÃO Nº 5, AÇAILÂNDIA, 1987)

O poder executivo estava em jogo, e como pano de fundo se encontrava o controle do município, objeto central nesta disputa. Sampaio tentava retornar, mas por aparente lentidão da justiça o processo não corria, e por razões não esclarecidas (fazendo crer em forças ocultas que poderiam estar travando o processo), o julgamento que já estava na pauta não ocorreu no período devido, gerando inconformismo nos cidadãos (sobretudo nos aliados políticos de Sampaio) que aguardavam atônitos uma resolução definitiva de quem deveria permanecer, Sampaio ou Pimentel, quem ocupou a vaga após o processo de cassação.

Por outro lado, também ainda não saiu a sentença do processo que corre na Comarca de Imperatriz movido pelo atual chefe de gabinete Nélcio Duarte, contra o ex-prefeito Raimundo Sampaio. No processo, ele estaria sendo acusado de malversação do dinheiro público. (JORNAL DE AÇAILÂNDIA, EDIÇÃO Nº 05, AÇAILÂNDIA, 1987, p. 2)

Nélcio Duarte era o interventor do município nomeado pelo governador João Castelo Ribeiro Gonçalves, logo no início da sua emancipação, para que houvesse a instalação do município e a construção de prédios públicos. Sampaio então, foi o primeiro prefeito eleito pelo voto direto. Com o afastamento dele, em que assumiu o vice Raimundo Pimentel, foi mantida a chefia de gabinete ao ex-interventor (que já ocupava o cargo durante o mandato de Sampaio).

Sampaio e Nélcio eram amigos que romperam e com isso, Nélcio abriu um processo judicial em que acusava, o outrora companheiro, de corrupção no uso das verbas públicas. Este cenário representa bem a típica luta pelo poder que havia se emanado no município, pois, com o afastamento de Sampaio um novo poder político, de Pimentel e seus aliados, se estabeleceu e, como consequência, o retorno de Nélcio Duarte ao poder por outra via (chefia de gabinete), que não lhe assegurava os poderes do executivo, mas lhe dava grande autoridade, havendo, portanto, interesses escusos do ex-interventor na permanência de Sampaio fora do poder.

Nélcio Duarte, foi interventor através da indicação e influência do ainda vereador Sampaio da cidade de Imperatriz, do qual Açailândia era povoado e, sendo emancipada, pode governá-la para organizar a estrutura básica para que o município pudesse ser iniciado. Logo em seguida, o ainda amigo Sampaio se candidata e vence as eleições à prefeitura. No meio do mandato, Nélcio deixa Sampaio e se alia ao grupo opositor que recebeu a prefeitura com o afastamento do prefeito eleito e a posse do grupo coordenado pelo vice-prefeito Raimundo Pimentel.

Embora a ansiedade da população já fosse bastante com os inúmeros fatos, na edição nº 8 de 1987, o noticioso afirma que Sampaio tem seu recurso novamente adiado. A matéria veiculada aponta que, devido a viagem do relator do processo, o julgamento não ocorreu, como consequência, nesta perspectiva, logo abaixo no mesmo jornal, o prefeito titular do cargo, Raimundo Pimentel, estava sendo convidado pela câmara para prestar esclarecimentos sobre a titulação de áreas públicas a particulares.

Recurso de Sampaio: Julgamento mais uma vez adiado [...] o julgamento do processo estava sendo aguardado para quinta-feira da semana passada, mas acabou sendo adiado, consta que por causa da ausência do desembargador-relator que estaria viajando. (JORNAL DE AÇAILÂNDIA, EDIÇÃO Nº 08, AÇAILÂNDIA, 1987, p. 3)

Vários desmandos ocorriam enquanto o ex-gestor Telefre Sampaio esteve ausente da prefeitura. A ocupação do cargo pelo vice Pimentel trouxe inúmeros problemas administrativos e de natureza ética por parte de seus aliados denunciadas inclusive no “Jornal de Açailândia”. O município estava de fato, sendo saqueado através da titulação de áreas públicas e cargos públicos destinados a parentes de Nélcio Duarte, segundo denunciou o jornal (JORNAL DE AÇAILÂNDIA, Edição 3, 1987). Os desvios administrativos ocorriam demasiadamente mediante a possibilidade de ocorrer um eventual retorno de Sampaio à prefeitura.

COMEMORAÇÃO FRUSTRADA: [...] houve uma queima de fogos de artifício, em Açailândia, que segundo os comentários estava sendo patrocinada por Raimundo Sampaio, numa antecipada comemoração de sua volta à prefeitura [...] na certeza que seria vitorioso, mas a comemoração acabou sendo frustrada com o adiamento da decisão. (JORNAL DE AÇAILÂNDIA, EDIÇÃO Nº 08, AÇAILÂNDIA, 1987, pág. 3)

A vitória no embate jurídico era considerada certa pelos aliados de Sampaio, tendo em vista a ausência de provas legais que determinassem seu afastamento, para tanto, durante o aguardado do julgamento, as comemorações já aconteciam, acirrando ainda mais as disputas políticas que se entravaram a partir do rompimento de aliados.

JUSTIÇA CONDENA SAMPAIO A QUATRO ANOS DE RECLUSÃO: A justiça de Imperatriz condenou a quatro anos de reclusão o prefeito Raimundo Telefre Sampaio, atualmente afastado do cargo, o qual deverá cumprir a pena na Penitenciária Agrícola de Pedrinhas, em São Luis. [...] Consta que a justiça conseguiu provas contra Sampaio quando ouviu o depoimento do engenheiro Edson Bolkachi, que segundo informações teria confessado ter emitido notas fiscais de serviços não prestados à prefeitura. (JORNAL DE AÇAILÂNDIA, EDIÇÃO I NÚMERO 10, 1987)

Conforme anunciado na matéria de capa da edição 10 de 1987 do “Jornal de Açailândia”, no processo que, segundo o noticioso, foi movido pela Procuradoria Pública, ocorreram adversidades que prejudicaram seriamente Raimundo Telefre Sampaio. Houve condenação em primeira instância devido o acréscimo de novas provas ao processo e o juiz se convencendo, condenou Sampaio à perda dos direitos políticos por cinco anos e ainda reclusão. Porém caberia recurso em liberdade, e segundo relatos, em instâncias superiores, após este fato, Sampaio foi absolvido da pena de reclusão não cumprindo assim nenhum período da pena privativa de liberdade.

Como constatamos, o “Jornal de Açailândia” dedicou atenção especial ao processo político e judicial, resultante da cassação de Sampaio, trazendo os desdobramentos do caso, que se encontrava no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Maranhão. Pela análise, percebemos que o veículo tende a posicionar-se de forma crítica em relação a morosidade do judiciário em julgar o processo do prefeito afastado, deixando transparecer que isso ocorre de forma proposital e que há uma articulação política influenciando no caso, para impedir que Raimundo Telefre Sampaio voltasse ao executivo de Açailândia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo percebemos a relevância que a Teoria Construcionista, na perspectiva de Jorge Pedro Sousa, possui em relação a construção da notícia, na forma

em que o jornal participa ativamente no eixo político e em outros seguimentos da municipalidade, colaborando para que fatos ocorridos em bastidores pudessem ser levados a público e muitas vezes com voz ativa em alguns fatos.

A cidade de Açailândia atravessou por um período de caos político criado juntamente com a sua própria emancipação política e administrativa. Este período conturbado se confunde com novos acontecimentos que iriam ocorrer mais tarde, em que vários outros prefeitos da cidade foram, também, cassados, denunciando assim a instabilidade política vivida no município pela ocorrência de situações escusas, ainda iriam resultar no enfraquecimento futuro de uma cidade que teve grandes oportunidades de crescer, além daquilo que é percebido nos dias atuais.

Ao que transparece, o comprometimento político em detrimento das necessidades da população foi a base para a crise instalada no passado trazendo seus reflexos ao longo da história do município, alcançando os dias atuais. Muitas notícias elencadas no jornal de 1987, poderiam ser novamente noticiadas em qualquer noticioso de 2017, significando uma paralisação de 30 anos na história em vários seguimentos sociais, políticos e administrativos da cidade.

Se as instabilidades políticas que ocorreram na cidade desde a época de Sampaio, vindo a serem repetidas em pleitos seguintes não houvessem acontecido, o município teria uma importância mais significativa à nível de estado, e até mesmo em âmbito nacional, cabe-nos analisar, quais serão os passos adotados pelos novos entes políticos e se a história passada (que ainda, por vezes, se mantém bastante atual) venha a ser modificada para que a cidade evolua de forma compatível aos seus ciclos econômicos que, inclusive, poderiam tê-la tornado muito superior no aspecto de desenvolvimento estrutural e social, e quiçá a cidade mais próspera da região.

Notamos, portanto, que o jornal desempenhou seu papel informativo, levando os desdobramentos desse fato para o debate na esfera pública, buscando influenciar na forma como os açailandenses se posicionariam em relação ao jogo político que se transformou a cassação do prefeito Raimundo Telefre Sampaio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, M. O papel da mídia na difusão das representações sociais. *Comum*, v. 6, n. 17, p. 111-125, 2001. Acesso em 25/04/2017. Disponível em: <<http://www.sinpro-rio.org.br/imagens/espaco-do-professor/sala-de-aula/marcos-alexandre/opapel.pdf>>

BARBOSA, F. C. *Jornalismo potencializador e as formas de narrar o outro: a alteridade brasileira no New York Times*. 2011.

CORCUFF, P. *As novas sociologias: construções da realidade social*. Bauru: Edusc, 2001.

FRANKLIN, A. *Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz*. Imperatriz: Ética, 2008.

GADINI, S. L. Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo. *FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, v. 1, n. 33, 2007.

PINHEIRO, R. Gênese da imprensa no Maranhão nos séculos XIX e XX. *Comunicação & Sociedade*, v. 29, n. 49, p. 43-63, 2009.

SANCHES, E. *JORNAL DE AÇAILÂNDIA*, Açailândia, Ano I Ed. 01-10, 10 p., janeiro-abril 1987.

SOUSA, J. P. *As Notícias e os Seus Efeitos*. Coimbra: Minerva Editora, 2000.

_____. *Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia*. BOCC, Portugal, 2005.

_____. *Teorias da Notícia e do Jornalismo*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2002.

_____. *Atividades de Comunicação Social: Jornalismo*. In: *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e da mídia*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

TRAQUINA, N. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega 2, 1993.

TRAQUINA, N. *Teorias do Jornalismo: Por que as notícias são como são*. V. 1. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

Entrevistas

SANCHES, E. Entrevista concedida a Maiane Nascimento da Silva Maciel. Imperatriz, 20 nov. 2016.

SANCHES, E. Entrevista concedida a Maiane Nascimento da Silva Maciel. Imperatriz, 22 nov. 2016.

SANCHES, E. Entrevista concedida a Maiane Nascimento da Silva Maciel. Imperatriz, 19 abr. 2017.

Jornalismo Político: uma análise da coluna Vitrine do jornal O Capital

Gessiela NASCIMENTO

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA

William Castro MORAIS

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA



RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar a coluna *Vitrine*, veiculada pelo jornal *O Capital*, no ano de 1998 – período correspondente as eleições gerais no Brasil - com circulação local, em Imperatriz – MA, observando a frequência em que temas relacionados à política surgem, classificando e identificando os atores políticos. Para chegar aos resultados obtidos, utilizou-se a análise quantitativa e qualitativa, além da Análise de Conteúdo. O presente artigo não busca fazer comparações com outros periódicos, seja no âmbito temporal, local ou temático, e sim, pretende identificar o posicionamento político do jornal, por meio das notas publicadas e dos atores políticos destacados. O estudo é resultado do Grupo de Pesquisa *Jornalismo, Mídia e Memória*, da Universidade Federal do Maranhão, que tem financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA.

Palavras-chave: Jornalismo; Maranhão; *Capital*; Análise de Conteúdo; Política.

INTRODUÇÃO

Por volta de 1808 a imprensa foi implantada no Brasil. Apesar de ter chegado com atraso em relação a países como México (1534) e Estados Unidos (1639), ela não deixou de ser vista como uma fonte documental importante.

Marialva Barbosa, na obra *História Cultural da Imprensa de 1800 a 1900*, propõe uma análise temporal onde decorreram algumas mudanças, entre elas “[...] a abertura de grandes fotos na primeira página, a difusão do folhetim e a proliferação das caricaturas” (BARBOSA, 2010, p. 15). Tais modificações foram advindas dos padrões estrangeiros e são características predominantes nos jornais atuais.

Após o início de fixação e transformação da imprensa, vários periódicos surgiram, dentre eles, *O Conciliador do Maranhão* (1820). Estabelecendo uma ligação direta com a sociedade, “esse leitor anônimo lia sempre com uma pena na mão, marcando no texto impresso aquilo que julgava importante ser destacado” (BARBOSA, 2010, p. 44). Nesse novo cenário, temas relacionados à política é bastante presente.

Em Imperatriz – no oeste do Maranhão – a imprensa teve sua origem por volta de 1932, com *O Alicate*, fundado por Antônio José Marinho. Em seguida, três periódicos surgiram, *A Luz* (1936), *O Astro* (1949) e o *Correio do Tocantins* (1964), compondo a imprensa local. Tendo como objetivo estudar o jornalismo da região, direcionamos a análise para *O Capital* de 1998.

Dentre os periódicos presentes – fruto de doações – no Acervo Setorial de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão/Imperatriz – Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia - CCSST encontra-se *O Capital*, com edições de 1996 a

1999 e de 2007, 2008 e 2010. Para estudo neste primeiro momento, foram escolhidas as tiragens que englobam a década de 90. O ano de 1998 foi selecionado por meio de sorteio. Os outros anos, 96, 97 e 99, ficaram com os demais colaboradores/pesquisadores do Grupo de Pesquisa *Jornalismo, Mídia e Memória* - UFMA.

No Acervo existem periódicos de outras regiões do Brasil, entretanto, a pesquisa é voltada para o âmbito local. *O Capital* possui editorias de polícia, política, cidade, esporte, variedades, dentre outras. A coluna *Vitrine* deveria abordar assuntos referentes a eventos e vida social, no entanto, o conteúdo predominante estava relacionado à política, o que despertou interesse para o estudo em questão.

No *Capital*, a cobertura jornalística sobre a política é um dos temas mais encontrados, por isso é importante verificar a divulgação dos assuntos relacionados. Busca-se fazer essa identificação, com recorte para os meses de junho a julho e outubro a novembro de 98, tendo como estudo a coluna *Vitrine* que pertence à editoria variedades.

Para Assunção (2011) o jornal é de interesse geral, possuindo um maior tempo de circulação, mais exemplares e com notícias pertinentes para análise. Com isso, tem-se como objetivo compreender a estrutura da coluna *Vitrine*, mapeando os temas centrais relacionados à política, classificando-os em categorias e identificando os principais atores políticos presentes.

Para chegar aos resultados obtidos, utilizou-se a análise quantitativa e qualitativa, além da Análise de Conteúdo, sem esquecer-se da pesquisa bibliográfica e documental. O presente artigo não busca fazer comparações com outros periódicos, seja no âmbito temporal, local ou temático, e sim, pretende identificar o posicionamento político do jornal, por meio das notas publicadas e dos atores políticos destacados.

PERSPECTIVA TEÓRICA SOBRE A POLÍTICA NO CAPITAL

Política é advinda do Grego *politikos*, que faz referência aos homens da *pólis*⁵ ou do Estado. Desde a sua instauração, o objetivo estava voltado para cumprimento da ordem na cidade-Estado. Segundo Maar (2013):

O termo “política” foi cunhado a partir da atividade social desenvolvida pelos homens da *pólis*, a cidade-Estado grega [...]. O que a política grega acrescenta [...] é a referência à cidade, ao coletivo da *pólis*, ao discurso, à cidadania, à soberania, à lei (MAAR, 2013, p. 30).

A sua finalidade se perpetuou pelos anos, e a política acabou sendo difundida pelos meios de comunicação. “A política passou a ser uma prática social definitivamente mediada [...] pelos meios de comunicação de massa” (MOTTA, 2015, p. 9).

Esses meios de comunicação serviam de instrumentos políticos, mantendo uma relação estreita entre jornalismo e política. “Os jornais eram acima de tudo porta-vozes do Estado ou de grupos políticos que os financiavam em parte ou na totalidade” (RIBEIRO, 2003, p. 2). Em outras palavras, o jornalismo não deve ser considerado

⁵Referência às antigas cidades gregas.

apenas uma instituição, mas também, uma instituição política (COOK, 1989).

A pesquisa está voltada para esse contexto, do jornalismo e da política, onde os debates em torno dessa questão têm contribuído para a compreensão da imprensa no que diz respeito ao jornalismo político. Por volta de 1950 a 2000 – período que abrange o ano do jornal pesquisado, o jornalismo político era bastante evidente, pois os jornais eram marcados pelo partidarismo e engajamento eleitoral.

Para entender essa abordagem, faz-se uso da Teoria de Ação Política, também conhecida com Teoria Instrumentalista, fundamentada por Traquina (2005). De acordo com a Ação Política, os meios de comunicação servem aos interesses políticos sendo de direita ou esquerda. No entanto, tais posicionamentos não serão enfatizados, focando apenas no contexto geral da teoria, a política.

Assim, nas teorias de ação política, os media noticiosos são vistos de forma instrumentalista, isto é, servem objetivamente a certos interesses políticos[...]. Seja de esquerda ou de direita [...] as notícias são distorções sistemáticas que servem os interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos que utilizam a notícia na projeção da sua visão do mundo, da sociedade, etc (TRAQUINA, 2005, p. 163).

Traquina (2005) destaca que as mídias, em especial os impressos, opinam e direcionam a população sobre determinado assunto e isso, faz dela um agente transformador ou influenciador da sociedade. Herrmann (2015) reitera que por vezes, o posicionamento da mídia, ocorre por conta de interesses privados, privilegiando órgãos políticos.

A mídia não só é uma arena de expressão das forças políticas existentes, mas é também um ator político por direito próprio. Ela é um ator político na medida em que participa da construção da esfera pública, mas, em alguns casos, seu caráter de empresa privada que busca pelo lucro pode fazer com que os interesses privados tenham prioridade sobre suas tarefas públicas. (HERRMANN, 2015, p. 23)

Na concepção da mídia como agente influenciador na tomada de decisões, buscou identificar se o impresso estudado – *O Capital* - conduziu as escolhas da sociedade para um caminho específico, devido ao seu posicionamento político.

[...] a mídia é também uma fonte importante de poder político, econômico e social e pode ser utilizada para concentrar poder. A escolha das matérias e a apresentação de ideais normativos nos textos jornalísticos, ao serem confrontados com a realidade empírica, fazem com que a mídia seja mais do que um veículo de expressão da opinião pública, ela participa ativamente na sua formação. A tomada de posição da mídia [...] tem então consequências políticas muito importantes. (HERRMANN, 2015,

A Teoria de Ação Política nos auxiliou na identificação do posicionamento polí-

tico do jornal, tendo como base, as notas publicadas e os atores políticos citados na coluna *Vitrine*. Sendo que, no Brasil, em 1998, o cenário político era de grande disputa, pois, ocorriam às eleições gerais que contemplavam os cargos para presidência da república, senadores, governadores e câmara dos deputados.

A VITRINNE NO CAPITAL DE 1998

O dia 02 de setembro de 1994 é marcado como o ano de fundação do jornal *O Capital*, sendo ele o segundo mais antigo de Imperatriz (ASSUNÇÃO, 2011). Instituído pelo empresário e jornalista Connor Pires Farias, o jornal possuía circulação diária, de terça a domingo e pertencia ao Sistema Tucanu's de Comunicação.

Jornal *O Capital*, 1998⁶

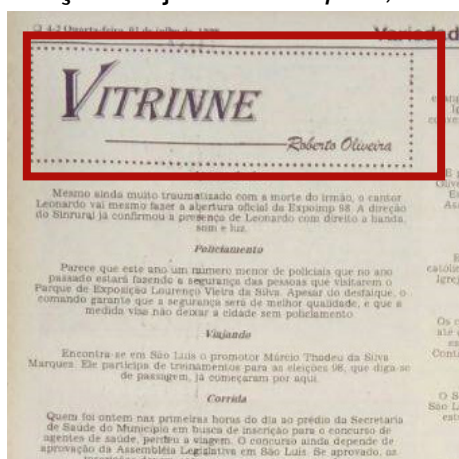


O jornal era composto por 16 páginas, dividido em três cadernos – A, B e C. Editorias referentes à cidade, polícia, esporte, social, variedades e dentre outras, compuseram o periódico. Porém, o enfoque será na coluna *Vitrine*, pertencente à editoria variedades.

Assinada pelo jornalista Roberto Oliveira, a coluna era diária, opinativa e tratava de vários assuntos, no entanto, a temática predominante estava relacionada à política. Essa foi a característica que despertou atenção dos pesquisadores para realizarem a análise.

No decorrer do ano de 1998, o noticioso passou por algumas mudanças. A coluna que antes encontrava-se na página 4 do caderno B, a partir do segundo semestre, no mês de outubro, foi alocada na página 5 do caderno A, mudando também a sua nomenclatura para *Vitrine Capital*. Apesar dessas mudanças, a coluna permaneceu abordando a política como temática principal. Abaixo edições do *Capital* de 98, com as mudanças citadas.

Edição do jornal *O Capital*, 1998⁷



Edição do jornal *O Capital*, 1998⁸



⁶Exemplar do jornal *O Capital*, ano III, de 01 de julho de 1998.

⁷Exemplar do jornal *O Capital*, ano III, de 01 de julho de 1998.

⁸Exemplar do jornal *O Capital*, ano III de 01 de novembro de 1998.

No Acervo Setorial de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão/Imperatriz – Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia - CCSST, estão presentes edições dos anos de 1996 a 1999 e de 2007, 2008 e 2010. O ano de 1998, conta com 217 exemplares.

METODOLOGIA

Nos jornais, a política sempre teve espaço, esses meios são vistos como um local de debates e disputa de informações. “Os primeiros jornais foram marcados pelo partidarismo e eram em geral fundados por intelectuais e personagens políticos, que escreviam em suas páginas, defendendo posições e opiniões” (PAIVA, 2007, p. 12).

A finalidade desta pesquisa é identificar e mostrar a frequência com que assuntos relacionados à política são publicados na coluna *Vitrine*, do jornal *O Capital*. Para a realização da análise, foram utilizados como ferramentas metodológicas a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, análise quantitativa e qualitativa e de Conteúdo.

Para Fachin (2002, p.27):

O método é um instrumento do conhecimento, que proporciona aos pesquisadores, em qualquer área de sua formação, orientação geral que facilita planejar uma pesquisa, formular hipóteses, coordenar investigações, realizar experiências e interpretar os resultados.

Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, fazendo um levantamento sobre os livros e artigos usados para embasamento do tema. A pesquisa documental também tem sua importância. No livro *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*, Gil (2002, p. 46) menciona que “há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica”.

Para estudo dos dados coletados, utilizou-se a análise quantitativa, com testes de correlação e qualitativa, por meio da análise de conteúdo, pois assim, foi possível uma maior compreensão do material pesquisado.

Por fim, utilizamos como referência a autora Laurence Bardin (1979), onde a mesma cita que “a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1979, p. 38).

A Análise de Conteúdo possui várias técnicas e nesse estudo utilizou a análise temático-categorial. Essa técnica considera o texto por completo, passando por uma classificação e quantificação. “Funciona por operações de desdobramentos do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos” (BARDIN, 1979, p. 153).

Na descrição do conteúdo presente na coluna *Vitrine*, foram utilizadas as três fases, que Bardin (1979) classifica em: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados, a inferência e interpretação.

A primeira fase, pré-análise, consiste basicamente em escolher, organizar e ler o material analisado, fazendo uma formulação de objetivos, hipóteses e/ou afirmações. Na segunda fase, compreende a exploração do material, que foi previamente organizado e selecionado. Na última fase, apresentamos os resultados, e por fim, a interpretação dos mesmos.

ANÁLISE DO DADOS

Como já mencionado, em 1998, ocorriam às eleições gerais no Brasil. No Maranhão, candidatos como Roseana Sarney (PFL), Eptácio Cafeteira (PPB) e Domingos Dutra (PT), concorriam ao cargo de governador (a) do Estado. Já para o posto de senador, João Alberto Sousa (PMDB) e Haroldo Saboia (PT) estavam na disputa. Nice Lobão (PFL), João Castelo (PSDB), Paulo Marinho (PSC), dentre outros, também almejavam os ofícios de senadores. É nesse cenário pela disputa de poder, que se concentra à pesquisa.

Ao analisar a coluna, busca-se identificar os principais atores políticos e em quais assuntos os mesmos estão ligados, fazendo um recorte temporal para os meses de junho a julho e outubro a novembro de 1998, pois nos dois meses antecedentes as eleições – agosto e setembro – a coluna deixou de ser publicada, retornando em outubro do mesmo ano.

Os quatro meses analisados foram divididos em dois grupos. O grupo 1 representa o período que antecedia as eleições e, o grupo 2, corresponde ao momento posterior. Para melhor compreensão do material selecionado, fez-se uso de duas categorias, sendo elas, ator político – que se refere ao personagem político encontrado na coluna – e temática – que menciona o assunto político abordado.

Ao todo, foram analisadas 64 edições do *Capital* que corresponde a 100% do material, nesse total estão inseridos os atores políticos e as temáticas. No entanto, para delimitação do *corpus*, foram destacados apenas os três mais citados de cada categoria.

Outros atores não destacados surgem em três notas que se referem a 4% do material, duas notas que corresponde a 2% ou até mesmo, em uma nota, que representa 1%. O mesmo também acontece com as temáticas, às menos destacadas, são citadas em três notas, representando 4%, duas notas, correspondendo a 2% e, em uma nota, referente a 1%. Não seria viável para esse artigo, a listagem completa dos atores e assuntos mapeados – representando os 100% do material, mas sim a exposição dos dados selecionados, pertinentes para análise.

O primeiro grupo compreende aos meses de junho e julho de 1998, e nele foram destacados os três atores políticos e as temáticas com maior frequência na coluna. Roseana Sarney (PFL) candidata a reeleição ao cargo de governadora do Maranhão, é o ator político mais presente, sendo mencionada em 19 notas, representando 23% das 34 edições analisadas. Nesse período, Roseana era citada em uma nota por publicação, porém, na edição do ano III, de 23 de julho de 1998, o ator político destacado foi citado duas vezes, compondo assim, as 19 notas referente aos 23%.

Lula (PT) candidato a presidência da república, foi mapeado como o segundo ator político em destaque, tendo menções em cinco notas, correspondente a 6%. André Paulino (PMDB), vereador local, também recebeu destaque na categoria, sendo citado em quatro notas, condizente com 5%.

Na categoria temática, assuntos relacionados à candidatura estão presentes em treze notas, sendo esses os 15% do total, temas envolvendo saúde, aparecem em oito notas, correspondendo a 10%. Reeleição é o terceiro assunto em destaque, com seis notas, representando os 7% do material.

Tabela 1: Os principais atores políticos e temáticas da coluna Vitrine⁹.

| Ator Político (ap) | | | Temática (t) | | |
|--------------------|-----|-------|--------------|-----|-------|
| | % | Notas | | % | Notas |
| Roseana Sarney | 23% | 19 | Candidatura | 15% | 13 |
| Lula | 6% | 5 | Saúde | 10% | 8 |
| André Paulino | 5% | 4 | Reeleição | 7% | 6 |

Já no segundo grupo, que corresponde aos meses de outubro e novembro do mesmo ano, foram analisadas 30 edições. Na categoria temática, conteúdos que tiveram notoriedade estavam relacionados a cargos políticos, pertencendo a oito notas, condizente a 12%. Notícias sobre os candidatos eleitos, também foram destaque na coluna, com seis notas, referente a 9% do material. E denúncia foi um assunto relatado com frequência, sendo citado em quatro notas, que corresponde a 6%.

Mais uma vez, Roseana Sarney (PFL) foi destaque na categoria ator político, sendo mencionada em oito notas, que corresponde a 12% do material analisado. Luís Carlos Noleto Chaves (PSTU), candidato ao cargo de senador do Estado, foi citado em cinco notas, representando 7% e Fernando Henrique Cardoso (PSDB), foi apontado em cinco notas, relativo a 7% do material.

Tabela 2: Os principais atores políticos e temáticas da coluna Vitrine¹⁰.

| Ator Político (ap) | | | Temática (t) | | |
|---------------------------|-----|-------|--------------|-----|-------|
| | % | Notas | | % | Notas |
| Roseana Sarney | 12% | 8 | Cargos | 12% | 8 |
| Luís Carlos Noleto | 7% | 5 | Eleito (a) | 9% | 6 |
| Fernando Henrique Cardoso | 7% | 5 | Denúncia | 6% | 4 |

Como já citado, buscamos identificar os principais atores políticos e os assuntos em que os mesmo estão ligados. É notável que nos dois grupos, Roseana Sarney (PFL)

⁹Dados coletados dos exemplares do jornal O Capital, ano III, de: 02 de junho de 1998 a 31 de julho de 1998.

¹⁰Dados coletados dos exemplares do jornal O Capital, ano III, de: 03 de outubro de 1998 a 28 de novembro de 1998.

foi o ator político com mais destaque, sendo assim a utilizaremos como referência.

A temática “saúde”, pertencente ao grupo 1, surgiu em oito notas, referente a 10% do material, sendo todas atribuídas a Roseana Sarney. Abaixo uma nota, do ano III, de 01 de julho de 1998, referente à temática.

Saúde

Pouco ainda resta de órgãos não vitais dentro de nossa governadora, depois de tirar as trompas, útero e ovário, agora a nossa frágil governadora teve parte do intestino retirado, a cirurgia foi neste final de semana.

A candidata ao Governo Estadual, também é mencionada em temas relacionados à “reeleição”, das seis notas sobre esse conteúdo, quatro a citavam. A edição do ano III, de 14 de julho de 1998, destaca:

Parceria

Nunca se viu na política maranhense tanto apoio de igrejas evangélicas a candidatos. Somente este ano a Assembléia de Deus e a Igreja Universal participaram com o maior número de fiéis nas convenções de São Luís; eles foram manifestar apoio a Roseana Sarney à reeleição.

No grupo 2, as eleições já haviam sido realizadas e Roseana foi reeleita governadora do Maranhão. Nesse mesmo período, houve um equilíbrio as menções feitas, pois das oito notas relacionadas a “cargos políticos” e, das seis notas as “eleição”, apenas duas notas de cada temática faziam referência ao ator político em destaque.

Na edição do ano III, de 08 de outubro de 1998, comunica a reeleição da governadora:

Eleições

A meia noite de ontem, saiu o resultado oficial das eleições 98 no Maranhão, o juiz eleitoral Ney Beto divulgou a vitória de Roseana Sarney ao governo do estado e João Alberto ao senado, a lista com os eleitos sai na sexta feira.

Os cargos políticos ainda não estavam definidos pela governadora, é o que menciona a edição do ano III, de 22 de outubro de 1998.

Indefinição

A governadora Roseana Sarney ainda não definiu um secretário para seu segundo mandato, em entrevista ela disse ter poucas mudanças, vale saber se algum nome da nossa cidade será chamado para compor o primeiro escalão do governo.

É perceptível que Roseana Sarney, foi destaque em todo período analisado. Porém, a categoria “saúde”, pertencente ao grupo 1 despertou atenção. Das oito menções, correspondentes a 10% do material, todas estavam relacionadas ao ator político. Os termos utilizados para referenciá-la, a retratavam como uma mulher frágil – por conta de sua saúde – mas, de fibra, que apesar dos problemas, sua preocupação maior, era com a sociedade. A maneira como a coluna refere-se ao ator político, faz com que se tenha uma aproximação da população com a vida política. “A política deixa então de ser algo distante e inacessível para fazer parte da rotina da sociedade, através dos meios de difusão de informação” (MELO, 2013, p.11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já assinalado, o objetivo da pesquisa estava voltado para o mapeamento dos principais atores políticos ao qual os mesmos estavam ligados, identificando também, o posicionamento político do jornal. Tendo como embasamento a teoria de Ação Política, pois, a mesma afirma que os meios de comunicação, sendo de direita ou esquerda, servem aos interesses políticos (TRAQUINA, 2005).

Diante da análise, por meio dos atores políticos citados e dos temas mapeados, é possível afirmar que, o jornal *O Capital*, influenciou a população na tomada de decisões. Tal direcionamento é perceptível nos dois grupos. No grupo 1, período anterior as eleições, o jornalista destacava o ator político fazendo menções a sua saúde e reeleição.

As notas relacionadas à saúde passavam a imagem de Roseana Sarney, uma mulher forte e guerreira, que apesar da saúde fragilizada, ela estava sempre a pensar no melhor para a sociedade. Destacava também, que todos, até as entidades religiosas, a apoiavam. Caracterizando esse como o tipo de representação que o Estado deveria ter. Essa mensagem era enfatizada durante todo o período eleitoral. A mídia estava participando ativamente na formação da opinião pública (HERRMANN, 2015).

Já no grupo 2, correspondente ao momento posterior as eleições, foi notável que o jornal contribuiu para a reeleição de Roseana Sarney ao governo do Maranhão – por meio das notas que enfatizavam suas ações e personalidade. Após reeleita, houve uma diminuição nas menções feitas, havendo um equilíbrio nas notas. Nesse momento, é possível afirmar que o jornal serviu aos interesses políticos – característica da Ação Política.

A tomada de decisões da mídia resulta em consequências importantes (HERRMANN, 2015). Com isso, o estudo nos permite concluir que, o posicionamento do jornal estava voltado para a reeleição de Roseana Sarney e, após alcançá-lo, não se viu necessário citá-la com frequência. Tal afirmativa é feita devido ao tratamento que o ator político recebia do jornal. Não afirmando que houve manipulação, mas de maneira indireta uma influência sobre a população – detentora dos votos. A mídia sendo um ator político exerceu influência sobre a escolha dos cidadãos e, o jornalista utilizou as notas para projetar sua opinião sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Thays. *Imprensa em Imperatriz-MA: uma proposta de periodização dos jornais impressos (1932-2010)*. 2011. 80 f. Tese Graduação em Comunicação Social/Jornalismo – Universidade Federal do Maranhão. Imperatriz, 2011.

BARBOSA, Marialva Carlos. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

COOK, Timothy. *Making laws & making news: media strategies in the U.S. House of Representatives*. Washington: Brookings, 1989.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Ad Ilson; SILVEIRA, Amélia. *Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico*. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2006.

FACHIN, Odília. *Fundamentos de Metodologia*. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERRMANN, Julián Durazo; GUAZINA; Liziane Soares. PEREIRA, Fábio Henrique (org.). *Novos questionamentos em mídia e política*. Florianópolis: Insular, 2015.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (org.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.

MAAR, Leo Wolfgang. *O que é política*. São Paulo: Brasiliense, 2013.

MARQUES DE MELO, José. *História Social da Imprensa*. 2. Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: a história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1998.

PAIVA, Letícia Carpane de. *Jornalismo e Política na Imprensa de Interior: A Questão da Autonomia na Cobertura de Ações da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis*. Monografia de Conclusão de Curso –

Universidade Federal de Juiz de Fora, Rio de Janeiro, 2007.

PESQUISA Brasileira de Mídia. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>> Acesso em: 10 novembro 2016.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 1, n. 31, p. 147-160, ago. 2003. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2186/1325>>. Acesso em: 14 abril 2017.

SOUSA, Jorge Pedro. Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. 2002.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são. 2 ed. Florianópolis:Insular, 2005.

MELO, Rostand de Albuquerque. O cotidiano da política no jornalismo: espetáculo e debate público na esfera midiática. (On-line) INTERCOM. Disponível em: < <http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2013/resumos/R37-0276-1.pdf>>. Acesso em 20 abril de 2017.

O Leitor nas Páginas dos Jornais: Uma Análise da Coluna Cartas, Fone, Fax do Jornal Capital

Denise FALCÃO

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA

Roseane Arcanjo PINHEIRO

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, PR



RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar as cartas de leitores presentes na coluna *Carta, Fone e Fax*, do extinto *Jornal Capital* - impresso diário, que circulou entre os anos de 1994 e 2008 em Imperatriz e região. Para obter os resultados utilizou-se como método a análise de conteúdo por meio de um mapeamento quantitativo e qualitativo. Desta forma, a pesquisa buscou identificar estes leitores, quanto a gênero (masculino e feminino), localidade e os temas mais recorrentes - a fim de compreender as principais demandas levadas até o jornal. Diante de tal análise, foram mapeadas 46 edições do *Jornal Capital*, entre os dias 03 de janeiro e 05 de março de 1997. O presente artigo é decorrente de estudos realizados no Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória da Universidade Federal do Maranhão com apoio do Fundo de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão – FAPEMA.

Palavras – chave: Jornalismo; Imperatriz; Leitores; *O Capital*; Análise de Conteúdo.

INTRODUÇÃO

No Brasil, similar aos demais países, as primeiras manifestações da imprensa e do próprio jornalismo foram surgindo ao mesmo passo que o desenvolvimento econômico, político e social das regiões foram se moldando. Desta forma, os primeiros jornais impressos estiveram concentrados na capital e regiões em pleno desenvolvimento.

Nesse sentido, no Maranhão a imprensa foi instalada no século XIX quando na província começava um mal estar entre os nativos e portugueses, tendo em vista o desejo dos colonizadores em permanecer no poder, enquanto no Brasil, a independência já se estabelecia em algumas regiões. É nesse cenário que surge o primeiro jornal impresso em território maranhense – *O Conciliador* na data de 15 de Abril de 1821, transformando São Luís na 4ª cidade do país a ter imprensa. Sobre este primeiro momento da imprensa maranhense, Roseane Arcanjo (2008), conta que:

O jornal *O Conciliador do Maranhão* nasceu sob os ventos liberalizantes da Revolução do Porto, instigada pela insatisfação de segmentos da população portuguesa frente ao abandono do monarca D. João VII quanto ao destino da nação (ARCANJO, 2008, p.1).

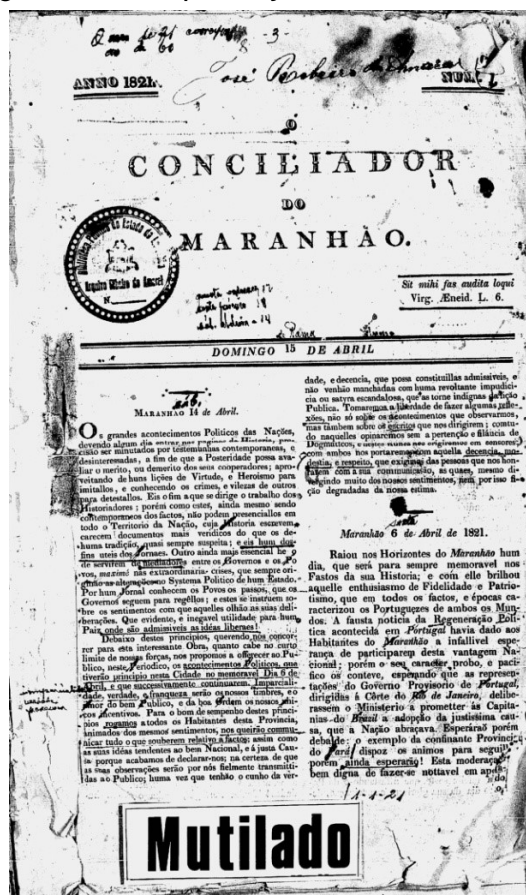
De acordo com Arcanjo (2008), o impresso surgiu como uma espécie de “propagador” do discurso oficial do governador da província Bernardo da Silveira Pinto Fonseca. Ao contrário do que o seu nome sugeria, *O Conciliador*, incitou a revolta e os conflitos entre os lusos e os brasileiros, os que eram contra e os que eram a favor da independência e proclamação da república no país. Dentro desse contexto, o pesqui-

sador Sebastião Jorge (1998) explica que: “O Conciliador era favorável à Constituição portuguesa, defendendo com radicalismo o seu cumprimento, além de recomendar fidelidade às ordens emanadas da metrópole [...]” (JORGE, 2008, p. 32).

Segundo Jorge (2008), o jornal circulava pelo menos duas vezes por semana, mas não era em dias regulares. Com formato de papel almaço, O Conciliador do Maranhão era comercializado para assinantes de São Luís e cidades vizinhas, e para aqueles que buscavam as publicações de forma avulsa, era possível encontrar o impresso em alguns pontos da cidade de São Luís.

O Conciliador saiu de circulação em 16 de Julho de 1823, após 210 números terem sido impressos (ARCANJO, 2008). No ano de 1825, é registrado o surgimento do primeiro jornal a fazer oposição à coroa portuguesa, trata-se do “Argos da Lei”, de Odorico Mendes.

Figura 01 – Capa do jornal O Conciliador¹¹



Fonte: Biblioteca Nacional on line

Em Imperatriz, a chegada dos primeiros jornais impressos é datada somente entre os anos de 1932 e 1964, sendo catalogados alguns desses impressos pela pesquisadora Thays Assunção (2010). De acordo com Assunção (2010), o cotidiano dos moradores, as questões socioculturais do município, estiveram presentes na rotina jornalística de Imperatriz entre os anos de 1932 e 1964. “É nessa época que se

¹¹ Jornal O Conciliador do Maranhão, primeiro jornal do Estado, fundado em 1821.

registra o surgimento dos primeiros periódicos da imprensa imperatrizense: *O Alicate* (1932), *A Luz* (1936), *O Astro* (1949) e o *Correio do Tocantins* (1964)” (SANTOS L.A. B, 2013, p. 17).

Respectivamente, conforme Assunção (2010), *O Alicate* foi fundado pelo escritor e tabelião Antônio José Marinho. O impresso era redigido à mão e não tinha uma periodicidade estabelecida.

Sobre o jornal *A Luz*, tratava-se de um jornal semanal, e tinha como equipe: Gurmecindo Milhomem, Antenor Barros e Antônio José Marinho. Em relação ao *O Astro*, este impresso circulava quinzenalmente e estava ligado ao Partido Social Trabalhista. *O Astro* era liderado pelo então prefeito de Imperatriz, Simplício Moreira, e na redação contava com Antenor Fontenele Bastos, Manoel Ribeiro Soares e Urbano Rocha Miranda. Enquanto ao jornal *Correio do Tocantins*. ASSUNÇÃO (2010), conta que o periódico foi fundado em 25 de Maio de 1964 por José Adão Ferreira.

Contudo, o jornal ao qual se ateve como objeto de estudo para a construção do presente artigo, só surgiu meio século depois dos primeiros impressos imperatrizenses, período em que é considerada a fase de consolidação do jornalismo impresso de Imperatriz, se trata do *Jornal Capital*. Segundo Assunção (2010), o *Jornal Capital* é considerado o segundo jornal local com maior tempo de circulação.

JORNAL CAPITAL (1994-2010)

O jornal *Capital* foi fundado no dia 02 de Setembro de 1994 pelo Jornalista Conor Pires de Farias. Com suas páginas em preto e branco, o impresso circulava de terça a domingo, trazendo notícias através das editoriais de Cidade, Política, Social, Editorial, Esportes e assuntos policiais com informações do Maranhão e estados vizinhos.

O diário disponibilizava também espaços para a participação dos leitores, tais como: um tira dúvidas na coluna *Você Pergunta*; anúncio de perda de documentos e temas relacionados à justiça na coluna *Boletim*; denúncia, ideologias políticas, sugestões e opinião na coluna *Carta, Fone e Fax*, dentre outras atividades.

Quanto ao expediente, os conteúdos assinados geralmente eram encontrados nas colunas nas páginas de política e social. De acordo com SANCHES (2002, apud. ASSUNÇÃO, 2011, p. 44): “A responsabilidade editorial do jornal foi assumida, nos últimos anos, por vários diretores de redação, entre eles, os jornalistas Jean Ribeiro, Raimundo Primeiro, Frederico Luiz, Francisco Duvalle”.

Realizando uma pesquisa direta no jornal e, observando sua estrutura visual tornou-se possível perceber que o diário sofreu algumas alterações do ponto de vista estético, ao longo dos anos. Em 1997, é possível perceber uma mudança gráfica com a perda das bordas e sombreamentos nas imagens e em alguns *boxs*. Outra mudança considerável está relacionada à diminuição no número de páginas, “nos anos 2000, o jornal é reduzido para 12 páginas e já é impresso em cores” (ASSUNÇÃO, 2011, p. 45).

Figura 02 – Capa do Jornal Capital¹² do ano de 1997.



Fonte: Acervo do Curso de Jornalismo da UFMA.

OS LEITORES NAS PÁGINAS DO CAPITAL

Já destacado anteriormente, os espaços para a participação dos leitores no Jornal Capital podem ser encontrados facilmente ao folhear as páginas do diário. É nesse âmbito que a presente pesquisa se concentra: identificar quem eram essas pessoas que buscavam participar destes espaços, de onde elas falavam e quais eram as suas principais demandas, em específico na coluna *Cartas, Fone, Fax*.

A coluna *Cartas, Fone, Fax* foi escolhida para ser analisada, tendo em vista o maior número de informações possíveis que poderiam ser coletadas, em relação aos demais espaços. Enumerando essas informações, pode-se validar tal escolha a partir de três pontos: 1) Por ser uma coluna diária possibilitando uma análise considerável; 2) Pelo fato de todas as cartas serem assinadas, facilitando a identificação quanto a participantes do sexo masculino e feminino; 3) Por disponibilizar informações a cerca e onde se reporta aquele leitor, sendo todas as publicações assinadas com o bairro e cidade.

A Coluna analisada está localizada na segunda página do caderno “A”, no canto esquerdo, geralmente era diagramada verticalmente ocupando toda a lateral da página, numa espécie de “tripa”. Outro detalhe é que essas cartas sempre eram referenciadas ao “Sr. Editor” antes do texto principal.

¹²Jornal Capital, fundado em 1994.

Figura 03 - Coluna Cartas, Fone, Fax do jornal Capital, 1997¹³



Fonte: Acervo do Curso de Jornalismo da UFMA.

METODOLOGIA

O processo de produção deste trabalho se dividiu em três etapas metodológicas principais. A primeira etapa esteve focada na busca de materiais sobre o assunto a qual se pretendia conhecer, sendo feito através da pesquisa bibliográfica. De acordo com SCUMPF (2006), a pesquisa bibliográfica é “um conjunto de procedimentos para identificar, selecionar, localizar e obter documentos de interesse para a realização de trabalhos acadêmicos e de pesquisa” (SCUMPF, 2006, p.54).

Desta forma, fizeram parte dessa etapa: leitura de artigos, pesquisas (teses, monografias) e livros relativos à história do jornalismo impresso no Maranhão, com ênfase em Imperatriz e no Jornal Capital, e também textos relacionados às cartas de leitores.

Posteriormente, iniciou-se um mapeamento direto nas publicações dos leitores na coluna. A isso, atribui-se a pesquisa documental, uma vez que, as edições impressas do período fazem parte de uma documentação histórica, visto que o jornal não está mais em circulação, e também pelo tempo de exposição desde a sua publicação até os dias atuais. Assim, carregando consigo, uma parte importante da memória do jornalismo local. Para Marconi e Lakatos (2007):

A principal característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois (MARCONI; LAKATOS, 2007, p.176).

¹³Edição do jornal Capital, ano II, dia 07 de fevereiro de 1997.

O método de análise de conteúdo está diretamente relacionado à prática de compreender a recorrência e sentidos das ideias em mensagens. De acordo com Moraes (1999):

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. (MORAES, 1999, p. 4)

Diante disso, MORAES (1999) propõe uma descrição do processo de análise de conteúdo a partir de cinco etapas: 1 – Preparação de informações; 2- Unitarização ou transformação de conteúdo em unidades; 3- Categorização ou classificação das unidades em categorias; 4 – Descrição; 5 – Interpretação.

A primeira etapa consiste na identificação do material a ser analisado, onde logo em seguida, deve se fazer uma leitura completa de todo esse material, a fim de verificar se as informações são realmente pertinentes ao objetivo da pesquisa. Na segunda etapa, deve ser feita uma releitura do material pré-escolhido para definir o recorte do trabalho, onde esse recorte deve ser pensado a partir dos objetivos específicos da pesquisa. Tendo feito essa delimitação, se faz necessário um desmembramento desses objetivos até que estejam visivelmente definidos e possam ser analisados separadamente.

Na terceira etapa, após o isolamento dessas unidades de análise, deve-se fazer a categorização de acordo com as características comuns existentes entre os dados contidos nessas unidades. Na quarta etapa, após a identificação do material, definição do que vai ser analisado, isolamento para análise específica, chega o momento de descrever esse processo e expressar os resultados obtidos. Por último, a quinta etapa, é o momento da pesquisa em que deve ser feita a interpretação dos resultados alcançados.

Nesse sentido, a análise possibilitou o estudo do conteúdo aparente do Jornal, sendo a forma mais viável de acesso e compreensão das informações sobre o mesmo. O Jornal Capital foi submetido a esse método, por ser um jornal fora de circulação e também por boa parte de seus idealizadores e colaboradores não estarem disponíveis para entrevista.

ANÁLISE DOS DADOS

Para o artigo foram analisadas as cartas dos leitores nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1997, sendo esses os meses disponíveis contendo a coluna *Cartas, Fone, Fax* no acervo do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, local onde se concentra a maior parte da pesquisa documental para a produção desse trabalho. É importante ressaltar que, os meses disponíveis para consulta também estão com falhas na sequência diária, mas, esse fator não tornou

a pesquisa inviável, sendo assim, obtidos resultados satisfatórios.

No primeiro momento, foi realizado um mapeamento a fim de quantificar os leitores participantes quanto ao gênero e localidade. Diante de tal análise, foram mapeadas 49 edições do Jornal Capital, entre os dias 03 de janeiro e 05 de março de 1997 com média de duas a três cartas publicadas diariamente. Assim, com exceção das publicações repetidas (tendo sido observadas), foram feitas análises em 114 publicações gerais dos leitores na coluna *Cartas, Fone, Fax*, sendo avaliadas e categorizadas 64 cartas inéditas.

Diante dos resultados obtidos, os participantes do gênero masculino apareceram com maior frequência, 37 vezes, enquanto 27 foram identificados como do gênero feminino. Em relação à localidade, a grande maioria era oriunda de Imperatriz, sendo um total de 60 dos 63 participantes identificados. No entanto, é importante destacar as três cartas advindas de cidades e estados vizinhos, compreendidas entre o estado do Pará e Tocantins, em favor do conteúdo contido em cada uma delas. Um exemplo a representar, que se pode nominar categoricamente como *curiosidade*, está assinado por João de Jesus, morador da cidade de Axixá no Estado do Tocantins, na edição de nº 729 do dia 15 de fevereiro de 1997:

Sr. Editor, o motivo da minha carta é um grande sonho de muita gente, não só meu. Estou escrevendo para fazer uma sugestão que não é inédita, que já foi feita por muitas pessoas, mas que até hoje não foi acatada. O que eu gostaria é de lembrar aos governos do Maranhão e do Estado do Tocantins, que a população carece muito de uma ponte ligando os dois Estados, o que facilitaria a vida de muita gente. E quero lembrar que com a construção da barragem que vai deixar o Rio Tocantins com um baixo volume de águas, podendo inclusive chegar a ficar mesmo completamente seco, facilitaria e muito o trabalho da construção desta ponte. Sugiro ao dos governantes destes dois Estados, que não deixem escapar esta oportunidade.

Esta publicação ganha destaque, devido ao fato de há 20 anos ter sido levado às páginas dos jornais um pedido de construção de uma ponte, que nos dias atuais, atende aos anseios daquele que escrevera ao jornal. Dentro desse contexto, é válido aplicar o comentário do professor José Marque de Melo, sobre cartas de leitores, que diz:

Escrever para o jornal, mesmo que não encontre abrigo, representa o último alento de muitos cidadãos que querem dizer alguma coisa aos seus contemporâneos, que querem influir decisões dos governantes, que querem participar da sua sociedade (MARQUES DE MELO, 2003, p.176).

A ponte Dom Afonso Felipe Gregory, ou como é popularmente conhecida *A Ponte da Liberdade*, foi construída no ano de 2008, inaugurada em 2009 na gestão do então governador Jackson Lago, e posteriormente quando Lago teve o mandato cassado, reinaugurada pela governadora da época, Roseana Sarney em 2010.

Em seguida ao processo de quantificação, foi feito um novo mapeamento a fim de identificar os assuntos mais recorrentes, e em consequência, as principais deman-

das levadas ao jornal por meio destas cartas. Nesse sentido, foram realizadas leituras em cada uma das publicações anteriormente selecionadas, sendo criadas categorias que melhor a comportassem. É importante ressaltar que, tais categorias foram criadas no decorrer da análise dessas cartas com base na frequência com que apareciam. Assim, essas categorias foram divididas em: Denúncia, Crítica, Felicitações, *Feedback*, Comentário, Informe, Opinião, Curiosidade, Sugestão e Outros.

Contudo, dividiram-se os resultados obtidos entre os meses de análise – janeiro, fevereiro e março. Conforme o mapeamento realizado, no mês de janeiro, participaram 20 homens e 11 mulheres. Desse total, 29 eram leitores de Imperatriz e, somente dois, de cidades vizinhas. Em relação ao assunto, foram identificados um comentário, nove críticas, doze denúncias, três felicitações, três cartas com opinião e três reivindicações. Vale lembrar que, em janeiro, foram mapeadas 62 cartas, sendo apenas, 31 inéditas.

Quadro 01 - Participação do leitor na coluna *Cartas, Fone, Fax*, 1997¹⁴

| GÊNERO | | LOCALIDADE | |
|------------|---------------|------------|-------------|
| HOMEM | MULHER | IMPERATRIZ | REGIAO |
| 20 | 11 | 29 | 2 |
| ASSUNTO | | | |
| COMENTÁRIO | CRÍTICA | DENÚNCIA | FELICITAÇÃO |
| 1 | 9 | 12 | 3 |
| OPINIÃO | REINVIDICAÇÃO | REPETIDA | |
| 3 | 3 | 31 | |

Fonte: Autora (2017).

No mês de fevereiro foram contabilizadas 31 participações, sendo 16 do gênero masculino e 15 femininas. Foram contabilizadas 30 participações como sendo de Imperatriz e apenas uma da região. Em relação ao assunto, observou-se um comentário, quatro críticas, duas curiosidades, oito denúncias, um *feedback*, cinco felicitações, um informe, três sugestões, e quatro outros. Contudo, foram analisadas 49 cartas, tendo sido 31 inéditas e oito repetidas.

Quadro 02 - Participação do leitor na coluna *Cartas, Fone, Fax*¹⁵

| GÊNERO | | LOCALIDADE | |
|-------------|------------|------------|------------|
| HOMEM | MULHER | IMPERATRIZ | REGIÃO |
| 16 | 15 | 30 | 1 |
| ASSUNTO | | | |
| CAUSOS | COMENTÁRIO | CRÍTICA | DENÚNCIA |
| 4 | 1 | 1 | 9 |
| FELICITAÇÃO | INFORME | OUTROS | RECLAMAÇÃO |
| 5 | 1 | 5 | 2 |
| REPETIDA | SUGESTÃO | | |
| 18 | 3 | | |

Fonte: Autora (2017).

¹⁴Dados coletados do jornal O Capital, ano II, entre os dias 03 de janeiro de 1997 e 19 de janeiro de 1997.

¹⁵Dados coletados do jornal O Capital, ano II, entre os dias 01 de fevereiro de 1997 e 28 de fevereiro de 1997.

Em decorrência da ausência de publicações disponíveis no mês de março, têm-se o menor número de cartas analisadas. Assim, foram contabilizadas duas participações masculinas, uma assinada de Imperatriz e a outra participação contendo apenas assinatura nominal sem identificação de localidade. Sobre o assunto, as cartas traziam em seu conteúdo um informe e uma opinião.

Quadro 03 - Participação do leitor na coluna *Cartas, Fone, Fax*¹⁶

| GÊNERO | | LOCALIDADE | |
|---------|---------|------------|--------|
| HOMEM | MULHER | IMPERATRIZ | REGIAO |
| 1 | 1 | 1 | 0 |
| ASSUNTO | | | |
| INFORME | OPINIÃO | REPETIDA | |
| 1 | 1 | 1 | |

Fonte: Autora (2017).

Baseada em tal análise, as temáticas mais recorrentes entre os meses de janeiro e março de 1997 estiveram relacionadas à crítica e denúncia. Abaixo, temos um exemplo de uma denúncia enviada no dia 07 de Janeiro por Katarina Venturini, moradora do Parque do Buriti:

Sr Editor, Já denunciei tantas vezes o que vem acontecendo no local onde moro no local onde moro e nada foi feito, que já estou perdendo as esperanças de que algum dia a situação mude. Estamos sendo atacados de dia e de noite por uma gangue de trombadinhas, a maioria menores de idade, mas já investigamos e sabemos que os líderes da turma, aquele que dá as ordens, é maior de idade. Esses menores roubam desde roupas no varal, até bicicletas, se as vítimas não quiserem entregar o objeto por bem, eles fazem com que entreguem por mal, espancam a pessoa sem dó nem piedade. Queremos que a polícia tome uma providência para que esses abusos sejam coibidos

Seguido de uma crítica assinada por Maurício Albuquerque, residente no bairro Centro de Imperatriz. Publicação do dia 02 de fevereiro de 1997, no caderno 2 A:

É incrível que nossas autoridades não tenham percebido o alagamento que todos os anos toma conta do cruzamento das ruas amazonas com Dorgival Pinheiro de Sousa. Incrível porque todos eles andam de carro, enfrentam as dificuldades que nós enfrentamos e ainda assim não tomam qualquer providência nem mesmo quando eles são prejudicados. Basta uma chuvinha de nada para alagar tudo e quem está passando a pé, tem que dá a volta no quarteirão, aumentando o esforço, principalmente daqueles que vem carregando embrulhos ou compras de supermercados que pesam a beça. Poderiam providenciar urgentemente.

Com isso, pode-se destacar que as críticas que eram dispostas nas cartas esta-

¹⁶Dados coletados do jornal O Capital, ano II, de 03 de março de 1997 a 04 de março de 1997.

vam em sua maioria relacionadas a questões da má administração pública da cidade. Em detrimento a isso, as denúncias que eram levadas até a coluna eram em maior parte relacionadas a questões de infraestrutura e violência urbana. Portanto, torna-se perceptível através destas cartas, que os leitores buscavam os jornais a fim de que as suas reivindicações pudessem ter maior visibilidade, e assim, as problemáticas fossem solucionadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contramão da história dos jornais impressos brasileiros, onde os espaços para cartas de leitores sempre foram restritos ou inexistentes nas páginas dos principais impressos, encontrar no Jornal Capital uma coluna destinada a atender os leitores foi de suma importância para compreender e conhecer posturas que podem ajudar a estabelecer uma ligação entre a conjuntura da sociedade naquela época e os dias atuais. Pois já é sabido, que através do jornalismo vários estudos puderam ser realizados e os resultados correlacionados a própria organização social.

No jogo de poderes ao qual está inserido o jornalismo dentro da sociedade, abrir espaço para a participação dos leitores, mesmo que de forma “controlada” pode ser considerada uma brecha para a compreensão de quem são esses leitores, onde eles estão e principalmente o que eles buscam ao depositarem suas demandas nas páginas de um jornal. Sendo importante ressaltar, que antes de serem leitores e ou participantes, estes são parte de uma sociedade e são dotados de ideologias.

Desta forma, diante dos resultados obtidos a partir da presente análise foi possível perceber a relação de confiança que esses leitores mantinham para com o jornal. Uma vez que, ao depositarem suas reivindicações esses participantes acreditavam que aquele espaço o tornava visível, não só por se tratar de páginas impressas que seriam lidas por outras pessoas, mas também, pela confiança no poder que o jornal tem de dar lugar a vozes que muitas vezes estão silenciadas. As cartas de leitores ressaltam essa característica própria do jornalismo, de ser uma espécie de *agente social*.

Aqui se compreende também que o jornalismo pode sim ser o *quarto poder* a favor do povo, e que tal afirmativa não é só teoria, mas também uma prática. E essa prática, na maioria das vezes gera bons resultados para a sociedade, como foi o caso do *feedback* de uma determinada figura pública respondendo à reivindicação de uma leitora que enviou uma carta ao jornal.

Desta forma, encontrar nessas publicações questões de caráter social, tendo como principais demandas os problemas que mais atingem a sociedade de modo geral é um exemplo claro que o jornal representava um lugar privilegiado para esses cidadãos. Conclui-se, portanto, que a coluna *Cartas, fone e fax* e, conseqüentemente o jornal *Capital* representavam para os leitores daquela época, um espaço onde eles podiam levar suas demandas na certeza de que seriam vistas e resolvidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCANJO, R. P. Nas linhas de O Conciliador do: jornalismo e política no primeiro jornal do Maranhão. (On-line) V Congresso Nacional de História da Mídia, 2008. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/Pichuluco/nas-linhas-de-o-conciliador>>. Acesso em: 19 de Junho de 2017.

ASSUNÇÃO, T. S. Imprensa em Imperatriz-Ma: uma proposta de periodização dos jornais impressos (1932 – 2010). Imperatriz, 2011.

DUARTE, J.; BARROS, A. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2. Ed., 2006.

JORGE, S. A imprensa no Maranhão no século XIX (1821 – 1900). São Luís-MA: Lthograf, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2007.

MELO, J. M. Jornalismo Opinativo: Mantiqueira, 2003. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/62191117/Jose-Marques-de-Melo-Jornalismo-Opinativo-Capitulo-IV>

MORAES, R. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html

SANTOS, L. B. A. Análise de conteúdo de colunas de regaste da história de Imperatriz publicadas no jornal O Progresso. Imperatriz, 2013.

STUMPF, I. R. C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2006.

TRAQUINA, N. Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2. Ed., 2005.

Uma análise circunstancial do fim do Jornal Correio Popular de Imperatriz - MA

Bruna Viveiros dos SANTOS

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA

Francisca Daniela dos Santos SOUZA

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA

Domingos Alves de ALMEIDA

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA

Idayane da Silva FERREIRA

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA



RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender as circunstâncias que contribuíram para o fim da circulação do periódico *Correio Popular de Imperatriz - MA*, em dezembro de 2013. Para tanto, foi realizada pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e entrevistas abertas com pesquisadores da mídia local e com profissional que atuou no Jornal. Por meio da pesquisa documental foram consultados alguns exemplares do Jornal, quando seu nome ainda era *Correio de Imperatriz*. Por meio desse estudo, observou-se que os jornais impressos de Imperatriz surgem para atender interesses de grupos políticos. Cessados esses interesses, findam-se também sua circulação. Portanto aponta-se para a efemeridade como uma característica comum aos impressos do município.

Palavras-chave: História; Jornal Correio Popular; Imperatriz - MA.

INTRODUÇÃO

Durante décadas, a hipótese de o jornalismo impresso deixar de existir foi ignorada e, de fato, ele poderá não desaparecer totalmente, mas apresenta sinais de enfraquecimento com o fim de muitos periódicos conceituados que deixaram de circular no país.

O jornalista e historiador imperatrizense Adalberto Franklin explica os possíveis motivos para a crise que vive atualmente a mídia impressa. Para ele, os jornais precisam verificar o seu papel no mundo contemporâneo da mídia eletrônica, uma vez que as informações chegam ao leitor antes do jornal. A mídia impressa “já era ultrapassada pela televisão, hoje até a televisão está atrás na questão da velocidade da informação, comparada à produzida na internet” (FRANKLIN, 2014¹⁷).

Revistas de referência nacional, jornais centenários com tradição e respeito de leitores até mesmo no exterior, desapareceram. Outros deles migraram para as plataformas online, como a versão impressa do tradicional *Jornal do Brasil* (JB), que no ano de 1995 foi o pioneiro. O periódico, que marcou os anos dourados da imprensa brasileira foi considerado uma das mais criativas escolas de jornalismo do país (ROCHA, 2011). Fundado em 1891, o JB impresso deixou de circular em 1º de setembro de 2010, ou seja, 119 anos depois de sua primeira edição. Migrando para a plataforma online, tornou-se o primeiro veículo impresso 100% digital do país.

Enquanto essas mudanças aconteciam em cenário nacional, no interior do país jornais impressos começavam a aparecer em grande escala¹⁸. Em Imperatriz, município localizado no Oeste do Maranhão, no ano de 2009, surge o jornal *Correio de Imperatriz*, com distribuição gratuita. Posteriormente passa a se chamar *Correio Popular* e a cobrar pela aquisição, em março de 2011.

Vendido inicialmente pelo valor simbólico de 0,25 centavos, o jornal *Correio Po-*

¹⁷Entrevista concedida pelo jornalista e historiador Adalberto Franklin em abril de 2014.

¹⁸Entre os anos de 2000 e 2010, considerado a terceira fase da imprensa imperatrizense, são registrados 89 jornais, sendo 14 Institucionais, 20 de Interesse Geral, 05 Políticos, 01 Rural, 08 da Prefeitura Municipal, 16 de Educação, 10 Religiosos, 04 Sindicais, 04 Estudantis, 05 de Bairros, 01 da Imprensa e 01 de Negócios (ASSUNÇÃO, 2011).

pular trazia em sua primeira edição a proposta de um jornalismo dito diferenciado, com informações objetivas e bem pesquisadas (MACIEL, 2011). “[...] metade colorido, dando à notícia as cores que ela tem em todos os seus meandros; e a outra metade preta e branca, que é como a comunicação dos fatos deve chegar ao leitor. O preto no branco [...]”, frisava o seu primeiro editorial, pontuando, ainda, que esse aspecto o tornava mais atraente que seus concorrentes.

Segundo Maciel (2011), o veículo apresentava, no ano de 2011, as seguintes características:

O *Correio Popular* é tablóide, tem mantido o número de 12 páginas, sendo colorido na capa, contracapa e nas páginas centrais. As manchetes, sempre com letras garrafais, caixa alta, realçadas em branco, na maioria das vezes trazem notícias de crimes ou problemas estruturais, como as enchentes e seus prejuízos (MACIEL, 2011, p. 2).

No início do ano de 2013, o *Correio* passou por uma reformulação no seu projeto gráfico e na estrutura organizacional da redação com a contratação de novos jornalistas. Começou a produzir também matérias próprias, inclusive, de furos e denúncias. Embora não tenha deixado de reproduzir integralmente *releases* de assessorias, principalmente do Governo estadual e da Prefeitura de Imperatriz.

O Jornal ganhou uma nova cara, e com o crescimento da credibilidade, ao final do segundo semestre, inaugurou sua sede, localizada no centro da cidade, em uma edificação maior, moderna, com novos equipamentos, quadro de funcionários ampliado e com expectativa de se tornar o principal jornal da cidade, superando o seu concorrente, o jornal *O Progresso*.

Em dezembro do mesmo ano, o Jornal comunicou aos seus assinantes que estaria em recesso para festividades de final de ano, no intervalo de 23 de dezembro de 2013 a 06 de janeiro de 2014, mas não retornou, anunciando o fim da circulação definitivamente em março de 2014.

O presente trabalho tem por objetivo geral compreender as circunstâncias que contribuíram para o fim da versão impressa do jornal *Correio Popular*, e propõe os seguintes objetivos específicos: traçar o histórico do jornal; compreender o perfil e o fazer jornalístico do periódico.

Para a realização deste trabalho, adotou-se uma abordagem qualitativa ao utilizar a pesquisa bibliográfica sobre o histórico da imprensa escrita no Brasil, voltando-se para o contexto de Imperatriz – MA, foram realizadas entrevistas com pesquisadores da mídia local e com uma ex-profissional do *Correio Popular*.

IMPrensa MARANHENSE

O processo de colonização do Brasil abriu caminhos para o desenvolvimento das atividades tipográficas, na então colônia da Coroa Portuguesa. No entanto, a

criação dessa cultura impressa não surgiu nos primeiros anos de domínio de Portugal sobre o Brasil. De acordo com a pesquisadora Roseane Pinheiro (2007), somente 276 anos após a chegada dos portugueses deu-se início às primeiras atividades da imprensa escrita em terras brasileiras. Superados os séculos de atrasos no processo de desenvolvimento da imprensa escrita, o país consolida suas produções impressas e surgem grandes corporações midiáticas na década de 1960.

No Estado do Maranhão, a imprensa também nasceu tardia, e o marco para o início dos trabalhos das tipografias é novembro de 1821, quando foram dados os primeiros passos na publicação do jornal *O Conciliador do Maranhão*, que circulou na capital São Luís até julho de 1823.

O desenvolvimento da imprensa no Maranhão começou em 1821, na cidade de São Luís, localizada no extremo norte do Estado, concentradora até então das principais atividades comerciais da região, chegando a ter o quarto porto exportador do Brasil (PINHEIRO *apud* ASSUNÇÃO, 2007, p. 45).

Para Pinheiro (2011, p.210), *O Conciliador do Maranhão*, ou simplesmente ‘O Conciliador’ nasceu “no rastro da liberdade de prelo, do liberalismo e às portas da emancipação do Brasil”, tendo como causa a defensoria do pacto colonial. Em suas páginas, o jornal trazia opinião e informação intercaladas às leituras que o periódico fazia sobre o cotidiano da cidade de São Luís.

As atividades comerciais do estado, realizadas principalmente no porto de São Luís, por onde entravam e saíam mercadorias e as tímidas transformações sociais e econômicas registradas no norte do Maranhão, impulsionaram a criação de um veículo impresso, seguindo o exemplo de algumas cidades do sudeste brasileiro, que já apresentavam produções impressas mais consistentes.

Historicamente, a imprensa do Maranhão surgiu ligada ao poder, a exemplo do pioneiro, *O Conciliador*, um jornal oficial que atendia aos interesses do Governo da Província. Nesse aspecto, enfatiza Pinheiro (2011, p. 210), “a imprensa ter bandeiras não é um fato novo”. Independente da linha ideológica dos veículos impressos, eles se configuram como fontes essenciais, consultadas para pesquisas históricas de reconstrução de contextos políticos, econômicos e sociais, por serem documentos que guardam vestígios da história nas letras impressas em suas páginas.

Os periódicos se apresentam ainda como caixa de ressonância da realidade onde está inserido, conforme explica Assunção (2007):

Eles [jornais impressos] possuem textos que abordam o cotidiano de uma sociedade e deixam pistas sobre as suas relações com as instâncias de poder. A partir das letras impressas é possível visualizar traços significativos dos discursos traçados e irradiados no cotidiano de uma sociedade (ASSUNÇÃO, 2007, p.11).

Conceder aos jornais escritos o caráter de fonte documental permite apreender

aspectos de um cotidiano não vivenciado, que apenas os relatos deixados pelos impressos permitem conhecer, e nesse panorama, o papel do profissional jornalista é fundamental. Kischinhevsky (2010) explica que “o jornalista é hoje um cronista das pequenas histórias do dia-a-dia, que no futuro se tornarão matéria-prima dos historiadores e ajudarão as futuras gerações a entender o nosso tempo”¹⁹.

No município de Imperatriz, localizado no oeste do Maranhão, nas proximidades dos estados do Pará e Tocantins, a imprensa escrita começa a dar seus primeiros passos com o jornal *O Alicate*, fundado em 1932 por Antônio José Marinho. A circulação do periódico dependia dos acontecimentos da época e da conveniência de serem espalhados por alguns pontos da cidade (ASSUNÇÃO, 2011).

A pesquisadora Thays Assunção (2011), em levantamento sobre o jornalismo impresso local, classificou a imprensa imperatrizense em três fases. Sobre os primórdios, ela escreve:

A primeira fase da imprensa de Imperatriz, compreendida entre os anos de 1932 e 1964, retoma o período de nascimento da palavra impressa na cidade. Nesse momento é registrada a circulação dos quatro primeiros jornais da cidade, *O Alicate* (1932), *A Luz* (1936), *O Astro* (1949) e o *Correio do Tocantins* (1964) (ASSUNÇÃO, 2007, p. 16).

A segunda fase da imprensa escrita de Imperatriz tem início a partir de 1970, com o surgimento do jornal *O Progresso*. Esse período é encerrado em 1989, sendo considerado o mais significativo em relação ao aparecimento de veículos impressos na cidade. Enquanto na década de 1970 circulam em Imperatriz seis títulos, durante os anos 1980 são registrados 49 jornais.

A terceira fase, compreendida entre os anos de 1990 a 2010, é considerada a fase de consolidação da imprensa imperatrizense. Verificando-se a multiplicação de impressos, a migração dos jornais para a internet e a significativa intervenção dos jornais no cenário político de Imperatriz.

CORREIO DE IMPERATRIZ/CORREIO POPULAR

Com o intuito de ser um veículo que pudesse chegar a toda a sociedade imperatrizense passa a existir, no início de outubro de 2009, o periódico *Correio de Imperatriz*. Com circulação semanal, era veiculado gratuitamente em suas primeiras edições. Somando 12 páginas e com editorias nem sempre fixas que eram alternadas conforme a demanda de notícias.

O impresso de conteúdo local seguia um padrão de reportagens curtas e pouco humanizadas e continha significativa quantidade de releases de assessoria. As editorias de entretenimento e de esportes eram substancialmente focadas nos acontecimentos destacados em sites de veiculação nacional. Tempos depois de sua fundação, o jornal *Correio de Imperatriz* deu início a uma linha sensacionalista, se tornando

¹⁹Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/um-tributo-ao-jornal-do-brasil>

um veículo popular na segunda maior cidade maranhense.

De formato tablóide, com capa colorida, o impresso seguia uma linha de oito chamadas, somadas à manchete. A diagramação era leve, sem muitos textos na capa, com um jogo de cores em azul, vermelho e branco. No interior do jornal as notícias de cunho nacional, estadual e regional eram alternadas nas publicações semanais.

Tabela 01: Aspectos gerais do Jornal *Correio de Imperatriz*

| Ano/nº da edição/data | Nº de páginas | Nº de editorias | Editorias | Veiculação | Distribuição |
|--|---------------|-----------------|--|------------|--------------|
| Ano 1 Edição 02 17 de outubro de 2009 | 12 | 07 | Opinião; Geral; Meu Bairro; Entretenimento; Economia; Pelo Brasil; Esportes; | Diária | Gratuita |
| Ano 1 Edição 03 24 a 30 de outubro de 2009 | 12 | 10 | Opinião; Meu Bairro; Cidade; Entretenimento; Mercado; Pelo Brasil; Cultura; Especial; Esporte. | Semanal | Gratuita |

Fonte: Jornal Correio de Imperatriz, 2009.

O impresso de conteúdo local seguia um padrão de reportagens curtas e pouco humanizadas²⁰ e continha significativa quantidade de releases de assessoria. As editorias de entretenimento e de esportes eram substancialmente focadas nos acontecimentos destacados em sites de veiculação nacional. Tempos depois de sua fundação, o jornal Correio de Imperatriz deu início a uma linha sensacionalista, se tornando um veículo popular na segunda maior cidade maranhense.

De formato tablóide, com capa colorida, o impresso seguia uma linha de oito chamadas, somadas à manchete. A diagramação era leve, sem muitos textos na capa, com um jogo de cores em azul, vermelho e branco. No interior do jornal as notícias de cunho nacional, estadual e regional eram alternadas nas publicações semanais.

Dois anos depois, no dia 1º de março de 2011, o jornal muda seu nome para Correio Popular e lança sua primeira versão paga, vendida pelo valor simbólico de 0,25 centavos.

O jornal segue sem alterar a linha sensacionalista, artifício usado para atrair a atenção dos leitores, com a capa em cores vibrantes (azul e vermelho), e letras garrafais destacando a manchete “Assassinado”. Adiciona, ainda, uma mulher semi-nua ao canto esquerdo, que convida o leitor a saber mais sobre a renovação do seguro do bumbum da *funkeira* Mulher Maçã, por exemplo.

Maciel (2011) pontua que as capas das demais edições, em geral, traziam assuntos da editoria de polícia e fofocas de famosos como forma de conquistar o leitor.

²⁰O jornalismo humanizado é uma produção jornalística com linguagem que usufrui de recursos literários e valoriza os personagens. Sua essência são as ações humanas (ALVES e SEBRIAN, 2008).

Houve, em algumas edições, uso de fotografia de corpos na capa e até de suicidas. [...] outro expediente comum era o de sempre trazer a foto de uma celebridade seminua na capa, relacionada a notícias de fofoca. Esportes, celebridades, jornalismo de serviço e notícias policiais são, portanto, os temas mais comuns em todas as capas (MACIEL, 2011, p. 2-3).

Figura 01 e 02 (esq./dir.) – Capas do jornal Correio de Imperatriz. Ano I: edição 02 de 17 de outubro e edição 03 de 24 a 30 (semanal) de outubro de 2009.



Tabela 01: Aspectos gerais do Jornal Correio Popular

| Ano/edição/data/ | Nº de páginas | Nº de editorias | Editorias | Nº de colunas | Colunas | Veiculação | Dis-tribuição/Valor |
|--|---------------|-----------------|--|---------------|---|--------------------------------------|---------------------|
| Ano I. Edição 01. 01 de março de 2011. | 12 | 05 | Painel; Geral; Fala Cidadão; Serviço; Esporte. | 04 | Espaço Cidadão; Passatempo; Ti-ti-ti; É D'mais. | Diária (exceto às segundas - feiras) | Pago/R\$ 0,25 |

Fonte: Jornal Correio de Popular, 2014.

Também presente na capa, o editorial descreve o objetivo popular do jornal. “Feito em Imperatriz, o novo diário brasileiro se propõe a ter a marca da comunidade”. Intitulado por Trocando em Miúdos, o editorial explica que o Correio Popular pretendia estar presente em todas as classes sociais.

O Correio Popular já nasce ousado. O negócio não é sustentar-se pelo valor do exemplar: o troco do pão, a moeda que sobra de um pacotinho de petas. O bom de fazer o Correio Popular é que ele será sempre bem feito, com amor, dedicação, pensado e entregue a todas as classes sociais. De Dr. Pacheco ao Chico Padeiro, da Marinete da UFMA à Lourdes dona de casa, do Zé do Peixe à Chica Faxineira (CORREIO POPULAR, editorial, número 1, 01/03/2011).

A primeira edição do jornal se divide nas editorias *Painel*, um apanhado de notas sobre notícias internacionais, nacionais e regionais; *Geral*, com notícias sobre política, saúde, etc; *Serviço*, com informações sobre a economia nacional, vagas de emprego e concursos públicos; *Fala, cidadão! A voz da comunidade*, um dos grandes diferenciais do jornal *Correio Popular*, pois comprova o caráter popular proposto pelo periódico, com diversas matérias de denúncia social a favor da população; e *Esporte*, com matérias regionais e nacionais sobre futebol.

Figura 03 e 04 (esq./dir.) – Capas do jornal Correio Popular. Edição 01, ano I de 01 de março de 2011 e edição 821, ano III de 24 de dezembro de 2013.



O jornal trazia também quatro colunas, são elas: *É D'mais*, página colorida presente no meio do periódico como uma coluna social com notas e foto-legendas sobre a alta sociedade Imperatrizense; *Ti-ti-ti*, que se concentra, também, ao meio do jornal

em página colorida com notas sobre a vida dos famosos, novelas e programas de televisão; Passatempo, com brincadeiras, cruzadinhas e piadas; e o Espaço Cidadão, composto por notinhas sobre direitos do cidadão.

Com uma equipe de sete jornalistas, dos quais apenas um possuía formação acadêmica em jornalismo, o *Correio Popular* ainda apresentava falhas. Um exemplo é a revisão superficial, comprovada pelos constantes erros de ortografia, como concordância, infinitivo, crases e vírgulas. Além disso, nota-se a excessiva quantidade de matérias replicadas de sites nacionais, explicada pela estrutura ainda pequena e reduzida quantidade de profissionais para produção jornalística própria. Desta forma, veiculavam notícias factuais e de curto desenvolvimento, além de reproduzir integralmente *releases* de assessorias.

Apesar disso, a transição para *Correio Popular* modificou também o seu fazer jornalístico. Embora tenha mantido elementos sensacionalistas, como a utilização de fotos de corpos e as manchetes sobre crimes, a equipe de profissionais foi razoavelmente ampliada, em relação ao *Correio de Imperatriz*, e a diagramação se tornou mais atrativa.

No dia 1º de abril de 2012, o jornal *Correio Popular*, com uma tiragem de 1.500 exemplares, passa a ser vendido por R\$ 1,00. Entretanto, a mudança não foi somente no preço do impresso, mas também nas páginas do jornal, que teve seu projeto gráfico reformulado, contratou uma jornalista como editora-chefe e fez convênio com a Universidade Federal do Maranhão – UFMA para receber estagiários do curso Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

A partir de janeiro de 2013, o tablóide passou a custar R\$ 1,50 e sua tiragem foi ampliada para 2.500 exemplares. Nesse momento, o jornal *Correio Popular* aperfeiçoa seu projeto gráfico e dá um passo importante ao contratar jornalistas formados para compor a redação.

Tabela 01: Aspectos gerais do jornal *Correio Popular*

| Ano/edição/data/ | Nº de páginas | Nº de editorias | Editorias | Nº de colunas | Colunas | Veiculação | Distribuição/Valor |
|--|---------------|-----------------|--|---------------|---|--------------------------------------|--------------------|
| Ano III. Edição 818. 24 de dezembro de 2013. | 12 | 05 | Painel; Geral; Maranhão; Serviço; Esporte. | 08 | Corneta Popular; Coluna do Sanches; Aqui Imperatriz!; Vitrine; Passatempo; Qual é a Bronca?; Direitos do Consumidor; Saúde e Bem-Estar; É D'mais. | Diária (exceto às segundas - feiras) | Pago/R\$ 1,50 |

Fonte: Jornal *Correio de Popular*, 2014.

Apesar do direcionamento sensacionalista, o diário trouxe um diferencial para o jornalismo da cidade: colocou o cidadão comum em evidência. Incorporou às suas páginas as seções, *Aqui Imperatriz*, *Corneta Popular* e *Qual é a bronca?*, propondo assim, uma produção jornalística com abordagem humanizada.

O periódico buscava maior aproximação com seus leitores, retratando dificuldades, histórias e experiências do cotidiano imperatrizense por meio da seção de colunas, que abordavam personagens simples ou eram assinadas por personalidades e/ou acadêmicos locais. Ao longo de quatro anos de existência, a produção jornalística do *Correio Popular* cumpriu com uma das funções sociais do jornalismo, que é de informar o público, retratar e interpretar a realidade na qual está inserido (TRAQUINA, 2005).

A jornalista e ex-repórter do *Correio*, Hyana Reis, explica que mesmo com a consolidação do jornal e as significativas transformações ocorridas em dezembro de 2013, o periódico deixou de circular em janeiro do ano seguinte, surpreendendo leitores e os próprios funcionários.

Todo mundo foi pego completamente de surpresa. O jornal tinha aumentado a tiragem, eu acho que uns mil exemplares. Antes era dois mil e tinha passado para três mil. A redação tinha sido completamente reformada porque antes a gente ficava numa sala pequena. Eles reformaram tudo. Recebemos até aumento de salário e férias coletivas. Quando a gente voltou veio a notícia. Então foi algo totalmente inesperado (REIS, 2014).²¹

Segundo Reis (2014), no início de 2013 o impresso ameaçava fechar por problemas financeiros, permanecendo apenas a versão online. No entanto, “uma semana depois eles disseram que tinham resolvido o problema e durante um ano o jornal funcionou normalmente”.

Ainda de acordo com Reis, havia uma grande rotatividade de anunciantes, entre eles a Prefeitura de Imperatriz e o Governo do Maranhão. Essa relação entre o jornal e grupos políticos se deu, principalmente, porque um dos proprietários do impresso era o então Secretário de Comunicação do Estado do Maranhão, Sérgio Macedo.

Três meses após o fim da circulação impressa regular, o *Correio Popular* retorna em edição especial no dia 20 de março de 2014, data de inauguração da fábrica da empresa multinacional Suzano Papel e Celulose em Imperatriz. Trazia em suas páginas, exclusivamente, releases das assessorias de comunicação da Prefeitura de Imperatriz, do Governo do Maranhão e da empresa. Sobre o episódio Reis comenta:

Ele [Alfredo Wagner, diretor do Jornal Correio Popular] chamou somente a editora-chefe, a Karol Damião. Parece que a Suzano pagou para ter um jornal impresso e eles fizeram somente aquela edição, sem ajuda de nenhum jornalista, somente da editora-chefe. Nenhum de nós foi chamado (REIS, 2015).

Assunção (2011) pontua que a efemeridade é uma das características do jornalismo impresso na cidade Imperatriz. “Durante as minhas pesquisas [um mapeamento

²¹Entrevista concedida por Hyana Reis, jornalista e ex-repórter do jornal *Correio Popular*, no dia 19 de janeiro de 2015.

dos jornais impressos de Imperatriz] percebi que os periódicos duravam pouco. Isso porque, em geral, nasciam para atender algum interesse político, cessada essa necessidade, cessava também sua circulação”²².

Além de fatores políticos, Assunção aponta como empecilho à autossuficiência de um impresso as questões financeiras, uma vez que, parte da receita de um jornal é obtida através dos anunciantes e as vendas não suprem os gastos com a produção.

Assim como no caso do JB, os motivos que levaram ao fim da versão impressa do jornal *Correio Popular* são especulações que giram em torno de questões administrativas, financeiras e também políticas.

Eles foram muito evasivos em relação ao fechamento do jornal. Mas o que a gente acredita que foi por questões políticas mesmo, porque a política sustenta todos os jornais aqui. Eu acredito que por ter sido um ano eleitoral, mudança de governo, isso influenciou. Mas nada de concreto foi explicado pra gente, somente disseram que eram problemas financeiros. Acredito que tenha sido político (REIS, 2015).

Aos leitores do impresso não foi repassado o que de fato ocorreu, a direção do veículo não prestou nenhum esclarecimento aos assinantes e à sociedade em geral sobre a saída de circulação. O impresso manteve seu conteúdo disponível, por um curto período de tempo, exclusivamente na *web*. A última atualização de matérias da plataforma *online* aconteceu no dia 5 de fevereiro de 2014. Em maio do mesmo ano, o site foi retirado definitivamente do ar.

O *Correio Popular* era um veículo acessível a quase todos os públicos, tanto pelo custo quanto pela linguagem utilizada. Além disso, se constituía como mercado de trabalho para estudantes do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

Os motivos que culminaram com o fim da circulação do jornal *Correio Popular* ainda despertam especulações, devido à estrutura montada pelo jornal no final do ano de 2013. Acreditava-se que não fosse apenas para suportar as atividades destinadas à produção de conteúdo para *web*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jornais trazem impresso em suas páginas, palavras, fotos, contextos, e mais do que isso, a história cotidiana de uma determinada época. Traz o passado para o presente, mas não de maneira integral. Faz uma interpretação desse cotidiano que não é única e definitiva, é apenas uma das muitas possíveis.

Ao longo de séculos, a imprensa escrita tem tentado resistir a pressões de cunho político-ideológicas e principalmente financeiras. Com a era da tecnologia e da velocidade da informação, o impresso teve de buscar um diferencial no fazer jornalístico: a abordagem aprofundada dos acontecimentos.

Ao impresso ficou o encargo de levantar questionamentos sociais, fazer matérias contextualizadas, apresentando cenários e interpretações da sociedade, do universo

²²Entrevista concedida por Thays Assunção, Pesquisadora de mídia impressa, em janeiro de 2014.

político, econômico, cultural e etc. Após a análise das páginas do jornal *Correio Popular*, foi possível constatar que o impresso seguia um padrão de periódicos impressos que ainda não atendem ao modelo de um jornalismo impresso padrão.

A intervenção político partidária nos jornais de Imperatriz nos remete ao mito da independência dos impressos ao Estado, em que o Estado financia os impressos a fim de interferir diretamente na linha editorial, independência e tempo de vida dos mesmos, amarrando-os a interesses políticos e econômicos.

Assim, o impresso sobreviverá apenas enquanto os seus financiadores estiverem dispostos a mantê-lo vivo. Uma das hipóteses levantadas por esse artigo, e a mais aceitável, é que isso tenha acontecido ao *Correio Popular*, que tinha como principais mantenedores a Prefeitura de Imperatriz e o Governo do Maranhão.

Com a saída de circulação do jornal *Correio Popular*, a cidade conta apenas com um veículo impresso, o jornal *O Progresso*, que é mantido pelos mesmos grupos que financiavam o *Correio Popular*: o Governo do Estado e a Prefeitura de Imperatriz. Além dele, algumas publicações independentes são produzidas por empresas, instituições e sindicatos trabalhistas.

Se a história só existe no presente, porque o passado deixou escritos, a história da segunda maior cidade do Maranhão estará comprometida e atrelada à manutenção de poder dos grupos políticos que hoje financiam o único jornal impresso do município.

Romper com a estrutura de financiamento imposto não nos parece tarefa fácil, e exige muito comprometimento e urgência. É importante avançar no sentido da democratização da comunicação e nos debates acerca do falecimento de tantos jornais país a fora, por questões meramente políticas.

A concentração dos meios de comunicação nas mãos de grupos políticos é uma ameaça à democracia que precisa ser combatida, ou se perpetuará a concepção de que a notícia é apenas uma mercadoria manipulada aos prazeres do poder econômico e político. É necessário possibilitar ao jornalismo/jornalistas o cumprimento do seu papel em uma sociedade democrática, o de informar o público sem censura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Marialva. História cultural da imprensa: Brasil, 1800 – 1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Um tributo ao Jornal do Brasil. Postado em 21/12/2010 na edição 621. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/um-tributo-ao-jornal-do-brasil>. Acessado no dia 20/01/2014 as 10h00min.

MACIEL, Alexandre Zarate. Aqui Imperatriz!: perfis de pessoas comuns no jornal Correio Popular. Trabalho apresentado no DT 1- Jornalismo do XIII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Nordeste, realizado de 15 a 17 de junho de 2011.

MARCONDES FILHO, Ciro (1986). O capital da notícia – Jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática.

MELLO, Paulo Thiago de. JORNAL DO BRASIL (1891-2010): O adeus ao Jornal do Brasil. Postado em 02/09/2010, edição 605. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o_adeus_ao_jornal_do_brasil. Acessado no dia 10/01/2014 às 10h45min

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. Gênese da imprensa no Maranhão nos Séculos XIX e XX. Comunicação e Sociedade. São Bernardo do Campo, Pós-Com-Methodista, a. 29, n. 49, p. 43-64, 2º sem. 2007.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. Nas linhas de O Conciliador do Maranhão: jornalismo e política no primeiro jornal do Maranhão. In Comunicação, jornalismo e fronteiras acadêmicas. MATOS, Marcos Fábio Belo. GEHLEN, Marco Antônio (Orgs.). São Luís, EDUFMA, p. 193-211. 2011.

Jornalismo e cidadania nas broncas do jornal Correio Popular

Leonan MORAES

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA

Nayane Cristina Rodrigues de BRITO

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA



RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar as características da coluna *Qual é a bronca?* publicada pelo jornal *Correio Popular*, de Imperatriz-MA, no ano de 2013. Nela o jornal apresentou cidadãos que reclamavam da falta de infraestrutura, saneamento básico e outros problemas oriundos da ocupação urbana desordenada daquela cidade. Buscamos compreender como o jornal mostrou a atuação do cidadão e construiu sua percepção de cidadania: quem é o cidadão ou cidadã que reclama? Do que se queixa? Quem é responsabilizado pelas dificuldades enfrentadas? Concluímos que o impresso se diferenciou do concorrente ao abordar mazelas da cidade, a partir das denúncias de moradores, em uma seção especial. No entanto, os cidadãos são apontados geralmente como vítimas do poder público ou de terceiros, que não são ouvidos ou cobrados pelo próprio veículo.

Palavras-chave: Jornalismo; Cidadania; *Correio Popular*; Imperatriz; Maranhão.

INTRODUÇÃO

Como os jornais constroem a atuação dos cidadãos através das notícias? Essa é a principal indagação desta pesquisa, que analisará o coluna *Qual é a bronca?*, publicada pelo jornal *Correio Popular*, da cidade de Imperatriz-MA, a segunda cidade mais populosa do Estado. Cortada pela BR Belém-Brasília, cuja inauguração ocorreu em 1961 no governo de Juscelino Kubitschek, a cidade sofreu com o aumento do fluxo populacional repentino e a ausência de planejamento para ocupação das áreas urbanas. Em 1960, o município possuía poucos mais de 39 mil habitantes, número que saltou para mais de 80 mil em 1970 (FRANKLIN, 2008, p. 173). Portanto, a cidade apresenta até hoje problemas como falta de infraestrutura e carência na oferta de serviços públicos. Tem atualmente cerca de 250 mil habitantes, conforme dados do último Censo do IBGE.

Atuando nessa realidade, o *Correio Popular*, para atingir as classes mais populares, deu ênfase em suas páginas e manchetes aos temas relacionados à polícia, à situação dos bairros e às críticas ao poder público. Na capa também costumava apresentar celebridades para chamar a atenção dos leitores. Fez contraponto ao jornal *O Progresso*, o mais antigo em circulação na cidade, tendo sido fundado em 3 de maio de 1970. Ao longo das décadas, esse periódico teve diversos proprietários e mudou seu projeto editorial. O concorrente do *Correio Popular* priorizava notícias de política, cidade e esportes, através de uma cobertura da cidade pouca atrativa, pautada pelo material de divulgação do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal (ASSUNÇÃO et al, 2015).

Se propondo a ser um jornal mais voltado às questões que envolviam a população, o *Correio Popular* apostou em uma coluna onde o leitor colocava a “boca no

trombone” e tecia reclamações em busca de soluções para dificuldades como infraestrutura, saneamento, ocupação do solo urbano, polêmicas na Câmara Municipal, entre outros aspectos do cotidiano.

A partir de uma análise descritiva, o trabalho mostrará quem eram esses cidadãos. Quais suas principais inquietações? Quais as características desse espaço dedicado aos populares? Objetivamos compreender como o jornal construiu essas representações sobre as “formas de estar e agir no mundo” de cidadãos, homens e mulheres, com seus dilemas e desafios diários. Como aponta Meditsch (1992, p.23), o jornalismo, enquanto narrativa que se debruça sobre o tempo presente, é uma forma de conhecimento da realidade e pode possibilitar referências para transformá-la.

O autor detalha que o jornalismo difere de outras formas de conhecimento, como a ciência, por exemplo. Ao contrário da teoria científica que almeja aspectos generalizantes dos fenômenos, o jornalismo se constituiria na construção do singular, onde cada ocorrência tem uma essência que a difere completamente de outra. Rechaça as abordagens epistemológicas de que o jornalismo seria uma generalidade ou teria somente um contorno funcionalista, o que reduziria sua atribuição a mero integrador de pessoas ao meio social. Outra atribuição questionada é aquela que resume o jornalismo a uma forma de comunicação para reforçar o domínio de uma minoria, com poder político, sobre a maioria (MEDITSCH, p. 25). Tais rótulos não captam, para o pesquisador, as potencialidades do jornalismo enquanto construção social do mundo imediato.

Adelmo Genro Filho (2012, p. 161), aponta Meditsch, enriqueceu a teoria do jornalismo ao propor o jornalismo como forma social de conhecimento e ao distinguir as especificidades desse campo. Ao partir de uma proposta filosófica, propõe que *o singular, o plural e o universal* sejam categorias que amparam a construção de uma teoria do jornalismo, com um fôlego maior do ponto de vista epistemológico. São categorias que envolvem dimensões objetivas da realidade.

Cada um desses conceitos é uma expressão das diferentes dimensões que compõem a realidade e, ao mesmo tempo, compreende em si os demais. São formas de existência da natureza e da sociedade que se contém reciprocamente e se expressam através dessas categorias e de suas relações lógicas (GENRO FILHO, 2012, p. 170).

Como se trata de uma relação dialética, *o particular, o singular e o universal* são dimensões interligadas da vida e se relacionam permanentemente. O que nos torna, por exemplo, singulares? O fato de sermos moradores de Imperatriz-MA? O que nos torna particulares? Termos a nacionalidade brasileira. E qual nossa dimensão universal? Sermos do gênero humano. As ocorrências que podem ser narradas jornalisticamente e por estarem em contextos complexos e objetivos, trazem tais dimensões.

Outra questão apontada é que o conhecimento construído pelo jornalismo tem como eixo essencial o singular (2012, p.167). Assinala o autor que o jornalismo se fortaleceu com o sistema capitalista, que integrou a humanidade em escala global e propi-

ciou um conhecimento estandarizado das relações sociais e econômicas. O jornalismo, por sua vez, valorizará os aspectos singulares da vida em comunidade, instaurando elos com a imediatividade do mundo, com os aspectos que escapam a um mundo homogêneo e globalizado. A narrativa jornalística trará as percepções individuais tecidas no viver em sociedade, que se interligam às formas amplas de apreender a realidade.

A análise descritiva da seção *Qual é a bronca?*, se concentrou em 11 matérias, assinadas pelos jornalistas Carla Dutra, Hemerson Pinto, Hyana Reis e Janaína Amorim, e publicadas em exemplares do jornal disponíveis no acervo setorial do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão/Campus de Imperatriz. No acervo do curso foram catalogadas 144 edições do título, todas elas do ano de 2013, mas o acervo está incompleto e não há disponível todos os números mensais. Também não foi registrado a existência de nenhuma edição do mês de dezembro de 2013 no acervo, já que nesse período o *Correio Popular* anunciava recesso e logo em seguida deixaria de ser impresso. E não foi possível encontrá-lo em outros arquivos públicos da cidade de Imperatriz.

Optou-se então por observar um exemplar de cada mês disponível – janeiro a novembro de 2013. A escolha de jornais de diferentes e seguidos meses também possibilitou percebermos algumas mudanças graduais e outros aspectos históricos na narrativa da seção.

JORNALISMO E CIDADANIA

“Igualdade, fraternidade e liberdade”, este lema da Revolução Francesa manifestava a insatisfação dos revolucionários franceses quanto aos privilégios do governo monárquico vigente, um dos resultados desta revolução é a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada em 1789, com pressupostos de igualdade sem distinção de classe social, gênero, credo ou raça. Definem-se, a partir dessa declaração, alguns princípios de cidadania, entre eles a liberdade de comunicação expressa no artigo 11: “A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do Homem; todo o cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na Lei”²³.

Em âmbito brasileiro, a Constituição Federal de 1988 reforça esse direito do cidadão de receber e também emitir informações. De acordo com José Marques de Melo (2006, p. 25-26), a Constituição conhecida como “Cidadã”, “[...] ampliou consideravelmente os direitos humanos, instituindo diretrizes para garantir o acesso dos cidadãos aos sistemas midiáticos, não apenas como receptores, mas até como emissores”.

Para que a cidadania se efetive, também é necessário que os cidadãos estejam conscientes da realidade que os cerca, possam exigir e atuar para uma comunicação mais democrática. Isso é possível, segundo Nunes (2007, p. 115), “[...] com a formação de uma opinião pública mais próxima da realidade, com o desenvolvimento da consciência crítica e da própria educação”.

²³Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf. Acessado em 23 de maio de 2016.

A manutenção de poderes políticos perpassa pela permanência dos mesmos debates na esfera pública. Pautados por interesses políticos e econômicos busca-se persuadir os cidadãos através dos meios de comunicação. Nesse cenário é importante pensar a relação entre cidadania e jornalismo. Soares (2012), ao discutir a imprensa como instrumento da cidadania entende que,

[...] a atuação do jornalismo pelos direitos sociais da cidadania é muito importante, pois se derem espaço e enquadramentos adequados a essas questões, os meios noticiosos podem contribuir para a tomada de consciência dos problemas e para pressões no âmbito da esfera pública a favor do encaminhamento de soluções pelo Estado (SOARES, 2012, p. 21).

Ao elucidar sobre a mídia cidadã, Melo (2006), no artigo “Mídia e Cidadania no Brasil”, apresenta dados de teóricos que trabalham a ideia da cidadania na mídia brasileira tanto nos veículos de comunicação hegemônica quanto nos populares. O autor destaca as pesquisas pioneiras de Luiz Beltrão nos anos 1960, na elaboração da teoria da folkcomunicação, uma comunicação popular visível em práticas artesanais e informais, a “mídia dos marginalizados”. Melo (2006, p.24), destaca que Beltrão “[...] inventariou as formas rudimentares através das quais as classes subalternas expressam sua inconformidade em relação à sociedade instituída pelas camadas superiores”.

Na revisão bibliográfica proposta pelo estudo de Marques de Melo (2007, p.29), o teórico aponta que historicamente o exercício midiático da cidadania está reduzido “à mídia segmentada, classista ou periférica”. Perruzo (2004, p. 68), corrobora com as análises de Melo (2006/2007), ao citar que os meios comunitários são o “[...] que mais potencializam a participação direta do cidadão na esfera pública comunicacional no Brasil contemporâneo”. Na perspectiva dos estudos de Peruzzo (2011, p. 25), comunicação comunitária e comunidade estão ligadas pela “mística em torno da justiça social”, com a iniciativa de atores sociais que formam uma “comunidade de ideias” afim de que todos possam ter “dignidade e seus direitos de cidadania respeitados”.

As atuações dos meios comunitários, teoricamente, relacionam-se diretamente com as possibilidades de os cidadãos exercerem seus plenos direito à comunicação, que vão além da liberdade de expressão e acesso aos meios. Esse direito para Matelart (2009, p. 43), se dá também através de “[...] a produção e o compartilhamento de conhecimentos; os direitos civis, como a privacidade; os direitos culturais, como a diversidade linguística”. O autor argumenta que só haverá diversidade quando existir diversidade de atores participando dos processos comunicativos.

Diante dessas constatações a “Carta de São Bernardo”, elaborada durante o Seminário “Mídia Cidadã”, um evento realizado em novembro de 2005, na Universidade Metodista de São Bernardo do Campo no campus Rudge Ramos, aprovou algumas recomendações para os veículos de comunicação, de modo geral, seguirem princípios da mídia cidadã, entre eles:

2) As empresas de mídia devem ampliar sua participação social, através de ações e conteúdos dentro dos princípios de mídia cidadã; valorizar e qualificar seus profissionais nos princípios de responsabilidade social; inserir conteúdos locais/regionais, respeitando e garantindo a diversidade cultural; estimular a presença de minorias e difundir os direitos humanos nos conteúdos midiáticos, preservando assim as identidades e peculiaridades, locais e regionais (MELO, 2006, p. 31).

Este trecho da carta já apresenta indicações sobre a relevância do trabalho da mídia local na consolidação da cidadania. A grande mídia veicula diariamente diversos conteúdos noticiosos e configura esferas discursivas pautadas geralmente em interesses que estão distantes dos bairros periféricos, cidades interioranas e comunidades afastadas dos grandes centros urbanos. Em outro espaço a “Carta de São Bernardo” ao traçar questões específicas orienta que, “1) A mídia local/regional ocupa papel-chave no desenvolvimento da cidadania, possuindo interfaces com as questões sociais, econômicas, políticas e culturais” (MELO, 2006, p. 32).

Partindo desses pressupostos verifica-se indícios no jornal *Correio Popular*, um impresso que circula na cidade de Imperatriz, de um jornalismo que trabalhava princípios de cidadania, sobretudo, na seção intitulada de *Qual é a bronca?* A indagação sugerida pelo jornal é seguida da fala de um morador ao expor um determinado problema que aflige a sua rua ou bairro. Após a reclamação apresenta-se uma matéria sobre o assunto, elaborada por um profissional do veículo de comunicação. O espaço apresenta a voz do cidadão, uma participação ainda tímida, mas significativa por ser acrescenta de mais informações e por está expondo uma problemática local.

Notadamente apenas a conscientização dos cidadãos pode fazê-los tanto cobrar pela gestão e atuação desses veículos de comunicação para as localidades em que estão inseridos, quanto envolverem-se através de sugestões e participação ativa na produção das notícias. Habermas (2003), compreendia que a esfera pública era formada por pessoas que tinham opiniões próprias seja por literatura ou política.

UM CORREIO POPULAR

Descendente da curta e extinta publicação semanal gratuita, *Correio de Imperatriz*, que circulou com poucas publicações de outubro de 2009 a 2010, o *Correio Popular* é um impresso imperatrizense que teve sua primeira edição lançada em 1º de março de 2011. Em dezembro de 2013, o periódico anunciou aos seus leitores um período de recesso para as festividades daquele final de ano, que se estenderia de 23 de dezembro até 06 de janeiro de 2014. Mas, após esse intervalo, o *Correio* não voltou a circular. Migrou definitivamente para a versão online, mas deixou de ser alimentado logo em seguida. Sua última atualização teria acontecido em 5 de fevereiro do mesmo ano. Dias depois, em março de 2014, após várias especulações sobre seu fim, o jornal anunciou o seu fechamento (ALMEIDA et al., 2015).

O impresso de veiculação diária, exceto às segundas-feiras, tinha como diretor-

-geral Alfredo Wagner e contava fixamente com quatro editorias: 1) *Geral* (que ocupava de 4 a 5 páginas de cada publicação); 2) *Painel* (segunda página, trazia notas com temas nacionais, regionais e internacionais sobre famosos, produtos, acontecimentos incomuns e outros temas que despertam a curiosidade dos leitores, como sugere o próprio título, é um painel de curiosidades e novidades); 3) *Serviço* (algumas vezes dividia-se em duas subseções, uma com notícias de economia e a segunda sobre educação); 4) *Esporte* (em cores, a folha trazia notícias sobre os campeonatos nacionais e regionais de futebol, temas relacionados aos clubes, times e jogadores).

Além das editorias, o jornal mantinha diariamente algumas seções e colunas. São elas: 1) *Corneta Popular*, não assinada e com notas sobre o cenário político regional e informações sobre fatos mais gerais; 2) *A Coluna do Sanches*, assinada por Edmilson Sanches, dedicava-se às notas sobre serviços e informações da cidade, comentários, textos e poesias; 3) *Aqui Imperatriz!* com perfis de imperatrizenses, anônimos ou não, e assinada por vários jornalistas; 4) *Qual é a bronca?*, com matérias sobre reclamações da população (da qual traremos uma análise descritiva); 5) *Direitos do Consumidor*, com notícias de casos judiciais, regionais e nacionais, envolvendo empresas e prestadoras de serviços por desrespeito aos direitos do consumidor; 6) *Vitrine*, 7) *É D'mais*, 8) *Social* e 9) *Clicks do Radcliffe*, com seções de fotos e columnismo social, nem sempre presentes em todas as edições; 10) *Passatempo*, página com caça-palavras e cruzadinhas, piadas e tirinhas de HQs, informações sobre novelas, horóscopo e lista com o nome e endereço das farmácias em plantão.

O *Correio* contou com poucos profissionais em sua equipe de repórteres²⁴, que só passou a ser composta por jornalistas graduados no início de 2013 e oriundos do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão²⁵. O tabloide de 12 páginas publicava notícias com matérias curtas, de pautas mais factuais e de conteúdo nacional, muitas delas de sites de notícias, o que, segundo Maciel (2011, p. 13), “[...] indica falta de estrutura maior para coberturas”.

Mas, mesmo com a escassez da equipe, o periódico deu espaço para seções ainda não exploradas por ele ou pelo seu impresso concorrente na cidade, o jornal *O Progresso*. O impresso ousou, ao trazer regularmente e mais especificamente em sua página de número 9, uma seção com matérias que aprofundavam as reclamações e “brincas” da população acerca de problemas da cidade e região. Dessa forma, o *Correio Popular*, pode ser verificado, de acordo com Amaral (2006, p. 67), como inovador, já que, para a autora, ao promover espaços de falas aos populares “[...] os jornais inovam porque no mercado simbólico do campo jornalístico a manifestação popular tem uma tímida história de inclusão nos jornais impressos [...]”.

A seção *Qual é a bronca?*, que se autodenominava “a voz da comunidade”, trazia como padrão de publicação a citação na íntegra da reclamação de moradores da cidade, fixada sempre no topo da página e em seguida a matéria sobre a *bronca da vez*, já anunciada na fala das fontes. Além dessa seção, o jornal apresentava a coluna

²⁴Registra-se seis profissionais, entre janeiro e novembro de 2013, nos expedientes de exemplares disponíveis no Acervo Setorial do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão/Campus de Imperatriz. São eles: Antônio Pinheiro, Carla Dutra, Hemerson Pinto, Hyana Reis, Janaína Amorim e Welbert Queiroz.

²⁵Fundado em 16 de novembro de 2006, o curso só começou a formar suas primeiras turmas a partir do segundo semestre de 2010.

diária *Aqui Imperatriz!*, com perfis de cidadãos imperatrizenses. Sobre esse contexto, Maciel (2011, p. 15) afirma que, “[...] portanto, seções como *Aqui Imperatriz!* e *Qual é a bronca?* são diferenciais em meio a uma imprensa escrita local pouco autoral e longe de representar os protagonistas comuns do cotidiano da cidade”.

Em 4 de maio de 2016, o *Correio Popular*, sob nova administração e direção geral de Francisco Júnior, voltou a ser veiculado em Imperatriz, inicialmente apenas como versão para *download* em formato de documento portátil (PDF), disponibilizado em uma página *online*. No mesmo ano o título voltaria a ser novamente impresso na cidade, agora com uma nova proposta gráfica e intitulado em sua capa apenas como “Correio”.

A BRONCA NO TROMBONE

A seção *Qual é a bronca?* ocupava a nona página do periódico. No topo, a fala do denunciante, na íntegra, acompanhava uma foto em miniatura do problema da vez. A página seguia com textos geralmente curtos, ao lado de imagens que preenchiam a maior parte do restante da página²⁶. Em média cada matéria recebia de 3 a 4 fotografias e diante do pequeno volume de texto ocupavam em torno de 3/4 das páginas. Na sequência, imagens da seção verificada (Figuras 1 e 2).

Figura 1 e 2 - *Correio Popular*. Ano III: edição 560 de 31/1/2013 e Ano III: edição 649 de 28/5/2013



O AUTOR, A BRONCA E OS RESPONSABILIZADOS

A maioria das matérias da seção *Qual é a bronca?* trata de assuntos relacionados

²⁶Além da seção *Qual é a bronca?*, a página nove também trazia um balão com a seção *Direito do Consumidor*. Mas esta ocupava um pequeno espaço no fim da página.

à falta de infraestrutura nos bairros da cidade. Nelas um morador poderia expressar a reclamação do que o incomoda na porta de casa, uma mãe de estudante teria chance de exigir uma boa quadra de esportes na escola do filho, portanto, havia um espaço para a comunidade tornar pública sua indignação com o descaso dos serviços públicos.

O perfil dos autores das reclamações envolve moradores imperatrizenses que vivem há muito tempo com os problemas apresentados. Donas de casa, aposentados, estudantes, motociclistas e donos de estabelecimentos comerciais que buscavam respostas e soluções para esses entraves, comuns em muitos casos.

O *Correio* ouviu o seu Sabino, morador da Vila Davi:

A Vila Davi tem mais necessidades do que prioridades. Não temos ruas, água, ninguém arrisca colocar um comércio, um supermercado. Não temos polícia e, para encerrar, não temos nada (SABINO, aposentado).²⁷

Dona Maria da Conceição teve chance de falar para muitas pessoas do problema na porta de casa:

Essa é uma das ruas da Vila Lobão que nunca recebeu benfeitoria nenhuma. Mexeram em ruas aqui de perto e essa ficou esquecida, com todo esse lamaçal na porta de nossas casas (MARIA DA CONCEIÇÃO, dona de casa).²⁸

São pessoas que encontram no impresso uma oportunidade para tornar pública sua situação, em busca de alguma mobilização em favor de solucionar suas problemáticas. Para Schmitz:

Na condição de cidadão e consumidor, essa fonte reivindica os seus direitos e utiliza a mídia para intermediar a solução de seus problemas com os poderes público e econômico. Enquanto vítima, expõe a sua desgraça, infortúnio e sacrifícios pessoais, quando prejudicada pela violência, tragédia, injustiça ou logro. Busca na mídia, a comoção social (SCHMITZ, 2011, p. 49).

A fala da moradora da Vila Davi, Valdice Souza, em entrevista ao *Correio*, ilustra o papel social do periódico ao disponibilizar um espaço a quem queira se manifestar publicamente por sua condição.

Há 16 anos, os moradores estão lutando para que chegue água ao bairro. Fizemos uma manifestação, mas nada foi resolvido. Por isso viemos aqui, pois gostaríamos que o poder público se sensibilize com a nossa situação (VALDICE SOUSA, membra da Associação de Moradores do bairro).²⁹

As fontes, oriundas das classes populares, são vistas de maneira especial, não apenas como fontes das informações, mas assumem papel de “vítima, cidadão reivindicador ou testemunha”. Despertando a atenção do público que se inte-

²⁷Qual é a bronca?, *Correio Popular*. Ano III: edição 726 de 28 de agosto de 2013.

²⁸Qual é a bronca?, *Correio Popular*. Ano III: edição 560 de 31 de janeiro de 2013.

²⁹Qual é a bronca?, *Correio Popular*. Ano III: edição 726 de 28 de agosto de 2013.

ressa pelo personagem que é vítima de sofrimento, das injustiças e das tragédias (CHARAUDEAU, 2009 apud SCHMITZ, 2011, p. 26). O roçador Raimundo Nonato Martins é um caso assim.

Nós queremos nossos direitos. Todo mundo assinou o aviso, não deram explicação para ninguém. A gente não recebeu o mês de abril, as rescisões, as carteiras, o FGTS, e todo mês foi descontado. Queremos a Justiça do nosso lado (RAIMUNDO NONATO MARTINS, roçador).³⁰

Com poucas exceções, *as broncas* estavam sempre relacionadas à má prestação dos serviços públicos nos bairros e aos problemas com a infraestrutura, e por isso eram direcionadas ao poder público municipal, à Câmara de Vereadores e Prefeitura. Em apenas um dos casos a “bronca” era contra uma empresa do setor privado por falta de cumprimento às leis trabalhistas. Na tabela abaixo, estão sintetizadas as principais temáticas presentes nas reclamações dessa seção “voz da comunidade”.

Tabela 1: Principais temáticas das denúncias da seção *Qual é a bronca?*³¹

| Denúncia | % | Nº de matérias |
|---|--------|----------------|
| Transtornos pelo acúmulo da água da chuva | 36,36% | 4 |
| Esgoto a céu aberto | 18,18% | 2 |
| Falta de saneamento e abastecimento de água | 18,18% | 2 |
| Problemas na educação municipal | 18,18% | 2 |
| Descaso do poder público | 18,18% | 2 |
| Falta de pagamento de trabalhadores | 9,09% | 1 |
| Falta de segurança pública | 9,09% | 1 |

Podemos dizer que o *Correio Popular* sinalizou um compromisso com a comunidade imperatrizense através do espaço que cedeu às matérias que tratavam de problemas e mazelas cotidianos da população. O impresso cumpriu em certa medida com a função social de um veículo que tem proposta de ser popular. Tal qual afirma Amaral:

Esse tipo de imprensa muitas vezes amplifica a fala dos setores populares e coloca o leitor popular, normalmente situado na periferia do direito à fala, no centro do jornal. A “existência social” é devolvida a pessoas que em outros jornais são reduzidas a problemas sociais ou problemas de polícia (AMARAL, 2006, p. 131).

³⁰Qual é a bronca?, *Correio Popular*. Ano III: edição 675 de 28 de junho de 2013.

³¹Dados coletados dos exemplares do *Correio Popular*, ano III, de: 31 de janeiro de 2013; 28 de fevereiro de 2013; 27 de março de 2013; 30 de abril de 2013; 28 de maio de 2013; 28 de junho de 2013; 31 de julho de 2013; 28 de agosto de 2013; 25 de setembro de 2013; 31 de outubro de 2013 e 1º de novembro de 2013.

Para a autora, essa intermediação com o poder público proporcionada pelo jornalismo, explicitou o quanto as comunidades e a população é desassistida e aponta para a tomada dessa posição pelos jornais (AMARAL, 2006, p. 130).

Na narrativa das matérias analisadas as queixas das fontes ajudaram no processo de apuração de informações e humanizaram os textos, ainda que muito curtos diante da possibilidade de aprofundamento das temáticas. Observa-se ainda que o jornal não registra a versão ou a resposta das fontes oficiais e nem se quer cita tê-las procurado. Quem leva a “bronca”, na maior parte dos casos, não teve sua explicação ou resposta inserida na narrativa do impresso. Também não foi possível notar se o *Correio* publicava em outras matérias respostas ou assuntos acerca das denúncias do *Qual é a bronca?*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornal *Correio Popular*, que almejou conquistar leitores das classes mais pobres, construiu uma proposta diferenciada para ouvir a população, principalmente os setores mais populares que sofrem com falta de serviços urbanos, como saneamento, educação e segurança. Apresentou uma seção, *Qual é a bronca?*, com o intuito de dar “voz e vez” às fontes de bairros periféricos. Dessa forma, construiu mais uma dimensão da identidade desses cidadãos ou cidadãs em suas páginas. São homens e mulheres que mostram força ao reivindicar melhorias de vida.

Como compreendemos o jornalismo como forma de conhecimento da realidade, a partir das contribuições de Meditsch (1992) e Adelmo Genro Filho (2012), a análise do impresso citado nos mostrou que o jornalismo estabelece referentes sobre o mundo imediato, que também podem ser elementos para leitores e produtores da notícia refletirem sobre a sociedade e atuarem nela.

Sobre o objetivo da pesquisa, assinalamos que mesmo dando “voz e espaço” à população, o jornal reforçou a ideia de que os cidadãos são vítimas dos “governos e empresas privadas”. Outro aspecto desse processo é o fato do jornal não ouvir os alvos das “reclamações”. Dessa forma, as denúncias ficam sem respostas e não é possível identificar se os cidadãos conseguiram mudar ou não a realidade na qual vivem, ou seja, não é possível vê-los como agentes de mudança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Domingos A. et al. Uma análise circunstancial do fim do Jornal Correio Popular de Imperatriz – MA. Trabalho apresentado no IJ 01 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 02 a 04 de julho de 2015.

AMARAL, M. F. Jornalismo popular. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

ASSUNÇÃO, Thays; NASCIMENTO, Rodrigo; PINHEIRO, Roseane Arcanjo. Jornalismo, campo cultural e poder: notas sobre um jornal regional. Trabalho apresentado no XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Campo Grande-MS, novembro de 2015.

FRANKLIN, Adalberto. Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz. Imperatriz: Ética, 2008.

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

MACIEL, A. Z.. Aqui Imperatriz!: perfis de pessoas comuns no Jornal Correio Popular. In: MATOS, Marcos Fábio Belo; Gehlen, Marco Antônio. (Org.). Comunicação, Jornalismo e Fronteiras Acadêmicas. 1ed. São Luís (MA): Edufma, 2011.

MATTELART, Armand. A construção social do direito à Comunicação como parte integrante dos direitos humanos. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, v. 32, n.1, p. 33-50, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/viewFile/236/229>. Acessado em 06 de agosto de 2015.

MEDITSCH, Eduardo. O conhecimento do jornalismo. Florianópolis: UFSC, 1992.

MELO, José Marques de. Mídia e cidadania no Brasil. In MELO, José Marques; GOBBI, Maria Cristina,

SATHLER, Luciano. Mídia Cidadã: utopia brasileira. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

_____. A utopia brasileira da mídia cidadã. Comunicação & Educação/ Revista do Departamento de Comunicação e Artes da ECA-USP. São Paulo: ano XII, número 1, p. 25-30, jan/abr

de 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37616/40330>. Acessado em 26 de maio de 2016.

NUNES, Márcia Vidal. Rádios comunitárias: exercício da cidadania na estruturação dos movimentos sociais. In: PAIVA, Raquel (Org.) O retorno da comunidade: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PERUZZO, Cicilia. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. In: BARBALHO, Alexandre; FUSER, Bruno; COGO, Denise (orgs.). Comunicação e cidadania: questões contemporâneas. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011.

_____. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org.). Comunicação Pública. Campinas: Alínea, 2004.

SCHMITZ, Aldo A. Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo. 1. ed. Florianópolis: Combook, 2011.

SOARES, Murilo César. Os direitos na esfera pública midiática: a imprensa como instrumento da cidadania. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

Jornal Nossa Voz, espaço de resistência contra a violação de direitos em Açailândia-MA

Nayane Cristina Rodrigues de BRITO

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA

Roseane Arcanjo PINHEIRO

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA



RESUMO

Este texto pretende compreender a atuação do jornal *Nossa Voz* na luta pelos direitos coletivos na cidade de Açailândia, no estado do Maranhão, no Brasil. O impresso surgiu da iniciativa de padres e missionários da congregação católica Combonianos, responsáveis pelos trabalhos religiosos da Paróquia de São João Batista. A publicação trazia notícias sobre ações de comunidades das áreas urbanas e rurais no enfrentamento de questões sociais, políticas e ambientais. Para o estudo, foram realizadas análises descritiva e documental de cinco edições do informativo, dos anos 2006, 2010, 2011, 2013 e 2014. Na pretensão de obter informações sobre o processo produtivo do jornal e dados históricos foram efetivadas ainda quatro entrevistas com protagonistas desse veículo de comunicação alternativo. O jornal *Nossa Voz*, nesse contexto, se configurou como um espaço de mobilização política.

Palavras-chave: Mídia alternativa, Jornalismo e cidadania; jornal *Nossa Voz*; Maranhão.

INTRODUÇÃO

A grande mídia veicula diariamente diversos conteúdos noticiosos e configura esferas discursivas pautadas geralmente em interesses que estão distantes dos bairros periféricos, cidades interioranas e comunidades afastadas dos grandes centros. Uma comunicação democrática que permita a inserção de todos na esfera pública certamente perpassa pela constituição de uma opinião pública dos cidadãos mais conscientes de sua realidade.

É oportuno lembrar que a opinião pública nasce nos espaços públicos, das experiências que neles se estabelecem. Os veículos de comunicação também se constituem como esses espaços que podem, além da veiculação de informações, atuar em prol da cidadania. Na concepção de Peruzzo (2004, p. 67), a “[...] democracia no poder de comunicar é condição para ampliação da cidadania”.

Essa visão de pluralizar as vozes constitui as abordagens de mídia alternativa, identificada em distintos meios de comunicação, com objetivos comuns “[...] ao oferecer temas, ângulos e até mesmo fatos que são obscurecidos, silenciados quando não distorcidos pelos veículos de comunicação hegemônicos, orientados pelo interesse comercial” (MAZETTI, 2009, p. 287).

Na formação da opinião pública Champagne (1996, p. 23) retrata a luta simbólica no jogo político, “[...] na qual cada ator político procura monopolizar a palavra pública”. Nessa disputa, em muitos momentos é retirado das comunidades o direito à comunicação. Assim, Mazetti (2009) utiliza o termo contra-informação na ideia de

desobstruir o acesso à opinião pública por todos os grupos sociais, inclusive os denominados de minorias.

Conforme Barbalho (2005, p. 36), as minorias são aquelas que não dispõem do direito à fala. Portanto, a “‘maioridade’ marca a conquista de ser ouvido, ou, em outras palavras, de ser cidadão”. Barbalho (2005) compreende que a mídia detém o poder de dar voz as todos os grupos sociais.

John Downing (2002), ao se referir à mídia alternativa, utiliza a denominação mídia radical alternativa, em uma visão contra-hegemônica aos interesses das mídias comerciais. A partir da quebra do que é silenciado, sugere-se um ativista midiático.

A mídia radical tem a missão não apenas de fornecer ao público os fatos que lhe são negados, mas também pesquisar novas formas de desenvolver uma perspectiva de questionamento do processo hegemônico e fortalecer o sentimento de confiança do público em seu poder de engendrar mudanças construtivas (DOWNING, 2002, p. 49).

Nessa perspectiva o jornal *Nossa Voz*, produzido na cidade de Açailândia no Maranhão, se estabelece na condição de mídia impressa alternativa. Desse modo, busca-se compreender a atuação do impresso na luta pelos direitos coletivos na cidade de Açailândia.

A análise documental deu suporte enquanto técnica, ao complementar a análise descritiva para a obtenção dos dados. Nas fontes para essas análises, obteve-se cinco edições do informativo, dos anos 2006, 2010, 2011, 2013 e 2014. “A análise documental, muito mais que localizar, identificar, organizar e avaliar textos, som e imagem, funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos” (MOREIRA, 2006, p. 276). O autor acredita que essa técnica consegue inserir novos pontos de vista, mas respeitando a originalidade do documento investigado.

A elaboração deste estudo marca o registro inicial da trajetória e desempenho do jornal *Nossa Voz*, que se estabeleceu para a conscientização do exercício da cidadania e dos direitos dos cidadãos açailandenses. Portanto, as narrativas de quatro entrevistados trazem marcas discursivas que corroboram na apreensão do processo de produção jornalística desse veículo de comunicação. Bem como as memórias dos padres Combonianos Dario Bossi e Claudio Bombieri, por vezes com falhas, indicam alguns aspectos históricos. Foram entrevistados ainda os colaboradores Mikael de Souza Carvalho e Larissa Pereira Santos³², que exerceram a atividade de repórteres do jornal e trouxeram detalhes sobre o processo produtivo, desde a escolha das pautas até a edição do material jornalístico.

As entrevistas caracterizam-se como semiabertas, na utilização de um roteiro para as conversas. Na concepção de Duarte (2006), uma das vantagens do modelo de entrevista semiaberta, com questões semiestruturadas, é a possibilidade de se criar uma estrutura para comparação de respostas e articulação de resultados, o que facilitará na sistematização das informações transmitidas por diferentes sujeitos.

³²Mikael de Souza Carvalho e Larissa Pereira Santos são graduados em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão. Na época em que colaborou para no jornal *Nossa Voz*, Mikael Carvalho era estudante e Larissa Santos integrava a ONG Justiça nos Trilhos.

“Cada questão é aprofundada a partir da resposta do entrevistado, como um funil, no qual perguntas gerais vão dando origem a específicas” (DUARTE, 2006, p. 66).

AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA A PARTIR DO JORNALISMO CIDADÃO

A efetiva participação dos cidadãos nas mídias propicia espaços mais democráticos, fazendo publicizar aquilo que é expressão do interesse público. Nesse cenário é importante pensar em mecanismos que conscientizem os cidadãos sobre a realidade local e o direito de participação na política e à comunicação. O jornal *Nossa Voz* exercia grande importância para a cidade de Açailândia, sobretudo, por operar contribuições ao oportunizar espaços para discutir as problemáticas sociais, ambientais e políticas.

Na investigação das configurações e relações existentes entre a comunicação dos movimentos sociais e a ampliação da cidadania, Peruzzo (2004, p.50) verificou uma outra forma de comunicação que visa melhores condições de vida e também ampliar os direitos à cidadania dos segmentos excluídos da população. Conforme pontua a autora, essas iniciativas apontaram a necessidade desses segmentos sociais de se apropriarem de técnicas de produção jornalística e tecnologias de comunicação como estratégias para alcançarem seus objetivos. Esse processo comunicacional caracteriza-se por:

Opção política de colocar os meios de comunicação a serviço dos interesses populares; transmissão de conteúdos a partir de novas fontes de informação (do cidadão comum e de suas organizações comunitárias); a comunicação é mais que meios e mensagens, pois se realiza como parte de uma dinâmica de organização e mobilização social; está imbuído de uma proposta de transformação social e, ao mesmo tempo, de construção de uma sociedade mais justa; abre a possibilidade para a participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo. (PERUZZO, 2004, p.50)

Tomando como base princípios de caráter normativos, Soares (2008) aborda reflexões sobre o jornalismo e a construção da cidadania. O autor parte do pressuposto da informação como um direito civil, um “direito-meio”, que permitirá ao cidadão acesso aos demais direitos, intitulados de “direitos-fins”. Assim, através da informação, teoricamente, os cidadãos teriam acesso aos demais direitos.

Para esse teórico, a atuação jornalística dos meios noticiosos pode ser um instrumento a favor da cidadania, pois “[...] podem contribuir para a tomada de consciência dos problemas e para pressões no âmbito da esfera pública a favor do encaminhamento de soluções pelo Estado” (SOARES, 2012, p. 21). Isso, a partir de espaços e enquadramentos adequados que levem as temáticas, por vezes silenciadas, até a esfera pública.

No entanto, a atuação da grande mídia, segundo Soares (2008) favorece a pu-

blicidade na busca por consumidores e desprivilegia os cidadãos. Além da limitação aos meios noticiosos analíticos, através da cobrança para o acesso a determinados canais, enfatizando as desigualdades sociais.

Melo (2006, p.26) aponta que historicamente o exercício midiático da cidadania está reduzido “à mídia segmentada, classista ou periférica”, representadas pelos movimentos sociais, associações de moradores, clubes de mães, sociedades beneficentes, igrejas, entre outros. Esses, conforme também cita Peruzzo (2004), produzem seus próprios instrumentos de comunicação no sentido de ampliar a cidadania. “Eles abrem as “janelas” para que as demandas cidadãs repercutem na sociedade, sensibilizando, dessa forma, os detentores do poder” (MELO, 2006, p.27).

UM JORNAL NASCENDO, UMA CIDADE EM MUDANÇA

O jornal *Nossa Voz* tem como objetivo mobilizar as comunidades das áreas rural e urbana da cidade de Açailândia afetadas pela indústria mineradora. Localizada a 631 km da capital São Luís-MA, a cidade de Açailândia surgiu a partir de assentamentos de trabalhadores da BR Belém-Brasília, obra iniciada no governo de Juscelino Kubitschek (FRANKLIN, 2008, p.113), em 1958. A nova estrada, que interligaria o Estado ao centro do país, provocou um intenso fluxo migratório para o sudoeste maranhense nas décadas seguintes, o que gerou intensas transformações sociais e econômicas.

Emancipado em 1981, o distrito de Açailândia se tornou uma cidade atrativa para o capital internacional e os projetos econômicos, através de políticas públicas voltadas para a implantação da maior cadeia mineradora do país, o projeto Grande Carajás. A Estrada de Ferro Carajás, num total de 892 km, percorre 23 municípios do Maranhão e quatro do Pará, unindo a cidade de Carajás (PA) ao Porto de Itaqui, em São Luís (MA).

Ainda na década de 1980 se instalaram no Estado do Maranhão, sete siderúrgicas, cinco delas em Açailândia: Ferro Gusa do Maranhão S/A (Fergumar), Viena Siderúrgica e Cia, Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré (Covap), Gusa Nordeste e Siderúrgica do Maranhão S/A (Simara). Essas empresas operam na fabricação do ferro gusa, fase anterior à fabricação do aço (REIS, 2013, p.260). Ponto estratégico para a estrada de ferro, Açailândia é atravessada pelos 24 trens que interligara o Pará até a zona portuária da capital maranhense.

Apesar do aumento do Produto Interno Bruto (PIB), os resultados da instalação da estrada de ferro Carajás são intensamente criticados em função de não terem melhorado os indicadores relacionados ao desenvolvimento humano, ter provocado impactos ambientais causados pela exploração dos recursos naturais e por trazer prejuízos às comunidades rurais. De acordo com Franklin (2008, p. 187), houve “imensa degradação ambiental, favelização e empobrecimento no corredor de ferro (...) quando as promessas eram de emprego e desenvolvimento”. As mesmas questões são apontadas por Reis (2013, p. 263).

Em função do polo industrial o município de Açailândia cresceu de forma acelerada e desorganizada, externando assim uma configuração deficiente. Por causa desse crescimento sem planejamento, é explícito a ausência de uma rede de esgoto na grande maioria dos bairros, as pessoas residem em moradias insalubres e em áreas consideradas de risco (...) É válido destacar também os problemas sociais, ambientais que a população está sujeita, como na área da saúde e da educação que são considerados pela população local como serviços necessários e precários.

Essas queixas relativas à atividade da indústria mineradora e da ausência do poder público, presentes também nas comunidades da Paróquia de São João Batista, levaram a igreja a lançar no começo dos anos 2000, o jornal *Nossa Voz*. A publicação pertencia à paróquia, situada no bairro do Jacu, que abrangia uma extensa área na cidade, formada por comunidades urbanas e rurais que chegavam até a fronteira com o Pará³³. Na maior parte das comunidades os moradores conviviam com as contradições, desigualdades e embates gerados pela ação do corredor Carajás e das siderúrgicas. A paróquia era coordenada por integrantes da Missão Comboniana³⁴, uma congregação que tem como objetivo, além de evangelizar, articular as comunidades, principalmente as mais excluídas, por uma vida mais digna. A perspectiva de fortalecer as camadas populares impulsionou a captação de recursos e a articulação local para viabilizar o impresso.

A publicação surgiu em 2005 e se materializou como uma das primeiras iniciativas para registrar as mobilizações das comunidades atingidas pela cadeia da mineração. A ideia era divulgar as ações que defendiam os direitos sociais e registrar a resistência dos moradores aos grandes projetos econômicos. A comunidade de Piquiá de Baixo³⁵, surgida nos anos 1970, se tornou o principal foco da luta pela dignidade dos moradores, pois lá foi instalado o distrito industrial local e cinco siderúrgicas. A localidade é afetada pela poluição ambiental e por constantes violações de direitos humanos (PINHEIRO, SOUZA, 2016).

O jornal *Nossa Voz* surgiu em um contexto de crescente questionamento da exploração mineradora. Sua circulação ocorreu entre 2005 a 2014, ou seja, por nove anos. Nesse período, surgiu a Rede Justiça nos Trilhos (JnT) com o objetivo de lutar pela dignidade das comunidades atingidas pelos grandes projetos econômicos (PINHEIRO, SOUZA, 2016). A JnT atua a partir de uma rede de movimentos sociais, igrejas e associações comunitárias, com destaque para a ação dos missionários combonianos que articularam a fundação da JnT para ajudar moradores dos municípios e povoados cortados pela Estrada de Ferro Carajás, impactados pelas atividades da mineração e da siderurgia.

³³Entrevista concedida às autoras pelo Padre Dario Bossi no dia 10 de abril de 2017.

³⁴A congregação foi fundada por Daniel Comboni, filho de camponeses italianos. Nasceu em 15 de março de 1831, na cidade de Limone Sul Garda, em Brescia, na Itália. Foi ordenado sacerdote em 1854. Em 1877 tornou-se o primeiro bispo católico da África Central, onde trabalhou muito anos até morrer aos 50 anos de idade. Mobilizou instituições para a ajudarem a África com o objetivo de “salvar a África com a África” (MISSIONÁRIOS COMBONIANOS, 2017). A congregação fundada por ele defende a evangelização e o empoderamento popular na defesa da vida, a ajuda aos pobres e o combate às injustiças no mundo. A congregação atua em mais de 40 países do mundo. No Brasil a sede é em São Paulo (SP).

³⁵Uma das explicações para o nome de Piquiá está relacionada à existência desse tipo de árvore na região Amazônica, mas já escassa dada a intensa exploração madeireira. Outra possibilidade era a existência de um riacho em Açailândia que tinha um imenso pé de pequi, fruta apreciada da culinária, em uma das suas margens (NASCIMENTO, 1998, p.111). Porém, a grafia Pequiá, aplicada oficialmente, se refere à sigla de “Petroquímico Açailândia”, relacionada ao caráter industrial do bairro.

OS OBJETIVOS E A PRODUÇÃO DA NOTÍCIA NO JORNAL NOSSA VOZ

A ideia de lançar um jornal que fosse porta-voz dos anseios das comunidades ligadas à Paróquia de São João Batista surgiu após a Missão Comboniana ter feito um diagnóstico da situação das áreas nas quais iria atuar no começo dos anos 2000, de acordo com padre Claudio Bombieri³⁶, responsável pelo jornal *Nossa Voz* até 2007. Entre 2007 e 2014, o revisor geral da publicação foi padre Dario Bossi.

A primeira pesquisa domiciliar realizada em Piquiá de Baixo relacionou a situação das famílias, os principais problemas do bairro, a avaliação da presença das siderúrgicas, as forças em lutas, entre outras temáticas. Foi uma sondagem ampla e abrangente, com quase todas as famílias do local. A finalidade foi traçar um perfil da realidade socioeconômica da comunidade, onde surgiu a publicação, então ligada à Associação de Frei Tito, que tinha no cabeçalho a seguinte informação: “o primeiro jornal informativo de Pequiá” (nº5, ano 1, dez/2006).

Portanto, a ideia de lançá-lo veio para trazer à tona as problemáticas da população. “Para dar voz aos sentimentos, às opiniões, aos sonhos e as frustrações que não eram divulgadas nem para a mídia nem por outros meios”, afirmou padre Claudio Bombieri. Foram feitos também encontros com dirigentes das siderúrgicas, que defendiam a atuação das empresas e ressaltavam em suas falas a posição de benfeitores, pois teriam ajudado a gerar emprego e renda para as famílias. No entanto, a pesquisa junto às famílias revelou outros posicionamentos frente à instalação das guseiras, como são chamadas as siderúrgicas. “Quando questionados se tiveram vantagem com a vinda das siderúrgicas, afirmaram parcialmente que sim, mas apontaram a poluição como grande problema e achavam que não havia esforço para diminuí-la”, relembra padre Claudio, que teve o apoio à época do padre Fausto Beretta³⁷ que também trabalhava em Açailândia.

Padre Dario Bossio, que também participou do jornal entre 2007 e 2014, ponderou que um dos principais objetivos, foi promover um debate específico sobre as políticas territoriais, com acompanhamento da administração municipal e das ações dos poderes Legislativo e Executivo e, em alguns momentos, do Poder Judiciário no Estado. Outro propósito foi veicular a voz do trabalhador rural. “A pessoa do campo era a mais discriminada, menos conhecida e mais desfavorecida nas políticas públicas do município”.

A pesquisa junto aos moradores também amparou a construção do plano pastoral da Missão Comboniana para a cidade, porque apontou dimensões da realidade até então pouco conhecidas ou debatidas, além de revelar as contradições vivenciadas nas áreas sob a cobertura da paróquia de São João Batista. Portanto, tornou-se necessário lançar uma publicação impressa que trouxesse esses assuntos para o debate público e informasse sobre acontecimentos e abusos que não eram divulgados pela mídia hegemônica local.

³⁶Entrevista concedida às autoras pelo padre comboniano Claudio Bombieri no dia 11 de abril de 2017. Ele viajava constantemente para Açailândia no começo dos anos 2000 para auxiliar as atividades da Missão Comboniana na localidade, especificamente na comunidade de Piquiá. Padre Cláudio informou que ajudou a formular diagnóstico realizado, organizou equipes e fez encontros com dirigentes das siderúrgicas.

³⁷Padre Fausto Beretta realizou também atividades religiosas nas arquidioceses de São Luís e de Manaus-AM.

De acordo com padre Cláudio Bombieri, inicialmente o jornal era feito pelos próprios integrantes da Missão Comboniana. Nos anos seguintes, a redação foi ampliada com jovens das comunidades, que trabalhavam como voluntários na captação e redação dos textos. No começo, as notícias se limitavam ao território do Piquiá, o que mudou depois, pois foram incluídas as questões da mineração que envolviam outras cidades do PA e MA. Sobre a escolha dos conteúdos, os próprios moradores traziam informações ou descreviam fatos, que eram apurados e depois publicados no jornal.

Havia a preocupação com o analfabetismo da maioria da população e a falta da leitura pelos que dominavam a escrita. Por isso, os textos eram mais curtos, com frase mais enxutas para facilitar a leitura e torná-la mais leve. Assim foram nascendo as seções Editorial, com posicionamento do jornal; Igrejas Vivas, com notícias pastorais; Personagem em destaque, com perfil de lideranças comunitárias ou de movimentos sociais, e a Coluna do Bocudo, com notas irônicas que criticavam a atuação do poder público e das empresas privadas.

A Coluna do Bocudo era uma das mais comentadas. “A ideia era popularizar mais o debate sobre contradições evidentes da cidade de maneira irônica, portanto, mais chamativa e interessante”, recordou padre Dario. A coluna ficava na última página, uma página colorida. “Tinha uma linguagem mais simplificada. Convidava ao aprofundamento, depois os assuntos eram analisados nas páginas do jornal. Era uma agenda crítica dos meses anteriores à circulação do jornal”, completou.

O formato do jornal sofreu alterações ao longo dos nove anos de circulação. Para evitar custos altos, tinha capa e contracapa coloridas, com destaque para o verde, e as páginas internas apenas tinham duas cores. O número de página variou entre 6 a 16. Os custos com a gráfica eram cobertos com a ajuda de recursos do exterior, especialmente da Itália, o que viabilizou uma tiragem de mil exemplares. Inicialmente a impressão ocorreu em gráficas de São Luís, posteriormente passou a ser feita em Açailândia.

Segue abaixo um quadro com as principais características do *Nossa Voz*:

| |
|---|
| Título: Nossa Voz |
| Produção: Paróquia de São João Batista de Açailândia-MA |
| Circulação: 2005 a 2014 |
| Periodicidade: quadrimestral (quatro edições anuais) |
| Distribuição: gratuita |
| Número de páginas: 6 a 16 |
| Formato: 13x18,5 (2006); 9 x12 (2014) |
| Seções: Editorial, Notas metalúrgicas, Igrejas Vivas, Coluna do Bocudo, Personagem em destaque |
| Público: comunidades da paróquia São João Batista e movimentos sociais |
| Tiragem: mil exemplares |

Fonte: As autoras.

Com a chegada do padre Dario Bossio em 2007, a responsabilidade em organizar o jornal passou para o novo pároco da Igreja de São João Batista. Padre Dario Bossi afirma que essas informações e o contato direto e permanente com as comunidades fizeram a Paróquia de São João Batista perceber a importância de manter um veículo de comunicação. No entanto, a proposta não se resumia a divulgar eventos da igreja. “Queríamos, desde o começo, instalar uma comunicação que conseguisse, de forma transversal, mostrar o papel da igreja. Assim como a entendemos, em diálogo com a vida das pessoas”, analisou o padre comboniano, que foi pároco da igreja de São João Batista entre 2007 e 2104.

Naquela época, a dimensão da paróquia era maior do que a atual. Envolveria então parte urbana dos bairros Jacu, Vila Maranhão, além dos bairros à esquerda da BR 010, comunidades do interior até a divisa do Pará, a região do 50º BIS, que envolve quatro grandes comunidades de assentamento do Movimento Sem Terra (MST), a região da Nova Conquista e do Km 30. A divisão da paróquia tinha uma interrupção e na região do Piquiá voltava a ser da administração da Missão Comboniana. Piquiá de Baixo é área urbana, embora periférica. Depois de Piquiá, a paróquia se estendia até divisa com a cidade de Bom Jesus das Selvas, onde havia muitos assentamentos, como Francisco Romão e Nova Oriente. E à direita da BR 222, estavam as áreas mais distantes, sendo, por último, as comunidades rurais de Córrego Novo e de Novo Bacabal.

“Era um leque de comunidades muito diferenciadas, umas com perfil estritamente urbano, outras com perfil rural. Essas de perfil rural estavam voltadas para a agricultura familiar e outras ao grande latifúndio, portanto à criação do gado”, analisou padre Dario Bossi. “E o perfil do bairro de Piquiá era um perfil industrial. Isso permitia fazer um debate sobre as várias formas de se fazer a cidade”.

Na etapa com a direção do padre Dario, padres e irmãos continuaram a fazer textos, porém uma nova equipe foi constituída a partir dos cursos de qualificação do projeto Pontos de Cultura, quando jovens das comunidades começaram a ajudar na redação do *Nossa Voz*. Padre Dario lembra que a publicação sofreu “altos e baixos” com a formação de voluntários, que também definiam as pautas, os conteúdos do jornal e as fotografias.

Sobre o formato, que mudou algumas vezes, padre Dario comenta que era raro, difícil de manusear e de transportar, porque era um tamanho grande. Mas dava conta de um desafio: conciliar texto e aprofundar a abordagem dos temas. Isso também garantia que chamava a atenção do público, porque era o único que tinha esse formato maior.

Entre 2005 e 2014, a periodicidade da *Nossa Voz* foi geralmente de quatro edições por ano, o que oscilou também para três edições. Elas obedeciam ao ciclo cristão: Natal, Páscoa, festa da paróquia, festa da colheita e conclusão do ano, seguindo o propósito de aliar temas de formação e debate sobre a realidade da comunidade, com forte diálogo com os movimentos sociais.

O financiamento continuou externo com captação de recursos através de projetos de formação religiosa e política. Não tiveram dificuldade em decorrência do valor baixo solicitado. A auto-sustentação foi avaliada e se cogitou em pedir a contribuição das comunidades, mas a paróquia tinha outro grande desafio no campo da comunicação,

manter o programa radiofônico *Kairós*, na Rádio Marconi FM, também localizada em Açailândia. Então ficou decidido que os recursos obtidos juntos às comunidades eram para a produção veiculada na rádio e o financiamento externo se destinava ao jornal.

Quanto à participação do público no processo de produção do jornal *Nossa Voz*, o padre Dario recorda que não havia uma participação sistemática. Às vezes, alguns moradores comentavam apenas temas que gostariam que o jornal tratasse. Em boa parte, as sugestões vinham geralmente dos jovens que compunham a redação, formada por 3 ou 4 jovens do bairro do Jacu. O impresso não tinha seção de leitores e não dispunha de canais para envio de sugestões ou críticas, como e-mails ou redes sociais.

Sobre a relação do jornal com os movimentos sociais, segundo o padre Dario, havia um consistente entrosamento entre o jornal, a comunidade e os parceiros. Um exemplo foi a participação do impresso na divulgação de algumas ações da Rede Cidadania, integrada por entidades da sociedade civil, sindicatos, centro de defesa de direitos humanos, MST, associações de bairro etc, que atuam em Açailândia. “O jornal *Nossa Voz* vinculava reflexões sobre as ações da Rede, como, por exemplo, a organização de debates dos pré-candidato à prefeitura”, pontuou padre Dario.

Sobre a repercussão, padre Dario relembrou das dificuldades de informar um público com pouca familiaridade com as letras. Mas essa situação não tirou a relevância do jornal. “Eu não quero acreditar que se responda à falta de costume da leitura simplesmente desistindo de investir em coisas escritas. Não faz parte do nosso trabalho pastoral”, explicou. Para tanto, a leitura era incentivada através da prática de grupos de rua nos bairros e da indicação dos textos mais importantes durante as missas. As escolas das comunidades também adotavam o jornal nas aulas, pois alguns professores informaram à paróquia que os temas abordados eram debatidos nas salas.

O ex-pároco da Igreja de São João Batista destacou que um dos legados do *Nossa Voz* foi o de registrar para as futuras gerações a trajetória da igreja e as transformações da sociedade. “A rádio é o veículo número um em comunicação, mas não conseguimos manter a memória do que estamos dizendo, o que é um limite grande. Mas o jornal conserva a memória do que a paróquia pensou ao longo desses anos”.

Mikaell de Souza Carvalho³⁸, um dos colaboradores ao longo da circulação do jornal, detalhou o processo de produção das notícias no *Nossa Voz*. “É importante destacar que ao iniciar não tínhamos experiência nenhuma em jornalismo. Só mais tarde fomos tendo algumas oficinas sobre comunicação que nos ajudaram a melhorar o nosso trabalho”, analisou. Ele assinalou que todos os participantes executavam mais de uma atividade na produção do material. “A principal foi escrever conteúdos, porém também fazíamos fotos e a primeira revisão dos textos antes de ser encaminhada para a pessoa que faria a revisão geral”.

O ex-colaborador ressaltou que não havia preocupação em assinarem as matérias. “O importante para nosso grupo era poder contar histórias das comunidades”. Mikaell de Souza Carvalho pontuou que uma das notícias que mais gostou de fazer foi sobre a comunidade Reta. “Indico essa porque foi quando eu sugeri que pudessemos contar história de como as comunidades da paróquia surgiram, como foram criadas, as principais atividades econômicas e modos de vidas dos moradores”.

³⁸Entrevista concedida às autoras por Mikaell de Souza Carvalho no dia 22 de abril de 2017.

O trabalho era voluntário e os redatores usavam seus próprios recursos. “A gente usava equipamentos pessoais mesmo: bloco para anotações, caneta, celular para gravar entrevistas, máquina fotográfica e bancava nossa ida a campo também. Era tudo feito voluntariamente e era bem bacana o processo”. Um dos motivos que o levou a colaborar com o impresso foi a proposta de abordar as diferentes faces da cidade. “O jornal, apesar de ser paroquial, não pretendia apenas falar sobre a atividade religiosa. Tinha um cunho social muito bom, levantando temas latentes nas comunidades”.

O contato com a comunidade era fundamental para a construção das notícias. “Primeiro fazíamos nossa reunião de pauta, depois eram feitos os contatos com as fontes para as matérias e depois íamos a campo fazer entrevistas”, contou o ex-redator. “Uma coisa importante nesse processo era que sempre quando tínhamos que ir às comunidades buscávamos uma liderança da comunidade católica para nos ajudar”.

Larissa Pereira Santos³⁹ colaborou no jornal entre 2013 e 2014, quando atuou como revisora e repórter. Costumava fazer material jornalístico sobre a situação de Piquiá de Baixo. Naquela época trabalhava como jornalista da Rede Justiça nos Trilhos e a luta dos moradores do bairro pelo reassentamento gerou várias pautas. “No meu caso (...) aproveitava as visitas ao bairro para fazer entrevistas e registros fotográficos. Em seguida realizava a produção das matérias e enviava para o editor”.

A jornalista ressaltou a relevância de uma publicação com o perfil do *Nossa Voz* no contexto das disputas políticas e econômicas de Açailândia. “Representa as vozes que (...) são silenciadas pela imprensa tradicional, as vozes das pessoas que estão nas ruas (...) enfrentando os problemas sociais, culturais e políticos do município”.

Na fase final do impresso, em 2014, um casal de leigos italianos, Marco e Valentina, passou a coordenar a equipe de redatores. Mas fatores como a grande rotatividade dos membros do grupo e o surgimento das mídias sociais enfraqueceram o trabalho do jornal. Com a saída de padre Dario Bossi da Paróquia de São João Batista, em 2014, a igreja deixou de investir no impresso e a nova coordenação optou por formas mais discretas de comunicação com os paroquianos.

Outro ponto a colaborar para o fim da circulação do jornal foi a mudança na organização da igreja católica em Açailândia e a criação da paróquia de Santa Luzia, em Piquiá de Baixo, a qual o jornal ficou vinculado nos últimos anos de circulação. Quando as paróquias eram unificadas, Jacu e Piquiá, havia mais recursos para manter a publicação, porém com a nova configuração as doações diminuíram, porque a Paróquia do Piquiá é uma das mais pobres. Outra questão foi a definição de novas prioridades para a captação de recursos no exterior, uma delas era a necessidade de construir novos espaços religiosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se na prática da grande mídia um desequilíbrio que acentua as desigualdades sociais e revela disparidades de poder, evidenciando que o controle da informação passa pelo poder político e econômico. Na contramão dessa atuação está

³⁹Entrevista concedida às autoras por Larissa Santos Pereira no dia 23 de abril de 2017.

a mídia alternativa, ao utilizar os meios de comunicação para romper com esse desequilíbrio, proporcionando ainda a construção da opinião pública alinhada a uma perspectiva crítica quanto às relações de poder na sociedade. Assim, a comunicação alternativa colabora no sentido de ampliar o exercício da cidadania.

O jornal *Nossa Voz*, nesse contexto, se configurou como um espaço de mobilização política e articulação em torno das problemáticas sociais, econômicas e ambientais, vivenciadas pelas comunidades urbanas e rurais de Açailândia. Propiciou referências sobre as ações e lutas, fortaleceu vozes, documentou reivindicações e valorizou a atuação coletiva das comunidades na transformação da sociedade.

Destaca-se o trabalho dos missionários e padres combonianos e a compreensão de que evangelizar é também atuar no campo político, auxiliar homens e mulheres a compreenderem seu tempo, a se verem como sujeitos de sua própria história e a promoverem a convivência fraterna, baseada na tolerância e na justiça social. A publicação, no entanto, não conseguiu superar dificuldades como a montagem de uma equipe mais estável e a manter os recursos que custeavam o jornal. Outro desafio foi a reconfiguração das paróquias em Açailândia, com a criação de uma paróquia específica para Piquiá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBALHO, Alexandre. Cidadania, minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005. P. 27-39.

CHAMPAGNE, Patrick. Formar a opinião: o novo jogo político. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópoles, RJ: Vozes, 1996.

COMBONIANOS NO BRASIL. São Daniel Comboni. In: <http://www.combonianos.org.br/>. Acesso em 15 de abril de 2017.

DOWNING, John. Mídia radical. São Paulo: Senac, 2002.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (Orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FRANKLIN, Adalberto. História econômica de Imperatriz. Imperatriz: Ética, 2008.

MAZETTI, Henrique Moreira. Mídia alternativa para além da contra-informação. In: WOITOWICZ, Karina Janz (Org.). Recortes da mídia alternativa: Histórias e memórias da comunicação no Brasil. Ponta Grossa, Ed. UEPG, 2009.

MELO, José Marques de. Mídia e cidadania no Brasil. In: MELO, José Marques; GOBBI, Maria Cristina, SATHLER, Luciano (Orgs.). Mídia Cidadã: utopia brasileira. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (Orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NASCIMENTO, Evangelista Mota. Açailândia e sua história. Imperatriz: Ética, 1998.

PERUZZO, Cicilia. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org.). Comunicação Pública. Campinas: Alínea, 2004.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo; Francisca Daniela dos Santos, SOUZA. Comunicação, educação e direitos humanos: análise das ações da Rede Justiça nos Trilhos. Anais do 8º Fórum Internacional de Pedagogia. Imperatriz: 9 a 12 de novembro de 2016. In: <http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/anais.php>. Acesso em 17 abril de 2017.

REIS, Walison Silva. Efeitos socioespaciais de grandes projetos no sudoeste maranhense. In: SOUSA, Jailson de Macedo (Org). O regional e o urbano no sul do Maranhão: delimitações conceituais e realidades empíricas. Imperatriz: Ética, 2013.

SOARES, Murilo César. Os direitos na esfera pública midiática: a imprensa como instrumento da cidadania. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

_____. Jornalismo e Cidadania, em duas abordagens. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 17, 2008, São Paulo. Anais. São Paulo: Compós, 2008.



PERSPECTIVAS DE NORTE A SUL

COMUNICAÇÃO, JORNALISMO E MEMÓRIA

Panorama da imprensa na microrregião de Cametá-Pará

Netília Silva dos Anjos SEIXAS

Universidade Federal do Pará, PA

Jessé Santa BRÍGIDA

Universidade Federal do Pará, PA

Lorena Emanuele da Silva SANTOS

Universidade Federal do Pará, PA



RESUMO

Este capítulo apresenta um panorama da história da imprensa na microrregião de Cametá, Pará, de 1859 a 1985. A microrregião é formada pelos municípios de Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará e contém a maior produção de impressos do interior do Pará no período selecionado. A pesquisa tem cunho exploratório, com base documental e bibliográfica. A partir dos dados disponíveis em acervos, catálogo e obras publicadas, levantamos as principais informações sobre a imprensa na microrregião. Foram encontrados cem (100) títulos e, apesar dos poucos dados existentes, foi possível perceber a variedade de temáticas voltadas à esfera política, religiosa (católica e espírita), literária e a interesses das localidades da microrregião de Cametá.

Palavras-chave: Microrregião de Cametá; Imprensa; História; Séculos XIX e XX; Pará.

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta um panorama dos jornais impressos da microrregião de Cametá, no interior do Pará, de 1859 a 1985, continuando esforços anteriores (SEIXAS, 2017, 2012, 2010) em estudar a história da imprensa no estado, em busca de preencher lacunas sobre a trajetória desse meio de comunicação na sociedade regional. O estudo tem caráter exploratório, com base documental e bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 2010; STUMPF, 2005), e apoio também nas perspectivas dos estudos sobre história da mídia de Pedro Navarro Barbosa (2003), Marialva Barbosa (2010), Marco Morel (2008), Salles (1992) e Coelho (2009), entre outros autores.

No estudo foram usados como fontes principais os dados disponíveis no Catálogo dos Jornais Paraoaras editado pela Biblioteca Pública do Pará⁴⁰ em 1985; nos jornais microfilmados da Biblioteca Pública Arthur Vianna; nos catálogos e acervos de periódicos online da Fundação Biblioteca Nacional, além de outras publicações, como a de Israel Araújo (2016) e pesquisas anteriores (BRÍGIDA; SEIXAS, 2014; SEIXAS, 2012) do próprio Grupo de Pesquisa. O Catálogo de Jornais Paraoaras, por sua vez, teve como base outras fontes mais recuadas no tempo, como o Catálogo de Jornaes Paraenses, de Remijio de Bellido (1908); a Grande Enciclopédia da Amazônia, de Carlos Rocque (1967); e a obra sobre jornais e revistas no Pará publicada por Manoel Barata (1973), as quais também consultamos como complemento. Para este capítulo, optamos em observar as cidades que compõem a microrregião de Cametá que produziram jornais no período definido, a fim de obter um corpus de análise de uma localidade expressiva na produção da mídia impressa no interior do Pará, em especial a própria cidade de Cametá⁴¹.

⁴⁰Posteriormente, passou a chamar-se Biblioteca Pública Arthur Vianna.

⁴¹A localidade é objeto de estudo tanto do Projeto de Pesquisa A Trajetória da Imprensa no Pará: do Impresso à Internet, aprovado em Edital Universal do CNPq, em 2016, quanto do Projeto Jovem e Consumo Midiático em Tempos de Convergência, aprovado no edital 071/2013 do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) da CAPES, e desenvolvido por pesquisadores das universidades federais do Rio Grande do Sul, do Pará e de Sergipe.

PRÉVIA SOBRE A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NO PARÁ

O início da imprensa no Brasil se deu com a chegada da família real ao Rio de Janeiro em 1808 (MOREL, 2008). No início, a palavra impressa sofreu impedimentos por conta da censura vigente. Porém, gradualmente, ela foi se espalhando pela colônia (BARBOSA, M., 2013), chegando a várias cidades, como Belém (COELHO, 2009; SEIXAS, 2012). Essa trajetória teve um início militante e combativo, um palco para promover disputas dos mais diversos posicionamentos políticos, tanto em nível nacional como regional (BARBOSA, M., 2010; SEIXAS, 2012).

O estado do Pará, situado na região Norte, é o segundo maior em extensão territorial no país⁴² e está dividido atualmente em seis mesorregiões, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1990): Baixo Amazonas, Marajó, Região Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Sudoeste Paraense e Sudeste Paraense, que abarcam um total de vinte e duas microrregiões. As mesorregiões são subdivisões criadas pelo IBGE em 1987 para fins estatísticos, capazes de agregar localidades com aspectos econômicos e sociais semelhantes. Cada mesorregião se divide em microrregiões, que são demarcações mais específicas capazes de delimitar um conjunto de localidades pertencentes a uma mesorregião (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1990).

A mesorregião do Nordeste Paraense engloba cinco microrregiões: Bragantina, Cametá, Guamá, Salgado e Tomé-Açu. A microrregião de Cametá é composta pelos municípios de Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1990). Dos sete municípios componentes da microrregião de Cametá, cinco produziram jornais no período de 1859 a 1985 e é sobre eles que vamos tratar neste capítulo.

A IMPRENSA NA MICRORREGIÃO DE CAMETÁ

Se, em Belém, o primeiro jornal foi publicado em 1822, no interior do Pará, os periódicos começaram a ser impressos em meados do século XIX, mas há divergência entre os dados consultados sobre qual seria o primeiro jornal publicado e onde. Periódicos O Teo Teo (1848-1849) e O Incentivo (1851): algum deles ou ambos teriam sido publicados em Cametá? Os registros da Biblioteca Nacional apontam O Teo Teo como de Cametá e O Incentivo como de Belém. Na Biblioteca Pública Arthur Vianna, há catálogos que apontam os dois jornais ora como de Cametá, ora como de Belém. Nos acervos das duas bibliotecas, há sete números disponíveis de O Teo Teo (de julho, agosto, setembro e outubro de 1848) e um exemplar de O Incentivo (de 01 de fevereiro de 1851), que não trazem indicação do local de publicação. A leitura das edições dá pistas de que teriam sido publicados em Belém, mas essa ainda não é uma afirmativa segura. Outras fontes documentais e cruzamento das informações existentes nas edições com o contexto da época são necessários para que se chegue a uma conclusão.

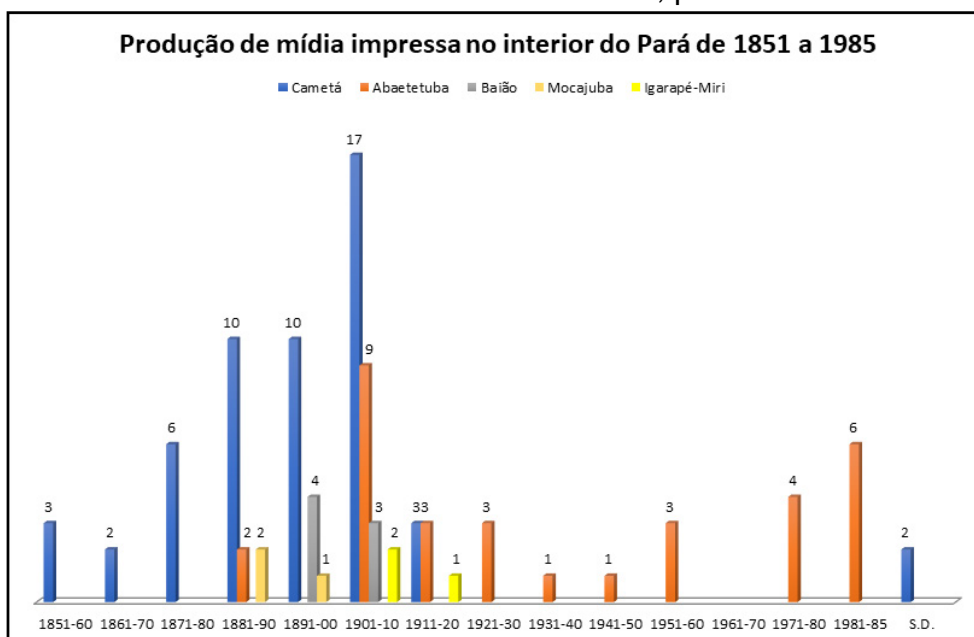
⁴²A área do Pará é de 1.247.955,238 km² e a projeção da população para 2017, foi estimada em 8.366.628 habitantes, dividida em 144 municípios (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017).

Imagem 1 - Mapa com jornais por município da microrregião de Cameté-Pará, entre 1851 e 1985.



Fonte: Dados da pesquisa, sobre mapa capturado em EstatGeo (IBGE,s.d.g).

Gráfico 1 - Produção de mídia impressa nos municípios da microrregião de Cameté-Pará entre 1851 e 1985, por década.



Fonte: Dados da pesquisa e do Catálogo Jornais Paraóaras (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1985).

Se os dois periódicos forem mesmo de Belém, a primeira cidade do interior a ter imprensa seria Vigia⁴³, em 1852, com o jornal O Vigiense (1852-?).⁴⁴ Três anos depois, na cidade de Santarém,⁴⁵ começou a circular o jornal O Tapajoense (1855-1856) (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1985). Já a terceira cidade a ter um jornal seria Cametá, com O Conservador, cujo número 01 foi publicado em maio de 1859 e o último, em 1873. Segundo o Catálogo dos Jornais Paraoaras (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1985, p. 49), o periódico era uma “folha semanal religiosa, política, comercial e noticiosa, órgão do Partido Conservador”. Era publicado na Typographia de Cacella & Filhos, como “uma folha pequena, a duas colunas, hebdomadário” (BARATA, 1973, p. 280), e não se tem conhecimento de exemplares disponíveis.

Cametá é, também, a localidade do interior com o maior número de jornais publicados (53) e em acervo, no período selecionado para o estudo, ficando atrás apenas da capital Belém. Na microrregião de Cametá, os outros municípios que tiveram jornais impressos no período analisado foram Abaetetuba (32), Baião (7), Igarapé-Miri (5) e Mocajuba (3), como se pode ver na Imagem 1.

A cidade mais regular na produção foi Abaetetuba, que, das 14 décadas, produziu durante sete, com pelo menos um jornal. A década de 1901-1900 foi a que teve a maior produção na microrregião, com destaque para a cidade de Cametá, que liderou a produção, com 17 impressos. O período corresponde ao auge da economia da borracha no Pará.⁴⁶ Não se pode afirmar que essa expressiva produção seja em decorrência direta da prosperidade econômica, mas é fato que jornais pequenos surgiram e buscaram fazer parte da vida política e social da cidade. Outra informação visibilizada no gráfico diz respeito à ocorrência de jornais em Cametá de forma irregular, pois se foi o único a ter jornais nas três primeiras décadas do estudo, de 1859 a 1880, passou ao quadro oposto entre 1921 e 1985, não apresentando publicações conhecidas nesse período.

A produção de Mocajuba se concentrou nas duas últimas décadas do século XIX, não havendo registro de periódicos no século seguinte. Algo parecido se deu em Baião, cujos jornais catalogados foram publicados na última década do século XIX e na primeira do século XX. Entre os municípios que tiveram imprensa na microrregião, Igarapé Miri foi o que começou essa atividade na primeira década do século XX, em 1902 e 1905, registrando outros impressos em saltos temporais, em 1924, 1964 e 1980, de forma distribuída ao longo do tempo, um deles (o de 1980) se mantendo em circulação até os dias atuais. Já as cidades de Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará não tiveram publicações no período de 1859 a 1985. As informações condensadas no Gráfico 1 serão discutidas a seguir, por município da microrregião.

⁴²O período de crescimento econômico da borracha na Amazônia ocorreu entre 1870 e 1912, segundo Sarges (2000) e Coelho (2011).

⁴³O município de Vigia faz parte da microrregião Salgado, que, por sua vez, integra a mesorregião Nordeste Paraense. Criada como freguesia em 1693, Vigia é uma das cidades mais antigas do Pará e da região (FERREIRA, J., 1957). Fica às proximidades da Baía de Marajó e do Oceano Atlântico, a cerca de 77 km de distância de Belém, em linha reta (PARÁ, s.d.).

⁴⁴No Catálogo Paraoaras há a afirmação de que O Vigiense foi o “primeiro jornal do interior do Pará” (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1985, p. 42).

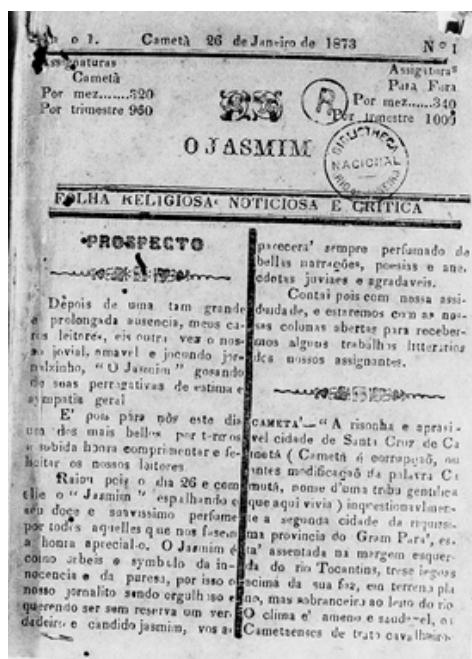
⁴⁵O município de Santarém faz parte da microrregião Santarém e da mesorregião Baixo-Amazonas (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), localizado na confluência dos rios Tapajós e Amazonas, a oeste do estado. A cidade também é uma das mais antigas da região, tendo sido fundada como aldeia em 1661 (FERREIRA, J., 1957). Fica a cerca de 700 km de Belém em linha reta (PARÁ, s.d.).

⁴⁶O período de crescimento econômico da borracha na Amazônia ocorreu entre 1870 e 1912, segundo Sarges (2000) e Coelho (2011).

CAMETÁ

Cametá, cidade que dá nome à microrregião, encontra-se a uma distância de 142 km (PARÁ, s.d.)⁴⁷ de Belém, em linha reta, margeada pelo rio Tocantins. A origem do município deve-se aos índios Camutá, integrantes da família Tupinambá, antigos habitantes da região (FERREIRA, J., 1957). Após Belém ser fundada, em 1616, os

Imagem 2 - O Jasmim, n. 1, 26 jan.1873, p.1.



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital Brasileira.

colonizadores portugueses voltaram a atenção para a zona do rio Tocantins, “cientes das riquezas guardadas pela região” (FERREIRA, J., 1957, p. 334). Segundo Juran-dyr Pires Ferreira (1957), houve lutas dos portugueses contra franceses, holandeses e ingleses, todos interessados na conquista do rio Amazonas e adjacências. Ainda de acordo com o autor, manteve-se a proposta de catequese dos índios, tendo o Frei Cristovão de São José subido o rio Tocantins em 1617 e desembarcado à margem esquerda, onde ergueu uma ermida e uma cruz de madeira. Em seguida, fez contato com os Camutá, “conhecidos como hábeis construtores de embarcações” (FERREIRA, J., 1957, p. 334). Conforme o histórico na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (s.d.a.), no ano de 1620, o local passou a ser chamado de vila Camutá e em 1635 foi rebatizado de Vila Viçosa de Santa Cruz do Camutá por Feliciano Coelho de Carvalho, o então governador da Província do Grão Pará e Maranhão. O nome, Cametá, só lhe foi dado no ano de 1848. A localidade foi a primeira cidade do baixo rio Tocantins e, hoje, é uma das mais tradicionais da região (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, s.d.a).

A cidade de Cametá produziu 53 periódicos de 1859 a 1985. No século XIX

⁴⁷As distâncias foram obtidas a partir de um aplicativo oferecido pelo site do Governo do Estado do Pará.

foram 31, dos quais dois foram folhas avulsas comemorativas e 29 foram periódicos de temáticas variadas, envolvendo assuntos religiosos, políticos, operários, artísticos, comerciais, humorísticos e literários. No século XX, foram 22 impressos, sendo 21 periódicos e uma folha ilustrada. Como os números evidenciam, a produção de jornais na cidade diminuiu de um século para o outro.

No que diz respeito à periodicidade dos jornais, houve 18 semanais, 11 quinzenais, dois trimestrais, um mensal, três de edição única e 18 não apresentaram informações dessa natureza.

Os jornais da cidade de Cametá registrados no Catálogo de Jornais Paroaras (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1985) são: O Conservador (1859-1873), O Curupira (1860-1865), O Liberal (1861-1863), O Tocantins (1869-1885), O Jasmin (1873-1877), O Progresso (1874-?)⁴⁸, O Progresso (1876-1882), O Cysne (1877-?), O Cametaense (1878-?), O Tupy (1878-?), O Cametaense (1881-?), O Commercial (1882-1901), O Bouquet (1883-?), O Resedá (1884-?), O Incentivo (1886-?), A Reacção (1886-1894), A Aurora (1887-?), A Imprensa e a Liberdade (1888), O Vampiro (1888-?), O Beija-Flor (1890-?), O Futuro (1890-?), O Artista (1891), O Nacional (1891), Cidade de Cametá (1894-1897), A Centelha (1895), O Colibri (1895-1986), O Industrial (1895-1907), A Pyrausta (1895-1896), A Phalena (1896-?), Cametá (1897-1908), Quinze de Agosto (1899), O Cacete (1901-1902), O Radical (1902-1904), A Voz do Parocho (1902-1904), O Jasmin (1904-1906), O Mignon (1904-1905), Cor Jesu (1905-1906), O Domingo (1905), Folha Nova (1905), Lauro Sodré (1905), O Povo (1905-1906), O Cenáculo (1906), O Industrial (1906-?), O Tocantins (1906-?), Verdade e Fé (1906-1907), A Sovela (1908-?), Região do Norte (1909-?), A Tesoura (1910-?), A Ordem (1911-?), Cametá – Sport (1916-1917), A Ordem (1917-?), Jornal de Cametá (s.d.) e A Luta (s.d.).

Desse total, apenas seis jornais de Cametá são encontrados em acervo: O Jasmin (1873-1877), com 116 edições, de 26 de janeiro de 1873 a 13 de fevereiro de 1876⁴⁹; O Commercial (1882-1901), com 17 edições, do dia 18 de janeiro de 1891 a 22 de julho de 1900⁵⁰; A Reacção (1886-1894), com 52 edições, de 06 de janeiro a 20 de dezembro de 1889⁵¹; A Aurora (1887), com apenas uma edição, do dia 26 de maio de 1887⁵²; O Artista (1891), com duas edições, 02 de agosto e 28 de setembro de 1891⁵³; e O Industrial (1895-1897), com 150 edições, de 03 de janeiro de 1901 a 31 de dezembro de 1903⁵⁴. Dessa maneira, a cidade configura-se como sendo a localidade com mais edições de jornais em acervo da microrregião de Cametá.

O periódico mais antigo de Cametá a constar dos acervos disponíveis é O Jasmin, cujo número inicial foi em 26 de janeiro de 1873 (Imagem 2). Era semanal,

⁴⁸Alguns nomes de jornal se repetem no período observado. Isso poderia levar a crer que seriam continuações uns dos outros, porém, os catálogos consultados não dão essa informação, presente a propósito de outros jornais que mudaram de nome ou foram interrompidos e depois tiveram continuidade em outras datas. Por esse motivo, optamos por listar cada jornal.

⁴⁹O acervo conta com os números de um a 139 do jornal, porém, faltam os números 14, 56, 68 a 74, 118, 123 e 127 a 138.

⁵⁰O jornal apresenta muitas faltas entre os anos de 1891 (ano 10) e 1900 (ano 19). De 1891, há apenas os números 03, 05 e 39. Faltam todos entre 1892 (ano 11) e 1896 (ano 15). Em 1897 (ano 16), há apenas o número 18. Em 1900 (ano 19), há os números de 01 a 04 e de 17 a 25.

⁵¹As edições encontradas em acervo vão do número 108 a 159.

⁵²Edição ano I, número 03.

⁵³As duas edições correspondem aos números 05 e 13, de 1891.

⁵⁴As edições encontradas em acervo vão do número 195 a 334.

impresso pela Typographia de Cacella & Filhos, no Largo das Mercez, casa sem indicar a numeração, e até o número 09 trazia o dístico “folha religiosa, noticiosa e crítica”. O dístico muda a partir da edição 10 para “jornal noticioso, crítico, jocoserio e moral”, permanecendo até o final das edições disponíveis, em 1876 (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, s.d.a). Tinha 22x16 cm, quatro páginas e duas colunas de texto. Tratava de política, mas trazia também poesias e folhetins. Na primeira edição, o prospecto do jornal, na página 1, apresenta O Jasmim como o “símbolo da inocência e [...] aparecerá sempre perfumado de belas narrações, poesias e anedoctas joviaies e agradáveis”. Diz, ainda, que está aberto a receber trabalhos literários dos assinantes e dá a entender que seria uma continuidade: “Depois de uma tam grande e prolongada ausencia, meus caros leitores, eis outra vez o nosso jovial, amavel e jocundo jornalzinho, o Jasmim, gosando de suas prerrogativas de estima e sympatia geral” (PROSPECTO, 26 jan. 1873, p. 1). Em seguida, conta a história de fundação da cidade de Cametá.

Em quase todos os exemplares encontrados, lê-se no rodapé da quarta página ter sido impresso na tipografia do Conservador. Ao que os indícios apontam, a tipografia desse jornal passou a ser usada também para imprimir O Jasmim. Em outro exemplar, de 13 de fevereiro de 1876, lê-se texto em que se menciona haver na cidade de Cametá, naquele momento, apenas duas tipografias: a do Conservador, de Manoel Leopoldino Pereira Leitão Cacella (que era tenente coronel e responsável por O Jasmim), e a do jornal O Progresso, de propriedade do “senhor doutor João Polycarpo dos Santos Campos”, promotor público da comarca, conforme informação do jornal. A partir de O Jasmim, percebe-se a disputa política que se dava na localidade e na província, vivenciada também nas páginas dos jornais. O jornal parou de circular em 1877, sem data catalogada.

O Commercial (Imagem 3), órgão do Partido Republicano da região do rio Tocantins, era impresso em tipografia própria que ficava à Rua Formosa, nº oito. Começou a circular em 01 de janeiro de 1882 e a última edição não se tem ao certo o dia, pois somente o mês de março de 1901 foi informado no catálogo (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1985). O periódico era semanal, tinha 47,2x33,5 cm, quatro páginas e quatro colunas, depois aumentadas para cinco colunas de texto. Em parte da terceira página e na quarta apresentava a seção Anuncios, onde apareciam publicidades diversas, sobre remédios, calçados, serviços profissionais e produtos regionais, entre outras. Nas edições analisadas, o jornal não apresentou imagens. Os assuntos abordados com maior frequência eram sobre a política da cidade. Trazia notícias variadas, tanto locais quanto nacionais. Publicava as seções Jornalzinho Elegante e Folhetim, entre outras. Tinha como redator-chefe Agapito Lopes Paes e, como colaborador, Joaquim de Campos Malcher, no período de 18 de janeiro de 1891 a 22 de julho de 1900. Segundo o Catálogo Jornais Paraoaras (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1985) o periódico durou aproximadamente 19 anos e a tipografia publicava outros impressos.

A Reacção teve o primeiro número publicado em 12 de dezembro de 1886 e saiu de circulação em 14 de outubro de 1894. Ao longo de sua trajetória, trouxe os dísti-

cos Órgão do Partido Liberal, Periódico Democrata e Órgão do Partido Constitucional (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1985). Tinha tipografia própria, na Rua Formosa. Semanal, possuía quatro páginas e quatro colunas, concentrando os textos nas três primeiras páginas e as publicidades em parte da quarta. A capa trazia o editorial do jornal e assuntos de política regional e nacional e as demais páginas, notícias de outros países da América do Sul ou da Europa, piadas, folhetim, declarações, anúncios e editais. No número de 17 de novembro de 1889 ainda trazia o dístico Órgão do Partido Liberal, que mudou na edição seguinte, de 27 de novembro de 1889, para Periódico

Imagem 3 - O Commercial, n. 3, 18 jan.1891, p.1.



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital Brasileira.

dico Democrata, trazendo também o lema Ordem e Progresso, no alto, e explorando o tema da Proclamação da República. As duas edições são memórias do momento político vivido no país naquele período.

O jornal A Aurora foi publicado em 1837, mas não há informações de início e término de circulação. Há apenas um exemplar disponível, o número 3, de 26 de maio de 1887, no qual informa ser semanal e ter a redação na Rua Formosa. Sendo semanal, pode ter publicado o primeiro número em 12 de maio. O formato era de 30,3x21 cm, com quatro páginas e três colunas, sem imagens. Tem editorial (A Aurora), poesias e as seções Folhetim e Chispas. Na coluna um da capa, no expediente Indicações Úteis/Assinaturas, traz os nomes e respectivos endereços de Arthur d'Evreux, João Antonio Junior e, como responsável, José Luiz Severo de Jesus.

O Artista teve o primeiro número publicado em 07 de julho de 1891 e saiu de circulação em 29 de dezembro do mesmo ano (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1985). Era uma publicação semanal, com quatro páginas e três colunas,

em tamanho 33x23,5 cm, impressa na Typographia do Nacional⁵⁵ (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, s.d.b). Nas duas edições disponíveis, de 02 de agosto e 20 de setembro, os assuntos tratados foram a situação da cidade e homenagens ao movimento de adesão do povo de Cametá à Independência, ocorrida em 28 de setembro de 1823. O jornal tinha como proprietário Izidoro C. D'Assumpção e se apresentava como órgão da classe operária, com escritório e redação na Rua 15 de Novembro. Foi o primeiro jornal da cidade a pertencer à classe operária, diferente dos órgãos dos partidos, que foram em maior número. O fenômeno da imprensa operária⁵⁶ também era comum na cidade de Belém no decênio de 1891 (BRÍGIDA; SEIXAS; VIANA, 2012), o que aponta que a imprensa de Cametá estava em diálogo com o contexto estadual e nacional.

Assim como o Commercial, outro jornal de Cametá voltado para as questões econômicas era O Industrial, uma publicação semanal, de quatro páginas e quatro colunas, redigido pelo proprietário, Joaquim T. P. Malcher. O primeiro número saiu em 04 de julho de 1895 e o último, em 07 de julho de 1907, impresso em tipografia própria, na Rua 15 de Novembro. Algumas edições estão bastante danificadas e dificultam a leitura, no entanto, o periódico é o que mais tem material disponível entre os jornais do interior do Pará. O jornal se dedicava aos assuntos políticos de Cametá e trazia notícias internacionais, como foi o caso do voto feminino aprovado na Austrália, na edição de 09 de outubro de 1902.

Mesmo não havendo edições disponíveis, os catálogos trazem algumas informações valiosas a respeito de outros periódicos que circularam na localidade, evidenciando a diversidade de linhas editoriais também entre as publicações do interior.

O jornal Phalena (1896-?) teve publicação semanal e era impresso em uma tipografia que ficava à rua 15 de Novembro. O periódico, segundo o Catálogo (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1895), tinha artigos de “interesse feminino” e ao que as informações indicam, foi o primeiro jornal que se dedicou ao público feminino na cidade e na microrregião.

O jornal religioso A Voz do Parocho (1902-1904) era publicado duas vezes ao mês, saía pela Tipografia d'O Industrial e era redigido pelo cônego Jerônimo José de Oliveira, vigário da cidade. As informações sobre o jornal indicam que ele começou a circular em 01 de janeiro de 1902 e cessou a impressão em 01 de janeiro de 1904 (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1895). Era distribuído gratuitamente e não há informações sobre o tipo de financiamento que possibilite explicar a não cobrança do jornal.

O Verdade e Fé (1906-1907) era impresso na Tipografia d'O Industrial e saía uma vez ao mês até o dia 14 de maio de 1907, quando se tem registro da última edição (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1895). Era “órgão oficial do Grêmio Espírita Beneficente Romualdo Coelho” e foi o primeiro jornal catalogado com temática espírita na cidade de Cametá, evidenciando a entrada da doutrina na microrregião. O nome do Grêmio Espírita (Romualdo Coelho) é referência a um conhecido religioso com origem na cidade e que se tornou bispo com projeção nas causas religiosas e políticas do Pará.

⁵⁵O Nacional foi publicado em Cametá em 1891, tendo circulado com apenas três edições (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1985).

⁵⁶Sobre a imprensa operária em nível regional, ver Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro (2003) e, no plano nacional, Maria Nazaré Ferreira (1978).

Com um gênero diferente de notícias, temos o jornal o Cameté-Sport (1916-1917), possivelmente, o primeiro periódico da localidade dedicado a assuntos esportivos. Era quinzenal e redigido por Carlos Victor Ferreira Lopes, Orlando de Moraes, Climério Machado de Mendonça e Joaquim Malcher Filho (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1895).

Em relação às tipografias, seguindo-se os dados do Catálogo Jornais Paraoaras (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1895), podemos selecionar onze que atuaram na cidade no período de 1851 a 1985. Foram elas: Cacella & Filhos (1859), Tipografia d'O Liberal (1861), Tipografia d'O Tocantins (1869), Tipografia d'O Commercial (1882), Tipografia d'A Reacção (1886), Tipografia d'O Nacional (1891), Tipografia do Cidade de Cameté (1894), Tipografia do Commercio (1895), Tipografia d'O Industrial (1895), Tipografia do Cameté (1897) e Tipografia d'O Radical (1905).

Dessas, a que mais teve material impresso foi a Tipografia d'O Industrial, que surgiu em 1895 com o jornal O Industrial (1895-1897). A tipografia ficava na Rua 15 de Novembro e marcou a história da imprensa da localidade, pois nesse espaço de 12 anos, aproximadamente, nove periódicos e as duas folhas comemorativas foram impressos pela tipografia.

ABAETETUBA

Abaetetuba fica, em linha reta, a uma distância de 52 km (PARÁ, s.d.) de Belém, localizada à margem direita da foz do rio Tocantins. A história da localidade é baseada na tradição popular, segundo a qual o primeiro navegador a chegar na região teria sido Francisco de Azevedo Monteiro, em 1745, quando aportou com a família, fugindo de uma tempestade (FERREIRA, J., 1957). Outros registros indicam que as primeiras incursões foram feitas pelos padres jesuítas. De acordo com Jurandyr Ferreira (1957), inicialmente, a localidade era denominada de Abaeté (“o homem forte e valente”), passando à categoria de cidade em 1895 e recebendo o nome de Abaetetuba em 1944.

A cidade teve dois jornais no século XIX. A trajetória da imprensa na cidade se concentra mesmo no século XX, quando foram produzidos mais jornais que em Cameté. Foram 30 periódicos, dez a mais que a cidade cametaense. Entretanto, boa parte teve uma duração curta, de um a dois anos de circulação. Do total de 32 jornais, sete eram semanais, um quinzenal, um diário, um de edição única e 22 não têm a periodicidade catalogada e não estão nos acervos consultados.

Os jornais de Abaetetuba foram: O Abaeteense (1884-1892), A Mocidade (1888-?), A Mocidade (1901-1903), Municipio de Abaeté (1901-1903), Luz e Fé (1905-?), O Progresso (1905-?), O Abaeté (1906-1908), Jornal o Comercio (1906-1907), O Macaco (1909-?), O Comercio (1910-?), Quo-Vadis (1910-?), Evolução (1914-?), Guia do Povo (1919-?), Correio do Abaeté (1920-1927), O Marreta (1924), O Colibri (1926-?), O Cruzeiro (1928-?), Folha Verde (1935-?), A Voz da LOA (1947-1948), Casebre (1951-?), Gazeta (1960-1968), A Cronica Mirim (1960-?), A Rimpada (1979-?), O Tradição (1979), Jornal de Abaeté (1980-1981), O Jornal do Mobral de Abaetetuba (1980-1984), O Neo Comunicador (1981-?), O Despertador (1982-?), Kairds (1982-?),

O Tempo (1983-1984), Jornal de Abaetetuba (1984-?) e A Voz dos Jovens (1984-?).

Deles, existe somente um disponível em acervo, o semanal O Abaeteense (Imagem 4). Segundo o Catálogo (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1985), foi o primeiro jornal do município, tendo iniciado a publicação em 15 de agosto de 1884, justamente o único exemplar disponível para consulta no acervo online da Biblioteca Nacional. O jornal durou aproximadamente oito anos, finalizando a circulação em 1892. Na única

Imagem 4 - O Abaeteense, n. 1, 15 ago. 1884, p. 1.



Fonte: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital Brasileira.

edição disponível, composta por quatro páginas e três colunas, o jornal se diz comprometido a falar da história da cidade e traz informações da fundação da localidade.

No periódico, havia a informação de que ele era publicado pela F. C. Caripunas, que ficava à Praça 25 de março. Dizia-se imparcial nas lutas partidárias da cidade. Na edição disponível, a propriedade do jornal foi atribuída a A. F. C. Caripunas, a direção a D.T. Carvalho e os redatores-chefes eram Hygino A. C. Amanajás e Messias Lobato.

O Luz e Fé teve o primeiro número em 27 de março de 1905, circulando com apenas seis números. Era um órgão Espírita (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1895). Abaetetuba, assim, teve um jornal com temática espírita primeiro que Cametá (1906). Não se tem informação sobre quem o redigiu.

Sobre o jornal O Progresso há poucas informações, mas um ponto interessante é que ele possuía uma mulher dividindo o comando, D. Emilia F. Vieira, quando nem na capital paraense isso ocorria, segundo os registros disponíveis (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1895). O outro diretor era Arthunio Vieira. O jornal começou a ser publicado em 26 de fevereiro de 1905, era semanal e impresso em tipografia própria que ficava na Rua Tenente Coronel Costa (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1895).

O periódico O Marreta teve o primeiro número em fevereiro de 1924 e saiu de circulação em outubro do mesmo ano. Semanal, não era publicado no centro da cidade de Abaetetuba, mas, sim, na região do rio Tucumanduba (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1895), que fica, em linha reta, a 16,38 quilômetros do polo central da cidade (PARÁ, s.d.). Ou seja, a imprensa não ficou restrita ao centro da cidade, mas chegou a lugares mais distantes, em uma espécie de descentralização do polo impressor do município.

O jornal O Cruzeiro (1928-?) era responsabilidade de Guilherme de Abreu e, segundo os registros, foi o único jornal diário no período de 1859 a 1985 na microrregião de Cametá. Os dados disponíveis no Catálogo não trazem mais informações sobre o jornal. O primeiro diário do Pará foi o Diário do Gram-Pará (1853-1892) (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1895; SEIXAS, 2009), permitindo inferir que a microrregião só teve jornal diário 75 anos depois da capital do Pará.

Em seguida, destacamos A Voz da Loá (1947-1948), periódico que se autodenominava independente e era órgão da Liga Operária Abaetetubense (LOA). Tinha como presidente Uadir Felix dos Santos (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1895). Era de cunho operário e foi publicado 56 anos depois d'O Artista, de Cametá, outro jornal operário da microrregião.

Por fim, temos O Jornal do Mobral de Abaetetuba (1980-1984), dirigido por Maria de Nazaré Carvalho Lobato e editado para o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), segundo o Catálogo (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1895). O Mobral era um projeto do Governo Federal lançado em 1970 para alfabetizar jovens e adultos e que durou até 1985, quando foi substituído pelo Projeto Educar (MENEZES, 2001).

As tipografias catalogadas pela Biblioteca Pública do Pará (1985) na cidade foram: F.C. Caripunas (1884), Tipografia d'O Progresso (1905), Tipografia d'O Abaeté (1906) e Alam Editora (1983). Dessas, a mais forte parece ter sido a Tipografia d'O Progresso, que editou o jornal O Progresso (1905-1906) e passou a publicar O Abaeté (1906-1908). Este último, quando começou a circular, tinha uma tipografia própria, em 1906, porém, em data não registrada, passou a ser publicado pela Tipografia d'O Progresso.

BAIÃO

O município de Baião fica, em linha reta, a uma distância de 238 km (PARÁ, s.d.) de Belém, banhado pelo rio Tocantins. Segundo Jurandyr Ferreira (1957), suas origens são de 1694. As terras eram propriedades de Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, governador e capitão-general do Maranhão e Pará que, na época, era donatário da capitania de Camutá (Cametá), de onde a região de Baião fazia parte. Com a finalidade de desenvolver melhor o local, ele concedeu ao português Antônio Baião a propriedade da terra com a condição que estabelecesse uma vila na localidade. Então, Antônio Baião, afastando-se da vila de Camutá e buscando um lugar mais alto para estabelecer morada, encontrou o que se tornou hoje o centro da cidade de Baião. Mais tarde, a localidade foi habitada por cerca de 30 índios e o capitão-general da época, Fernando

da Costa Ataíde Teive, deu o nome de Baião para a vila, em homenagem ao português que explorou a região pela primeira vez (FERREIRA, J.,1957).

Baião teve três jornais e uma folha avulsa comemorativa no século XIX e dois periódicos e uma folha avulsa no século XX, totalizando sete impressos. No quesito periodicidade, foram cinco semanais e duas folhas avulsas de edição única. Foram eles: A Patria (1896-1902), Alto Tocantins (1897-1901), Tamphyba (1898-1900), Centenario (1900), A Reforma (1903-1904), O Baionense (1905-1908) e O Nove de Abril (1907) (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1895). Desses, nenhum foi encontrado nos acervos pesquisados.

O primeiro jornal de Baião foi A Patria, periódico semanal e órgão do Partido Republicano Baionense. Começou a circular em 18 de outubro de 1896 e foi até março de 1902, durando seis anos, impresso em tipografia própria (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1895).

Com o primeiro número publicado em abril de 1905, O Baionense foi o próximo jornal órgão do Partido Republicano e era editado pela Comissão Municipal, em tipografia própria, situada na travessa Coronel Seixas. O Baionense utilizava a máquina rotativa Marinoni e também era semanal, tendo circulado até 1908, segundos dados do Catálogo.

Sobre as tipografias atuantes em Baião, foram cinco, no total, de acordo com informações do Catálogo Jornais Paraoaras (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1895). Praticamente cada jornal teve a sua própria tipografia. Foram elas: Tipografia d'A Patria (1896), Tipografia do Alto Tocantins (1897), Tipografia d'A Reforma e Tipografia d'O Baionense (1905). Chamou atenção a Tipografia d'O Baionense, por fazer a impressão com a máquina rotativa Marinoni, considerada no meio jornalístico como de ótima qualidade. Num panorama da imprensa da cidade, pode-se dizer que todos os jornais eram semanais e não houve periódicos religiosos catalogados (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1895).

MOCAJUBA

O território que hoje é a cidade de Mocajuba foi uma doação de João Machado da Silva para a construção da povoação de Maxi, no ano de 1854, conforme se vê em Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (s.d.b). A localidade fica a 169 km (PARÁ, s.d.), em linha reta, da capital do Pará, sendo a menor em extensão de terra da região do rio Tocantins, para o IBGE. Primeiramente, foi conhecida como vila de Mocajuba (1872) e somente em 1895 foi alçada à categoria de cidade. O desenvolvimento se deu graças ao cultivo da pimenta-do-reino e, de acordo com o IBGE, Mocajuba já foi o maior produtor nacional desse tipo de pimenta (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, s.d.b).

Os jornais de Mocajuba se concentraram no século XIX e foram três: O Tocantino (1889-1908), O Grillo (1890-?) e O Cacete (1896-?). Desses, somente O Tocantino era semanal e os outros dois não têm a periodicidade catalogada (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1895). Apenas duas edições dos dias primeiro de março e sete de

Imagem 5 - O Tocantino, n. 36, 07 set. 1891, p.1.



Fonte: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital Brasileira.

setembro de 1891 d'O Tocantino foram encontradas em acervo⁵⁷.

O Tocantino (Imagem 5) era de publicação semanal, tamanho 43x31 cm (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, s.d.c), com quatro páginas e quatro colunas e impresso em tipografia própria, localizada na Praça da Matriz. Era órgão de interesse do Partido Republicano da cidade. A direção estava sob o comando de João Caetano Ribeiro, José Narciso Dias Estumano e Manoel R. Gonzaga da Igreja (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1895). Outros nomes também aparecem nas edições disponíveis do jornal, no período de 07 de setembro a 01 de março de 1901: M. Vasque (diretor), A. Bahia e A. Lima (redatores-chefes) e Capitão Alexandre D'o Castro (administrador). O primeiro número circulou em 07 de setembro de 1889. Apresentava publicidades e publicava mais assuntos sobre a política da cidade.

Sobre o segundo jornal da cidade, O Grillo, consta apenas a informação de que o primeiro número circulou em 26 de dezembro de 1890 (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1895).

O último jornal que Mocajuba publicou foi O Cacete, mas não há informação sobre o periódico, que não seja o nome e o ano da publicação, em 1896 (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1895).

A única tipografia catalogada da cidade foi a Tipografia d'O Tocantino, que ficava na Praça da Matriz, na cidade. Não há mais informações sobre a sua atuação, se imprimia outros periódicos ou que atividades realizava.

⁵⁷As edições disponíveis correspondem ao ano dois do jornal (1891), sendo os números nove e 36.

IGARAPÉ-MIRI

A localidade fica a uma distância, em linha reta, de 78,11 km (PARÁ, s.d). Os relatos sobre a fundação da localidade que se conhece como a cidade de Igarapé-Miri e que fica às margens do rio de mesmo nome foram retirados das crônicas do tenente-coronel Agostinho Monteiro Gonçalves (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, s.d.c). Os relatos informam que a localidade era um depósito nacional para aparelhamento e extração de madeira que eram exportadas para Belém. Segundo consta no histórico disponível no IBGE (s.d.c), na localidade foi erguida uma capela em honra a Sant'Ana em 1710, o que atraiu muitas pessoas devido aos festejos da santa e à riqueza de produção que a localidade estava desenvolvendo. O primeiro nome foi Freguesia de Nossa Senhora Sant'Ana. Em 1843 tornou-se vila e em 1845, município, até que foi incorporado ao de Abaetetuba, em 1930. Porém, essa condição de vila de outra cidade não durou muito (IBGE s.d. c). No mesmo ano, foi nomeada Igarapé-Miri por conta do rio que margeia a cidade. O nome é de origem indígena e, segundo o IBGE (s.d. c), significa “caminho de canoas, pequeno”.

Na cidade de Igarapé-Miri há registros que indicam a existência de cinco jornais no século XX. No Catálogo Jornais Paraoaras (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1985) constam Igarapé-Miry (1902-?), O Echo (1905-?) e Mensageiro do Miri (1980-?), enquanto Israel Fonseca Araújo (2016), apresenta mais dois, com base em levantamento do jornalista miriense Eládio Lobato⁵⁸: Município de Igarapé Miri (1924) e O Democrata (1964). Dos dois primeiros, o Catálogo traz apenas o nome e o ano de circulação, enquanto do terceiro, Mensageiro do Miri, informa ter iniciado a publicação em 01 de janeiro de 1980. Com relação ao Mensageiro do Miri (1980-atual), o jornal se declarava um órgão independente e tinha a direção geral de uma mulher, Conceição Galvão, e redação de Dorival Galvão. A tipografia do Mensageiro era a Galvão Publicidade e Representações. Em Araújo (2016), vemos que o Mensageiro do Miri mudou o nome para Jornal Miriense, em 1993, continuando sua publicação. De acordo com e-mail enviado por Dorival Galvão a Araújo (2016), o Mensageiro começou a circular com edição de mil exemplares e a partir do terceiro número passou a ser impresso em off-set. Ainda segundo as mesmas fontes, o jornal chega às cidades de Abaetetuba, Barcarena, Moju, Mocajuba, Baião, Cametá e Belém. O jornal impresso circula mensalmente.

Das tipografias apresentadas, a do Mensageiro do Miri/Jornal Miriense foi a primeira a ter no nome o conceito de publicidade. Seguindo as fontes em Araújo (2016), o jornal fez parte da Associação Brasileira de Jornais do Interior-Abrajori, sendo Dorival Galvão parte da Diretoria da Associação. A participação em um organismo dessa natureza não apareceu em nenhum outro periódico analisado e indica o interesse em uma certa organização entre os jornais do interior de alguns estados do país. Em busca na internet, percebe-se que, com a nova denominação, o Jornal Miriense passou a ter também um blog homônimo a partir de 2010, pelo que as postagens indicam.

⁵⁸Ver também LOBATO, Eládio. Caminho de canoa pequena. História do município de Igarapé-Miri. 3. ed. Belém, 2007

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, o propósito foi apresentar um levantamento exploratório inicial dos jornais publicados nos municípios componentes da microrregião de Cametá, localizada na mesorregião do Nordeste Paraense. A microrregião foi escolhida por ser aquela com a maior ocorrência de impressos no interior do Pará, depois da capital Belém. No período observado, de 1859 a 1985, foram publicados cem (100) títulos diferentes em cinco dos sete municípios da microrregião: Cametá (53), Abaetetuba (32), Baião (7), Mocajuba (3) e Igarapé-Miri (5). Desse total, somente O Jasmin (1873-1877), O Comercial (1882-1901), O Abaeteense (1884-1892), A Reacção (1886-1894), A Aurora (1887), O Tocantino (1889-1908), O Artista (1891) e O Industrial (1895-1907) encontram-se disponíveis nos acervos consultados. Num panorama geral, a periodicidade dos impressos entre 1859 e 1985, na microrregião, era semanal, quinzenal, mensal e edição única. Apenas O Cruzeiro (1828-?) era diário. O Mensageiro do Miri/Jornal Miriense é o único que permanece em circulação até os dias atuais, usando também o ambiente online, mas não há disponibilidade da versão impressa nos acervos, apenas na coleção do proprietário.

Observando os poucos dados disponíveis e os exemplares existentes, foi possível perceber a variedade dos jornais, com temáticas voltadas à esfera política, religiosa (católica e espírita), literária e a interesses da localidade, entre outras questões. A linha editorial espírita em duas localidades interioranas chama a atenção, em um momento em que o espiritismo se espalhava pelo Brasil.

Outra questão relevante foi a presença da mulher na administração de dois jornais em localidades e períodos diferentes, o primeiro deles, em 1906, em Abaetetuba, quando a mulher ainda era pouco presente na imprensa da capital como profissional, segundo os atuais dados disponíveis. A título de finalização, acrescentamos que o município de Cametá apresenta o maior número de jornais publicados e um acervo interessante para futuras pesquisas. Abaetetuba, por sua vez, teve o primeiro jornal de linha editorial espírita, o primeiro periódico destinado a trabalhadores operários e o primeiro e único jornal diário da microrregião de Cametá.

Estas são apenas algumas informações iniciais possíveis de serem notadas a partir dos registros e exemplares impressos que nos chegaram como vozes do passado a contar fragmentos de narrativas de sua existência, convidando-nos à continuidade da pesquisa, em busca de outras informações, inclusive com a atualização dos dados até o presente e também no ambiente online.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Israel Fonseca. **Mulher e política em Igarapé-Miri: um estudo da prática discursiva do** Jornal Miriense. Curitiba: CRV, 2016.

BARATA, Manoel. **Formação histórica do Pará: obras reunidas.** Belém: Editora da UFPA, 1973.

BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Pedro Luis Navarro. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIM, Maria do Rosário (Org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo.** São Carlos, SP: Claraluz, 2003, p. 111-124.

BELLIDO, Remijio. **Catálogo de Jornaes Paraenses.** Belém: Imprensa Oficial, 1908.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. **Jornais Paraoaras: catálogo.** Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.

BRÍGIDA, Jessé Andrade Santa; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. O percurso da mídia impressa no Pará: uma viagem até Cametá do século XIX. In: ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 2., 2012, Roraima. **Anais...**Boa Vista: 2014. Disponível em: <<http://ufr.br/alcar/index.php/anais>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

COELHO, Geraldo Mártires. **O espelho da natureza: poder, escrita e imaginação na revelação do Brasil.** Belém: Paka-Tatu, 2009.

_____. Na Belém da belle époque da borracha (1890-1910): dirigindo os olhares. In: **Escritos:** Revista da Fundação Casa Rui Barbosa. Publicação anual da Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro, ano 5, n. 5, p. 141-168, 2011. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero05/FCRB_Escritos_5_8_Geraldo_Martires_Coelho.pdf>. Acesso em: 28 maio 2017.

FERREIRA, Jurandyr Pires (Planejador). **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** XIV v. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_14.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2017.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil: 1880-1920.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Catálogo de periódicos microfilmados.** [O

Jasmim]. s.d.a Disponível em: <http://catcrd.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=xs&pr=mic_pr&db=mic&disp=list&sort=off&ss=new&arg=o+artista&use=kw_livre&x=0&y=0>. Acesso em: 02 nov. 2017.

_____. **Catálogo de periódicos microfilmados.** [O Artista]. s.d.b Disponível em: <http://catcrd.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=xs&pr=mic_pr&db=mic&disp=list&sort=off&ss=new&arg=o+artista&use=kw_livre&x=0&y=0>. Acesso em: 02. nov. 2017.

_____. **Catálogo de periódicos microfilmados.** [O Tocantino]. S.d.c Disponível em: <http://catcrd.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=xs&pr=mic_pr&db=mic&disp=list&sort=off&ss=new&arg=o+artista&use=kw_livre&x=0&y=0>. Acesso em: 02. nov. 2017.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil/Pará.** 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/panorama>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

_____. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**, v. I. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_1.pdf>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. **Resultados do universo do Censo Demográfico 2010. 2010.** Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/xls/Municipios/para.zip>. Acesso em: 14 fev. 2018.

_____. **Cametá/Pará/histórico.** S.d.a. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/cameta.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2017.

_____. **Mocajuba/Pará/histórico.** S.d.b. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/mocajuba.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2017.

_____. **Pará/Igarapé-Miri/História.** S.d.c. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/igarape-miri/historico>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

_____. EstatGeo. S.d.d. Disponível em: <<http://www.estatgeo.ibge.gov.br/mapa/mapa.html?nm9=1&nm6=1&ni=9&ui=15011&nz=1&uz=0>>. Acesso em: 18 maio 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização).** Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>>. Acesso em: 13 maio 2017.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-44.

O JASMIM. **O Jasmim**. Cametá, PA, ano IV, n. 139, p. 1-2, 13 fev. 1876. Disponível em < http://memoria.bn.br/pdf/718548/per718548_1876_00139.pdf >. Acesso em 02. nov. 2017

PARÁ. SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES-SETRAN. Disponível em: <<http://setran.pa.gov.br/site/Distancia>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Pinheiro. Imprensa e mundo do trabalho na Belle Époque Manauara. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 22, 2003, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANPUH, 2003. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.403.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2017.

PROSPECTO. **O Jasmim**. Cametá, PA, ano I, n. 01, p. 1, 26 jan. 1873. Disponível em <http://memoria.bn.br/pdf/718548/per718548_1873_00001.pdf>. Acesso em 02. nov. 2017.

ROCQUE, Carlos. **Grande enciclopédia da Amazônia**. Belém: Amel, 1967.

SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem**. Belém: CEJUP, 1992.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. **A trajetória da imprensa no Pará: do impresso à internet**. Projeto de pesquisa apoiado por Edital Universal MCTIC/CNPq 2016. [Em andamento]. Belém: UFPA, 2017.

_____. **A trajetória da imprensa no Pará**. Projeto de pesquisa concluído. Apoiado por Edital Universal MCT/CNPq N° 14/2012. Belém: UFPA, 2012.

_____. **Jornais Paraóaras: percurso da mídia impressa em Belém no século XIX**. Projeto de pesquisa concluído. Apoiado por Edital MCT/CNPq/ MEC/CAPES N.º 02/2010. Belém: UFPA, 2010.

_____. **Jornais Paraóaras: percurso da mídia impressa em Belém**. Projeto de pesquisa concluído. Belém: UFPA, 2009.

STUMPF, Ida Regina C.. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005, p. 51-61.

O jornalismo piauiense e suas estratégias e táticas de atuação durante o estado autoritário de 1937

Thamyres Sousa de OLIVEIRA
Universidade Federal do Piauí, PI

Ana Regina RÊGO
Universidade Federal do Piauí, PI



RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender as estratégias e táticas utilizadas pelo jornalismo piauiense durante a ditadura Vargas. Para isto, analisamos os periódicos *Gazeta*, *Monitor Comercial*, *O Piauí* e *Vanguarda* que contemplam boa parte das publicações que circularam neste período. À princípio fizemos uma contextualização do período buscando entender as relações entre o jornalismo e o Estado Novo, uma vez que compreendemos que as estratégias e táticas empregadas pelo jornalismo piauiense tiveram interferências da conjuntura. Posteriormente, discutimos os conceitos de estratégias e táticas com base em Certeau (2008), Hohlfeldt (2015) e outros à fim de percebermos a maneira como esses periódicos atuaram. Por fim, concluímos que os impressos empregaram estratégias e táticas em consonância com a conjuntura e ideais que seus proprietários, diretores e redatores defendiam. Os periódicos *Gazeta* (1937-1944), *Monitor Comercial* e *Vanguarda* apresentaram estratégias e táticas mais alinhadas com os interesses do Governo. Já *Gazeta* (1945) e *O Piauí* influenciados pelo momento de decadência do regime e pelos interesses de seus proprietários atuaram de modo mais distanciado do interesses do Estado.

Palavras-chave: jornalismo piauiense; Estado Novo; estratégias e táticas

INTRODUÇÃO

O Estado Novo, período em que Getúlio Vargas permaneceu autoritariamente no poder, é considerado um dos períodos em que a imprensa brasileira sofreu repressão e cerceamento de liberdades. Em todo o Brasil, os veículos jornalísticos foram fiscalizados por órgãos como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIP).

No Piauí, as atividades de imprensa, conforme Pinheiro (1998, p.199), foram restritas a assuntos rotineiros e escassas. Os periódicos tinham vida curta. A forma artesanal como eram produzidos, a pouca rentabilidade da atividade jornalística e a conjuntura de cerceamento fez com que as publicações trocassem de formato ou até mesmo deixassem de circular por conta de seus anseios ideológicos.

O Governo teve como estratégia maior a obtenção de apoio dos veículos jornalísticos, seja de modo compulsório ou não, e para isso empreendeu táticas como a criação de órgãos de censura, concessão de verbas publicitárias e de maior cota de papel aos meios jornalísticos aliados. Em resposta ao que acontecia na esfera política e, conseqüentemente, afetava as outras áreas, o jornalismo também traçou estratégias e táticas para se manter. Cada veículo traçou uma maneira de se posicionar diante do regime vigente.

Deste modo, com base no entendimento do que são as estratégias e as táticas buscaremos com estes conceitos e o histórico de impressos piauienses que circularam durante a ditadura Vargas (*Gazeta, Monitor Comercial, O Piauí e Vanguarda*) compreender as estratégias e táticas utilizadas pelo jornalismo piauiense no período de 1937 a 1945.

Com este propósito, inicialmente, buscamos compreender o Estado Novo e suas relações com o jornalismo, uma vez que ambos ocuparam posições de poder naquele momento político e institucional. Posteriormente, abordamos os conceitos de estratégias e táticas para entendermos como estes periódicos se comportaram e, por fim, apresentamos o processo analítico.

COMPREENDENDO O ESTADO NOVO E SUA RELAÇÃO COM O JORNALISMO

O século XX foi caracterizado pelos constantes desenvolvimentos tecnológicos que viabilizaram os processos de industrialização e urbanização que, de certo modo, distanciaram os indivíduos modificando também as relações sociais. Nessa conjuntura, fomentava-se o surgimento das sociedades de massa. Com o individualismo exacerbado, segundo Ortega y Gasset (*apud* DORNAS, 2004, p.2), os homens estavam pouco preocupados em discutir os problemas políticos dos países, situavam-se de modo desorganizado e com isso abriam espaço para que lideranças conduzidas pela demagogia e ignorância se consolidassem e os dominassem. Alcançar esses grupos que, segundo Arendt (1989, p.365), tratavam-se de sociedades formadas por indivíduos desorganizados, desestruturados e alheios aos processos políticos seria essencial para a realização de qualquer projeto político-ideológico.

Em meio a essa conjuntura, foram organizados projetos políticos-ideológicos que acreditavam em uma hierarquização em que uma parcela da população seria responsável por educar e fazer as leis serem cumpridas em detrimento de outra parcela que se deixaria educar e obedeceria aos comandos impostos pela primeira (BARBOSA, 2007, p.105). Com essa organização, os caminhos para o autoritarismo ficavam implícitos. A repressão, o controle, a proximidade, o pertencimento, a rapidez e a simultaneidade tornaram-se elementos imprescindíveis para que fosse elaborada uma política de massas.

Na conjuntura global, desencadeavam-se movimentos antidemocráticos e pró-ditatoriais, totalitários e semi-totalitários que se expandiam da Europa para os outros continentes. Essas ideologias exerceram influências sobre o regime estadonovista implantado no Brasil e, através do processo de globalização, acarretaram interferências em âmbito político, econômico e social. Contudo, apesar das similaridades com o totalitarismo, a ditadura implantada por Vargas em 1937, mesmo possuindo cunho autoritário, não pôde ser caracterizada como totalitarista (MAIA *apud* MOREIRA 2010, p. 251).

No que refere ao estado autoritário de 1937 ele teve o seu estopim em 10 de no-

vembro de 1937 e resultou de uma série de modificações que se estenderam desde a revolução de 1930 até os governos Provisório (1930-1934) e Constitucional (1934-1937). Conforme Fausto (2010, p. 182), a partir de 1930, o Governo já concentrou decisões de natureza política, econômica e financeira.

Apesar das deliberações serem tomadas do centro para a periferia, de modo contrário ao que acontecia na República Velha, não houve o fim das oligarquias, uma vez que elas ofereceram apoio para a consolidação política de Vargas. As modificações que eclodiam na esfera nacional conduziam o país para uma mudança na forma de governar que também afetou o Piauí, estado em que circularam os jornais analisados nesta pesquisa. Com a criação de interventorias que, amparadas pela Constituição de 1937, garantiriam maior articulação com estados e municípios, o então governador do estado do Piauí, Leônidas de Castro Mello, tornou-se interventor federal e foi o representante da figura de Vargas na instância local. Apoiado por lideranças como Lindolfo Monteiro, o prefeito de Teresina, o interventor do Piauí ajudou na divulgação do Estado Novo, reforçou sua adesão ao golpe e convocou a participação da população piauiense para apoiar o regime.

[...]O Golpe de 10 de novembro, longe de ser manifestação de vaidade ou prepotência, foi um acertado de defesa nacional imposto pela consciência cívica do supremo magistrado e pelo patriotismo decidido das forças armadas do País. Volvamos os olhos ao mundo e facilmente compreenderemos que a mudança do nosso regime de Governo era um imperativo irremovível (MELLO, s/d, p. 9).

É interessante ressaltar que a ideia de progresso e, sobretudo, de formação de um país civilizado estavam presentes nos discursos de políticos incentivadores do Estado Novo. Para Norbert Elias (1990, p.23), o conceito de civilização pode ser associado a fatores como o nível de tecnologia, nível de maneiras, desenvolvimento dos conceitos científicos, de ideias religiosas, costumes e etc, e varia de acordo com o grupo em que os indivíduos estão inseridos. Por meio desse posicionamento, compreendemos que os governantes do período queriam repassar para a sociedade brasileira a ideia de que a ditadura Vargas seria o meio encontrado para que o Brasil se equiparasse com as grandes potências econômicas do período que dispunham de muitos recursos financeiros e aparatos tecnológicos.

No entanto, regiões como o Piauí não apresentavam a estrutura aspirada pelos discursos de seus governantes. Conforme o jornalista Carlos Said (2015), a Teresina dos anos 1930 e 1940 ainda possuía condições precárias, em relação às demais capitais, dificuldades que também se estendiam para os outros municípios do estado. A cidade tinha um pequeno perímetro urbano e convivia com problemas de calçamento, iluminação e abastecimento de água.

A cidade era pequena e o perímetro urbano ia da Catedral de Nossa Senhora das Dores até o fundo do Liceu Piauiense na

Campo Sales e da Beira do rio do Parnaíba até o antigo Cruzeiro onde hoje é o edifício Paulo VI. Era uma cidade de calçamento precário se havia água encanada era em algumas casas de pessoas da alta sociedade. Iluminação elétrica quase não existia e quando colocaram a usina elétrica para funcionar era de péssima qualidade. A energia péssima era colocada de 6h da tarde até 9 h da noite, porque na praça Pedro II, onde estava localizado o quartel, às 9h da noite tocava-se o toque de recolher. Aí todo mundo tinha que sair, às vezes, até correndo para chegar em casa, porque a usina desligava e a cidade ficava às escuras. (SAID, 2015).

Na esfera econômica, incentivou-se a industrialização e a maior intervenção do estado na economia. As novas regras econômicas previam estimular o crescimento da produção interna em detrimento da importação e a diversificação da produção (GARCIA, 2005, p.90). Para mobilizar a economia piauiense, investiu-se na produção da cera de carnaúba, da borracha de maniçoba e da amêndoa do babaçu. Para Queiroz (2006, p.47), apesar das crises que o Brasil enfrentava, o discurso público, principalmente durante o Estado Novo, definia o Piauí como em boas condições econômicas. A lucratividade do extrativismo, o clima patriótico e centralizador, que foi característica marcante da ditadura Vargas, fomentavam a impressão de que a economia se apresentava de modo estável. Porém, segundo a autora, a representação dessa receita econômica nem sempre condizia com a situação do estado. Devido ao direcionamento que o Governo oferecia ao setor extrativista qualquer crise que o afetasse era logo sentida pelos piauienses, visto que foi por meio dos dividendos da economia extrativista que o Estado manteve o funcionamento das máquinas estatais e até mesmo chegou a realizar obras públicas.

Já no que se refere à atuação social, segundo Fausto (2010, p. 182) o Governo Vargas ofereceu apoio aos trabalhadores e estabeleceu uma aliança entre este grupo e o poder estatal.

Em contrapartida, as limitações das liberdades individuais e os excessos cometidos pela polícia também faziam parte da conjuntura estadonovista. Dentre as lembranças do período, no Piauí, conforme Nascimento (2006, p. 202), as penitenciárias foram bastante lembradas, pois nelas aconteciam torturas e perseguições a acusados de oposição ao Governo. Devemos ressaltar que essa limitação de liberdades e a ação truculenta da polícia piauiense, em sua maioria, foi ocasionada pelos incêndios que atingiam a capital nesse período. Com o intuito de apontar culpados e demonstrar ações do Estado na prevenção desses incêndios, essa foi a postura adotada pelo Governo. Para Carlos Said (2015), os incêndios foram um problema social insolúvel e apesar da aspereza de Evilásio Vilanova, que assumiu a chefia da polícia militar desde 20 de outubro de 1941, os mandantes nunca foram revelados. Desse modo, a culpa foi atribuída a membros de classes desfavorecidas financeiramente e até mesmo aos comunistas, grupo político que diversas vezes foi acusado de desordem durante o Governo Vargas.

Em meio a esse contexto de cerceamento, o direito à informação também foi controlado, pois os serviços de imprensa eram vigiados pelo Departamento de Propaganda

e Difusão Cultural (DPDC-1937), posteriormente, através do Departamento Nacional de Propaganda (DNP-1938) e, por fim, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP-1939) e Departamentos Estaduais de Imprensa (DEIP-1940).

No Piauí, a Diretoria da Imprensa Oficial foi transformada no DEIP e sob a tutela desse departamento estavam a Divisão de Imprensa, Propaganda e obras gráficas e a Divisão de Rádio-Difusão e obras públicas. O DEIP piauiense mantinha um representante no DIP, o que facilitava uma articulação entre os departamentos e viabilizava a troca de notícias e informes a respeito da vida piauiense, sobretudo política (Oito anos de governo: a administração de Leônidas de Castro Mello no Piauí, s/a, p.61). Com a vigilância exercida por esses departamentos, o país tinha a liberdade de imprensa censurada.

No que se refere aos trabalhos desempenhados pela divisão de imprensa, a partir de 1940, segundo Capelato (1999, p. 173), que fez um estudo abordando a ditadura Vargas em âmbito nacional, 420 jornais e 346 revistas não conseguiram o registro de funcionamento que era emitido pelo DIP e muitos dos que insistiram em se comportar de maneira divergente aos anseios do Estado tiveram sua licença cassada. Além do controle sobre o registro de funcionamento, o DIP interferiu nas produções jornalísticas através de telefonemas que exigiam a queda de pautas ou de textos prontos e por meio da presença de censores nas redações.

Apesar do decreto que determinou a criação dos DEIPs ter sido oficializado em 1940, o Piauí só passou a contar com o DEIP em 1941. Porém, o Governo local já desempenhava a política de intervenções nos jornais. Em 1937, o interventor Leônidas de Castro Mello, presidiu a Comissão Executora do Estado de Guerra que tinha por objetivo fiscalizar os jornais piauienses e exigir que fossem ampliadas “campanhas” como a de aversão ao comunismo nos periódicos. Nesse período, os jornais, obrigatoriamente, teriam que dar notoriedade a textos anticomunistas e passariam por censura prévia, que ficaria a cargo do chefe de polícia (GAZETA, 26 de novembro de 1937, p.1). Por meios de iniciativas como essa, observamos que os estados procuravam colaborar com o Governo Federal utilizando-se de recursos que também convinhavam com seus interesses na esfera estadual. Ao incitar a publicação de notícias avessas ao comunismo, o Estado interferia de maneira mais próxima no cotidiano do piauiense e fomentava uma ideia de que a sociedade estaria protegida em âmbito nacional e local, caso houvesse ataques por parte desse grupo.

No que concerne aos jornais impressos, conteúdo jornalístico estudado por esta pesquisa, além de serem importantes fontes de comunicação durante o estado autoritário de 1937, podem ser considerados lugares de uma certa memória. Para Nora (1993, p.12-13), os lugares de memória são restos e nascem e vivem do sentimento de que não existe memória espontânea, pois dentro da sociedade é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres e notariar atas, processos que não se dão de forma natural, tendo em vista o caráter seletivo da memória. Apesar de Nora (1993) não ter se reportado ao jornalismo ao estudar os lugares de memória, conforme Rêgo (2012, p.14), o jornalismo atua como um lugar

de memória, visto que guarda a memória do cotidiano em seu presente. Embora a atividade jornalística seja situada no passado e fale sobre um determinado presente do passado, segundo essa autora o jornalismo se coloca como o lugar de uma certa memória intermediada pelos modos de fazer do campo.

Para permanecerem funcionando, veículos como *O Estado de São Paulo*, *A Noite*, *O Dia* e os *Diários Associados* de Chateaubriand cederam às exigências do Estado Novo, veiculando a propaganda oficial e evitando a divulgação de temas que pudessem afetar o pleno funcionamento do regime (SOUSA, 2013, p.7).

Se na esfera nacional, o jornal impresso começou a disputar espaço com revistas e, posteriormente, com o rádio. No Piauí, em meio ao Estado Novo, ele se constituiu como um legitimador da prática jornalística, uma vez que outros meios de comunicação como o rádio, um importante instrumento de integração nacional, não obtiveram tanta notoriedade em âmbito local. As deficiências e a implantação tardia da radiodifusão do Piauí, por sua vez, implicaram no atraso da popularização das atividades jornalísticas realizadas no estado. Como bem afirma Pinheiro Filho (1997, p.199), as atividades da imprensa no Piauí durante o Estado Novo foram restritas a assuntos rotineiros e escassos e a censura fazia os periódicos desaparecerem. O interesse em calar assuntos que atacassem o regime e o racionamento de papéis foram fatores que influenciaram a baixa circulação de periódicos. No Piauí, até meados da década de 1950, ainda não haviam sido consolidados veículos jornalísticos de grande porte. Sendo assim, a produção jornalística do Estado, em sua maioria foi efêmera, os jornais tinham pouco período de duração, pois não encontravam muitos suportes financeiros para se difundirem e o maquinário utilizado, conforme Said (2015) fazia com que a produção dos jornais fosse um trabalho artesanal e que pouco permitia uma circulação diária.

Ainda no que se refere ao jornalismo piauiense praticado durante o Estado Novo, conforme Pinheiro Filho (1997, p. 199), houve um retardamento no surgimento de novos jornais e alguns dos que deixaram de circular ao longo do regime, como *O Piauí*, só retomaram, no momento em que o Estado Novo já passava por um enfraquecimento. Segundo Nascimento (2002, p. 49), no período em que se deu a ditadura estadonovista somente dois jornais mantiveram sua circulação estável, o *Diário Oficial*, periódico destinado à divulgação de atos do Governo e algumas notícias e o *Jornal Gazeta*, que, oficialmente, não pertencia ao Governo e de acordo com Pinheiro Filho (1997, p. 125), atuava no Piauí 10 de dezembro de 1904, embora tenha apresentado uma pausa em 1915 ressurgindo, posteriormente, em 13 de setembro de 1926.

Contudo, compreendemos que a responsabilidade acerca do cerceamento que a imprensa sofreu não recai apenas sobre o Estado. Em todo o país, não foram apenas os órgãos de censura que incidiram sobre os jornais. A autocensura foi também presente nas redações. Temendo o seu fechamento, a maioria dos periódicos que circularam durante o Estado Novo adotaram uma política editorial que pouco confrontava os interesses da ditadura Vargas. Para o jornalista Carlos Said (2015), que durante a ditadura Vargas trabalhou no *Jornal do Piauí*, o redator era muitas vezes o próprio censor de sua matéria.

Com o intuito de entendermos as estratégias e táticas que marcaram a atuação do jornalismo piauiense durante o estado autoritário de 1937 desenvolvemos uma pesquisa qualitativa. Este tipo de pesquisa não se volta para a representatividade numérica, pois procura o entendimento das dinâmicas sociais (GOLDENBERG, 2004, p. 17). Como referencial teórico metodológico utilizamos os conceitos de estratégias e táticas empregados por Certeau (2008) e Hohlfeldt (2015).

PREPARANDO O TABULEIRO : O JOGO DE ESTRATÉGIAS E TÁTICAS

Para que possamos analisar como o jornalismo piauiense empreendeu estratégias e táticas para atuar em meio aos cerceamentos impostos pelo estado autoritário de 1937 apresentaremos, inicialmente, os conceitos de estratégias e táticas.

No que concerne às estratégias, para Certeau (2008), elas são definidas como o cálculo das relações de força no momento em que um sujeito de querer e poder é isolado. São as estratégias que atuam como uma base para que possam ser delineadas relações com uma exterioridade de alvos e ameaças. Certeau (2008, p. 102) associa o conceito de estratégia ao conceito de poder, uma vez que é por meio do postulado de um lugar de poder que são condicionados os lugares teóricos, sistemas e discursos totalizantes que podem articular os lugares físicos onde as forças se distribuem.

Sobre as estratégias, segundo Certeau (2008, p.99) elas atuam com o auxílio de um “próprio” que para o autor “é uma vitória do lugar sobre o tempo (CERTEAU, 2008, p. 99)”. Posto isso, a existência do “próprio” permite que as estratégias acumulem as vantagens conquistadas e possuam uma maior visão do campo que facilita expansões futuras e garante maior independência diante das circunstâncias que são postas, uma vez que as estratégias possuem um lugar definido.

Essa possibilidade das estratégias acumularem as vantagens conquistadas e a divisão do espaço viabiliza uma prática panóptica que, conforme Certeau (2008, p.100), transforma as forças estranhas e facilita para que aos vermos de longe determinadas ameaças possamos prever uma reformulação das estratégias.

A divisão do espaço permite uma *prática panóptica* a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar portanto e “incluir” na sua visão. Ver (longe) será igualmente prever, antecipar-se ao tempo pela leitura de um espaço (CERTEAU, 2008, p.100).

É interessante ressaltarmos que as estratégias, por se tratarem de um “cálculo de relações de força” em que são combinados lugares de poder, lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes) e lugares físicos visando dominá-los uns pelos outros; tratam-se de relações de longo prazo, posto que é necessário um estudo, uma “racionalização estratégica “ (CERTEAU, 2008, p.99) para que se atue com coerência.

Já as táticas são apresentadas por Certeau (2008, p.100) como uma ação calculada, ligada à ausência de um próprio, um lugar, no entanto essa carência de lugar

não deve ser tratada como aspecto negativo, pois é na carência do lugar do outro que as táticas se fortalecem. Apesar de ocupar o lugar do outro, segundo Manzano (2012, p.15), esses lugares ocupados pelas táticas não lhe pertencem, o que faz com que elas tenham que ser adaptadas a esse lugar que lhe é imposto. Ao contrário das estratégias que, de acordo com Certeau (2008, p.100), permitem uma prática panóptica, as táticas não possuem meios para se colocarem em uma posição distanciada, de previsão. Desse modo, as táticas ao trabalharem com um lugar do outro ficam impossibilitadas de fazer um plano global, pois elas atuam com base nas fragilidades dos postulados de poder e suas relações acontecem a curto prazo e são operadas considerando as oportunidades que lhe são concedidas.

[...] a tática é um movimento “dentro do campo de visão do inimigo como dizia von Bullow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas . O que ela ganha não se conserva (CERTEAU, 2008, p. 100).

Contudo, ao contrário das estratégias que, segundo Certeau (2008, p.102), são associadas ao poder, para esse mesmo autor, as táticas são condicionadas pela ausência de poder, pois trabalham com a fragilidade do poder. É com base nos pontos fracos que as táticas conseguem fazer os movimentos corretos para ganhar notoriedade e transformar uma ocasião em situação favorável. Utilizando-se do pensamento sofisticado, Certeau (2008) define o papel das táticas.

Aristóteles se interessava muito pelos procedimentos desse inimigo que pervertia, pensava ele, a ordem da verdade. Desse adversário proteiforme, rápido, surpreendente ele cita uma fórmula que, precisando a força da sofística pode enfim definir a tática, tal como a compreendo aqui: trata-se-dizia Corax- de “fortificar ao máximo a posição do mais fraco” (CERTEAU, 2008, p. 102).

Em períodos de censura, como o Estado Novo, acreditamos que foram as táticas que fizeram com que os jornais tivessem sucesso e conseguissem que seu posicionamento político, seja ele favorável ou não ao golpe de 1937, fosse relatado nos jornais.

Considerando as estratégias e táticas, para Certeau (2008, p. 101), existe uma relação inversa entre as forças submetidas a uma direção estratégica e às táticas. Posto isso, as ações estratégicas que apresentam fragilidades estão sujeitas à astúcia, às táticas. Já as ações estratégicas que estão consolidadas, possuem um lugar de poder, tornam-se menos suscetíveis à astúcia. No entanto, não devemos apreender as estratégias e as táticas como opostos. Ambas compõem o mesmo processo, uma tentativa de pôr ordem em determinada sociedade, porém, enquanto as estratégias se dirigem para a organização de um espaço controlado, as táticas abrem fissuras nos postulados de poder e utilizam de maneira hábil o tempo e as ocasiões

(CERTEAU, 2008, p.102). Além de compreendermos que não existe uma relação de oposição entre estratégias e táticas, é necessário ressaltar que elas também não são estáticas, uma vez que táticas frequentemente empregadas podem até mesmo tornar-se estratégias a longo prazo.

Na tentativa de sintetizar o processo, conforme Hohlfeldt (2015, p. 6) “a tática é uma resistência, enquanto a estratégia é um ataque; a estratégia é uma proposta, enquanto a tática uma resposta”. Mas para Sun Tzu (2007, p.44):

A invencibilidade depende da defesa — que é o único recurso de quem não é capaz de vencer; a vitória depende do ataque — que é o grande recurso de quem é capaz de vencer; a sabedoria consiste em elaborar uma disposição tática que impossibilite a derrota e viabilize a vitória. Como sempre, a virtude está no perfeito equilíbrio entre defesa e ataque, sabendo o “momento certo” de cada ação”.

Para este autor, toda vitória é consequência de uma boa tática elaborada pelo estrategista que criou condições favoráveis.

Apesar de Certeau (2008) não ter se reportado às estratégias e táticas pelo viés militar, para este autor existe uma arte da guerra cotidiana, contudo, nesta guerra as estratégias e táticas nem sempre estão dispostas de modo nítido, uma vez que, como já afirmamos as estratégias e táticas não são estáticas.

Tendo em vista a conjuntura de cerceamento e de busca do fortalecimento do aparelho estatal que predominou durante a ditadura Vargas, é necessário assimilarmos que as estratégias e táticas utilizadas pelos jornais em meio ao estado autoritário de 1937 não foram traçadas de modo alheio às estratégias e táticas empreendidas pelo regime a fim de garantir sua sustentação. No que se refere ao Estado Novo, acreditamos que sua principal estratégia em relação aos veículos jornalísticos foi obter apoio desses veículos, seja de modo compulsório ou não, com o intuito de garantir notoriedade à sua ideologia. Para garantir essa estratégia, o Estado utilizou-se de táticas como a criação de órgãos de censura, a concessão de mais verbas publicitárias e maior cota de papel aos meios jornalísticos que atuaram como seus aliados. A partir das estratégias e táticas adotadas pelo Estado Novo, o jornalismo piauiense também preparou suas estratégias e táticas para se comportar em meio a esse período, o que não implica que esses veículos jornalísticos posicionaram-se, totalmente, em consonância com a ditadura Vargas, pois consideramos que cada veículo apresentou uma forma peculiar de sobreviver àquele regime, defendendo seus interesses e buscando exercer os movimentos corretos para atingir seus objetivos.

Com base no entendimento do que são as estratégias e as táticas buscaremos por meio destes conceitos e do histórico destes impressos compreender as estratégias e táticas utilizadas pelo jornalismo piauiense nos anos de 1937 a 1945. Para isso, o universo de nossa pesquisa contou com o estudo de doze exemplares do jornal Gazeta, considerando que foi um jornal que circulou durante todo o Estado Novo e apresentou algumas modificações editoriais que necessitaram ser acompanhadas para

entender sua atuação, dez edições do periódico *Monitor Comercial*, dez exemplares de *O Piauí*, e sete de *Vanguarda*, pois só foram localizadas sete edições.

ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS E TÁTICAS EMPREGADAS PELO JORNALISMO PIAUIENSE DURANTE O ESTADO NOVO

Reportando-nos, novamente, a Nascimento (2002, p. 49) que aponta que durante a ditadura Vargas apenas o *Diário Oficial* e o *Gazeta* circularam com frequência avaliamos que as atividades jornalísticas no Piauí durante o estado autoritário de 1937 foram instáveis e tiveram forte interferência do modelo político que regia o país. Com os cerceamentos, manter até mesmo circulação instável de impressos exigia maestria, uma vez que a dependência de periódicos com relação ao Estado começava em questões materiais como o papel, matéria-prima que foi controlada pelo Governo durante a ditadura Vargas. Para buscar suporte, regimes como o Estado Novo construíram uma série de aparelhos ideológicos para ampará-los. Como exemplo, podemos citar o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) criado em 1938 a fim de supervisionar o trabalho de interventores e controlar a administração pública e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que, conforme já citamos, ficava responsável pela vigilância das produções do cinema, teatro, rádio, turismo, divulgação e imprensa, realizando um controle ideológico e estimulando publicações favoráveis ao Estado Novo.

Além da influência do Governo, as escolhas textuais de jornalistas, as relações políticas, econômicas e sociais que envolviam os proprietários dos periódicos e a tentativa de preparar um conteúdo que mantivesse a circulação dos impressos seja de maneira favorável ou contrária ao estado autoritário de 1937 mobilizaram o jornalismo piauiense para a formação de estratégias e táticas que garantissem sua circulação.

Embora compartilhem do entendimento de Pinheiro filho (1997, p.199) que considera as atividades jornalísticas piauienses, do período em questão, como rotineiras e escassas, trabalhamos com o estudo das estratégias e táticas de quatro impressos piauienses (*Gazeta*, *Monitor Comercial*, *O Piauí* e *Vanguarda*) que simbolizam a maioria dos veículos que atuaram neste período. Contudo, este número de impressos não interfere na concepção de que o jornalismo piauiense foi silenciado em meio à ditadura Vargas, pois somente o *Gazeta* foi veiculado com maior frequência.

No que se refere ao jornal *Gazeta* é pertinente ressaltarmos que a publicação já circulava desde 1904 e apesar de algumas pausas na impressão, antes da ditadura Vargas, foi um veículo que obteve notoriedade no período em estudo. Dirigido, inicialmente, pela família Lemos, tradicionalmente conhecida pela atuação no jornalismo e à posteriori por José Cândido Ferraz que, segundo Gonçalves (1997, p.135), foi médico e em meio a ditadura Vargas atuava como membro do diretório piauiense na União Democrática Nacional (UDN), partido que fazia oposição ao Estado Novo, o periódico precisou empreender estratégias e táticas condizentes com a linha editorial adotada pelos proprietários e a conjuntura.

Deste modo, podemos afirmar que embora tenha permanecido com o mesmo nome após a troca de proprietário o impresso portou-se como se fosse um outro *Gazeta* adotando estratégias e táticas distintas.

No período em que o jornal foi dirigido pela família Lemos durante a ditadura Vargas (1937-1944), observamos que sua estratégia foi distanciar-se da polêmica política abordando temas como cultura, eventos em geral e entretenimento. Conforme Fortes (2001, p.50), este cerceamento da divulgação de entraves políticos foi comum no jornalismo em períodos de censura. Analisamos que o desvio deste tipo de abordagem constituiu-se como uma estratégia utilizada pelo jornal *Gazeta*, posto que segundo Certeau (2008, p.99), as estratégias atuam como uma base para que possam ser delineadas relações com uma exterioridade. O distanciamento da crítica ao Governo, sobretudo, nos períodos iniciais da ditadura Vargas, foi uma base para que impressos como o *Gazeta* pudessem circular sem maiores problemas com o momento político de então.

Texto 1: Não se compra entrada na história. Esse é o título da obra de Pandiá Pires . A apresentação do autor bem dispensaria os prefácios esclarecedores se esse não tivesse sido feito por Herbet Moses [...] Sem fazer biografia o autor nos mostra uma imagem interessante e viva do Sr Getúlio Vargas . Do homem lutando contra o ambiente, contra um cenário hostil ao próprio temperamento e aos desígnios que se propusera realizar. (GAZETA, 6 de agosto de 1938, p.1).

Texto 2: O país vem fremindo desde os primeiros dias desse mês no calor das comemorações do 10^o aniversário do febricitante e remodelador Governo do presidente Getúlio Vargas. Nesta capital haverá brilhantes homenagens em cujo número está incluída a inauguração do busto do presidente Vargas. Na avenida que tem o seu nome no cruzamento com a rua 24 de fevereiro e do serviço de ônibus urbano criado pela magnífica operosidade do prefeito Lindolfo Monteiro (GAZETA, 9 de novembro de 1940, p.1).

Texto 3: Depois de brilhante tirocínio deve colar grau de farmacêntrico, a 28 do corrente na faculdade de Farmácia e Odontologia da capital do Maranhão o nosso talentoso e aplicado patricio Antônio Castelo Branco de Vasconcelos , filho do competente Farm licenciado Pedro Ribeiro de Vasconcelos, nosso distinto amigo (GAZETA , 26 de novembro de 1937, p. 1).

Texto 4: Pudim de damascos
3 colheres de sopa de arroz cru
2 xícaras de leite
xícara de açúcar (GAZETA , 26 de novembro de 1937, p. 1).

Compreendemos por meio dos textos citados que a divulgação de obras literárias que ressaltavam aspectos positivos da vida de Getúlio Vargas, a notoriedade dada a eventos do Governo, aspectos do cotidiano da cidade e da vida privada e a presença de seções voltadas para o entretenimento com receitas, curiosidades,

trovas e piadas contribuíram com a garantia dos interesses do periódico. Além de assegurar a sua atuação, estabelecer um diálogo com o Governo, que adotou postura intervencionista nas atividades de imprensa e buscou os meios de comunicação para dar notoriedade a suas ações, e com o público em geral, que em momentos de censura foi um personagem um pouco distanciado dos jornais impressos, tornaram-se meios que a longo prazo contribuíram para a consolidação do *Gazeta*, uma vez que o Estado e os leitores em geral dispunham de importante posição de poder naquela conjuntura. Dar notoriedade às ações da ditadura Vargas e distrair o público enquanto mudanças políticas, econômicas e sociais se instalavam foram a garantia do futuro desta organização.

Com a mudança de proprietário em 1945, o jornal *Gazeta* muda a linha editorial adotada no princípio do Estado Novo. No entanto, devemos reforçar que a conjuntura de 1937 fora avessa a dos últimos anos do regime. Em 1945 o Estado Novo já apresentava sintomas de esfacelamento e se encontrava mais suscetível ao confronto de sua ideologia. Acreditamos que o enfraquecimento da ditadura Vargas possibilitou que o impresso *Gazeta*, bem como, *O Piauí*, conseguissem maior fortalecimento mesmo adotando um posicionamento político contrário ao estado autoritário de 1937. A participação da União Soviética na Segunda Guerra Mundial junto aos aliados, grupo apoiado pelo Brasil, foi um dos fatores que contribuíram para o esvaziamento do Estado Novo, posto que a aversão ao comunismo e a algumas características do nazismo e fascismo que estavam presentes no ideário do Estado Novo tiveram que ser atenuadas descaracterizando assim aspectos que compunham a carga ideológica do regime (SODRÉ, 1983, p. 386). O Manifesto dos Mineiros, movimento liderado por intelectuais e forças políticas, que obteve força em 1943, mas, conforme Silveira (2010, p.3), já se desencadeava desde 1937, também contribuiu para a derrocada do regime. Buscando negociar com esses grupos, Vargas implantou uma emenda constitucional que determinou a volta dos partidos políticos e anunciou novas eleições para 1945.

Este contexto de queda do regime e a mudança de proprietário deste periódico fez com que o *Gazeta* adotasse estratégia avessa à adotada quando fora controlado pela família Lemos. Se outrora o jornal desviou-se da polêmica política, com esta abertura ocasionada pelo declínio da ditadura Vargas a publicação apoiando-se nos ideais defendidos por sua nova direção adotou como estratégia o foco na polêmica política e a divulgação da União Democrática Nacional (UDN) e da União Democrática Piauiense (UDP).

Texto 4: A *Gazeta* que saíra de circulação contra a vontade premeida por um acace do famigerado DIP, reaparece agora sob outra direção e com nova orientação política que não destoia fundamentalmente das tradições dignificantes do dilatado tirocínio da folha escrupulosa no informar [...] Nessa fase de transição em que o país e o mundo se unem para ideais importantes e irreprimíveis a *Gazeta* vem suprir uma verdadeira lacuna na vida da imprensa do Piauí onde a oposição a ditadura não podia, nem pode fugir ao dever de ter o seu órgão de publicidade. As-

sim ressurgiu a Gazeta como folha oposicionista, jornal popular e jornal de combate disposta a pugnar com decisão e bravura pela redemocratização brasileira [...] (GAZETA, 15 de agosto de 1945, p.1).

Por meio do texto 4, percebemos que o jornal destaca o seu interesse em atuar focando na política e defendendo os interesses da União Democrática Nacional (UDN) colocando-se até mesmo como seu órgão de publicidade. A frase “a Gazeta vem suprir uma verdadeira lacuna na vida da imprensa do Piauí onde a oposição à ditadura não podia, nem pode fugir ao dever de ter o seu órgão de publicidade” mostra o rompimento do impresso com a antiga estratégia adotada pela maioria dos veículos jornalísticos a fim de garantirem sua circulação.

Não foram apenas as estratégias do jornal Gazeta que mudaram com a conjuntura e a nova direção. As táticas também tiveram que ser reformuladas, uma vez que conforme Certeau (2008, p. 102) elas se utilizam de maneira hábil do tempo e das ocasiões por não possuírem um “próprio”, um lugar.

Posto isso, para garantir o seu funcionamento o *Gazeta* utilizou como tática no período de 1937 a 1944 a aproximação do Governo e dos seus órgãos de censura e o desenvolvimento de críticas sucintas ao regime. Foram constantes as publicações com elogios aos governantes seja na instância municipal, estadual ou federal. Contudo, aproveitando-se de falhas na fiscalização, o periódico empregou seu espaço também para a crítica sucinta. Dispostas em zonas de pouca visualização do jornal ou acompanhadas de adjetivos positivos elas denunciavam problemas da época, na infraestrutura, economia e outros aspectos.

O interventor Leônidas Mello foi uma personalidade política, constantemente, referenciada no jornal. Devido a posição de poder ocupada pelo mesmo que poderia ser coercitiva através da punição de jornalistas e veículos jornalísticos ou até mesmo positiva por meio de trocas de favores entre Estado/Meios jornalísticos, informações que se referiam positivamente a ele foram frequentes nas publicações que circularam até o ano de 1944.

Texto 5: Governante guiado por ótima estrela o Sr Dr Leônidas Mello tem sido, incontestavelmente, de rara felicidade na sua operosa gestão, pois até as rendas do estado, como que profiando em ajudá-lo na faina construtiva prosperam cada dia proporcionando-lhe meios para agir galhardamente na ânsia de que é digno. (GAZETA, 7 de abril de 1940, p.1).

Texto 6: Em São Raimundo Nonato se leem jornais do Rio 6 a 8 dias depois da sua publicação, o que mostra o desinteresse com que são recebidos lá os jornais desta capital [...] Parece também que o Governo deve envidar o seu prestígio, o seu esforço. (GAZETA, 25 de novembro de 1938, p.1)

No texto 5, analisamos que o jornal *Gazeta* construiu uma relação de proximidade com o interventor. A expressão “guiado por ótima estrela” contribui para que

Leônidas Mello seja caracterizado como um governante cujas decisões são bem articuladas e, portanto, bem direcionadas. Ao qualificar a gestão como “operosa” e com capacidade de prosperar a folha elogia também, indiretamente, Leônidas Mello e atua conforme as determinações dos órgãos de censura do período que impunham que os veículos jornalísticos se tornassem também divulgadores da propaganda do Governo e de seus representantes nesse período. Entretanto, o texto 6 nos mostra que o impresso driblou a censura e, sucintamente, abordou temas como a deficiência na infraestrutura do estado, mencionou a demora do recebimento dos jornais e criticou o Serviço Postal exercido por uma empresa pública federal. Estas contestações vinham acompanhadas de um sucinto chamamento do Governo como o apresentado no texto 5 “Parece também que o Governo deve envidar o seu prestígio”, mas percebemos que até estas convocações eram discretas, pois o veículo jornalístico temia punições.

O impresso *Monitor Comercial* também circulou durante o Estado Novo. Contudo, apresentou uma circulação mais efêmera em comparação ao jornal *Gazeta*. Essa publicação iniciou os trabalhos em outubro de 1937 e atuava como uma revista de publicação mensal, no entanto em 1939 constatamos que se tornou um jornal. É interessante ressaltarmos que o diretor do veículo teve forte desenvoltura no meio político. Esse tipo de comportamento foi comum, pois Governo e também a publicação necessitavam garantir aliados. João Bastos, o diretor de *Monitor Comercial* trabalhou no Tesouro das Contas do Piauí, em 1926, foi o primeiro diretor da Fazenda após a revolução de 1930, na administração de Landri Sales e durante o Governo de Leônidas Mello foi indicado para o Departamento Estadual de Estatística e Publicidade, órgão que continuou dirigindo durante o Estado Novo.

Consideramos que a estratégia deste impresso, assim como a do jornal *Gazeta* também foi afastar-se da polêmica política. Para isso, a publicação apresentou-se como um “lugar” voltado para as discussões comerciais e outros temas tidos como leves.

Texto 7 : O momento não comporta jornais de artigos doutrinários sem grandes preocupações . A imprensa tem por isso de agir com muito cuidado para evitar recíprocas contrariedades . Daí a deliberação que tomamos de dar outra feição a Monitor Comercial que de agora em diante passa a esta feição de publicações leves, ligeiras , curtas e de interesses gerais (MONITOR COMERCIAL, março de 1939, p.1).

Por meio do texto 7, intitulado de “Nova Orientação”, o impresso revela o momento de cerceamento pelo qual passava o país e apresenta ao público ações do seu plano estratégico para se manter em vigor durante o Estado Novo. O termo “O momento” faz referência ao Estado Novo e às mudanças políticas econômicas e sociais implantadas pelo regime que se estenderam também à imprensa. Ao colocar que “A imprensa tem por isso de agir com muito cuidado para evitar recíprocas contrariedades”, o jornal denuncia ao público as intervenções que o novo regime impôs ao jornalismo, mas também destaca a necessidade que ambos possuem de trabalharem como aliados, evitando desentendimentos, posto que a relação entre a imprensa e o Estado não foi apenas de submissão.

Para atingir os objetivos traçados o *Monitor Comercial* necessitou executar os movimentos corretos, ou seja, necessitou de boas táticas. Contudo, devemos enfatizar que apesar da estratégia da publicação em estudo ser o foco no tema econômico, comercial este não foi o único conteúdo divulgado. A política também esteve presente e fez parte do jogo tático do veículo jornalístico. No que se refere ao *Monitor Comercial*, a publicação continuou encontrando no segmento político, um lugar de força e poder para ajudar a alcançar os objetivos gerais do periódico. No entanto, a política não foi objeto de debate entre as lideranças políticas locais. Em conformidade com as exigências dos órgãos de censura que visavam firmar o regime e estabelecer um maior vínculo com a sociedade, o *Monitor Comercial* assim como o *Gazeta* adotou como tática o posicionamento amistoso com o Governo nas mais variadas instâncias, o que interferiu no tratamento dado às notícias.

Texto 8: Por uma escolha feliz e acertada do exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas eminente presidente da república. Assumiu a 25 de julho findo, as altas funções de diretor geral dos Correios e Telégrafos o sr capitão Landri Sales Gonçalves, destacado oficial do exército nacional (MONITOR COMERCIAL, agosto de 1939, p.1).

Neste texto, *Monitor Comercial* refere-se a representantes da instância federal e elogia as atividades desempenhadas por eles. A expressão “uma escolha feliz e acertada” foi uma expressão utilizada pelo impresso para assegurar a aprovação das ações desempenhadas pelo Governo. Os elogios foram uma forma de negociação constantemente empregada pela publicação para dialogar com o Governo, pois se tratava de um período ditatorial em que as contestações ao Governo eram retratadas pelo Estado como atentados à ordem e à segurança pública, sobretudo nos anos iniciais da ditadura Vargas.

As similaridades encontradas nas estratégias e táticas adotadas por *Gazeta* (1937-1944) e *Monitor Comercial* não foram peculiares a todas as publicações do período. Houve confronto das ideologias impostas pelo Estado Novo, principalmente, nos últimos anos de Estado Novo. O jornal *O Piauí* foi uma das publicações piauienses que adotou este posicionamento de reação ao regime. A publicação teve sua primeira fase em maio de 1867, no período imperial, e foi criada por Antonio Coelho Rodrigues (BASTOS, 1994, p. 276), que como parte dos jornalistas do período desempenhava também funções jurídicas e políticas. No que concerne à sua atuação durante o Estado Novo, no ano em que se iniciou o regime o jornal tenta retomar, porém devido a divergências ideológicas do novo proprietário, Helvécio Coelho Rodrigues, com o Governo ele teve sua circulação interrompida. Com o regime político de então, a quarta fase do jornal foi logo interrompida e o veículo jornalístico retomou apenas em 22 de setembro de 1945, na sua quinta e última fase que se prolongou até 15 de maio de 1954. Neste trabalho, focamos apenas na última fase do jornal, pois os exemplares que circularam no princípio do Estado Novo não foram encontrados.

É pertinente enfatizarmos que o fato de o diretor proprietário do jornal apresentar

preferências políticas contrárias ao Estado Novo e possuir forte ligação com a UDN e a UDP já apontam as estratégias e táticas adotadas pelo jornal, uma vez que com a abertura proporcionada pelo enfraquecimento do regime os jornais aos poucos voltaram a ser órgãos de publicidade dos partidos aos quais seus diretores estavam filiados.

Posto isso, a estratégia adotada pelo jornal *O Piauí* foi o foco na política. Em exemplar veiculado em 22 de setembro de 1945, que compõe a última fase do jornal, o periódico delimita suas intencionalidades com relação ao Estado Novo e apresenta a estratégia adotada pela publicação.

Texto 9:Reaparece o Piauí sob a mesma direção de 1937, tradicionalmente, ligado à orientação do primeiro periódico que adotou esse nome pátrio e foi redigido pelo conselheiro, Antonio Coelho Rodrigues. É mais uma folha que se liberta da longa hibernação do Estado Novo para pugnar pela redemocratização do Brasil, a grande pátria disposta a reagir nesse momento contra a escravidão política que a mentira e a traição implantaram na nobre e livre nação americana que Pedro I fundou (O PIAUÍ, 22 de setembro de 1945, p. 1)

No texto 9, a frase “É mais uma folha que se liberta da longa hibernação do Estado Novo para pugnar pela redemocratização do Brasil, a grande pátria disposta a reagir nesse momento contra a escravidão política” enfatiza que a abordagem estratégica de *O Piauí*, no período, foi atuar com foco na temática política, posicionando-se de maneira contrária à ditadura Vargas. Ao destacar que a folha “se liberta da longa hibernação do Estado Novo para pugnar pela redemocratização do Brasil”, o jornal refere-se tanto ao momento em que por discordância política com a ditadura Vargas, ele deixou de circular em 1937 e, portanto, permaneceu em espera, hibernando, quanto faz uma crítica ao próprio estado autoritário de 1937 que, na concepção do periódico, foi uma conjuntura de escravidão dos direitos políticos, devido ao cerceamento imposto por órgãos do aparelho estatal como DIP e DEIP, e que, fez o país, no sentido figurado, adormecer, hibernar, exercer um movimento retrógrado em relação à democracia.

Tendo em vista que, para Certeau (2008, p. 102), as estratégias atuam como uma base para que possam ser delineadas relações com uma exterioridade de alvos e ameaças, consideramos que a base do periódico *O Piauí* foi voltar-se à política e a partir desse conteúdo o jornal procurou debater com o Governo, sua ameaça naquele período, uma vez que o impresso adotava posicionamento político contrário ao Estado Novo, o que acarretou um confronto dessa folha com o estado autoritário de 1937.

Aproveitando-se, assim como o *Gazeta* de 1945, das fragilidades do regime este jornal adotou como táticas o distanciamento da ditadura Vargas e seus representantes. *O Piauí* se utilizou de fissuras que existiram nos postulados de poder (Estado, representantes do Governo, órgãos de censura) para aproveitar o tempo e a ocasião. Com isso, por meio de textos e/ ou charges, o impresso fez críticas à infraestrutura, cerceamento de liberdades, economia e outros fatores atingindo, diretamente, representantes do Governo de âmbito federal, nacional e municipal.

Além da utilização de figuras de linguagem como a ironia, *O Piauí* fez uso de charges, ilustrações que satirizam ou relatam algum acontecimento, como táticas para de maneira humorada e dinâmica estimular a reflexão sobre o momento político em questão.

Na foto acima, em que uma caveira simula uma ligação para Getúlio Vargas, o jornal, através da charge faz uma crítica ao Governo Vargas, que, segundo ele, colaborou com o fortalecimento da miséria no Brasil. A escolha de uma caveira, símbolo, comumente, utilizado para indicar a mortalidade e o caráter transitório e passageiro

Imagem 1 : Utilização de Charges para criticar o regime



Fonte: Projeto Memória do Jornalismo Piauiense

da vida reforça o estereótipo que o jornal pretendia construir do regime, como um governo improdutivo, inativo e que pouco tinha contribuído para a melhoria de vida da população. A expressão “Ela mora aqui”, referindo-se à miséria demonstra que o jornal, colaborou para reforçar que esse descaso com a população foi permanente, uma vez que, segundo a publicação, a miséria “mora aqui”. Em depoimento concedido por Said (2015), o jornalista reforça essas condições de miséria em Teresina ao discorrer sobre a precariedade da iluminação, em virtude das dificuldades da usina elétrica, do calçamento precário e da água encanada que só existia em algumas casas de pessoas da alta sociedade. Percebemos por meio de imagens e textos como este jornal estabeleceu um confronto direto com os governantes.

Outro periódico que também circulou neste período foi o jornal *Vanguarda* que teve seu primeiro exemplar circulando em 7 de setembro de 1939, portanto no auge do Estado Novo quando o Governo já articulava a formação de aparelhos ideológicos como o DIP. *Vanguarda* teve, inicialmente, como diretor gerente João Cúrcio Laguár-

dia, que pediu demissão em novembro de 1939 (VANGUARDA, 19 de novembro de 1939, p.12). Após a saída de João Cúrcio, o professor Oswaldo Monteiro tornou-se o único responsável pela diretoria.

No que se refere às estratégias utilizadas pelo jornal *Vanguarda* para se garantir em vigor durante o Estado Novo, observamos que o primeiro exemplar do periódico já apresenta os *insights* que vão garantir o futuro da publicação. Em meio a uma conjuntura que coibia o debate político, *Vanguarda* quis se relacionar com a exterioridade voltando-se à temática cultural. Em exemplar de 7 de setembro de 1939, o periódico destaca este interesse.

Texto 10 : Teresina como sabemos é uma cidade progressista, atualmente, um cosmopolitano forte sacode-a em todos os sentidos. Nela há vida, há movimento, há trabalho e há inteligências também . Todavia, os intelectuais, os homens do pensamento, os homens da cultura que não nos minguam, pouco ou quase nada produzem à falta, justamente, de um jornal que corresponda, de pleno, a expectativa de plúmitivos. E foi, por isso, que Vanguarda surgiu à Lume. Apareceu para preencher esta lacuna sensível em toda extensão do termo. Apareceu por uma iniciativa forçada de alguns moços com o objetivo de chamar às suas páginas homens das letras piauienses , à fim de que por aí à fora todos que nos lerem , digam que, no Piauí, se vive também intelectualmente (VANGUARDA, 7 de setembro de 1939, p.1).

Assim como a publicação *Monitor Comercial* que, estrategicamente, apresentou-se como orientada principalmente para a economia/comércio, notamos, por meio do texto 10, que *Vanguarda* encontrou na temática cultural uma maneira de atuar e apresentar seu posicionamento político diante das ações que vinham sendo desempenhadas pelo Estado Novo. Percebemos também que ao preparar essa estratégia a cultura foi interpretada como uma temática que contribuiu para a diferenciação desse impresso no mercado, posto que, conforme o periódico, *Vanguarda* apareceu para suprir a “lacuna intelectual do estado”, que ainda não possuía notoriedade no meio jornalístico local.

Para atingir a estratégia traçada, o jornal empreendeu táticas que agradavam não só o Governo, que naquela conjuntura apresentou caráter bastante intervencionista, como também o público em geral e, sobretudo, os intelectuais que poderiam colaborar com pautas e seriam também leitores da folha. Desse modo compreendemos que o jornal procurava dialogar com as diversas forças que atuavam naquela conjuntura à fim de obter apoio.

Texto 11: Há nela (Praça Pedro II) a harmonia das linhas , a beleza dos traçados de seus canteiros, a elegância de sua arborização e o feitiço inebriante de suas flores. É mesmo um dos mais lindos logradouros públicos, nordestinos construídos na administração do Exmo Sr Lindolfo do Rêgo Monteiro, o governador da cidade. Esse homem no descortínio de sua administração proveitosa, profícua e necessária sempre se tem revelado um urbanista de fina linhagem, procurando com volta também suas vistas para nossa futura vida social [...] (VANGUARDA, 7 de setembro de 1939, p. 1).

Por meio do texto 11, constatamos esta tática do periódico. A publicação fugiu um pouco do seu planejamento de destacar a parte cultural do Estado, sobretudo a arquitetura e o paisagismo de suas praças e ruas para abordar, de forma positiva, a administração do prefeito de Teresina, Lindolfo Monteiro. A construção “Há nela (Praça Pedro II) a harmonia das linhas, a beleza dos traçados de seus canteiros, a elegância de sua arborização e o feitiço inebriante de suas flores” discorre sobre o modelo arquitetônico da praça, assunto que compõe a estratégia de *Vanguarda* para o período que é voltar-se a temática cultural, entretanto, logo a publicação reporta-se a Lindolfo Monteiro, o que reforça a boa relação que o periódico buscou construir junto a esse governante, que ocupava um cargo de prestígio durante o Estado Novo.

Com a análise observamos que a conjuntura foi um aspecto que influenciou bastante nas estratégias e táticas de atuação utilizadas pelos jornais. Não coube a este estudo criticar os mecanismos adotados pelos impressos, uma vez que se tratava de um período ditatorial e para garantir seus objetivos os periódicos tiveram que fazer algumas escolhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo praticado durante o Estado Novo apresentou diversas facetas. Assegurá-lo, unicamente, como alvo de intervenções é omitir a posição de poder que o jornalismo ocupa e as diversas formas que esta atividade possui para se posicionar. Influenciado pelas mudanças políticas, econômicas e sociais que se deram no período, o jornalismo piauiense empreendeu estratégias e táticas que garantiram a sua circulação.

Por meio do estudo, constatamos que os impressos piauienses que circularam de 1937-1944, em sua maioria, lançaram mão de estratégias e táticas que, de certo modo, buscavam estabelecer uma relação estável com o Governo. Foi assim com os periódicos *Gazeta* (1937-1944), *Monitor Comercial* e *Vanguarda*. Entretanto, sabemos que existem fissuras, táticas que permitem que mesmo as publicações alinhadas com o Governo utilizem seus espaços para confrontá-los sucintamente. Segundo Orlandi (1997, p. 35), a reelaboração do texto, do discurso e da significação podem permitir que um assunto censurado possa ser divulgado sem que o censor perceba. O uso das entrelinhas e a crítica sucinta disponibilizada em zonas de pouca visualização do impresso foram artifícios empregados por jornais piauienses para contrapor o silenciamento que a ditadura pretendia.

Assim como na conjuntura nacional, por meio das estratégias e táticas empregadas pelos jornais observamos que houve o distanciamento dos ideais do Governo em jornais piauienses, sobretudo, nos impressos *O Piauí* e *Gazeta* (1945), que se apresentavam ao público como órgãos de publicidade da União Democrática Nacional (UDN). Contudo, até mesmo nos jornais que faziam oposição encontramos alguns textos que mostravam proximidade com o Estado Novo. Embora estivesse em

processo de declínio o Estado ainda possuía o controle de recursos necessários ao funcionamento do jornalismo (cota de papel, verbas publicitárias). Estas negociações eram necessárias, pois o jornalismo ainda não era uma atividade muito rentável e o Governo constituía-se como um grande financiador.

Apesar dos limites impostos pelo Estado e da autocensura que foi comum nas redações jornalísticas consideramos que os jornais aqui analisados contribuem com a história do jornalismo brasileiro e, sobretudo do jornalismo piauiense, atuando como subsídio para o desenvolvimento de novas investigações a respeito do jornalismo praticado no Piauí durante o Estado Novo, uma vez que a história, segundo Veyne (1998, p. 41) possui natureza lacunar e constrói-se a partir de escolhas do pesquisador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p.167-178.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano - Artes de fazer. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

DORNAS, Danilo Santos. A filosofia política de Ortega y Gasset. Disponível em: <<http://criticanarede.com/ortegapolitica.html>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

ELIAS, NORBERT. O processo civilizador: uma história de costumes (volume 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. 2.ed. São Paulo: USP, 2010.

FORTES, Gustavo. Comunicações no Piauí. Teresina: Academia Piauiense de Letras em Convênio com o Banco do Nordeste, 2001.

GARCIA, Nelson Jahr. Estado Novo, ideologia e propaganda política. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/estadonovo.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HOHLFELDT, Antonio. Comportamentos de Movimento antes e depois da censura prévia: táticas e estratégias. In: COMPÓS - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-84e9f9a6-c9cc-41ac-b-821-c28794ae2d2a_2845.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2015.

MANZANO, Júlia. Liberado com cortes: tática e estratégia no jornal Movimento no processo de liberação da censura prévia em 1979. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2012.

MELLO, Leônidas de Castro. Trechos do meu caminho. Teresina: COMEPI, 1977.

MOREIRA, Carla. Produção de práticas censórias e memória: Relações entre a ditadura Vargas e o

fascismo italiano. IN: Caderno de Letras da UFF. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletras-uff/40/cotidiano1.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n 10, p.7-28, dez.1993.

OITO ANOS DE GOVERNO: a administração de Leônidas de Castro Mello no Piauí, maio de 1935 a maio de 1943.

ORLANDI, Eni Puccinelli. As formas do Silêncio. São Paulo: Unicamp, 1997.

PINHEIRO FILHO, Celso. História da Imprensa no Piauí. 3.ed.Teresina: Zodíaco, 1997.

QUEIROZ, Teresinha. Economia piauiense da pecuária ao extrativismo. 3ed. Teresina:EDUFPI, 2006.

RÊGO, Ana Regina. Jornalismo e memória. IN: Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. Disponível em: <<http://soac.bce.unb.br/index.php/ENPJor/XENPJOR/paper/viewFile/1784/118>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

SAID, Carlos. Entrevista concedida a Thamyres Sousa de Oliveira em 16 de novembro de 2015.

SILVEIRA, Fernando. Estado da arte: Manifesto dos Mineiros. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a15.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

SODRE, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1983.

SOUSA, Thamyres. A atuação do jornal Gazeta em tempos de censura. 2013. Trabalho de conclusão de Curso - Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

TZUN, Sun. A arte da Guerra. São Paulo: Ed PDL, Golden Books, 2007.

Ecoss do Tocantins e Estado do Tocantins: construindo primeiras semelhanças e diferenças na produção jornalística local

Ruy Alberto Pereira BUCAR

Universidade Federal do Tocantins, TO

Francisco Gilson Rebouças PORTO JUNIOR

Universidade Federal do Tocantins, TO



RESUMO

O presente trabalho faz uma análise comparativa entre os jornais *Ecos do Tocantins* e o *Estado do Tocantins*, ambos editados em Porto Nacional, na década de 50, destacando as características de cada periódico e a sua contribuição para a história da imprensa no Brasil e para a emancipação política da região Norte de Goiás. Procura-se entender, dessa forma, como esses periódicos contribuíram para a historiografia tocantinense em seu movimento autonomista.

Palavras-chave: Jornais; Jornal Ecos do Tocantins; Jornal Estado do Tocantins.

INTRODUÇÃO

A historiografia tocantinense ainda está em construção. Muita coisa se mistura com a própria historiografia do Estado do Goiás, mas já é possível encontrar ‘quebras’ na forma como os periódicos criavam o espaço existencial do que viria a ser o “Tocantins”.

Nesse sentido, o presente trabalho analisa dois jornais dos anos 1950, *Ecos do Tocantins* e o *Estado do Tocantins*⁵⁹, editados na cidade de Porto Nacional, o principal palco das manifestações pela emancipação política da região Norte de Goiás. Entende-se que a historiografia sobre o Tocantins mostra que a luta pela criação do estado não foi contínua nem constante e que nos períodos de ausência de movimentos organizados, os jornais mantinham o assunto em pauta às vezes “requeitando” opiniões de alguma autoridade favorável à redivisão territorial do Brasil. (GIRALDIN, 2002; BURKE, 1992, 1997; THOMPSON, 2002; SODRÉ, 1983; BARDIN, 2009; FLORES, 2009). Por isso, é tão importante compreender o papel desses dois veículos.

COMEÇANDO A CONVERSA

Cavalcante, em seu estudo pioneiro sobre as origens das manifestações pela criação do Estado do Tocantins, observa que este foi um processo histórico, natural e geográfico que se formou ao longo do tempo (CAVALCANTE, 2003). No trabalho intitulado *O Discurso Autonomista do Tocantins*, a pesquisadora faz referência ao papel da imprensa neste processo de articulação do projeto autonomista, concluindo que as narrativas dos jornais contribuíram para formação do Tocantins. A autora toma como parâmetro os periódicos *Ecos do Tocantins* e *Anuário do Tocantins*, editados por Trajano Coelho Neto, na década de 50, período de intensas manifestações a favor da criação do novo Estado.

Cavalcante atribui a esse jornalista a função de destaque na mobilização autonomista da década de 50, ao lado do Juiz de Direito da Comarca de Porto Nacional,

⁵⁹O jornal *Ecos do Tocantins* começou a circular no dia 22 de julho de 1951, no distrito de Pium, município de Porto Nacional, dois anos depois, com a emancipação do distrito passa a ser identificado como um jornal de Pium; o *Estado do Tocantins* circulou a primeira edição em agosto de 1956, em Porto Nacional, editado pela Comissão de Estruturação Jurídica do Estado do Tocantins (CEJET).

Feliciano Machado Braga, líder do Movimento Pró-Criação do Estado, lançado em Porto Nacional, em 1956. Segundo a autora, as publicações dedicavam amplo espaço editorial às manifestações pela criação do Estado do Tocantins:

Tais artigos criticavam a má administração política da região e justificavam a necessidade de ser criado o Estado do Tocantins. A sua posição o coloca, ao lado Dr. Feliciano Machado Braga, como uma das lideranças da Região Norte de Goiás que mostraram a necessidade e acreditaram na possibilidade de ser criado o Estado do Tocantins na década de 50. (CAVALCANTE, 2003, p.84)

Sabe-se que a historiografia sobre o Tocantins ratifica a falta de constância na luta pela criação do Estado, sendo que, na ausência de movimentos organizados, os jornais traziam à tona o assunto, resgatando fatos históricos relevantes e opiniões de autoridades, buscando manter vivo o sentimento de autonomia da região. Através das narrativas, artigos, correspondências, crônicas, entrevistas, divulgação de documentos históricos, por meio dos quais difundiam conceitos, ideias e alimentavam a esperança na autonomia.

Faz-se necessário então, compreender a função da imprensa neste processo de conservação e mudança das fronteiras dos diversos imaginários sociais do Tocantins. Algumas pistas são dadas pelos dois jornais, que nos permitem compreender a influência que exerceram os veículos de comunicação de massa na elaboração de novos sentidos em torno da ideia autonomista que levou à criação do novo Estado.

UM POUCO DO CONTEXTO DO ‘NORTE’

A década de 50 foi inspiradora para os nortenses, que na década anterior viram sinais de melhora com a chegada da aviação, possibilitada a partir da abertura de pistas de pouso em várias cidades da região. Um trabalho pioneiro do Major-Brigadeiro-do-Ar Lysias Rodrigues que, em função de suas andanças pela região, passou a defender a criação do Território Federal do Tocantins, tendo elaborado uma minuciosa carta geográfica e apresentado, neste sentido, anteprojeto constitucional em 1944.

No contexto nacional, a imprensa brasileira vivia uma nova fase: a das grandes corporações. Segundo Sodré: “É fácil constatar, assim, o poder de que dispõem as empresas que lidam com o jornal, a revista, o rádio, a televisão. A época é das grandes corporações que manipulam a opinião, conduzem as preferências, mobilizam os sentimentos”. (SODRÉ, 1983, p.388) O historiador revela que neste período começou a se formar a audiência nacional, primeiro com as revistas ilustradas que eram distribuídas para todo o país, depois vieram os jornais e em seguida, a televisão que definitivamente integrou o Brasil pelas antenas parabólicas.

Tudo parecia conspirar a favor. Foi nesta década que se deu a construção de Brasília e transferência da Capital Federal para o centro do Brasil, e por consequência a abertura da Rodovia BR – 153, a Belém-Brasília. Dois grandes empreendimentos

nacionais que acenderam os ânimos dos nortenses autonomistas e mudaram a percepção do país sobre o Norte de Goiás. Souza, em seu estudo sobre a implantação da rodovia Belém Brasília, observa que foi “somente com a construção de Brasília que Goiás passa a ter importância no cenário nacional” (SOUZA, 2002, p.352; CHAUI, 1978). O estudo revela ainda que a rodovia Belém-Brasília provocou uma profunda transformação na configuração geográfica do Norte.

Em artigo publicado no *Jornal Ecos do Tocantins*, na edição nº 414, de 12 de janeiro de 57, intitulado *Brasília e o Estado do Tocantins*, Feliciano Machado Braga analisa o novo contexto da região com o advento da transferência da Capital Federal, segundo ele, favorável à efetivação da criação do Tocantins:

Ora, o Congresso Nacional não negou Brasília a Goiás, conseqüentemente a sua Assembleia Legislativa não negará o Estado do Tocantins ao Brasil. O Estado do Tocantins é uma conseqüência e um complemento lógico da mudança da Capital Federal para Brasília. Pensemos com determinação na construção de uma, mas não releguemos ao segundo plano a estruturação jurídica do outro. Compreendamos a oportunidade de ambos. (ECOS DO TOCANTINS, 1957, n 414).

É neste contexto que surgiram e atuaram os periódicos *Ecos do Tocantins* e *O Estado do Tocantins*. Eram editados em Porto Nacional, na época, um dos principais núcleos urbanos do Norte de Goiás e palco das manifestações em favor da criação do novo Estado. Os dois periódicos guardam semelhanças e diferenças que os definem enquanto veículos criados com propósitos bem diferentes, mas que mantinham postura idêntica quando o assunto era a autonomia da região. O *Ecos* reproduzia com freqüência conteúdo produzido pelo *Estado do Tocantins*. Este, por sua vez, monitorava o noticiário regional e nacional em busca de notícias sobre o movimento pela criação do Tocantins. Tudo que dito, era reproduzido em suas páginas, sobretudo, as abordagens favoráveis que, por sinal, eram poucas. Ainda assim, um ou outro jornal de fora repercutia os argumentos dos defensores do movimento.

O *Ecos do Tocantins* era um empreendimento jornalístico privado, mantido por meio de venda de assinatura e de espaço publicitário. Publicava em média 20 anúncios por edição, de lojas comerciais de grandes grupos de São Paulo, classificados de venda de terrenos ou fazendas; tinha anúncio de até uma página, publicava editais de prestação de contas de prefeituras, de proclamas, classificados e até matéria jornalística paga, conforme consta no expediente tabela de preço dos espaços que poderiam ser comercializados.

Mantinha correspondentes espalhados por toda a região e até nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro. Dava conta dos acontecimentos regionais por meio de relatos enviados por correspondentes credenciados, por meio de correspondências que recebia de leitores; acontecimentos nacionais e internacionais, por meio de agências de notícias, e ainda colhia informações por meio de rádio-escuta.

Figura 1: Ecos do Tocantins, ano, número 1.



Acompanhava com atenção os desdobramentos da política da região.

Possuía gráfica própria e era distribuído para todo o País. Como atesta o anúncio de rodapé da edição de nº 83, de 2 de agosto de 1953: “O Ecos do Tocantins circula em todos os estados do Brasil e em todas as cidades de Goiás. Sua tiragem já é de 5.000 exemplares em edições normais” (ECOS DO TOCANTINS, 1953, n 83). Neste período, o jornal já era bi-semanário, em 1954 chegou a ser diário e no ano seguinte voltou a circular semanalmente. O jornalista Trajano Coelho Neto, além de diretor, exercia a função de articulista político e assinava a coluna *Comentário Político* com o pseudônimo Da Silva e Silva.

É provável que toda a tiragem fosse vendida por meio de assinatura, como faz parecer o comunicado que era veiculado de vez em quando no jornal. Quando precisava realizar alguma despesa extra, como manutenção da gráfica, a direção recomendava aos assinantes quitar seus débitos em atraso sob risco de interromper a circulação do jornal. A venda de assinatura, talvez em função das dificuldades de comunicação, era ofertada via correspondência. Um exemplar era enviado ao leitor como sinal de assinatura, se este não desejasse efetivar a proposta deveria devolver a correspondência, conforme explica o anúncio veiculado na edição de nº 412, 29 de dezembro de 1956:

Aos nossos assinantes em atraso (sic) encarecemos a necessidade de urgente pagamento de suas assinaturas, medida essencial para manutenção desta folha e, conseqüentemente, de patriótico alcance para os que desejam o progresso da imprensa regional. (ECOS DO TOCANTINS, 1956, n 412).

O periódico defendia a criação do Estado do Tocantins como desdobramento natural do seu compromisso com o desenvolvimento regional do Vale do Tocantins. Ao que parece o jornal não nasceu com o propósito de defender a autonomia da região, essa identificação aconteceu com o tempo. O periódico tinha como lema contribuir com o desenvolvimento da região o que não queria dizer necessariamente que fosse a sua emancipação, mas também poderia ser se essa proposta fosse apresentada como possibilidade incondicional para o seu desenvolvimento, e foi o que aconteceu. O jornal só passou a defender a bandeira da autonomia tempos depois da sua primeira publicação, como consequência natural do seu amadurecimento, fruto de outras conquistas, como a emancipação dos distritos garimpeiros de Pium e de Cristalândia, que defendia desde o seu nascimento. Estas conquistas levaram o jornal a aceitar desafios maiores.

Em editorial de primeira página da primeira edição, que circulou no dia 22 de julho de 1951, com o título *A causa do nosso aparecimento*, Trajano Coelho Neto deixou bem claro a que veio o seu hebdomadário político e independente, como dizia no expediente:

Abraça sempre as causas justas. Luta sempre pela grandeza e progresso da pátria, e, particularmente, pelos interesses supremos da região em que se projeta. [...] Insto (sic) posto, bem compreensível se torna a razão e a causa do nosso aparecimento, e evidenciados os postulados normativos de nossa conduta, dos quais não nos afastaremos por nenhum preço. (ECOS DO TOCANTINS, 1951, n 1).

Trajano tinha consciência de que a linha editorial do seu jornal poderia encontrar resistência junto à opinião pública e jogava para o futuro a esperança de ser compreendido no seu ideal, de imprimir uma folha naquela vila garimpeira ainda muito carente de infraestrutura, mas também de instrução.

Se não nos compreenderem agora, aguardaremos a voz do futuro, mas não tranzigeremos (sic), nem nos afastaremos desta arena, porque nela encontramos os motivos de satisfação dos nossos ideais, resumido no amor de Deus e no culto à pátria e respeito às suas instituições. (ECOS DO TOCANTINS, 1951, n 1)

Para criar um veículo forte e sólido como convinha em função dos enormes desafios, Trajano Coelho Neto precisou mobilizar recursos junto a empresários que se tornaram sócios-proprietários da empresa que geria o veículo, conforme conta em relatório de constituição da referida associação, publicado no jornal como prestação de contas.

Figura 2: Ecos do Tocantins, ano, número 3.

PIUM — Estado de Goiás Página 2

ECOS DO TOCANTINS

PELO ESTADO DO TOCANTINS

CONTINUAÇÃO

Com uma prensa de absoluta idoneidade à frente, temos certeza que todos os poderes saberão apreciar nossas anotações e verificarão de que não se trata de movimento de avultamentos.

Avante, pois, todos com a criação do Estado do Tocantins.

Parto Nacional, 13 de maio de 1956.

Dr. Feliciano Machado Braga — juiz de direito, Francisco Maranhão Jacintho — acadêmico, Fabrício César Freire — editor Federal, Dr. Manoel Severino Inácio de Macedo — prefeito municipal, João Martins Santos — locatário, Dr. José Ribeiro Nascimento — advogado, Florentino Aires da Silva — agente Real Atividade, João Pires Queiroz — comerciante, Aquino Maia Leite — presidente da Câmara Municipal, Osmar Alencar — industrial, Milton Aires da Silva — advogado provisionado, Newton Aires da Silva — farmacêutico, Pedro Correa de Sá — professor, Salomão Amaral Brito — comerciante, Dr. Hermanno Francisco dos Santos — promotor de justiça, Moisés Loureiro Brito — fazendeiro, Gabriel José de Almeida — comerciante, Adélson Gonçalves — funcionário público, Oivaldo Pinto da Cunha — comerciante, Dr. Oivaldo Aires da Silva — farmacêutico, Dr. Lezirival Costa — médico, Oivaldo Vale de Meneses — funcionário público, Antonio Aires da Silva Piyão — fazendeiro, João de Souza Brito — comerciante, César José da Costa — fazendeiro, Pedro Nova Moreira — comerciante, Dr. Neryno Gomes Ferreira — dentista, Ulrico Costa — comerciante, Joaquim Manoel Leite — comerciante, Lafayette Gomes da Silva — comerciante, Alberto Pinheiro de Lencas — funcionário, Dr. Francisco Mascarenhas — advogado, Pe. Antonio Luiz Maia, Roberto Pereira da Silva — vereador, M. Kubito da S. Braga — professor, Joaquim Tomaz de Sousa — funcionário, Julio Tomaz da Cantuária — comerciante, Alcei Aires de Sousa — funcionário, Ana Tomaz Nunes — doméstica, José Aires Neto — comerciante, Pedro Pereira da Silva — comerciante, Teresinha Maia Leite — professora, Ana de Macedo Maia — doméstica, Hortencio Rodrigues Silva — fazendeiro, Gerson Gabriel de Souza — comerciante, Jervolino Aires da Silva — funcionário, Izer Brazera do Castro, Alexandre Aires de Oliveira, Waldomiro Leites Brito, Osmar Araújo Cavalcante, Wilson Ribeiro da Cunha, José Ribamar Maranhão, Judith Bezerra de Castro, Miguel Gonçalves Teixeira, Raimundo Aires da Silva, Berlindo da Silva Prado, Hugo Alencar, João Struge — comerciante, José Aires Lopes Filho, Dorcy Maranhão Maia — comerciante, Adolfo Almeida — advogado, Antônio Assis Pinto, Domingos Pereira de Maria, Aderlindo Fernandes, Joaquim Costa Junior, Lafayette de Sousa Rocha — funcionário, Leonidas de Sousa Milhomens, Darcio Assis de Brito — farmacêutico, Nelson José Pedreira — funcionário, Raimundo Martins Barros — fazendeiro, Jefferson Pereira Reis — comerciante, Jefferson Lira Patente — fazendeiro, Manoel Aires Barbosa, Luiz Moura Brito, Joaquim Pinheiro de Lencas — comerciante, Adão Vitoriano Teixeira — locatário, José Moreira da Silva, Antonio Rodrigues Nunes, Joana Cordeiro Santana, Raimundo Ferreira Santos, Teresinha Alencar Santos, Estevão Galvão, Eustério Oliveira Ramos — industrial, Eládio Trindade — industrial, Valdemar de Sousa Melo, Luiz Soares da Silva, Jacinto Gasparino Pinheiro, João Oliveira Negro, Mario Ferreira de Carvalho, Felix Gonçalves de Oliveira, Antonio Santos de Almeida, Partido José Pedreira, Pedro Maranhão Rocha, Francisco Aires de Santana, Raimundo Aires Mendonça — funcionário, Joaquim Santana Araújo — vereador, Ananias Santana — comerciante, Raimundo de E. Sr. Pedreira — funcionário, Alvaro José de Melo, Lauro Santana, Francisco Pereira de Maria, Mendino Pereira — comerciante, Oivaldo Aires Maranhão — comerciante, Milton Vitor Martins, Gardilino Nunes Costa — locatário, Bento Aires Costa — fazendeiro, Anselmo Tomaz de Souza, João Antonio Carvalho, Anselmo Tomaz de Souza, Eládio Araújo Brito, Gabriel Aires Mendonça, Eládio Araújo Brito, Antonio Pereira de Carvalho, Manoel Miguel Soares, Francisco Milhomens Pinheiro, Genivaldo Pereira Queiroz, Dr. Waldomiro Pinto — advogado, Pereira Salustiano Lopes Jacome, Milton Coelho Pimenta, Julieta de Souza Jacome, Genoveza Pereira de Castro — professora, João Matos e Pinheiro — funcionário, Raimundo Pereira da Silva, Raimundo Aires da Silva, Darval Godinho — funcionário, Darval de Rêgo Barros Nogueira, Vitorino Aires da Silva — agente da Nacional, Joaquim Lopes Maranhão — fazendeiro, Angelo Carvalho, Milton Alberto da Rocha Matta — Ger. do Banco da Amazônia, Odeite da Silva Costa, Maria de Lourdes Passiana, Maria da Conceição Nogueira, Genovezildo Rodrigues, Joaquim Vieira da Silva, Clotilde Castro Vieira, Francisco Aires de Oliveira, Pedro Aires Sobrinho — comerciante, Waldir Aires Vasconcelos, Alfredo Pereira Bandeira, Frederico Aires Tomaz, Adilson Aires da Silva, Lúcia dos Reis Pinto, Juliana de Souza Maranhão, Dorival Rodrigues da Silva, Belarmino Aires Silva, Sônia Leandra Rangel, Maria Edivan Brito, Raimundo José de Albuquerque, Augusto G. de Oliveira, José de Lourenço, Augusto G. de Oliveira Brito, Orlina de S. Gomes, Maria Marli dos Santos, Ivoneide Nogueira Bandeira, Elson Gomes, Teobaldo Borges Lima, Ely Ferreira Pinto, Rosalia Cantuária Pinto, Simão Ribeiro da Silva — comerciante, Ananias Pinto Corqueira — funcionário, Ademar de Sousa Brito — funcionário, Eládio Pereira de Castro — funcionário, Margarida Lopes da Conceição — funcionária, Manoel Santana Gomes, Joaquim Pereira Sobrinho — fazendeiro, Aires Cunha Neto — comerciante, Aniceto Araújo Nunes Coelho — funcionário, Jaime Pereira da Silva — fazendeiro, José Mariano Lima — agricultor, Marcellino Costa — operário, Joaquim Luiz Pereira — comerciante, Antonio Pereira, Luiz Pereira — construtor, João Batista de Sousa Lima — operário, João Batista de Oliveira — carpinteiro, João Ferreira Pinto — carpinteiro, Agostinho Pereira Pinto — funcionário, Manoel Aires Assis — fazendeiro, Laurena Aires Maranhão — professora, Agrino Tomaz de Matos, José de Barros e Silva — comerciante, José Pereira de Macedo — funcionário, Abel Gomes da Rocha — fazendeiro, José Marques da Silva — pedreiro, I. Odemar de Brito — vereador, Joaquim Pimenta de Sousa — comerciante, Alexandre de Paiva Galvão, Aldino Saraiva Soares — inspetor, J. America, Feliciano Aires da Silva — presidente, Maria Amélia Aires, Filomena da Silva Neto — comerciante, Zefelina da Silva Neves, Rita da Monteiro Maia, Antonio Maia Leite — dentista, Delino Maia Leite — estabulante, Teresinha Maia Bergalhão, Antonio Pinheiro de Lourenço Gomes da Silva — vereador, I. Vitorino Neves — professor, Ruth Araújo Leite, Maria Zelia Farias — professora, Raimundo Farias, Maria Amélia Farias — professora, J. Aires da Silva, Belarmino Prado Aires, J. Gomes Ferreira, Domingos Pereira Coelho, Antonio Lima, Aderson da Silva Costa, Djalma A. da Silva, Salvador Gomes da Silva, Valdeir dos Vasconcelos.

Para que se torne do conhecimento de todos, tornamos publico que encaminhei ao sr. Diretor do Departamento de Terras e Colonização do Estado, em Goiânia, e, por copia, ao Agrônomo Raimundo Nonato Prota, em Cristalândia, o seguinte:

PROTESTO

Eu, sr. Diretor do Departamento de Terras e Colonização do Estado de Goiás — GOIÂNIA

Dr. Alcinés Ferreira Barros, brasileiro, solteiro, criador e garçom, domiciliado e residente na cidade de Cristalândia, stados anexado e com o objetivo exclusivo de defender os seus direitos, que:

a) — requereu por compra ao Estado, nos termos de legislação vigente e conforme publicação constante da Portaria nº 62 de 17 de Fevereiro de 1952 do Departamento da Fazenda em Pôrto Alegre, — 200 hectares de terras devolutas e **DESOCUPADAS** no lugar limitado e determinado no sítio Distrito de Pium, Municípios de Porto Nacional;

b) — tendo sido convocada por Edital de Demarcação e Arrolação de Terras, publicado no jornal «Ecos do Tocantins» do dia 2 de março de corrente sem (exemplar anexo) para comparecer, como mediadora, ao lugar em que dita demarcação e medição se processariam, — não tendo ali comparecido nem mesmo o Agrônomo incumbido da medição e demarcação referidas;

c) — cerca de dois meses depois foi surpreendido com «piques» de demarcação dentro da sua propriedade, requerida, os quais constam estarem sendo feitos pelo Agrônomo Raimundo Nonato Prota a requerimento ou mandado de Domingos Gomes da Silva;

d) — nessa ocasião procurou referir o Agrônomo para, fazendo-lhe as necessárias explicações, pôde-lhe que estava a fazer demarcação que estava procedendo, no que foi absolutamente desatendido;

e) — estando, pelo exposto, ao que lhe parece, subleitado nos seus direitos — para todos os fins necessários e sem o devido respeito, perante V. Excia. **PAUTISTA** contra aquela demarcação arbitrária e ilegal, suscitado no elevado critério da Justiça que orienta os negócios públicos de nosso Estado.

Cristalândia, 15 de Maio de 1956.

s) *Alcinés Ferreira Barros.*

Couros e artigos para montaria

Ferreira & Cia.

Atacadistas e Importadores

Rua Florencio de Abreu 494 — SÃO PAULO

Louças, vidros, e artigos para presentes.

Vasos, Estatuetas, Babelots, Alumínios.

Ferragens, etc.

FABRICAÇÃO PROPRIA

Francisco Garcia & Irmão

Telefone 35-7585

Rua Jairo Góis 94
Rua Mons. Andrade 185 SÃO PAULO

Já o jornal *O Estado do Tocantins* era um veículo de propagação das ideias do Movimento de Pró-Criação do Estado do Tocantins, o qual era seu financiador. Tal jornal foi idealizado e executado pela Comissão de Estruturação Jurídica do Estado do Tocantins (CEJET), a comissão de propaganda do movimento, que tinha a missão de difundir os conceitos e ideias da causa, sendo que, o fazia por meio de peças publicitárias que veiculava nos veículos simpatizantes ao projeto, que eram poucos, mas existiam dentro e fora da região. *O Estado do Tocantins* era o veículo de propaganda e de doutrinação do movimento, como garante nota publicada no *Ecos do Tocantins*, edição de nº 398, em 22 de setembro de 1956, dando conta do seu aparecimento quando circulava o segundo número.

Já nesta segunda edição “O Estado do Tocantins” se apresenta já em maior formato e uma feição gráfica como bem atesta o esforço admirável dos seus organizadores – sabido como é a precariedade dos recursos empregados, no momento, para a confecção do nóvel órgão que pugna vigorosamente pela Estruturação Jurídica do Estado do Tocantins. (ECOS DO TOCANTINS, 1957, n 398).

Como se observa, *O Estado do Tocantins* era um jornal doutrinário, nasceu com uma missão única: difundir ideias de sustentação do projeto de criação do Tocantins. Era editado por integrantes do Movimento Pró-Criação do Tocantins, o farmacêutico Osvaldo Ayres e o professor Fabrício Cesar Freire e contava com colaboradores como João Sandes e João da Conceição Fernandes. Circulou até 1958 e desapareceu com a desarticulação do movimento que lhe dava sustentação. A transferência de Feliciano Machado Braga para outra comarca deixou o movimento à deriva.

O periódico, porém, parece ter cumprido bem o papel para o qual fora criado. Enquanto circulou, influenciou diversos veículos que passaram a reproduzir seu conteúdo, a exemplo do *Ecos do Tocantins*, que praticamente em toda edição publicava alguma matéria ou propaganda produzida pela CEJET. Muitas vezes eram matérias reproduzidas de outros jornais favoráveis ao projeto de re-divisão do Brasil.

Quadro 1: Comparativo entre os jornais

| Elementos | Ecos do Tocantins | Estado do Tocantins |
|--------------------|---------------------|------------------------|
| Periodicidade | Semanário | Mensal |
| Dimensões | 4 páginas | 4 páginas |
| Edições publicadas | 587 | + - 30 |
| Duração | 22.06.51 a 19.03.61 | + -08. 1956 a 10. 1958 |

Os jornais *Ecos do Tocantins* e *O Estado do Tocantins* buscavam uma interpretação crítica dos fatos históricos, trabalhando o sentimento de ser tocantinense, mostrando a grande vantagem de ser Tocantins em vez de Norte de Goiás. Dessa forma, provocavam o debate em torno da possibilidade de criação da nova unidade da federação, propagavam opiniões favoráveis e mantinham a opinião pública informada sobre as manifestações autonomistas. Ao reproduzir o discurso do movimento fomentaram a possibilidade de emancipação da região que passou a se denominar de Tocantins em vez de Norte de Goiás.

Substituir a imagem de norte, sofrido, isolado e discriminado, por Tocantins, que remetia a ideia de uma nova realidade, foi uma estratégia bem elaborada que teve um forte impacto na opinião pública. É possível observar o aparecimento de anúncios de empresas com alguma identificação com Tocantins. Até produtos apareceram, como por exemplo, a Aguardente Tocantins, que era anunciada como uma bebida pura, saborosa, melhor do que qualquer outra. Curioso mesmo era o anúncio da Imobiliária Tocantins e Araguaia, sociedade dos Irmãos Barros, que identificava como o seu endereço: Cristalândia, Norte de Goiás, futuro Estado do Tocantins.

A região, ao ser denominada Tocantins, passa a ser apontada como um enorme potencial a ser devidamente explorado o que contribuiria para o desenvolvimento do país e não mais seria um lugar esquecido e abandonado à própria sorte, como era definida a imagem do Norte.

O nível de comprometimento desses veículos com a causa que defendiam é algo que chama atenção. A ampla cobertura que dedicaram às comemorações do primeiro aniversário do Movimento Pró-criação do Estado do Tocantins, 57 não deixam dúvidas quanto ao engajamento na luta. O *Ecos do Tocantins* lançou edições diárias durante os três dias das festividades dando conta de tudo que ali aconteceu. Inclusive transcrevendo os discursos das personalidades que estiveram presentes na festa. O relato precioso que permite identificar quem era contra e quem era a favor desta causa.

Quando se estuda as relações da imprensa com as manifestações pela criação do Tocantins, um personagem se agiganta: Trajano Coelho Neto. Um comerciante bem sucedido, um político articulado, que mantinha relações com líderes políticos nacionais de São Paulo, como Ademar de Barros e Plínio Salgado, e desprezava os de Goiás. Um jornalista influente e combativo que não temia ameaças nem quando estas pareciam vir de políticos poderosos de Goiás. Como aponta a nota explicativa sobre a criação da Associação Tocantinense de Imprensa (ATI), transcrita de uma entrevista concedida pelo presidente da entidade, Osvaldo Ayres, à Folha de São Paulo.

A idéia da criação de uma associação de imprensa no Tocantins nos veio desde quando sentimos a insegurança do jornalista da região ao expor os fatos na sua realidade. [...] Tão logo se desenvolveram os acontecimentos que postergariam o regime da força em que vivíamos o Sr. Trajano Coelho Neto, mantendo um jornal em Pium, publicava editoriais e colaborações, que expressavam verdades amargas contra a situação criada por certos caudatários do governo. Tais indivíduos, por que se sentiam

garantidos pela situação, pensavam em praticar todos os desejos, sem quaisquer receios. Tentaram sobre a vida daquele jornalista e de um colaborador do jornal. O jornal não parou de esclarecer, e as ameaças continuavam sorratamente. (ECOS DO TOCANTINS, 1959, nº 531).

Trajano trilhou uma trajetória invejável. Chegou a Pium em 1942, atraído pela febre do garimpo de cristal de rocha, vindo de Balsas (MA), onde nasceu, cresceu e estudou. Em Pium fez fortuna rapidamente. Começou com a Casa Coêlho, inaugurada em 54, e em dois anos já tinha filiais espalhadas por Cristalândia, Itaporé, Dueré e Gameleira. O comércio prosperava e ele diversificava as atividades. Chegou a contar com 14 fazendas nos municípios de Pium, Cristalândia e Miracema do Norte, onde criava gado. Trajano tinha consciência da sua força econômica na região, fazia questão de estampar nas páginas do seu jornal um anúncio de meia página com os dizeres: “Casa Coêlho, contribuiu com 45% da arrecadação de impostos do Estado no município”. (ECOS DO TOCANTINS, 1958, nº 464). O empresário, jornalista e político tinha avião próprio que utilizava para distribuir o seu jornal entre viagens de negócios ou de articulação política que realizava quase toda semana, como atestam os registros na coluna social do seu jornal.

Na área de comunicação, Trajano começou com a aquisição da gráfica Ecos Tocantins, a única da região, que prestava serviços para terceiros e imprimia o Jornal Ecos do Tocantins e o Anuário do Tocantins. Posteriormente montou a Propagadora e Divulgadora do Tocantins, serviço de alto-falante que mantinha em Pium, uma espécie de agência de propaganda que prestava serviço de publicidade. Pelo que se sabe todas essas empresas eram auto-suficientes.

A IMPRENSA TOCANTINENSE

As pesquisas que investigam a trajetória da imprensa no Tocantins, na medida em que avançam, contribuem para lançar luz sobre uma fonte historiográfica importante que são os jornais antigos. Permitindo novas leituras e novas compreensões a cerca do papel que esses veículos desempenharam em sua época e do cotidiano daquela sociedade que se achava diferente e dona de uma cultura própria. Esses estudos, contudo, tem incorrido em equívocos em suas conclusões. Parece que o problema reside no conceito de imprensa tocantinense.

A priori, podemos considerar que todo e qualquer jornal editado na região Norte de Goiás deve ser classificado como imprensa tocantinense. Só a priori. Esses periódicos que tinham alguma identificação com o Norte em seu cabeçalho, mesmo que impressos fora ou controlados por líderes ligados ao poder em Goiás, possuíam como destino de seu conteúdo editorial, a população desta região. Daí se pode concluir que de alguma forma esses veículos contribuíram com o “engrandecimento” - para usar um termo época - da região. Contribuíram com Goiás, portanto, entendendo que contribuir com o desenvolvimento do Norte era contribuir com o desenvolvimento de todo o Estado.

A rigor, estes veículos não podem ser classificados como imprensa tocantinense. Eram imprensa do Norte, parte da imprensa goiana. O termo tocantinense como adjetivo pátrio usado para designar os habitantes da região Norte de Goiás não era usual nas primeiras décadas de atuação na imprensa na região. Foi a partir do Movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins, em 1956, com o surgimento do jornal Estado do Tocantins que o termo começou a se popularizar como instrumento de reforço da ideia de autonomia da região. O movimento de 56, contudo, foi influenciado pelos acontecimentos da década de 40: a chegada da aviação capitaneada pelo brigadeiro Lysias Rodrigues que defendia a redivisão territorial do Brasil, transformando o Norte de Goiás em Território Federal do Tocantins.

Em troca de correspondência entre Feliciano Machado Braga e Lysias Rodrigues, em 1957, conforme relato do *Estado do Tocantins*, é possível concluir que o movimento de 56 bebeu na fonte da década de 40. O magistrado relata ao brigadeiro o desdobramento da mobilização e recebe garantia de apoio para concretização do projeto. Daí se conclui que a imprensa cumpriu papel de destaque neste processo de construção de identidades e de sentidos do imaginário coletivo do Tocantins, o que pode ser percebido no trecho abaixo que representa a dialógica entre os vários movimentos:

Em hora feliz transformou-se a ideia em ação por êste motivo, devemos, com espírito de civismo usar denominações com terminologia própria ao meio ambiente como: Estado do Tocantins, vale do Tocantins, região tocantinense, mentalidade tocantinense e etc. Aliás, na aeronautica de há muito é conhecida a – rota do Tocantins. Pois se é uma realidade de fato porque negá-la? (ECOS DO TOCANTINS, 1958, n 481).⁶⁰

Tomar como base a premissa de que todo jornal feito no Norte de Goiás é imprensa tocantinense parece não encontrar sustentação histórica. A maioria destes periódicos era controlada por “chefetes” políticos plenamente integrados às estruturas de poder de Goiás. Segundo Teles (1989), esses periódicos, de um modo geral defendiam os interesses do Norte, naquilo que atendiam também, aos interesses dos seus proprietários. Na maioria dos casos, eram líderes que disputavam cargos de representação da região. A emancipação do Norte para esses líderes que estavam no poder era um negócio arriscado, trocar o certo pelo duvidoso, significava perder poder que detinham, sem haver nenhuma garantia de que reconquistariam na nova unidade da federação, a ser criada. Tal como, o deputado federal João de Abreu, único representante da região no Congresso Nacional, na época, deixou bem claro em comunicado à população para esclarecer sua posição diante da deflagração do movimento pela criação do Estado. O deputado se deslocou até Porto Nacional, onde promoveu um grande encontro em que anunciou que não era contra a proposta de criação do Estado, apenas achava o momento inoportuno, e que na sua avaliação poderia criar insegurança política para a transferência da Capital Federal para Brasília, que deveria ser a prioridade do momento. Assim atesta a matéria de cobertura do evento, veiculada pelo *Ecos do Tocantins*:

⁶⁰O trecho publicado no Jornal Ecos do Tocantins foi transcrito do Jornal O Estado do Tocantins, da edição de março de 1958.

A preocupação do deputado João d'Abreu é referente a que não se venha quebrar, sob qualquer pretexto, o clima de entendimento que se estabeleceu em Goiás, pois que só assim, diz o conferencista, terá o atual Governo goiano ambiente para as pujantes realizações a que se propõe, e continua, não é dividindo que se constrói, mas unindo em torno de uma causa comum e enobrecedora. (ECOS DO TOCANTINS, 1956, nº 401).

Afirmar que todos os jornais editados no Norte de Goiás contribuíram com o Tocantins é nivelar todos por baixo e desperdiçar a oportunidade de compreender a diversidade desses veículos, bem como sua complexidade, entendendo que alguns ousaram mais que outros nas denúncias das mazelas da região bem como na divulgação de seu potencial de desenvolvimento.

A criação do Tocantins não levou a uma separação automática da história da imprensa goiana entre Norte e Sul. Parte da história da imprensa tocantinense se encontra em Goiás. E parte da história da imprensa goiana foi escrita no Norte do Estado. Essa interdependência permanece na busca de estabelecer um conceito que as separe. Aquela imprensa que ousou contrariar os interesses das forças que comandavam o poder em Goiás para defender a criação de uma nova unidade da federação, o Estado do Tocantins, é certamente a precursora da imprensa tocantinense. Estaria aí separação e o início de uma nova imprensa que se busca compreender.

Desde o final do século XIX quando se tem os primeiros registros do desenvolvimento da imprensa na região até a criação do Estado do Tocantins em 1988, muitos periódicos foram editados nas principais cidades nortenses, como Porto Nacional, Natividade, Tocantinópolis, dentre outras. A lista inclui pelo menos uma dezena de periódicos que teriam sido editados na região: *Folha do Norte* (1891), *O Incentivo* (1893), *Norte de Goiás* (1905), *O Corisco* (1927), *Voz do Norte* (1929), *Voz do Norte* (1939), *Ecos do Tocantins* (1951), *Estado do Tocantins* (1956), *Anuário do Tocantins* (1957) e *Jornal do Tocantins* (1979). Alguns desses jornais se diferenciavam dos demais, denunciavam as mazelas da região como todos os outros, mas iam além, defendiam a autonomia da região, apresentavam a autonomia como condição indispensável para superar o atraso.

Os jornais *Ecos do Tocantins* e *O Estado do Tocantins* são exemplos de jornais que fazem parte de um novo momento da imprensa da região. Foram jornais engajados na luta pela criação do Estado do Tocantins, característica que os diferencia dos demais, cuja atuação se enquadra numa nova categoria de análise. Foram, talvez, os primeiros periódicos da imprensa tocantinense.

PARA NÃO CONCLUIR...

A imprensa que se fazia no Norte de Goiás parecia ser acanhada, simples, pouco consiste, resultado da falta de recursos (OLIVEIRA, 2009; SANTOS, 2008; SOUZA, 2002). Muitos jornais tiveram vida efêmera, o que se explica pela carência da região. Mesmo assim alguns periódicos sobressaíam, eram melhores que muitos veículos

do Sul. A exemplo do *Ecos do Tocantins*, um jornal moderno, vibrante e combativo para os padrões da época, sobretudo, se observadas as circunstâncias em que era feito: interior do Estado, em um distrito isolado e destituído de infraestrutura adequada para esse tipo de empreendimento. Para se ter uma ideia Pium só foi contar com uma agência Postal dos Correios, Telégrafos e Energia Elétrica sete anos depois do *Ecos do Tocantins* ter iniciado suas atividades. Essa ausência de infraestrutura parece não ter impedido o jornal de cumprir a sua missão, chegava semanalmente a todos os endereços dos assinantes espalhados por todo o país, como se pôde constatar nas correspondências e anúncio de solicitação de pagamento de assinaturas.

O jornal era rico de conteúdo para o reduzido espaço de apenas quatro páginas. Tinha colunas fixas, editorial, coluna política, notas sociais que incluía aniversários, coluna religiosa e espaço para artigos e correspondência. Publicava em média 20 matérias, incluindo notinhas políticas, de serviço e até obituário. O *Ecos do Tocantins* desde o início adotou uma estratégia agressiva para conquistar leitor. Sua coluna social era repleta de nomes, chegava até 90 pessoas por edição, entre aniversariantes, viajantes e visitantes, dentre outros. Era também uma estratégia para fidelização dos assinantes já que o Jornal fazia uma ponte entre o registro de aniversário com os assinantes.

A crítica política aos governantes era o que de melhor sabia fazer. Não fazia concessões, mas tinha predileções pelo Partido de Representação Popular (PRP), do integralista Plínio Salgado. Era um jornal pequeno, mas forte. Bem feito, bem administrado. Ao que tudo indica foi do começo ao fim fiel ao seu lema: hebdomadário político e independente. O *Ecos* dividia opiniões, mas pelo que consta era mais amado do que odiado. E seu diretor, Trajano, pagou com a vida a sua ousadia.

O *Estado do Tocantins* era um jornal modesto. A rigor, nem deveria ser considerado jornal. Era um informativo, porta voz de um determinado movimento, portanto exclusivista e atrelado a uma única pauta, o que nega o conceito de jornal. Cumpriu o seu papel, sendo o precursor do uso da terminologia Tocantins. O mérito deste veículo vai além da classificação de ser ou não jornal, seu mérito está na função que outros veículos não poderiam desempenhar, de elaborar narrativas para dar sentido ao projeto de criação de um Estado. Era um espaço de representações. Por meio de reportagens, artigos e entrevistas buscava reabilitar ideias, movimentos e personagens que ajudaram a compor o imaginário do Tocantins como uma promessa que haveria de se cumprir.

Pelo que se apresenta, parece não haver dúvida de que a imprensa exerceu papel relevante na formação do Tocantins. A fez baseada em narrativas inspiradoras, a exemplo do projeto de criação do Território Federal do Tocantins, formulado pelo Major-Brigadeiro - do - Ar, Lysias Rodrigues em 1944, depois de intenso trabalho na região para implantação da linha aérea ligando Rio de Janeiro a Belém (PA), cuja Rota do Tocantins era a mais importante. A linha foi implantada e trouxe enormes benefícios para o Norte de Goiás com a implantação de uma série de aeroportos que serviam de base para a linha aérea e trouxeram comunicação e desenvolvimento

para a região. Tendo sido responsável pela difusão de ideias, opiniões e manifestações que contribuíram para manter vivo o sentimento de luta em torno da causa da autonomia do então norte de Goiás.

Alguns jornais, sobretudo os editados na década de 50, quando as manifestações pela criação do Estado ganharam apoio popular, se engajaram tanto nessa luta que fizeram dela a razão de existir. Foi nesse período que o termo tocan-tinense usado como adjetivo pátrio ganhou popularidade passando a designar tudo que era relativo ao Norte de Goiás que tinha o Tocantins como inspiração e desejo.

Fica evidente que é neste período que começa a ser forjada a imprensa tocan-tinense que hoje se faz no novo Estado. De lá prá cá essa imprensa passou por uma profunda transformação, mas mantém a identidade de origem, o compromisso com o desenvolvimento do Tocantins. Pesquisar estes veículos é abrir as portas de uma fonte histórica que tem muito a dizer, que tem muito a contribuir com historiografia do Tocantins, com a história da imprensa regional e com a história da imprensa brasileira (CASTELLS, 2000; DUBY, 1998; HOBBSAWM; RANGER, 1984; BOURDIEU, 2005; MONTENEGRO, 1994). Criar o conceito de imprensa tocan-tinense é estabelecer pa-râmetros metodológicos para se compreender a contribuição da imprensa na forma-ção e transformação dos espaços de representações de sentido do Tocantins.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BOURDIEU, P. O mercado dos bens simbólicos. In: _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005. Cap. 3.

BURKE, P. (org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

_____. *A Escola dos Annales: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAVALCANTE, M. do E.S.R. *O discurso autonomista do Tocantins*. Goiânia: Ed.da UCG, 2003.

CHAUÍ, M. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: _____.; FRANCO, M. S. *C. Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: CEDEC/ Paz e Terra, 1978.

DUBY, G. *Ano 1000 Ano 2000: na Pista dos nossos medos*. São Paulo: Unesp, 1998.

FLORES, K. M. *Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil*. Goiânia: Ed. UCG, 2009.

GIRALDIN, O. org. *A (trans)formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Ed.UFG; Palmas:Unitins, 2002.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.

MONTENEGRO, A. *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*. 3 Ed. São Paulo: Contexto, 1994.

ECOS DO TOCANTINS. Pium: Trajano Coelho Neto, 1951-1961.

OLIVEIRA, R. dos S. *Imprensa Integralista, Imprensa Militante (1932-1937)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, PUC-RS, Porto Alegre, 2009.

SANTOS, A R. *Contando história*. Palmas: Artigo sobre história oral, 2008. Entrevista concedida a Ruy Bucar, curso História e Cotidiano, Ceup/Ulbra.

SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. 3 Ed., São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUZA, S. M. de. Bélem-Brasília: abrindo fronteiras no Norte Goiano (atual Tocantins) – 1958-1975. In: GIRALDIN, O. (org.) A (trans)formação histórica do Tocantins. Goiânia: Ed.UFG; Palmas:Unitins, 2002, p.351- 394.

TELES, J. M. A Imprensa Matutina. Goiânia: Cerne, 1989.

THOMPSON, J. B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. 5 Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

A experiência midiática regional da Rede Somzoom Sat: algumas considerações e atualizações

Maria Érica de Oliveira LIMA

Universidade Federal do Ceará, CE

John Willian Lopes

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN



RESUMO

Há quase três décadas surgia no Nordeste brasileiro uma das mais bem-sucedidas experiências midiáticas regionais, a Rede Somzoom Sat, pioneira em seu modelo de atuação – transmissão de conteúdo musical via satélite para emissoras de rádio afiliadas. Neste trabalho, realiza-se uma atualização dos estudos acerca desse objeto empírico, a partir da verificação da sua atuação no campo midiático regional, considerando a estrutura de programação, transmissão via satélite e produtos musicais. Para tanto, de modo exploratório-descritivo, empregou-se como procedimentos metodológicos principais a realização de entrevistas, pesquisa de campo e observação. Constatou-se, além do crescimento da Rede Somzoom Sat referente aos segmentos, transformações nas práticas do grupo, como a utilização das redes de comunicação digital tanto para distribuição como para produção de conteúdo midiático.

Palavras-chave: mídia regional; rádio; Rede Somzoom Sat; conteúdo regional.

INTRODUÇÃO

Há pouco mais de dez anos temos acompanhado de perto, enquanto objeto de estudo, uma experiência midiática cearense que se tornou pioneira e de referência, em todo o Brasil, no âmbito em que atua: a Rede Somzoom Sat. Com mais de 25 anos, a rede surgiu como um dos grupos mais proeminentes de sua época, cujas operações compreenderam uma gama de atividades econômicas e empresariais, do rádio via satélite ao entretenimento musical.

Em todo esse tempo, a Somzoom Sat passou por diferentes reformulações, seja em seus produtos midiáticos ou nos ramos de negócios, mas mantendo a mesma especificidade de antes, que é a diversificação de suas atividades, tendo a rádio como a principal. Nosso objeto é, portanto, fazer uma atualização, revisitando o objeto empírico a fim de perceber como está, desde nosso primeiro estudo (LIMA, 2005), a mídia regional e o grupo Somzoom Sat, com sua programação e transmissões de rádio, o forró e suas bandas, novas perspectivas econômicas, a relação com as mídias digitais etc.

Deste modo, nesta pesquisa, caracterizada como do tipo exploratório-descritivo, recorreremos aos diferentes procedimentos metodológicos que compreenderam aos momentos distintos na colheita dos dados: em 2015, realizamos entrevistas e pesquisas de campo junto à Somzoom Sat (LIMA; LOPES, 2015); em 2016, observamos a programação a partir da então rádio Expresso Somzoom Sat 104,3 FM, onde eram produzidos os programas e de onde foram distribuídos entre as afiliadas, durante o período de uma semana (de 13 a 19 de abril), verificando os gêneros, formatos, as dinâmicas e conteúdo dos programas (LIMA; LOPES, 2016).

Conforme o exposto, neste texto apresentamos de forma condensada algumas alterações verificadas na última década relativas ao grupo Somzoom Sat – especificamente de 2005 ao início de 2016 –, no que concerne à sua atuação no campo midiático regional. Assim, resgatamos parte da sua história e acionamos sua situação atual, com vistas a realizar um comparativo que nos proporcione entender melhor o debate sobre a mídia regional e suas (re)configurações. Tendo isso em vista, inicialmente realizamos alguns apontamentos sobre a questão da mídia regional, adentrando na radiodifusão, em seguida, retomamos o histórico da Somzoom Sat e apontamos as alterações percebidas na última década.

BREVES APONTAMENTOS DA MÍDIA REGIONAL-LOCAL

O processo de uma economia baseada em produção de bens industriais e outra estruturada, fundamentalmente, se iniciou na segunda década do século XX, em torno do tratamento da informação. A partir deste tratamento, indicadores americanos e europeus apontaram em busca de redutos localizados. Conforme aponta Maciá Mercadé (1997), é um princípio de gestão, “que a decisão seja tomada, o máximo possível, onde ela seja necessária” (1997, p. 52, tradução nossa). Tal princípio aplicado à informação, coloca em primeiro lugar lógico e histórico a aparição de uma mídia local, que cumpre de imediato, o âmbito de convivência social. O princípio da subsidiariedade é outro ponto identificado por Maciá Mercadé (1997) quando se trata do localismo. Este se refere ao fato de que o superior não invade o âmbito de competência do inferior. No caso da informação, por exemplo, um periódico nacional ou regional nunca satisfaz plenamente o direito do leitor local, a que se refere a sua quotidianidade mais imediata.

O fenômeno do local não tem, certamente, um aparecimento recente. No campo da imprensa escrita praticamente todos os grandes diários tiveram um nascimento local. Por exemplo, o primeiro diário da Europa Continental, *Diário de Barcelona* (1792); em Madrid encontra-se precedentes da imprensa local, provinciana e imprensa de bairro da capital nos jornais *Crônica de los Carabancheles* (1897), *La Región de Getafe* (1914), *El Herald de Chamberí* (1921), o *La Voz del Distrito de Universidad* (1931). Desse modo, o localismo que com o universal acabam se complementando, ressalta López García (1992), é uma das tendências indispensáveis para o funcionamento geral das redes de informação. O autor afirma que “as novas tecnologias não rebaixaram estas teses, ao contrário, ratificaram sua validade. Na mudança de século, os conteúdos informativos são globais e gerais na concepção e nos esquemas, e locais na aplicação e na captação” (LÓPEZ GARCÍA, 1992, p. 32, tradução nossa).

Na experiência brasileira, o processo de regionalização foi percebido no início dos anos 1980, nos anos 1990, e seguintes, alguns autores já o estabeleceram como fundamentação teórica em suas investigações (por exemplo, BAZI, 2001; CABRAL, 2000, 2006; MARÇOLLA; OLIVEIRA, 2010; LIMA, 2010).

A regionalização midiática, destaca Slaviero (2009), é uma vocação que se reforça nos mercados, tanto no Brasil quanto no exterior, e busca estreitar cada vez mais a comunicação com seu público e a ele adequar sua linguagem e os temas abordados.

Graças aos *upgrades* tecnológicos, as distâncias foram reduzidas e, portanto, permitiram novos acessos e ainda mais rápido e fácil a qualquer informação. Mesmo com a globalização, nenhuma outra informação, notícia ou entretenimento interessa mais aos cidadãos do que aquela que trata das questões locais e regionais, que comenta dos seus cotidianos, dos episódios e das pessoas conhecidas, ou seja, dos interesses e necessidades (SLAVIERO, 2009).

Tal prática não é diferente à radiodifusão brasileira. Não obstante, o modelo federativo da radiodifusão tem a possibilidade e a capacidade de distinguir essas mudanças, de modo a reconhecê-las e de reproduzi-las para todo o país. Devido a isso, Slaviero (2009, *online*) acrescenta que “o setor consegue ter uma dimensão nacional e, ao mesmo tempo, um olhar local”, considerando que é formado por “4.379 emissoras comerciais de rádio, entre AM e FM, e 517 geradoras de televisão”. No país, várias são as empresas que cresceram devido à ênfase dada aos interesses comunitários.

O exemplo do rádio no país, com sua trajetória e os serviços proporcionados, apresenta uma inter-relação incontestável. Há uma propensão natural para a regionalização e também o localismo, pois “é um meio comunitário por excelência, pelo contato direto que tem com a população, a cidade, o bairro, sua história, sua cultura, seus anseios e suas necessidades” (SLAVIERO, 2009, *online*).

Destaca-se outra característica relevante às empresas de radiodifusão, que são os anúncios locais e a propaganda dando sustentabilidade econômica não somente a empresa em si, mas todo o meio de bens e serviços. A Associação Brasileira de Emissores de Rádio e Televisão (Abert) no seu “Raio X da radiodifusão brasileira”, publicado em maio de 2015, apontou que em média as rádios do Brasil dependem em 81,17% das verbas locais. No país, apenas 4,06% das verbas publicitárias são direcionadas para o rádio, enquanto que esse mesmo número nos Estados Unidos chega a 10,6%.

Essas considerações permitem situar um panorama mais geral no qual se insere a Somzoom Sat com relação à regionalização. A seguir, retomamos ligeiramente o histórico do grupo, com alguns marcos de sua fundação, e as principais alterações verificadas na última década.

HISTÓRICO E MUDANÇAS NA REDE SOMZOOM SAT

Registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará (Brasil) como Somzoom Gravações e Edições Musicais Ltda., tendo como donos Emanuel Gurgel (sócio-gerente) e Antônio Trigueiro Neto (sócio) a empresa iniciou suas operações no dia primeiro de dezembro de 1991, na capital Fortaleza. No seu registro, há uma variedade de atividades econômicas apontadas, seguindo uma lógica de reunir no mesmo segmento rádio e transmissão via satélite, música (fórró eletrônico), produção e venda de CDs, comércio varejista relacionado à sua atuação, *shows*, vaquejadas, serviços de publicidade e propaganda etc.

Diante desse projeto comercial, o formato de filiação à rede com conteúdo de fórró foi original no Brasil. A Rede Somzoom Sat, enquanto cabeça de rede, difundiu

através de satélite o estilo forró nas emissoras afiliadas por vários estados brasileiros. Um dos pontos mais significativos a salientar é o de que a rede não possui concessão pública de emissora rádio, por isso o caráter de produtora de conteúdo transmitindo



Logotipo da emissora: disponível <https://www.google.com.br/search?q=rede+somzoom+sat>

sua programação feita no estúdio em sua sede (LIMA, 2010).

Essa configuração deve-se às tentativas sem sucesso de conseguir, através de concorrências públicas, a concessão para rádio, devido a “questões políticas”. Não obstante, esse processo resultou em certo pioneirismo da Rede Somzoom Sat, que “foi a primeira produtora de conteúdos segmentados através do rádio com programação via satélite a partir do Nordeste” (LIMA, 2010, p. 112). Ela iniciou sua divulgação a nível local com o arrendamento da concessão da Rádio Capital FM, para divulgação da sua programação, das bandas de forró e casas de show. Já em 2005, a Somzoom passa a ser retransmitida pela Rádio Tropical FM (92,9 FM). Em 2013 começa a ser transmitida pela Rádio Expresso FM (104,3 FM), ocorrendo no ano seguinte fusão entre essa rádio (104,3 FM) e a Somzoom, mantendo a mesma frequência, porém passando a se chamar Expresso Somzoom Sat.

A fusão entre as duas rendeu bons frutos para nova emissora. Conforme informação do *site* do grupo, publicada em 2014, a audiência média apenas dentro dos transportes coletivos da Região Metropolitana de Fortaleza chegou aproximadamente 270 mil ouvintes/minuto. Outro ganho para o grupo foi o contrato com duas emissoras por meio de arrendamento, a 93,3 FM (Baturité) e 91,9 FM (Pentecoste). Nos anos de 1990 o Grupo Somzoom contava com 96 emissoras afiliadas, distribuídas por 14 estados brasileiros⁶¹; em 2008, esse número de afiliadas caiu para 12. Até o ano de 2015 esse número se manteve, tendo ocorrido alterações apenas no tocante à afiliação, ou seja, substituiu-se uma emissora por outra.

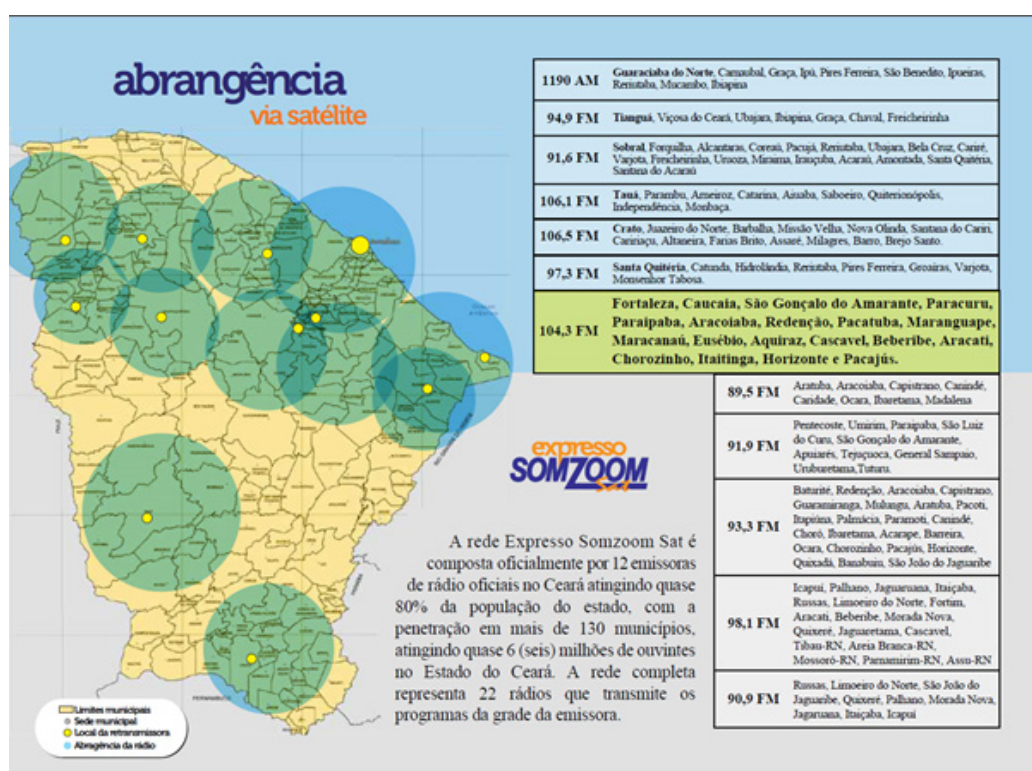
Com essas 12 emissoras de rádio, todas no Ceará, a audiência da rede completa da rádio chegou a quase 70% da população do estado, com penetração em cerca de 130 municípios, algo em torno de seis milhões de ouvintes⁶². Em fevereiro de 2016,

⁶¹Segundo informações do site do grupo, no auge da popularidade através do sinal transmitido às filiadas, abrangem em sua rede mais de 110 afiliadas em todo o país, somando mais de 50 milhões de ouvintes/minuto, sintonizando mais de 1.500 municípios em AMs e FMs em tempo real.

⁶²A título de comparação, a população do estado do Ceará no ano de 2014 era de 8.842.791, segundo dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

quando a rede anunciou a contratação do apresentador Eliel Rodrigues (Lobão), revelou que 30 novas emissoras de rádio se filiaram, resultando em um alcance de mais de 10 milhões de ouvintes – o anúncio foi feito através da conta que a Expresso Somzoom Sat tinha no Instagram. Com isso, a Rede Somzoom Sat voltou a ser retransmitida para outros estados do país, embora o grupo não tenha divulgado na época quais as novas afiliadas, nem de quais estados e as frequências (AM ou FM). Outro aspecto interessante se refere às rádios comunitárias, que conseguem captar, com a ajuda de computador, o sinal da rede, fazendo o uso dele e alternando com a programação local. Desta maneira, abre-se um precedente que permite um alcance muito além daquele estipulado. O grupo, porém, não vislumbra, até então, a situação como problema, mas sim como possibilidades proveitosas.

No tocante à programação da rede, o grupo informou que 60% do conteúdo era produzido pela Somzoom Sat, cujo único horário não ocupado seria o matutino, destinado à programação das rádios locais. Assim, todas as tardes e noites de segunda a sexta-feira, feriado, domingo e um terço do sábado eram reservados à rede. Das 12 emissoras de rádio afiliadas até o final de 2015 e início de 2016, 11 eram FM (Frequência Modulada) e apenas uma AM (Amplitude Modulada): 1190 AM (Guaraciaba do



Fonte: Somzoom Sat. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=rede+somzoom+sat> acessado 20 de abril de 2017.

Norte), 94,9 FM (Tianguá), 91,6 FM (Sobral), 106,1 FM (Tauá), 106,5 FM (Crato), 97,3 FM (Santa Quitéria), 89,5 FM (Aratuba), 91,9 FM (Pentecoste), 93,3 FM (Baturité), 98,1 FM (Icapuí), 90,9 FM (Russas) e 104,3 FM (Fortaleza).

A programação da Rede Somzoom Sat, nesse período, era composta por 15 programas, distribuídos de segunda-feira a domingo. Os programas eram: Café Expresso, Jornal Alerta Geral, Expresso da Manhã, Expresso em Pauta, Alto Astral, Ponto de Encontro, As Melhores da Semana, Brega Puro, Recordar Sat, Acorda Brasil, Domingando, Pediu Ouviu, Trilhar do Ouvinte e Só Forró (1ª e 2ª edição). Desses, cinco eram veiculados de segunda-feira a sábado, três na sexta-feira, dois apenas no sábado e cinco no domingo.

Quadro 1: Grade de programação da Expresso Somzoom Sat (2016)

| Programa | Apresentação | Dia/Horários |
|--|------------------------------------|-------------------------------|
| Só Forró - 2ª edição* | Jair Freitas e Roger Martins | Segunda a Sábado 00h às 4h |
| Café Expresso | Renilson Sousa | Segunda a Sábado 4h às 7h |
| Jornal Alerta Geral | Beto Almeida e Luzenor de Oliveira | Segunda a Sábado 7h às 8h |
| Expresso da Manhã | Fran Silveira | Segunda a Sexta 8h às 12h |
| Expresso em Pauta | Kezya Diniz e Enivaldo Barbosa | Segunda a Sexta 12h às 13h |
| Alto Astral | Karine Mitre | Segunda a Sexta 13h às 16h |
| Só Forró - 1ª edição** | Lobão e Carlos Nassa | Segunda a Sábado 16h às 19h |
| Ponto de Encontro | Mano Costa | Segunda a Sábado 20h às 00h |
| As Melhores da Semana | Jair Freitas | Sábado 8h às 12h |
| Brega Puro | Cláudio Lima | Sábado 12h às 16h |
| Recordar Sat | Roger Martins | Domingo 6h às 7h |
| Acorda Brasil | Roger Martins | Domingo 7h às 10h |
| Domingando | Renilson Sousa | Domingo 10h às 15h |
| Pediu Ouviu | Jair Freitas | Domingo 15h às 20h |
| Trilha do Ouvinte | Roger Martins | Domingo 20h às 00h |
| *Havia uma edição especial no domingo de 00h às 6h. Nos sábados era apresentado por Roger Martins. | | |
| **Aos sábados era apresentado por Carlos Nassa e é veiculado das 16h às 20h. | | |

Fonte: elaboração nossa (2016).

O gênero radiofônico predominante nessa grade era o de entretenimento do tipo programa musical, com pouco espaço para o gênero jornalístico/informativo – além disso, os programas deste último gênero tinham duração menor em relação aos do entretenimento. Esses programas musicais são também os que recebem mais inserções comerciais, com destaque para o Só Forró e o Brega Puro, dois dos mais tradicionais da rede. Dentre os anunciantes, além de empresas privadas (a maioria locais) e órgãos governamentais, havia também empresas do próprio grupo Somzoom Sat, como a Gurgel Malhas, Briquetes Mastruz com Leite, Forró Móvel Somzoom e Casa de Forró – conforme observamos via processo de rádio-escuta, em abril de 2016 (LIMA; LOPES, 2016).

O estilo forró é acentuadamente o carro chefe dessa programação da rede, considerando que a própria história do grupo Somzoom Sat se confunde com o desenvolvimento do forró eletrônico. O surgimento da rede via satélite com conteúdo de forró ocorreu justamente com um fim: o de difundir e divulgar os produtos musicais do grupo. Esse sistema foi crucial para a longevidade e sucesso da Mastruz com Leite, principal banda do grupo Somzoom Sat.

Em visita de campo realizada em 2015, verificamos algumas constatações estruturais e funcionais na Somzoom Sat. Uma delas é referente ao setor de comunicação do próprio grupo, no qual pareceu ser regido por certo “amadorismo intuitivo”, já que não havia uma estruturação adequada e especializada. Como também não havia uma política de estágios no grupo, principalmente para estudantes de Comunicação social, o que vai de encontro à realidade de outros grupos de relevância similar, no Ceará e no país. Isso revela, entre outras coisas, o pouco investimento de recursos, para além do rádio, no setor de comunicação institucional e certa despreocupação com a possibilidade de expansão.

Nesse período, de acordo com o RH (Recursos Humanos) do grupo, havia em média 102 funcionários, lotados tanto na sede da empresa quanto nas bandas: especulando cerca de 40 na sede (entre rádio, oficina mecânica, escritórios e serviços gerais) e 62 nas bandas, com a Mastruz com Leite despendendo um terço dessa quantia, o restante compondo as outras bandas. No início dos anos 2000 o número de funcionários já foi quase três vezes maior do que o anterior, chegando a 272, no auge da Somzoom Sat e de suas bandas de forró. Esse aspecto está relacionado com um outro, que é o tempo em que os funcionários (especialmente da sede) trabalham na empresa, bem como o fato de que, até o período da visita, seis dos sete filhos do dono Emanuel Gurgel também trabalhavam lá.

A Somzoom Sat continuou sediada no bairro Passaré, na zona Sul de Fortaleza, mas noutro local, em um espaço muito maior do que antes, que compreende o escritório da empresa e outras salas administrativas, estúdio de gravação, estúdio para a produção da programação da rádio, garagem para os caminhões e ônibus das bandas de forró e em construção, até então, um espaço para abrigar um estúdio de televisão.

Da época do nosso primeiro estudo (LIMA, 2005) até o ano de 2015, ocorreram algumas mudanças relativas aos negócios do grupo, com algumas variações mais significativas. No quadro a seguir as apresentamos comparativamente.

Uma importante mudança, como já mencionado, está relacionada à concessão – fusão, na verdade – e à diversificação dos produtos. Houve em 2014 a fusão entre a cabeça de rede e a Rádio Expresso FM e o arrendamento de duas outras rádios (Baturité e Pentecoste). Ocorreu uma redução no número de bandas ligadas ao grupo Somzoom Sat, de seis para quatro, mantendo aquelas cuja consolidação já havia ocorrido muito antes, uma vez que foram as primeiras do gênero (Mastruz com Leite, Cavalo de Pau, Catuaba com Amendoim e Mel com Terra). Essa redução surge, também, de uma necessidade de reinvenção, reestruturação e solidificação das marcas mais conhecidas do grupo, implicando na vontade de um negócio mais estável, conhecido e permanente – não é à toa que essas bandas remanescentes são reconhecidas dentro do segmento como símbolos e pioneiras do forró eletrônico.

Quadro 2: Negócios do Grupo Somzoom Sat (2005-2015)

| 2005 | 2015 |
|--|--|
| Rede Somzoom Sat (cabeça de rede); Somzoom (selo fonográfico); Somzoom Stúdio (estúdio de gravação); 6 bandas de forró (Mastruz com Leite, Cavalo de Pau, Catuaba com Amendoim, mel com Terra, Caça Kabaçu e Banda Aquarius); 2 casas de show (Parque do Vaqueiro e Mansão do Forró); Editora Passaré (editora das músicas); Fábrica de amplificadores Mastruz com Leite; Zoom Promoções (eventos, shows, etc.); Lojas de CDs Aguanambi; Confecção e Malharia Gurgel. | Expresso Somzoom Sat (104,3 FM), fusão; 93,3 FM (Baturité) e 91,9 FM (Pentecoste), arrendamentos; Somzoom Stúdio (estúdio de gravação); 4 bandas de forró (Mastruz com Leite, Cavalo de Pau, Catuaba com Amendoim e Mel com Terra); 2 casas de show (Casa de Forró e a Casa de Reboco); Editora Passaré (editora das músicas); Somzoom Eventos; Gurgel Malhas; Água de Coco Poço Doce; Briquetes Mastruz com Leite (fábrica de briquetes) Mastruz da Sorte (título de capitalização); TV Somzoom (webTV). |

Fonte: elaboração nossa (2015).

Uma importante mudança, como já mencionado, está relacionada à concessão – fusão, na verdade – e à diversificação dos produtos. Houve em 2014 a fusão entre a cabeça de rede e a Rádio Expresso FM e o arrendamento de duas outras rádios (Baturité e Pentecoste⁶³). Ocorreu uma redução no número de bandas ligadas ao grupo Somzoom Sat, de seis para quatro, mantendo aquelas cuja consolidação já havia ocorrido muito antes, uma vez que foram as primeiras do gênero (Mastruz com Leite, Cavalo de Pau, Catuaba com Amendoim e Mel com Terra). Essa redução surge, também, de uma necessidade de reinvenção, reestruturação e solidificação das marcas mais conhecidas do grupo, implicando na vontade de um negócio mais estável, conhecido e permanente – não é à toa que essas bandas remanescentes são reconhecidas dentro do segmento como símbolos e pioneiras do forró eletrônico.

Emanoel Gurgel, em uma entrevista conosco em 2015, interpreta a sua capaci-

⁶³A diretoria da então rádio Expresso Somzoom Sat não soube nos precisar o ano do arrendamento

dade de explorar as possibilidades como um senso de improvisação e percepção do óbvio sob uma ótica diferenciada. Com essa perspectiva, como ele próprio observou, enxergou a viabilidade para diversificar sua atuação no mundo dos negócios, empreendendo, desta forma, em três ramos diferentes durante o mesmo período: o alimentício, com a Água de Coco Poço Doce; o de combustível renovável, com a fábrica Briquetes Mastruz com Leite; o de título de capitalização, com o Mastruz da Sorte.

Outro empreendimento foi a *webTV* do grupo, a TV Somzoom, um espaço na internet, com site próprio⁶⁴ e canal no YouTube⁶⁵, no qual produzem e publicam vídeos da empresa e dos seus produtos, além de contar com toda uma programação, com programas de diversos gêneros, tal qual no espaço da televisão que o grupo ocupa.

Embora não estejam no quadro anterior, até 2015 havia 32 fazendas pertencentes ao patriarca Emanuel Gurgel, sendo a mais famosa aquela que deu origem ao nome da banda mais consagrada do grupo, Mastruz com Leite. Outro produto do grupo Somzoom, um livro de cifras, foi lançado no ano de 2013. Pela Editora Assaré, o grupo editou e cifrou 100 músicas da banda de maior prestígio da empresa, reunindo os maiores sucessos – há um CD com as canções originais remasterizadas acompanhando o livro. Esse produto foi uma estratégia de promoção, segundo o grupo, cujo intuito consistiu em ensinar as pessoas a tocarem violão a partir das músicas da banda Mastruz com Leite, principalmente àqueles seguidores mais “autênticos”.

A banda de forró Mastruz com Leite sempre foi o destaque do grupo no mercado fonográfico. É, certamente, uma das bandas do seguimento mais lembradas pelo público, sendo considerada a pioneira desse estilo musical, “o forró moderno, eletrônico, estilizado, com instrumentos como saxofone, bateria, teclado e guitarra – além da zabumba, do triângulo e da sanfona, marcas registradas dos forrozeiros tradicionais” (LIMA, 2010, p. 147). Essa composição inovadora vai caracterizar o “*new forró*”, ou forró industrializado, forró estilizado, forró eletrônico ou forró plastificado. O sucesso da Mastruz com Leite ganhou dimensões nacionais, realizando participações em programas televisivos e radiofônicos de todo o país e internacionais, com apresentações em 2003 nos Estados Unidos, iniciando o que se pode chamar de internacionalização da cultura do forró (LIMA, 2010).

A banda continua em atividade como uma banda clássica e portadora das melhores músicas dos tempos de ouro do forró eletrônico, que se denomina “forró das antigas”. Nesta altura, com mais de 25 anos de estrada, mais de 45 CDs e dois DVDs, ela já não faz parte do estilo mais arrojado e descartável das músicas e bandas de forró eletrônico. A banda atingiu seu momento de consolidação e maturidade, se tornou tradicional diante daquilo que foi inovação e diferente décadas atrás; não tem o mesmo apelo midiático nacional, ou seja, não aparece mais nas TVs do Sudeste em programas populares; não está em trilha sonora de telenovelas; não faz tanto sucesso nas emissoras de rádio de Fortaleza, e nem tão pouco vive de *shows* pela capital cearense.

Apesar disso, Mastruz com Leite pertence, simbolicamente, a uma geração de “forrozeiros” espalhados por todo o Brasil, principalmente no Nordeste e em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, onde se concentra boa parte dos migrantes nor-

⁶⁴Disponível em: <<http://www.tvsomzoom.com.br/>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

⁶⁵Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/WebTvSomzoom/>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

destinos, que traz em seus momentos e repertório as lembranças do forró dos anos noventa, das “antigas”. Os fãs acompanham a banda nas centenas de *shows* que acontecem pelo país e nas novas músicas, sem perder o estilo de um tradicional que já foi inovador, de um “pé de serra”⁶⁶ sem a exclusividade instrumental. A banda, até hoje, procura valorizar as letras remetendo ao Nordeste de misturas, porém, nos trazendo conteúdos e elementos da cultura popular ou sertaneja. Presente na internet, seja em vídeos ou em forma de entrevistas, nos *shows* pelo YouTube e nos sites de redes sociais, a banda Mastruz com Leite se consagrou em seus trabalhos próprios e também regravações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, neste trabalho, realizar uma atualização de um objeto empírico de pesquisa estudado há pouco mais de dez anos (LIMA, 2005), o grupo Somzoom Sat, a fim verificar a sua situação em relação à atuação no campo midiático regional, a partir de sua estrutura de programação e transmissão de rádio via satélite, dos seus produtos musicais e outras perspectivas econômicas.

Em meados da primeira década deste século, havíamos observado que os grupos regionais teriam importante contribuição e avanço no tocante ao processo de globalização. Esse mesmo fenômeno perdura, porém com variações da economia nacional, o que determina o grau de investimento e as atualizações no campo midiático. A Rede Somzoom Sat teve certo crescimento, no tocante aos segmentos; seu público consumidor permanece cativo e fiel e, mesmo não tendo uma renovação de geração, é um público que se atualiza e busca participação nas e pelas redes sociais digitais, por exemplo, e nas transmissões de rádio – que também estão se digitalizando.

Nos últimos anos, o grupo Somzoom Sat lançou mão das possibilidades da internet com páginas em *sites* de redes sociais e de compartilhamento de conteúdo e oficial própria, além de outras aplicações, rendendo mais fôlego e produção à empresa. As mídias digitais permitiram uma visibilidade constante, com as informações e representações – conteúdos simbólicos – sendo transmitidas por distâncias mais amplas, configurando uma “simultaneidade desespacializada” (THOMPSON, 2008).

Os conteúdos da Rede Somzoom Sat que eram produzidos, em sua maior parte, na rádio que estava vinculada ao grupo, a Expresso Somzoom Sat, não circulavam apenas nas ondas do rádio, estavam presentes na internet, não só em formato de áudio, mas também de vídeo. O programa Alto Astral, que era apresentado por Karine Mitre, é um exemplo: o quadro Passando o Som, no qual um artista ou banda se apresentava no estúdio, era transmitido ao vivo pela *webTV* do grupo e pelo canal no YouTube. Com isso, havia toda uma produção para preparar o novo cenário, acomodar por completo os instrumentos utilizados, o jogo de iluminação com painel de LED e as câmeras com alta qualidade de captação. Um verdadeiro *show* ao vivo, com som e imagem de qualidade aberto para qualquer pessoa com acesso à internet.

Nos seus programas radiofônicos a interação do público com os apresentadores

⁶⁶Forma mais tradicional do gênero do forró, uma espécie de subgênero. É a expressão que engloba os estilos mais tradicionais como o baião, xote, xaxado e o coco, por exemplo. Ao contrário do forró eletrônico, este subgênero diferencia-se pelo uso de basicamente três instrumentos musicais: triângulo, acordeão e zabumba.

passou do telefonema para os mensageiros digitais, como o WhatsApp, implicando em um menor custo e maior alcance e velocidade. Com isso, de qualquer parte era possível interagir através da internet, enviar mensagens (de texto, áudio ou vídeo), com grande rapidez e repetidas vezes. As possibilidades de uso da ligação telefônica tradicional em relação ao da internet são reduzidas. No ano de 2013 a Rede Somzoom Sat desenvolveu um aplicativo para dispositivos móveis com sistemas Android e iOS, revelando a preocupação do grupo com os negócios em relação à convergência técnica e de conteúdo dos meios. Além disso, o grupo concentrou no seu site informações sobre a rede, como audiência, algumas emissoras afiliadas, produtos do grupo, conteúdos multimídia, bem como a transmissão do sinal de rádio pela internet.

Nestas considerações cabe, ainda, um último apontamento sobre a Somzoom Sat, mais recente e fora do tempo de observação dos anteriores: no final de 2016, a rádio Expresso FM deixou de integrar a rede, voltando a operar neste ano de 2017 com programação própria, na mesma frequência (104,3 FM), após cerca de quatro anos de fusão. Alguns programas da antiga Expresso Somzoom Sat foram mantidos na nova Expresso FM, como Café Expresso, Alto Astral e Expresso em Pauta, bem como alguns apresentadores, como Karine Mitre, Lobão, Fran Silveira, Kezya Diniz e Enivaldo Barbosa. Com isso, a Rede Somzoom Sat passou a operar com marca própria, porém sem transmissão de sua programação na cidade de Fortaleza, onde fica sua sede.

De modo geral, estas são algumas alterações verificadas por nós, na última década – do ano 2005 a 2016 –, relativas ao grupo Somzoom Sat. Tomamos este exercício de visita ao objeto empírico da pesquisa, depois de um tempo considerável, como um processo interessante e produtor. Isso porque nos permite, entre outras coisas, reavaliar conceitos e suas aplicações, reelaborar e testar novos; compreender, em um plano temporal, as transformações nas práticas midiáticas de grupos regionais que possam indicar também mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. Rádio aposta na internet e na convergência para crescer. 2012. Disponível em: <<http://www.abert.org.br/web/index.php/notmenu/item/18480-radio-aposta-na-internet-e-na-convergencia-para-crescer>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. Raio X da Radiodifusão Brasileira. 2015. Disponível em: <<http://www.abert.org.br/>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

BAZI, Rogério E. Rodrigues. TV Regional: trajetória e perspectivas. Campinas: Alínea, 2001.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. Rede Amazônica de Rádio e Televisão e seu processo de regionalização (1968 a 1998). Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, 2000.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. A regionalização da mídia televisiva brasileira. Colóquio Internacional de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 11, 2006, São Bernardo do Campo.

LIMA, Maria Érica de Oliveira. Somzoom Sat: do local ao global. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, 2005.

LIMA, Maria Érica de Oliveira. Mídia regional: indústria, mercado e cultura. Natal: EdUFRN, 2010.

LIMA, Maria Érica de Oliveira; LOPES, John Willian. A produção e circulação de conteúdo na mídia regional: o caso da Rede Somzoom Sat. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, v. 12, n. 4, p. 144-162, dez/2016.

LIMA, Maria Érica de Oliveira; LOPES, John Willian. Rede Somzoom Sat: uma atualização da mídia regional (2005-2015). Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 38, 2015, Rio de Janeiro.

LÓPEZ GARCÍA, Xosé. A prensa local e comarcal en Galicia. Santiago de Compostela: Edicions Lea, 1992.

MACIÁ MERCADÉ, Juan. La fuerza del periodismo local en la era de la globalización electrónica. In: RAMOS FERNÁNDEZ, Fernando. Estudios de periodística V. Pontevedra: Diputación de Pontevedra, 1997, p. 45-67.

MARÇOLLA, Rosângela; OLIVEIRA, Roberto Reis. (Orgs.). Estudos de mídia regional paulista. São Paulo: Arte & Ciência, 2010.

SOMZOOM SAT. Rádio. 2014. Disponível em: <<http://www.somzoom.com.br/radio/>>. Acessado em: 03

fev. 2015.

SLAVIERO, Daniel Pimentel. Regionalização da mídia. Observatório de Imprensa, a. 11 n. 544, online, jun/2009. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/regionalizacao-da-midia>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

THOMPSON, John B. A nova visibilidade. Revista Matrizes, São Paulo, n. 2, p. 15-38, abr/2008.

TUDO RÁDIO. Expresso FM assume programação própria em Fortaleza. 2017. Disponível em: <<http://tudoradio.com/noticias/ver/16675-expresso-fm-assume-programacao-propria-em-fortaleza>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

Análise exploratória do Coojornal: mídia de resistência regional à ditadura nacional

Antonio HOHLFELDT

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, RS

Rafaela dos Santos SOUZA

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, RS



RESUMO

A pesquisa analisa edições do *Coojournal*, publicação vinculada a uma cooperativa de jornalistas, que prestava serviços jornalísticos a diferentes entidades, notadamente a outras cooperativas. Nasceu com o intento de trazer informações e dar cobertura sobre as condições e os contextos em que o exercício do jornalismo ocorria, notadamente em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, em 1974. Desde o início de sua circulação não era exatamente um jornal: fora um boletim, depois tornou-se, na prática, uma revista: a periodicidade de circulação era mensal e o forte da publicação era a reportagem de profundidade. Concluímos que o *Coojournal* incorporou, valorizou e por vezes antecipou as linguagens criativas aproximadas ao chamado *jornalismo literário*.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul; Jornalismo; *Coorjournal*; Ditadura Militar.

INTRODUÇÃO

A publicação se denominava *Coojournal*, vinculada a uma cooperativa de jornalistas, que prestava serviços jornalísticos a diferentes entidades, notadamente outras cooperativas. Nasceu com o intento de trazer informações e dar cobertura sobre as condições e os contextos em que o exercício do jornalismo ocorria notadamente em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, por uma dupla razão: naqueles idos de 1974, a Cia. Jornalística Caldas Júnior começava a apresentar dificuldades. Havia fechado o tablóide Folha da Manhã, na verdade, muito mais por problemas políticos – o velho Breno Caldas, dono da empresa, embora nem sempre seguisse à risca as orientações do governo militar, queria ter a liberdade de decidir, ele mesmo, quando enfrentar a cúpula ditatorial, sem ser levado a isso obrigatoriamente por decisão de alguns de seus jornalistas. Corria, na época, anedota, depois também atribuída a Irineu Marinho, proprietário de *O Globo*, no Rio de Janeiro, de que, quando o então jornalista, mas também (aliás, excelente) radialista Lauro Hagemann, cassado de seu mandato da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, foi pedir emprego na Rádio Guaíba, a poderosa emissora da Caldas Júnior, foi admitido. Questionado sobre a decisão por algum representante da cúpula militar, Breno Caldas teria respondido que os militares cuidassem dos comunistas na rua, porque dos seus comunistas, isto é, seus funcionários, cuidava ele. Fosse como fosse, Breno Caldas talvez tenha entendido que estava perdendo o controle de seus comunistas da redação do provocativo tablóide, e decidiu fechá-lo. Na verdade, outro motivo teria sido o fato de ter-se convencido de que manter dois tablóides – a *Folha da Tarde* e a *Folha da Manhã* - apenas para contra-atacar e combater o tablóide do concorrente, no caso, *Zero Hora*, do então nascente grupo RBS, não estava dando resultado e lhe custava

muito caro. Seja como for, a *Folha da Manhã* foi fechada e mais adiante a própria *Folha da Tarde* também seria extinta (KUCINSKI, 1991, p. 210). Por outro lado, o mercado jornalístico da cidade vinha diminuindo notadamente, com o encerramento das atividades do tradicional *Diário de Notícias*, vinculado aos Diários Associados. Assim, alguns jornalistas profissionais de Porto Alegre⁶⁷ conseguiram reunir uma centena de profissionais desempregados e alguns outros que, por convicção ou para apoiar a iniciativa, aceitaram participar da idéia – e foi fundada a cooperativa. Como princípio geral da mesma, cada associado tinha um voto e tudo era decidido coletivamente. A entidade passou a produzir *house organs*, por exemplo, do Internacional, Sindicato dos Bancários, Companhia União de Seguros Gerais, FECOTRIGO, etc. (KUCINSKI, 1991, p. 211). O sucesso da empreitada levou a cooperativa a criar um jornal – melhor dizendo, um boletim – mensal que desse conta do que ocorria no universo jornalístico e da comunicação, em geral, da cidade, do estado e do país, tema verdadeiramente tabu⁶⁸.

Mais uma vez, a iniciativa deu resultado: depois de oito edições deste boletim mensal, a cooperativa resolveu transformá-lo em veículo para consumo externo: supria a alegada falta de jornais na cidade, em especial jornais com uma capacidade mínima de autosuficiência e independência (tanto política quanto econômico-financeira), capazes de bem informar e, sobretudo, de informar aquilo que os *jornalões*, a chamada *grande imprensa* ou *imprensa de referência*, nem sempre informava, quer por decisões vinculadas à autocensura, quer a partir de proibições advindas diretamente da censura que enviava bilhetes e fazia telefonemas, os mais inesperados possíveis, alertando sobre a inconveniência de certas publicações (MARCONI, 1980).

Neste sentido, o *Coojornal*, embora tivesse no próprio título de batismo a referência a um pretense jornal e ser impresso, até então, em papel jornal, desde o início de sua circulação não era exatamente um jornal: fora um boletim, agora, tornava-se, na prática, uma revista: a periodicidade de circulação era mensal e o forte da publicação era a reportagem de profundidade, pois que, circulando a cada mês, e havendo disponibilidade de mão de obra qualificada, o periódico podia escolher temas pouco explorados pela imprensa diária e aprofundá-los, variando os enfoques e produzindo material de alta qualidade, sobretudo quando escolhia temas provocativos, em que pese o jornal viver a censura prévia como todas as demais publicações vinculadas à chamada imprensa alternativa ou *nanica*, como a denominara João Antonio (1975). Mais que isso, antecipando-se às tecnologias que, mais adiante, permitiriam o colorido das atuais edições de jornais em todo o país, o *Coojornal* valia-se da coloração de suas capas mediante duas práticas: ou toda a página trazia uma única cor chapada, sobre a qual se aplicavam letras pretas ou vazios brancos; ou utilizava a cor na composição de algumas manchetes que pretendia destacar. Na verdade, era uma única cor, alternada com o preto e o branco tradicionais dos demais jornais, mas o bastante para destacar a publicação diante dos outros periódicos (GUIMARÃES, CENTENO et BONES, 2011).

⁶⁷Naquela época, o sindicato da categoria mantinha sua base sindical apenas na cidade e em sua área metropolitana, havendo outros sindicatos regionais que, muito mais tarde, haveriam de se unificar.

⁶⁸Para Bernardo Kucinski, foi “a mais elaborada tentativa de construção de uma forma alternativa de propriedade para jornais dos anos 70” (KUCINSKI, 1991, p. 207).

O COOJORNAL OU A COOJORNAL?

Esta potencialidade da capa traduzir, de certo modo, a identidade de uma publicação é bem observada por Maurice Mouillaud, quando escreve: “A propriedade mais trivial do nome-de-jornal é a de ser o primeiro enunciado que um jornal oferece à visão no espaço e no tempo. A apresentação de seu nome se opera na presença de outros nomes, aqueles dos jornais que fazem parte do mesmo paradigma” (MOUILLAUD, 2002, p. 86). Ora, na verdade, o *Coojornal* apresentava-se, naquele primeiro momento, *sem paradigma*, pois não havia nenhuma outra publicação, ao menos naquele momento e naquele espaço – do Rio Grande do Sul - semelhante a ele. Mais que isso, seu título induzia a um jogo de significados, porque a *Coojornal* era a cooperativa dos jornalistas que passava, agora, a editar uma publicação – um pretendido jornal mensal – o Coojornal. Durante muito tempo, aliás, os consumidores por vezes se equivocavam, referindo-se à cooperativa como o Coojornal quando este, na prática, era o jornal, e não vice-versa.

O nome, ou título da publicação, encontrava-se num logotipo que combinava letras em caixa baixa, referentes à cooperativa, com letras em caixa alta, que referiam o fato de a publicação ser um jornal: assim: cooJORNAL. E um *slogan*, que ampliava aquilo que o boletim consagrara: órgão da cooperativa dos jornalistas de Porto Alegre, quer dizer, um jornal de jornalistas, sem patrões. Ora, esta referência implicava *um jornal de jornalistas capaz de dizer o que os outros jornais não diziam e enfrentar a censura da ditadura*.

A exemplo do que ocorreu com outras publicações brasileiras, tanto alternativas (JOÃO ANTONIO, 1975), quanto institucionalizadas, como *O Estado de São Paulo* ou *Veja, Movimento* ou *O São Paulo* - este ligado à Cúria Metropolitana de São Paulo – quando o Coojornal deixou de enfrentar a censura prévia, tratou imediatamente de recuperar materiais anteriormente proibidos. A exemplo do que já registrei, a propósito de *Movimento* (2016), um novo período passou a se desenvolver, em que tais publicações experimentavam até o limite a relativa liberdade concedida. O *Coojornal* pagou caro por este tensionamento, em duas ocasiões: a primeira, em 1980, ao editar uma grande reportagem a respeito da guerrilha no Araguaia; depois, em 1983, quando teve acesso a uma espécie de diário do General Olympio Mourão Filho, detalhando os movimentos iniciais que redundaram no golpe de 1964. Nas duas ocasiões, o *Coojornal* teve seus profissionais processados com base na Lei de Segurança Nacional e, inclusive, presos⁶⁹. De qualquer modo, a nova estratégia alargou a cobertura temática e certamente o interesse dos leitores pela publicação. O fechamento do *Coojornal*, portanto, em que pesem as diferentes versões que circulam até hoje, deveu-se menos a uma alegada pressão da ditadura⁷⁰ do que a problemas internos que o grupo não conseguiu resolver, aliás, a exemplo do que também ocorreu com *Movimento*⁷¹.

⁶⁹Ver ROCHA, Carole Funck – Um editor chamado tesoura: A censura no Coojornal, Porto Alegre, PUCRS, 2008, mimeo.

⁷⁰Alguns agentes do SNI – Serviço Nacional de Informações – visitaram agências de publicidade e grandes empresas que eventualmente anunciavam no periódico, sugerindo que a manutenção de tal colaboração com uma publicação subversiva poderia levar o Governo a não manter relações comerciais com as mesmas.

⁷¹O detalhamento sobre a crise pode ser melhor aferida no texto de Bernardo Kucinski, já referido (1991, p. 215 e ss.).

Por tudo isso, o *Coojornal*, gradualmente, deixou de ser apenas uma publicação regional para tornar-se referência nacional e, por conseqüência, parte importante de uma história recente do jornalismo e da imprensa brasileiros.

LEITURA SELETIVA ANUAL A PARTIR DE OUTUBRO DE 1976

O exercício a que nos propomos, neste artigo, é bastante simples. Levando em conta a função instrumental da primeira página – ou capa – escolhemos as primeiras edições do *Coojornal* editadas após ele tornar-se propriamente um jornal – ou uma revista – para observarmos que realidade passou a ser construída pela publicação junto a seus leitores.

Para isso, escolhemos as edições relativas a cada ano de publicação, a partir daquela primeira de outubro de 1976, de número 9. Sucessivamente, pois, examinamos as edições 21, de outubro de 1977; edição 33, de outubro de 1978; edição 46, de outubro de 1979; edição 58, de outubro de 1980 e edição 68, de outubro de 1981, após o que o jornal encerrou suas atividades. Fizemos, primeiramente, um levantamento de todas as chamadas de capa que essas edições apresentaram; selecionamos aquelas manchetes cujo desenvolvimento redacional alcançasse pelo menos duas colunas com um mínimo de quinze centímetros de altura, com preferência para as que trouxessem ilustração ou algum infográfico⁷². Verificamos, preliminarmente, que todas as chamadas de capa receberam, pelo menos, uma página inteira de desenvolvimento redacional.

Mas também observamos que as chamadas de capa não esgotavam os assuntos destacados em cada edição, pois a maioria delas apresenta outras reportagens ou artigos, com uma ou mais páginas, que nem sempre aparecem nas capas dessas edições. Então, levantamos estas matérias com um mínimo de uma página de extensão, mesmo que não estivessem destacadas por alguma manchete na capa do jornal.

Vejamos os dois quadros abaixo:

COOJORNAL: AGENDAS DE COMBATE (1975-1983) - Edições de outubro

| Edição | Ano | Manchete 1 | Manchete 2 | Manchete 3 | Manchete 4 | Manchete 5 | Manchete 6 |
|-----------|------|---|--|---|------------------------------------|---|--------------------|
| Edição 9 | 1976 | A guerra das bombachas: propaganda x anunciantes. | Ruy Mesquita: "A imprensa está na mão de picaretas". | 125 Demissões nos Associados | Reportagem: uma janta quase mortal | Ninguém vai ouvir esse homem outra vez? | A volta do Quadrão |
| Edição 21 | 1977 | Ferreira Gullar "Só uma visão estreita pode ignorar o valor de Jorge Amado" | Brizola e Brizolismo | Lupicínio Rodrigues, um tributo à mulher infiel | O Rio Grande não é mais aquele | Violência: já estão matando nas ruas | |

⁷²É interessante observar-se que, embora ainda não se usasse a designação infográfico para tais representações gráficas ou visuais de personagens, situações ou cenas, o *Coojornal*, por uma questão de economia e valorização do pessoal da casa, que incluía excelentes chargistas e ilustradores, sempre preferiu a ilustração à fotografia, que dependia de agências e significava custo adicional à já alta despesa a que a censura prévia obrigava aquelas publicações. A este respeito, leia-se o interessante trabalho de Giovanna Hagemann Pozzer, denominado *A sociedade através de imagens. Linguagem visual das fotografias e ilustrações apresentadas nas capas do Coojornal* (Porto Alegre, PUCRS, 2014).

| | | | | | | | |
|-----------|------|--|---|--------------------------|--|--------------------------|--|
| Edição 33 | 1978 | A emoção das velhas eleições | Volta do caso "mãos amarradas" | O sequestro | Strassburger: até onde pode ir um candidato muito rico | | |
| Edição 46 | 1979 | O SNI diz que os tupamaros estão financiando este jornal | A verdadeira história do Dr. Falcão, o guerrilheiro | Elis conta um segredo | | | |
| Edição 58 | 1980 | Velhas e novas histórias de Josué Guimarães | "A abertura não precisa dos louquinhos | Ficção: o bote da sucuri | Vicente Scherer, o cardeal do poder | | |
| Edição 68 | 1981 | A vitória operária no cinema | Xadrez: a guerra fria vista de Porto Alegre | Dramas de Elis | O civil da igreja gaúcha | Triste Uruguai: Aldunate | |

Como dissemos, contudo, outros temas são amplamente desenvolvidos nas edições estudadas, que assim resumimos:

| Edição | Ano | Matéria 1 | Matéria 2 | Matéria 3 |
|-----------|------|---|-------------------------------------|--------------------------------------|
| Edição 9 | 1976 | E o peru não gostou | Eles ficaram de fora | Sopa Knorr, depois da carne podre |
| Edição 21 | 1977 | As cooperativas começam a fazer suas exigências | O crítico mais odiado do Brasil | |
| Edição 33 | 1978 | Dez anos de poupança | Indigne-se! Chega de rir do cavalo! | Abaixo o jornalismo do faz de conta! |
| Edição 46 | 1979 | O dia primeiro da serpente | | |
| Edição 58 | 1980 | Monstrengo urbano | | |
| Edição 68 | 1981 | Estamos envelhecendo prematuramente | O resgate de uma lenda fronteiriça | |

É a partir deste conjunto de textos, pois, que nos propomos a observar os conteúdos que faziam parte das pautas do *Coojornal*, ao longo dos anos de sua sobrevivência.

LENDO O COOJORNAL

A primeira edição do novo formato surgiu em outubro de 1976. A capa chapada em amarelo, destacava uma estranha manchete a respeito de uma guerra entre propaganda e anunciantes, título por si só surpreendente e enfoque ainda mais inesperado; trazia uma entrevista com Ruy Mesquita, o proprietário de um dos maiores e mais tradicionais jornais brasileiros, *O Estado de São Paulo*, sob uma manchete provocativa; informações a respeito de demissões nos Diários Associados e a grande matéria de fundo: uma entrevista com o químico Milo Raffin que, anos antes, antecipara os problemas que adviriam da construção de uma grande fábrica do outro lado do Guaíba, a Borregaard, e que agora confirmava suas preocupações. Esta primeira edição, aumentada de 8 para 28 páginas, ampliando suas dimensões, agora como jornal tablóide, e se tornando mensal, saindo na segunda quinta-feira de cada mês, segundo explanava criteriosamente a “Nota do editor” da segunda página, guardava ainda muito de sua identidade anterior de boletim dirigido aos jornalistas e discutindo seu próprio universo. Mas, como afirmava aquela mesma “Nota”, um dos campos de atividade menos conhecidos do leitor comum era justamente o dos conglomerados vinculados aos meios de comunicação (ou mídia, como se diz hoje em dia). Daí que não seria muito de estranhar esta simbiose entre matérias generalistas e questões mais especificamente vinculadas ao mundo editorial e comunicacional. Outras matérias de fundo, ausentes das manchetes, mas ocupando importante espaço da publicação, foram um texto de Caco Barcellos sobre o Grupo SBT de Sílvio Santos, que provocou reação do comunicador; matéria sobre comunicadores que haviam concorrido nas recentes eleições mas não haviam alcançado o suficiente número de votos, e uma grande reportagem sobre a miséria e a fome nas vilas periféricas, a partir de um caso específico, uma família que fora parar no hospital por ingerir carne podre recolhida na rua pelo arrimo da família, e a única alternativa em usar caldo de sopa, quando todos deixam o hospital, depois de quase morrerem envenenados.

O repórter conta ter deixado a casa ao meio dia: “um pouco constrangidos, saímos para não ver a mulher do lixeiro desfaltar o rancho que era para 15 dias numa demonstração de fartura, misturando tudo na sopa que fervia. Ao meio dia nos retiramos da casa de Luiz Dagoberto Nunes Longarino, nascido em 23 de dezembro de 1939. Ele está envergonhado, nós também”.

Além da matéria sobre Sílvio Santos, esta edição traz uma entrevista com Ruy Mesquita, a partir de um debate ocorrido em São Paulo. Com uma acirrada concorrência de jornalistas presentes ao evento, Mesquita defende a liberdade de imprensa, faz questão de diferenciar-se dos demais grandes proprietários de jornais, mas admite ter apoiado o golpe de Estado contra Jango e contra Allende sob uma estupefaciente explicação: “há maneiras de se combater uma ditadura militar, e um regime de esquerda, uma vez instalado, não se poderia combater” (???) Confesso que não entendi, sobretudo se levarmos em conta que esta fala ocorreu em 1976, quando já ocorrera milhares de assassinatos e, pelo menos, a morte do jornalista Vladimir Herzog, no cárcere do DOI-CODI de São Paulo, um ano antes.

O jornal trazia ainda matérias sobre a GM e suas relações com os jornais *nacionais*, a disputa entre as agências de publicidade DPZ e MPM, na época a maior do Brasil; os lucros da Caldas Júnior; uma visita panorâmica à TV Globo e a presença de um mineiro na direção dos Associados do Rio Grande do Sul.

A edição de outubro de 1977 foi dedicada a três figuras de referência do estado: a principal delas, uma quase biografia de Leonel Brizola e do brizolismo; uma entrevista com Ferreira Gullar, que defende a importância literária de Jorge Amado, e uma matéria de Elmar Bones sobre Lupicínio Rodrigues, enfocando as mulheres traidoras, um dos principais temas de suas composições musicais. O artigo de fundo, porém, tocava numa ferida: o Rio Grande do Sul mudava, a olhos vistos, deixando de ser o tal celeiro do Brasil, como se dizia nos anos 1950. Na verdade, o *Coojournal* antecipava, de décadas, a situação que hoje o estado experimenta, constrangedora, de não ter orçamento para investimentos e atrasar, constantemente, os salários de seus funcionários, sempre fatiados em quatro ou cinco pagamentos.

No seu terceiro ano de circulação, em 1978, o tema central eram as eleições, com especial destaque – negativo – ao empresário Cláudio Strassburger, dono de uma das marcas mais conhecidas no Brasil, as *sandálias franciscanas*, que se lançara na política partidária, enquanto candidato a deputado federal, numa campanha de dimensão surpreendente, “pela dimensão, pela variedade de meios empregados, por alguns expedientes sofisticados que usa, pelo número de pessoas envolvido”. A matéria insiste sobre a questão ética do uso do dinheiro em uma campanha, mesmo que dinheiro próprio, tanto que o título da matéria é “Candidato S.A.”.

É interessante visitar-se aquela edição e ali encontrar os *santinhos* de alguns candidatos a deputado estadual ou federal, como André Forster e Kenny Braga. Por outro lado, pioneiramente, o *Coojournal* enfoca a luta de casais de lésbicas pelo direito de adotarem crianças. Centralizada na questão eleitoral, como já registramos, a edição faz uma bela reportagem sobre as eleições de *antigamente*, lembrando inclusive a figura de Adhemar de Barros. Outra matéria de destaque é a entrevista com o jornalista Aloysio Biondi, especializado em economia (é bom lembrar que ainda se discutia – e muito – o *milagre econômico* brasileiro e suas conseqüências, sobretudo no momento em que o Brasil enfrentava uma colossal crise, motivada pela dificuldade para com o petróleo, dentre outras questões). A relativa liberdade de imprensa permitiu ao *Coojournal* retornar ao chamado “Caso das mãos amarradas”, o assassinato do sargento Manoel Raimundo Soares, ocorrido dez anos antes, após prisão e tortura em instituições militares de Porto Alegre, acusado de subversão.

A recente liberdade de imprensa (relativa, saberiam depois os jornalistas) permitiu que, na mesma edição, o jornal revivesse o seqüestro do avião Caravelle, da Varig, em 1970, em matéria de cinco páginas inteiras, o que dá bem a dimensão da importância do material jornalístico estampado, sobretudo porque tipo de pauta era raridade e temeridade.

Nesta mesma tendência de recuperar a memória – ainda – recente da história do país, em outubro de 1979 o *Coojournal* fazia duas fortes investidas contra o regime: na

capa, chamada em destaque para “A verdadeira história do Dr. Falcão, o guerrilheiro”, referência ao jornalista Flávio Tavares, indicado como o homem encarregado diretamente, por Leonel Brizola, para liderar a guerrilha no Brasil. Flávio foi preso em 1965, voltou a ser incomodado em 1969 e acabou trocado pelo embaixador norte-americano, naquele mesmo ano. De volta ao Brasil, é Flávio quem conta a história.

Outra matéria que deveria ser considerada como evidente provocação às autoridades foi a entrevista com a cantora Elis Regina, quando ela conta – de novo, a voz do entrevistado, sem qualquer contraponto - precisaria? - como foi obrigada a gravar um comercial governista para as comemorações de uma Semana da Pátria. E se queixa de acusações infundadas que sofreu inclusive de jornalistas que trabalhavam em outros jornais alternativos. Ou seja, o *Coojornal* vai costurando esta memória recente, documentando, registrando, para que nada se perca ou se esqueça.

É claro que a controvérsia gerava reações imediatas. Na mesma edição, a publicação recente, também em manchete: “O SNI diz que os tupamaros estão financiando este jornal”. Na época, os tupamaros ainda tinham certa presença na cena política uruguaia. A matéria recupera a memória de uma entrevista exclusiva concedida por alguns representantes da guerrilha uruguaia ao periódico de Porto Alegre e o que isso provocou como reação nos serviços policiais brasileiros.

Fiel à tradição de sua origem, a cobertura em torno do universo das comunicações, o *Coojornal* daquele mês também traz entrevista do escritor e jornalista João Antonio com o publicitário e escritor, premiado no concurso Unibanco, Ruy Carlos Lisboa. Era uma história complicada: publicitário premiado na literatura, o nome do escritor foi utilizado, sem consulta prévia, para um anúncio promocional do Conselho Nacional de Propaganda, a que ele processou. Pressionado pela agência em que trabalhava a retirar o processo, a que negou, foi demitido. O periódico mostrava, assim, como era o fundo do baú do universo publicitário, normalmente apresentado com uma ótica simpática e positiva. Na mesma linha, a edição daquele mês também traz entrevista com o jornalista australiano Wilfred Burchett, primeiro correspondente de guerra a cobrir a guerra do Vietname, primeiro, contra a França e, depois, contra os americanos.

É nesta edição que, em uma coluna, sem maior destaque, a cooperativa comunica a suspensão de circulação do jornal *O Rio Grande*, recente tentativa que a entidade fizera de um jornal diário, iniciada em maio. Referindo a suspensão como temporária, a nota explica pretender uma revisão do projeto. Na verdade, o jornal não voltaria mais a circular, evidenciando algumas crises internas da associação.

Esta edição, bastante rica em material vinculado ao campo cultural, traz ainda uma matéria sobre o cineasta Sílvio Back, além de curiosa e até certo ponto estapafúrdia matéria da Eduardo Bueno, o Peninha, sobre “O dia primeiro da serpente”, com referência ao calendário asteca. A matéria ocupa três páginas da edição, e só se justificaria pelo fato de ser editada em outubro, mês normalmente dedicado à comemoração da chamada descoberta do continente americano.

Encerrando a edição, José Hildebrando Dacvanal, professor de Literatura Bra-

sileira na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ex-jornalista do *Correio do Povo* escreve extensa resenha sobre o romance *Os Guaianãs*, de Benito Barreto, registrando a obra de um escritor praticamente desconhecido no país, mas autor de um dos projetos literários mais importantes de então. Dacanal, aliás, perduraria nos anos seguintes na valorização e divulgação desta obra, chegando mesmo a alcançar sua reedição e incluindo-a em vários de seus estudos reunidos em livros.

A edição de outubro de 1980 trazia como destaque de capa entrevista com o então arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, controversa figura da Igreja Católica, acusado de entregar muita gente ligada à igreja aos militares, inclusive Frei Beto, quando de sua passagem por Porto Alegre. Dom Vicente estava se aposentando. Mais tarde, faria uma obra extraordinária de reorganização da Santa Casa de Misericórdia, transformada, desde então e graças a ele e sua equipe, em hospital de múltiplas especialidades, de referência internacional. A capa também chama atenção para uma entrevista com Jarbas Passarinho, que fora um controverso Ministro da Educação dos primeiros anos da ditadura e emocionado defensor das iniciativas dos militares. Ou seja, *Coojournal*, ao menos nesta edição, garantia espaços à direita, claramente identificada através destas duas personalidades a que o periódico concedia a palavra. Ao mesmo tempo, valorizava a obra literária do jornalista Josué Guimarães, sempre crítico da ditadura, e dedica longo espaço – não destacado nas manchetes de capa – à crescente poluição do ar sofrida pela cidade de Porto Alegre, alegadamente graças à construção do chamado Pólo Petroquímico de Triunfo e São Jerônimo, cidades próximas à capital gaúcha. Retomava, assim, de certo modo, pauta que mantinha pelo menos desde sua edição de lançamento enquanto jornal, quando denunciava outro projeto polêmico, o da então Borregaard, fábrica de papel que se instalara em Guaíba e que, mais tarde, trocando de nome e de dono, acabaria por tornar-se modelo e referência de controle ambiental, assim como, anos depois, o Pólo Petroquímico também alcançaria tal reconhecimento. Levando-se em conta que nenhuma dessas empresas teria encaminhado tais soluções, não fosse a pressão da mídia, de movimentos organizados – recém começava a se falar em organizações não-governamentais – e a necessária resposta por parte das autoridades, bem se pode avaliar a importância de tais publicações, na medida em que, presentes nas páginas do jornal alternativo, acabava o tema sendo pautado também pelos jornais de referência⁷³.

A edição de outubro de 1981 volta a destacar uma liderança da Igreja Católica em sua capa, agora, Dom Cláudio Colling, que sucedia a Dom Vicente, com características absolutamente diversas do antecessor, o que justificava a atenção que o jornal lhe dava, chamando com destaque a matéria pela manchete “O civil da Igreja gaúcha”, dupla referência indireta à condição de Dom Vicente, mais simpático ao re-

⁷³O caso da Borregaard era emblemático. A empresa se instalara em Guaíba, bem em frente à propriedade de Breno Caldas, dono da Caldas Júnior. Ora, o jornalista ali também mantinha um haras, sua paixão, mas os cavalos começaram a sofrer problemas de saúde. Consta que isso decidiu o dono da então mais importante empresa de mídia do Rio Grande do Sul a assumir pessoalmente campanha contrário à empresa, o que levou-a a ser vendida a outro grupo, trocar de nome e, efetivamente, iniciar procedimentos de controle ambiental. Quanto ao Pólo Petroquímico, embora mais distante da cidade, seu projeto, liderado por Pedro Simon, um dos políticos mais poderosos do estado, embora na oposição ao regime, conseguiu reunir todos os segmentos políticos-partidários a seu favor, de tal sorte que logo foi aprovado e implantado no estado. Nos anos seguintes, e pelos mesmos motivos, o projeto sofreria fortes pressões até encaminhar satisfatoriamente soluções ambientais. Hoje, o projeto pertence à Braskem, como se sabe, braço da Odebrecht.

gime, e valorização indireta à presença de civis – e não de militares – nas hierarquias administrativas públicas, mesmo que de uma religião.

Esta capa voltava a destacar Elis Regina, sob o título “Dramas de Elias”, em que o jornalista Juarez Fonseca conta um pouco dos desafios vividos pela cantora, que se negava a aceitar a ditadura tanto dos militares quanto das gravadoras ou das emissoras de televisão. Não obstante, registra o jornalista, no dia seguinte ao encontro, realizou show impecável. Embora sem chamadas de capa, sucedem-se matérias sobre “Amazônia – os padres franceses e o fracasso da colonização”, tema importante por causa da emigração de gaúchos para o Norte, Nordeste e Centro-oeste do país; entrevista com o economista – também assessor do CPERS e mais tarde deputado estadual – Francisco Machado Carrion Jr. – antecipando o que anos depois seria praticamente consensual: o Rio Grande do Sul tornava-se um estado de população mais idosa que a média do país, e isso se refletia em sua economia, graças ao controle de natalidade que era mais forte entre os gaúchos do que no restante do Brasil.

O jornal ousava trazer matéria de página inteira a respeito de Cuba e de suas potencialidades turísticas⁷⁴ e uma entrevista com o então candidato à presidência do país, pelas esquerdas, no Uruguai, Wilson Ferreira Aldunate. Aquela edição do Coojornal dá especial atenção ao jogo de xadrez desenvolvido entre os soviéticos Anatole Karpov e Viktor Korchnoy, disputa ocorrida na Itália: o motivo da atenção dirigida a estes dois russos, é que o primeiro representa a União Soviética, pois inclusive integra o Partido Comunista, enquanto o outro fugiu de seu país e hoje vive nos Estados Unidos, sendo, evidentemente, por este motivo, considerado o representante do capitalismo.

Como tem-se registrado, o *Coojornal* costumava dar especial cobertura às questões culturais, com destaque à literatura. Assim, nesta edição, duas páginas, com pequenos artigos de vários especialistas, cobre o lançamento do romance *Ibiamoré, o trem fantasma*, de Roberto Bittencourt Martins, recriando antiga lenda do pampa sul-rio-grandense. Também recebe duas páginas o filme *Eles não usam Black-tie*, de Leon Hirzman, adaptação da peça teatral homônima de Gianfrancesco Guarnieri, interpretado pelo próprio autor, obra que, de certo modo, era atualizada na nova leitura fílmica. E destacava o lançamento de um dicionário – *Como falam as esquerdas* – do professor e revisor José Luiz Ribeiro, em pesquisa desenvolvida na PUCRS. A edição se encerrava com matéria de três páginas sobre “Abertura e psicanálise”, entrevista com o psicanalista Abraão Slavutsky, cuja formação ocorreu em Buenos Aires e era um dos melhores críticos dos escritores sul-rio-grandenses da época, dentre os quais o velho Cyro Martins.

EM RESUMO

Percorrido este roteiro, o que se pode dizer, em síntese, a respeito do jornal, levando-se em conta, como se destacou antes, que a análise, por questão de comodidade e de rentabilidade centralizou-se apenas nas edições de outubro de cada ano,

⁷⁴Brasileiro que viajasse a Cuba não podia ter seu passaporte carimbado na aduana centro-americana, sob pena de se incomodar na volta. Quando integrei o júri do Prêmio Literário Casa de las Americas, viajei prela Varig até Lima/Perú, depois pela empresa Cubanas, mas sem carimbar o passaporte. Voltei a Cuba pelo menos cinco vezes, nos anos seguintes. Nas últimas vezes, o roteiro era mais fácil: viajava-se via Panamá, pela COPA, sem maiores percalços.

partindo-se do fato que em outubro de 1976 o *Coojornal* deixara de ser um boletim dirigido aos profissionais da mídia e se tornara jornal mensal a circular amplamente entre o público mais esclarecido do estado e com alguma circulação no país.

A primeira observação deve ser dirigida à amplitude dos temas cobertos pela publicação. Da política partidária – sempre complicada de ser abordada, naquela época – sobretudo levando-se em conta que, durante algum tempo, o jornal sofria censura prévia – à economia, passando pela cultura; dos temas diretamente vinculados a Porto Alegre e ao Rio Grande do Sul, aos debates envolvendo o Brasil e alguns temas até de repercussão mundial, o *Coojornal*, lido agora, à boa distância temporal do que ali trazem suas páginas, evidencia-se como um eficiente resumo selecionado dos principais temas em discussão na época.

Uma segunda observação, intimamente vinculada a esta primeira é o fato de que o jornal, embora claramente defensor de um projeto ideológico contrário à ditadura, não teve qualquer comportamento preconceituoso quanto a temas ou entrevistados, procurando abordar o debate do dia e trazer a palavra de personagens importantes, fossem eles mais ou menos simpáticos à linha editorial da publicação ou de seus leitores.

Por outro lado, o periódico definia-se com clareza por uma tendência ideológica de esquerda, como se dizia então. E não temia trazer a palavra ou relatar iniciativas e ações de quem se colocava contrário ao regime militar do país ou agregado às linhas do capitalismo internacional. Vale lembrar, assim, a validade da perspectiva teórica de Maxwell McCombs (2009), a respeito do enquadramento das informações, conceito buscado nos estudos de Erving Goffman (2011), desenvolvidos especialmente em aprofundado trabalho da espanhola *Framing: El encuadre de las noticias* (2007, p. 14), onde se lê:

Os teóricos do *framing* defendem que, longe do preconizado objetivismo informativo, o jornalista conta os acontecimentos com um enfoque particular. Ao analisar este enfoque, os estudos consideram as possíveis influências pessoais e profissionais com as quais o jornalista aborda a tarefa de elaborar uma mensagem informativo.

Daí podermos constatar, analisadas estas matérias acima citadas, uma certa hierarquia temática que identifica a publicação: de um lado, a recuperação da memória recente, com a narrativa de acontecimentos até então proibidos. Muitas vezes, os temas continuam proibidos, mas o desafio que a publicação lança à administração pública obriga-a assumir sem subterfúgios tal proibição e, desta maneira, bem ou mal, ela se torna pública. Ou seja, ela se torna conhecida.

Por outro lado, os responsáveis pelo periódico sempre dão especial atenção a personagens de fatos mais significativos desta mesma história recente, ou do presente. Sobretudo, aquelas personagens sobre as quais até então pesavam acusações de subversão da ordem (ditatorial) ou que, simplesmente, tiveram algum papel significativo nos fatos mais recentes ou do presente.

Finalmente, há uma atenção especial aos temas culturais que vão da literatura

ao teatro e ao cinema. Com isso, o jornal vai constituindo uma espécie de agenda sugestiva de leituras e acompanhamento de produtos culturais que trazem novas perspectivas a respeito da realidade brasileira, antes de tudo, e, por extensão, do continente latino-americano ou mundial.

Uma última pauta – mas não menos importante – se constitui de temas vinculados a questões econômico-financeiras e político-partidárias. Numa linguagem que procura ser a mais clara e objetiva possível, os textos – reportagens de profundidade ou entrevistas extensas e amplas – procuram explicar o que acontece e chamar a atenção para fatos que nem sempre recebem maior destaque na chamada imprensa de referência.

Essas perspectivas se devem ao fato de a publicação poder contar com uma multiplicidade de colaboradores, tanto entre os jornalistas seus associados, quando escritores, professores e cientistas que se dispunham a contribuir com o periódico, reconhecendo-lhe a função social de crítica e de revisão da realidade que boa parte da mídia de então omitia.

Destaque-se que o *Coojornal* herdou e soube bem utilizar as lições trazidas da modernização, dentre outros, do *Jornal do Brasil* e do *Jornal da Tarde*, com a valorização do *design*, naquilo que mais o caracterizou, conforme Ferreira Júnior (2003): há evidentes relações entre conteúdo, posicionamento ideológico e desenho de página, com destaque para a capa dessas publicações.

Registre-se, por fim, a importância da linguagem adotada: no que diz respeito ao texto, trata-se de uma linguagem simples e cotidiana, ainda que objetiva quanto a conceitos emitidos. As grandes reportagens e entrevistas possuem um dialogismo constante com o leitor, envolvendo-o em suas colocações, de modo a não parecer que o autor do texto seja um especialista a quem não se pode jamais contestar. Há uma ênfase na narratividade, aliada à dramaticidade, com a observação de detalhes e a valorização da individualidade da personagem, de modo a destacar e reconhecer sua eventual contribuição ou função social em relação àquele fato narrado. Há, contudo, também, a valorização das manchetes ou chamadas de capa. A principal função das mesmas, a seguir a lição de Pinto e Szymaniak (2005), é o fato de garantir atratividade para os textos a serem apresentados no interior do jornal. A capa do jornal é como a embalagem do produto: precisa chamar a atenção, antecipando seu conteúdo, de maneira eficiente e sintética, sem trair ou falsear o que, de fato, o leitor depois vai encontrar no interior da publicação. Ora, levando-se em conta o período de exceção de liberdades políticas, de vigência de censura e das conseqüentes necessidades de enfrentar, driblar e desafiar as proibições, o uso da cor para destacar, e a escolha do vocabulário, para sugerir ou atrair o leitor, foram duas questões fundamentais enfrentadas pelo jornal, que precisava, ao mesmo tempo, ultrapassar a desconfiança do censor e provocar a curiosidade e o interesse do leitor.

Em síntese, o *Coojornal* incorporou, valorizou e por vezes antecipou as linguagens criativas, aproximadas ao chamado *jornalismo literário*, reconhecendo a importância do acontecimento, mas, ao mesmo tempo, incorporando o fato de que nenhum acontecimento existe sem a existência de personagens. Por isso, foi a estes que a reportagem narrativa do jornalismo procurou dar maior destaque e atenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COELHO, Andrea – Imprensa alternativa – Apogeu, queda e novos caminhos, Rio de Janeiro, Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, 2005. Coleção Comunicação-Memória, vol. 13.

FERREIRA JÚNIOR, José – Capas de jornal. A primeira imagem e o espaço gráfico visual, São Paulo, SENAC. 2003.

GOFFMAN, Erving – Ritual de interação: Ensaio sobre o comportamento face a face, Petrópolis, Vozes. 2011.

GUIMARÃES, Rafael; CENTENO, Ayrton et BONES, Elmar (Eds.) – Um jornal de jornalistas sob o regime militar, Porto Alegre, Libretos. 2011.

HOHLFELDT, Antonio – “Comportamentos de Movimento antes e depois da censura prévia: Táticas e estratégias”, Palmas, Universidade Federal do Tocantins, Revista Observatório, Vol. 2, Especial 2, outubro de 2016, ps. 123-143. O texto fora anteriormente apresentado no XXIV Encontro Anual da COMPÓS, na Universidade de Brasília, no Distrito Federal, em 2015, no GT Estudos de Jornalismo.

JOÃO ANTONIO – “Corpo a corpo com a vida” in Malhação do judas carioca, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 19175, ps. 141 e ss.

KUSCINSKI, Bernardo – Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa, São Paulo, Scritta. 1991.

MARCONI, Paolo – A censura política na imprensa brasileira, São Paulo, Global. 1980.

McCOMBS, Maxwell – A teoria da agenda. A mídia e a opinião pública, Petrópolis, Vozes. 2009.

MOUILLAUD, Maurice et PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.) – O jornal. Da forma ao sentido, Brasília, Editora UNB. 2002.

PINTO, Mário et SZYMANIAK, Włodzinierz Józef – Títulos das notícias. Recursos retórico-estilísticos. Intencionalidade ou acaso? Coimbra, Minerva. 2005.

POZZER, Giovanna Hagemann – A sociedade através de imagens. Linguagem visual das fotografias e ilustrações apresentadas nas capas do Coojornal, Porto Alegre, PUCRS. 2014, mimeo.

ROCHA, Carole Funck – Um editor chamado tesoura: A censura no Coojornal, Porto Alegre, PUCRS. 2009, mimeo.

SADABA, Teresa – Framing: El encuadre de las noticias. El binómia terrorismo-medios, Buenos Aires, La Crujia. 2007.

SILVEIRA, Núbia – “Coojornal, a cooperativa que incomodou a ditadura” in <http://www.sul21.com.br/jornal/coojornal-a-cooperativa-que-incomodou-a-ditadura>, Porto Alegre, 6 de junho de 2001, acessado em 16 de maio de 2015.

